

# TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO:

Histórias e Memórias em Diálogo

Volume 4

Diana Araujo Pereira  
Laura Fortes  
Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro

(Organizadoras)

# Territórios em construção: histórias e memórias em diálogo

**Volume 4**



**PRPPG**  
Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação



**PPGIELA**  
Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Estudos  
Latino-Americanos

**COLEÇÃO**

**América Latina interdisciplinar e plural -  
Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em  
Estudos Latino-Americanos**



**Pedro & João**  
editores



**Diana Araujo Pereira,  
Laura Fortes  
Simone Cordeiro Ribeiro**  
(Organizadoras)

**Territórios em construção:  
histórias e memórias em diálogo**

**Volume 4**

**COLEÇÃO**

**América Latina interdisciplinar e plural -  
Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em  
Estudos Latino-Americanos**

  
**Pedro & João**  
editores

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Diana Araujo Pereira, Laura Fortes; Simone Cordeiro Ribeiro [Orgs.]**

**Territórios em construção: histórias e memórias em diálogo. (Coleção: América Latina interdisciplinar e plural. Vol. 4).** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 237p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-85-7993-914-3 [Impresso]  
978-85-7993-915-0 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9788579939150**

1. Territórios em construção. 2. Histórias. 3. Memórias. 4. Diálogos I. Título.

CDD – 370

---

**Capa:** Petricor Design

**Foto da capa:** Maíra Gamarra

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2022

## Ni de aquí, ni de allá

Somos partes de mosaicos  
Terrestres, aéreos, náuticos  
Meninas y meninos latinos  
Somos rioplatenses, andinos  
Somos flujos de igarapés amazônicos  
Caribeños carentes de semântica  
Atravesando destempos anacrônicos  
Em mares de alma pacífica y atlântica  
Nós, povos indisciplinados  
Com epistemologías apagadas  
Salvajes interdisciplinados  
Com carne y mentes marcadas  
Reconstruímos as pontes  
Escrevivemos sentipensares  
Buscando outros horizontes  
Para respirar nuevos aires  
A luta é pra contar o outro lado da história  
Na música, nas artes plásticas, na literatura  
Caçamos resgate y manutenção da memória  
Más allá de la colonização y da escravatura  
Somos diásporas em trânsitos culturales  
Mediações, prácticas y saberes ancestrales  
Para nós de América Ladina no existe barreira  
Pois habitamos todos los lados de la fronteira  
(Tainá de Santana Alencar)



## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
<b>Escrevivência como metodologia acadêmica</b>	<b>17</b>
<b>Escritas fronteiriças para transbordar limites: Conceição Evaristo e Orlando Fals Borda</b>	<b>47</b>
Izabela Fernandes de Souza Diana Araujo Pereira	
<b>Narrativas y prácticas transfronterizas: la frontera Foz do Iguaçu (Brasil)-Ciudad Del Este (Paraguay) como un “tercer espacio”, una “terceira margem”, un “tercer país”</b>	<b>67</b>
Yulliam Moncada Aníbal Orué Pozzo	
<b>Interdisciplinaridade em pesquisa: construção de arquivo como dispositivo de análise</b>	<b>99</b>
Bruna Luísa Buratto Remes Carina Chaves dos Santos Livi Laura Fortes	
<b>Afroparaguaios, história e memória(s): o 23 de setembro, dia da cultura afroparaguaia e a luta por – novos – direitos</b>	<b>131</b>
Kelly Aparecida Costa Paulo Renato da Silva	

<b>Manifesto Porongos (RAFUAGI): batalhando pela memória social</b>	<b>167</b>
Angela Maria de Souza Laís Griebeler Hendges Tereza Maria Spyer Dulci	
<b>O ALOC: uma experiência tecnológica e interdisciplinar de extensão universitária (UNILA/ADHILAC, Brasil)</b>	<b>201</b>
Gustavo Nicolás Retamal Rivera Hernán Venegas Marcelo Newton Camargo da Silva Cruz	
<b>Sobre as autoras e os autores</b>	<b>231</b>

## Apresentação

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) representa uma proposta inovadora de natureza interdisciplinar que, com pesquisas transnacionais, procura viabilizar a produção de saberes críticos, tanto em suas bases – em razão de um diversificado corpo permanente de pesquisadores(as) –, como também no processo de circulação dos conhecimentos produzidos – resultante do movimento natural típico da zona de Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, na qual se localiza a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Cabe sublinhar ainda a presença, de caráter estrutural na UNILA, de discentes e docentes oriundos(as) de vários países da América Latina e do Caribe.

Por sua implantação estratégica na UNILA, o PPGIELA pressupõe, em seus fundamentos, uma problematização dos limites da noção de “nacional”, em favor do conceito de “comarcas culturais” transnacionais, ou mesmo em benefício da análise de semelhanças e diferenças político-econômicas ou culturais que caracterizam as diferentes regiões latino-americanas. Tais reconhecimentos valorizam a circulação de saberes em territórios definidos por biomas, cuja especificidade constitui o foco central das pesquisas. O PPGIELA adota uma perspectiva interdisciplinar com múltiplos instrumentos de análise e opera com categorias de observação de situações de vida de grupos e de comunidades, bem como de temáticas inovadoras, com o objetivo de produzir abordagens críticas para problemas socioculturais que emergem do tempo e espaço fronteiriços e, em maior medida, latino-americanos.

A área de concentração do PPGIELA centra-se em Cultura e Sociedade da América Latina e conta com três linhas de pesquisa: Trânsitos Culturais; Práticas e Saberes; e Fronteiras, Diásporas e Mediações.

As perspectivas propostas pela linha de pesquisa Trânsitos Culturais privilegiam o estudo interdisciplinar de contatos, diálogos e processos intermediáticos entre contextos artísticos, culturais e históricos através de perspectivas transculturais que ressaltam fenômenos e dinâmicas que transcendem múltiplas fronteiras nacionais, artísticas e midiáticas. Propõem-se pesquisas transversais e relacionais de diversas interações e manifestações artísticas e/ou narrativas (orais, literárias, poéticas, cinematográficas, audiovisuais e outras), bem como linguagens e suas confluências, culturas de imagem, produtos e processos culturais através da abordagem transcultural de dinâmicas de construção e circulação dos saberes, imaginários, identidades e memórias na América Latina e o Caribe. Os horizontes metodológicos propostos enfatizam fenômenos transnacionais e transculturais perceptíveis em processos e produtos artísticos (em diferentes dimensões de criação, circulação, percepção e leituras), em linguagens, narrativas e poéticas, nas mídias, nas práticas artísticas e culturais, bem como na construção de memórias em contextos e/ou períodos históricos e contemporâneos.

Na linha de pesquisa Práticas e Saberes, propõem-se estudos sobre a diversidade de práticas e saberes de populações, grupos e comunidades que integram a experiência histórica, artística e cultural da América Latina, em diferentes espaços e temporalidades. Dentre os métodos e técnicas de pesquisa consideram-se as fontes escritas, iconográficas, orais na investigação bibliográfica, etnográfica e de arquivo. Privilegia-se o estudo das seguintes problemáticas: modos de vida; configurações sociais; história das ideias e campos intelectuais e científicos; representações e concepções de mundo; e gestão dos patrimônios; arranjos e estratégias de coletivos e sujeitos.

Já o estudo transversal e relacional das práticas e processos de mediações socioculturais, inseridas nas esferas geopolíticas da América Latina e do Caribe, através da abordagem dos processos de construção e circulação dos saberes, imaginários, identidades e memórias que tomem as fronteiras como espaços territoriais,

geográficos e simbólicos, são propostas de pesquisa da linha Fronteiras, Diásporas e Mediações. Assim como a observação e análise do campo das mediações entre os âmbitos da cultura, da estética, da esfera política e das práticas sociais; novas sociabilidades, fluxos e interculturalidade; pesquisas sobre as práticas descoloniais e o transbordamento dos limites dos estados-nação que reconfiguram narrativas e sujeitos em contextos de diáspora, populações indígenas e movimentos transnacionais.

Por conseguinte, as linhas de pesquisa do PPGIELA visam reunir em diferentes suportes registros materiais referentes à memória coletiva e à história; analisar processos de circulação nos campos social, político e cultural com vistas ao questionamento das categorias e fundamentos que, tradicionalmente, constituíram os campos do saber; compreender práticas sociais que envolvam redes de memória e seus eventuais processos de transformação, fragmentação e descontinuidade.

O diálogo entre as áreas de Letras, Artes, História, Antropologia, Comunicação, Geografia e Filosofia, e disciplinas afins, tem como objetivo principal a atuação sobre os processos de produção e circulação do conhecimento, em sua articulação com as práticas e mobilidades sociais e culturais da América Latina.

Por ter sido o primeiro programa de pós-graduação aprovado pela CAPES na UNILA, o PPGIELA tem um valor histórico inegável na construção das bases interdisciplinares e de internacionalização do projeto UNILA, assim como um valor social que deve ser ressaltado. Sua proposta busca registrar e compreender práticas sociais e culturais que emergem dos cenários significativos dos seus atores, colaborando com a construção de uma geopolítica do conhecimento diferenciada e acorde com as reais necessidades e demandas do continente.

Em março de 2014, o PPGIELA iniciou suas atividades com a primeira turma (composta por dez estudantes, sendo cinco discentes do Brasil e cinco internacionais: Argentina, Paraguai e Colômbia) e vem se afirmando em um contexto trinacional,

comprometido com o seu entorno regional, porém com o olhar crítico voltado para toda a América Latina e Caribe.

Até o momento, o PPGIELA conta com 102 estudantes formados(as). Destes, 67 mestres(as) brasileiros(as) e 35 mestres(as) internacionais, da América Latina e Caribe, contribuindo para o fortalecimento da missão institucional da UNILA, de cooperação solidária e integração latino-americana.

Em 2022, o Programa conta com 56 estudantes ativos(as), orientados(as) por professores permanentes que formam o corpo docente do Programa. Assim, considerando o caráter interdisciplinar do PPGIELA e as três Linhas de Pesquisa que o compõem, neste quarto volume da Coleção *América Latina interdisciplinar e plural*, destacam-se sete capítulos tecidos em parceria docente-discente, referentes a pesquisas finalizadas ou ainda em curso na UNILA. Nosso objetivo é traçar um panorama dos trabalhos, com especial ênfase para a interlocução temática entre as linhas dispostas no Programa.

Abrimos este volume com a transcrição parcialmente editada de uma *live* promovida pelo PPGIELA que, em plena pandemia, encontrou nesta mídia a maneira de manter seus diálogos e debates em andamento. Intitulada “Escrevivência Como Metodologia Acadêmica”, este encontro virtual teve por objetivo refletir sobre os desafios e as perspectivas da pesquisa interdisciplinar, ampliando a construção teórico-metodológica a partir do conceito de “escrevivência” desenvolvido por Conceição Evaristo. As reflexões giram em torno dos desafios da interdisciplinaridade em perspectiva intercultural como abertura para inovações no âmbito epistemológico e metodológico.

Fruto do encontro virtual anterior, aqui transcrito como primeiro capítulo do volume, nasce o ensaio escrito por Izabela Fernandes de Souza e Diana Araujo Pereira, com o objetivo de aprofundar as reflexões elaboradas na *live*, mediante a aproximação do sociólogo Orlando Fals Borda (Colômbia, 1925-2008) e a escritora Conceição Evaristo (Brasil, 1946). Apesar das diferenças biográficas e disciplinares, ambos os autores têm em comum a

reflexão sobre o papel social e cultural da escrita, no texto intitulado “Escritas fronteiriças para transbordar limites: Conceição Evaristo e Orlando Fals Borda”. Neste ensaio, escritas fronteiriças são aquelas que se elaboram sobre a fronteira entre o pessoal e o coletivo, incorporando a subjetividade como lente analítica para processos de ordem sócio-histórica. Para tanto, as autoras dialogam com a *escrevivência* de Evaristo e a escrita *sentipensante* de Fals Borda, para refletir sobre uma escrita fronteiriça que transborda limites, conecta temporalidades e inscreve formas de resistência, pois este entrelugar permite reflexão, diálogo, tensão e atravessamentos voltados para a abertura e o movimento.

Este mesmo entrelugar dinâmico perpassa as reflexões do terceiro capítulo, “Narrativas y prácticas transfronterizas: La frontera Foz do Iguaçu (Brasil)-Ciudad del Este (Paraguay) como un ‘Tercer Espacio’, una ‘Tercera Margem’, un ‘Tercer País’”, de Yulliam Moncada e Aníbal Orué Pozzo. Esta pesquisa está vinculada aos estudos sócio-culturais de fronteira, sendo guiada metodologicamente pelas histórias de vida de quatro habitantes de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), demonstrando o seu particular interesse sobre os habitantes desta região, na qual se vivenciam interações, cruzamentos e empréstimos. Diferentemente de muitas pesquisas realizadas *sobre* a fronteira, procuram priorizar uma visão *desde* dentro, ou seja, a partir do olhar e da vivência de quem efetivamente habita o lugar.

O quarto capítulo, elaborado por Bruna Luísa Buratto Remes, Carina Chaves dos Santos Livi e Laura Fortes, mantém-se vinculado às reflexões teórico-metodológicas do PPGIELA que privilegia o olhar *desde* dentro, porém agora detendo-se em uma questão em comum que atravessa as suas pesquisas: a influência estadunidense no imaginário político, econômico e social da cultura brasileira ao longo do século XX e seus desdobramentos discursivos no imaginário de identidade do brasileiro. Para tanto, no artigo “Interdisciplinaridade em pesquisa: construção de arquivo como dispositivo de análise”, as pesquisadoras mobilizam a Análise de Discurso materialista (AD) como base teórica e

metodológica. Neste sentido, enquanto disciplina de entremeio, as autoras consideram que a AD permite identificar e analisar materiais em suas pesquisas e, por meio desse exercício interdisciplinar, pensar a construção do arquivo como dispositivo de análise, bem como suas possibilidades de interpretação, o que implica a noção de *corpora* de pesquisa dinâmicos e heterogêneos, sempre considerados em sua relação com determinadas condições de produção (sociais, históricas, políticas, ideológicas).

Tais condições de produção também delineiam o capítulo “Afroparaguaios, História e memória(s): o 23 de Setembro, Dia da Cultura Afroparaguaia e a luta por – novos – direitos”, de Kelly Aparecida Costa e Paulo Renato da Silva, que propõe a reflexão sobre a atual conjuntura de reconhecimento e valorização da cultura afroparaguaia, a partir da análise histórica dos afroparaguaios. Assim, os autores apresentam um panorama sobre a história e a cultura dos afroparaguaios, destacando conquistas recentes e algumas das principais dificuldades para o seu reconhecimento. Além disso, este texto aponta semelhanças do caso paraguaio com outros da América Latina e destaca conexões da comunidade de Kamba Cuá (Paraguai) com as organizações afrodescendentes de outros países, notadamente do Uruguai.

Na sequência, o sexto capítulo, escrito por Angela Maria de Souza, Laís Griebeler Hendges e Tereza Maria Spyer Dulci e intitulado “Manifesto Porongos (Rafuagi): Batalhando pela memória social”, parte da análise do documentário *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* (2016), utilizando-o também como fonte histórica. A partir desta produção audiovisual, as autoras problematizam os debates sobre as desigualdades étnico-raciais que conformam a memória social, problematizando as relações sociais no Rio Grande do Sul. O texto traz à tona a Revolta Farroupilha (1835-1845) para refletir sobre o racismo contemporâneo vinculado ao sistema senhorial, escravocrata e latifundiário que conformava o Rio Grande do Sul do século XIX, considerando as omissões e silenciamentos em relação à presença

e a participação das pessoas negras na Revolta Farroupilha e em toda a formação do Estado.

Finalizando o volume, o capítulo “O ‘ALOC’;: uma experiência tecnológica e interdisciplinar de extensão universitária (Unila/Adhilac, Brasil)”, escrito por Gustavo Nicolás Retamal Rivera, Hernán Venegas Marcelo e Newton Camargo da Silva Cruz nos direciona à reflexão sobre os avanços tecnológicos experienciados pela sociedade contemporânea. É neste contexto que se desenvolve o projeto de extensão universitária intitulado ‘ALOC’ (América Latina e o Caribe On-line), realizado em duas edições: 2019 e 2020. Estes projetos tiveram como objetivo principal tornar a plataforma online da Associação de Historiadores Latino-Americanos e Caribenhos (Adhilac), especificamente da sua seção Brasil (Adhilac-Brasil), uma ferramenta interativa no campo dos estudos históricos latino-americanos e caribenhos, com aplicabilidade pedagógica. Como resultado, as ações tiveram impacto internacional, com acessos e participações de uma série de regiões do mundo, construindo um acervo aberto e acessível para as mais diversas pesquisas.

Dessa maneira, encontramos nos capítulos deste quarto volume, assim como nos encontros digitais, algumas das principais abordagens do Programa, levadas à público durante o contexto pandêmico de 2020 a 2021, pelo canal do PPGIELA no YouTube (<https://www.youtube.com/c/PPGIELAUNILA>). Assim, utilizando as mídias sociais, as *lives* do Programa cumpriram um importante papel na construção de acervos e diálogos abertos e acessíveis.

A publicação da coleção *América Latina Interdisciplinar e Plural* vem trazer, ainda, uma importante contribuição ao compor um panorama de temas e metodologias desenvolvidos no Programa, como evidenciado, também, nos volumes anteriores, em que o PPGIELA investe em uma viagem interna, à sua própria história de configuração e crescimento, tendo em vista a impossibilidade de viagens externas e de intercâmbios pessoais.

Com este quarto volume encerramos o ciclo, convidando nossos(as) leitores(as) a atravessar conosco um mapa latino-

americano construído pelas diversas e distintas peças que o compõem. E, por que não, convidá-los(as) a continuar, a escrever essa história aberta, inconclusa, criativa e móvel.

#### **Serralha de quintal**

Da teoria [boa]  
assim como  
da terra [boa]  
é preciso arrancar  
ervas daninhas.  
(Helena Silvestre)

## **Escrevivência como metodologia acadêmica**

O presente texto é a transcrição (parcialmente editada) de um diálogo promovido pelo Ciclo de Debates “Identidade IELA – como fazer pesquisa e pós-graduação hoje?” O evento foi proposto pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) da UNILA. O tema do encontro realizado no dia 17 de setembro de 2020 foi o seguinte: “Escrevivência como metodologia acadêmica”. Participaram do encontro, as professoras Ângela Maria de Souza (IELA – UNILA), Diana Araujo Pereira (IELA – UNILA) e egressos do Programa Izabela Fernandes – Ewebela e Jonas Mateus Ferreira Araujo. Seu objetivo era refletir sobre os desafios e as perspectivas de investigação interdisciplinar, ampliando a construção metodológica a partir do conceito de “escrevivência” desenvolvido por Conceição Evaristo. As reflexões giram em torno dos desafios da interdisciplinaridade em perspectiva intercultural como abertura para inovações no âmbito epistemológico e metodológico.

Agradecemos a Ariana Mara da Silva, doutoranda em História da UDESC - Universidade Estadual de Santa Catarina, pela ideia de transformar o Encontro: "Escrevivência como metodologia acadêmica" numa publicação e a Nicole Machado - Graduada em Letras, Artes e Mediação Cultural na UNILA, pelo trabalho de transposição do vídeo para sua forma escrita.

A *live* teve duração de 1h 33min e está disponível na íntegra no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=iphXcc5eoTw>

### **[ Processo de Transcrição ]**

#### **[Diana]**

Boa tarde a todas as pessoas que estão nos acompanhando nesse encontro de hoje. Quero agradecer muito as nossas

convidadas e convidado que aceitaram participar dessa mesa tão provocadora, com uma temática tão interessante e diferenciada. A professora Ângela Maria de Souza que participa hoje é docente no curso de Antropologia e do PPGIELA (UNILA), é doutora em Antropologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eu hoje também participo da mesa, então me apresento como poeta e docente de Literatura Latino-Americana e Mediação Cultural, doutora em Literaturas Hispânicas pela UFRJ e com estágio pós-doutoral PRODOC/CAPES. Jonas Mateus, também poeta e professor da rede básica de ensino do Estado do Ceará, é mestre em Estudos Latino-Americanos, recém egresso do PPGIELA, bacharel em Serviço Social e licenciado em Letras, cursando atualmente especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na UNILAB e pessoa que sonha. E, para finalizar, Isabela Fernandes (Ewebela) é mediadora cultural, atriz e produtora cultural. Ela é mestra em Estudos Latino-Americanos, recém-egressa do PPGIELA e bacharel em Letras - Artes e Mediação Cultural; coordena o grupo de estudos do Baque Virado - Kaburé Maracatu.

Bem-vindos todos e todas, eu vou passar a palavra para a professora Ângela, depois a gente segue a mesma sequência da minha leitura. Temos o grande desafio que é o de elaborar algumas ideias em 10 ou 15 minutos, no máximo, para que sobre tempo para depois a gente ter uma rodada de perguntas e comentários de parte da nossa assistência.

**[Angela]**

Quero iniciar agradecendo e dando os parabéns ao Programa de Pós-Graduação IELA, na figura da professora Diana, pela iniciativa dessas conversas e debates tão importantes para o nosso PPGIELA. Agradeço também pelo momento e por estarmos compartilhando essa Mesa, tanto com a professora Diana, assim como, com a Izabela e o Jonas.

Temos trabalhos comuns que remetem diretamente à discussão que estamos propondo na Mesa de hoje. Então, eu vou apresentar a autora que nos inspira para esse debate que é a Conceição Evaristo e, depois, vou falar rapidamente do conceito de escrevivência e como ele nos possibilita diálogos acadêmicos. É um conceito que eu considero extremamente importante para pensarmos algumas questões que eu vou colocar no decorrer da fala. Então eu vou iniciar com a apresentação de Maria da Conceição Evaristo Brito, conhecida como Conceição Evaristo.

Ela nasceu em Belo Horizonte em 1946, até o começo dos anos de 1970 trabalhou como empregada doméstica e nesse mesmo período concluiu os estudos secundários no Instituto de Educação de Minas Gerais. Foi professora do Ensino Fundamental, mudou-se para o Rio de Janeiro nos anos 70, onde atuou intensamente no Movimento Negro. No ano de 1976, ela entra no curso de Letras, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1980 se afasta do curso para o nascimento de sua filha Ainá, retorna à universidade e conclui a graduação em 1986. Durante a década de 1980 participa do grupo Negrícia, atuando em diversos recitais literários. Ela ingressa no mestrado em Literatura Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) onde defende em 1996, a dissertação “Literatura Negra - uma poética da nossa afro-brasilidade”. Em 2011, defende a tese de doutorado “Poemas malungos: cânticos irmãos”, na Universidade Federal Fluminense (UFFRJ). Ainda nos anos de 1980, começa a publicar em revistas, no Brasil e no exterior, faz sua estreia literária na série “Cadernos Negros”, organizado pelo grupo Quilombo Hoje, em 1990. Suas obras de poesia e prosa abordam temas como discriminação de raça, gênero e classe. Entre suas principais obras estão “Ponciá Vicêncio” (2003), “Becos da Memória” (2006), “Insubmissas Lágrimas de Mulheres” (2011), “Olhos D’água” (2014), “Poemas de recordação e outros movimentos” (2017). Possui livros traduzidos para o inglês, o francês e o alemão.

Essa foi uma rápida apresentação da autora Conceição Evaristo. Eu gosto muito quando ela diz, em uma entrevista, que quando

pequena ela não vivia rodeada de livros, mas sim de palavras, e essas palavras falam muito sobre este conceito que é a escrevivência. Então, vou começar trazendo algumas questões a partir da obra de Conceição Evaristo, ou seja, a proposta de pensar o conceito de escrevivência como perspectiva metodológica acadêmica.

O Conceito de Escrevivência tomou forma na escrita, especialmente de mulheres negras. É um conceito por essência interseccional e que pressupõe questões referentes à raça, gênero, classe e entre muitas outras. É um conceito que atravessa e é atravessado pelos pertencimentos de quem escreve, pesquisa e analisa. É um conceito que se constrói numa perspectiva interdisciplinar, a exemplo do trabalho desenvolvido por Izabela Fernandes<sup>1</sup> no PPGIELA e de pesquisas desenvolvidas na Antropologia, como, por exemplo, a pesquisa de Cauane Maia<sup>2</sup> que fez o seu mestrado na UFSC, trabalhando o conceito de escrevivência com mulheres negras no Morro da Caixa Monte Serrat, em Florianópolis e da pesquisa desenvolvida por Jonas Araujo<sup>3</sup> em sua dissertação no PPGIELA, nos trazendo os desafios de trabalhar com múltiplas vozes, em sua pesquisa, perpassadas pela discussão sobre a escrevivência.

É importante lembrar que são muitas áreas do conhecimento que dedicam atenção ao conceito de escrevivência. Se fizermos uma busca em algumas páginas de artigos acadêmicos, vamos ver que a discussão que este conceito possibilita está em muitas áreas do conhecimento, em uma grande intensidade na área de Letras e Literatura, mas sua influência pode ser percebida em pesquisas em Antropologia, História, Psicologia, Artes e muitas mais.

---

<sup>1</sup> FERNANDES, Izabela S. **Sou entre elas. Na encruzilhada dos saberes: fronteiras, escrevivências e (re) existências de mulheres negras na cidade de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu: PPG - IELA / UNILA, 2019.

<sup>2</sup> MAIA, Cauane G. A. **Voices Negras em Florianópolis: escrevivências antropológicas no Morro das Mulheres.** Curitiba: Appris, 2020.

<sup>3</sup> ARAUJO, Jonas M. F. **Alargar os Horizontes: uma Análise sobre o Projeto Nosso Nordeste, Nosso Lugar de Fala: Articulando Resistências e Propondo uma Educação Popular.** Foz do Iguaçu: PPG - IELA / UNILA, 2020.

Conceição Evaristo através de suas publicações literárias nos faz mergulhar no conceito de escrevivência através de nossas próprias trajetórias de vida, enquanto mulheres negras, estabelecendo uma proposta metodológica, interdisciplinar, decolonial e com uma epistemologia própria, que vem de fora da academia, e esse é um ponto importante na obra da autora e que possibilita importantes diálogos acadêmicos. O conceito de escrevivência faz emergir o debate sobre o racismo estrutural, as desigualdades de gênero e as desigualdades de acesso a direitos e cidadania que habitam o espaço de construção do conhecimento, entre eles a própria academia.

Na Feira do Livro de Foz do Iguaçu, em 2019, Conceição Evaristo foi a escritora homenageada. Em uma entrevista foi perguntada sobre seu início na literatura e ela responde: “O que despertou o meu interesse pela literatura não foram primeiramente os livros, eu não nasci rodeada de livros. Eu nasci rodeada de palavras. O meu contato com a literatura oral, as histórias que eu ouvia dentro de casa [...] esse meu contato com a palavra oral que me sensibilizou para a escrita”<sup>4</sup>. Sua fala nos aponta como a escrita é despertada pela oralidade. E esse destaque nos faz perceber o quão esse é o espaço de acesso, a grande parte da população, a literatura. Ou seja, nesse caso e, em muitos outros, é a “literatura oral” que abre as portas para a “literatura escrita”, e que ambas são fundamentais no processo de despertar o interesse pela leitura e escrita.

Outro aspecto importante que autora destaca é como sua literatura é primeiro reconhecida entre seus pares, os movimentos sociais negros, que é quem traz os livros da autora para a universidade, nos seus TCCs, suas dissertações e suas teses, a partir desses movimentos com as palavras como ela vai apontar. Quero ressaltar em sua fala que a presença da população negra, indígena,

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 24 de outubro de 2019 durante a Feira do livro de Foz do Iguaçu pela Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/noticias/camara-entrevista-com-conceicao-evaristo>

quilombola, cigana, mulheres trans, entre muitas outras, dentro da universidade tensiona teorias, introduz novas teorias, a exemplo do próprio conceito de escrevivência.

Com essa ebulição epistemológica, a academia é tensionada e ganha em diversidade e conseqüentemente na ampliação das perspectivas teórico-metodológicas. Mais que um conceito teórico, o conceito de escrevivência, traz uma perspectiva que atravessa quem realiza a investigação acadêmica na relação que estabelece com as suas e os seus interlocutores, nos espaços de pesquisa, principalmente, enquanto Mulheres Negras.

São escritas perpassadas por dor, por bravura, por ressentimento, por alegrias, por renovação e por resistência, traz a oralidade, a escuta como forma de construção da escrita sobre e com mulheres, sejam elas mulheres palenqueras, quilombolas, mães de santo, das práticas pedagógicas do Movimento Hip Hop, os desafios das mães negras solas ou de mães encarceradas, na luta por visibilidade das populações afro-paraguaias, afro-colombianas, afro-argentinas, nas poesias, nos tecidos, nas músicas. Todas lutam contra as diversas formas da violência, são várias as escritas que marcam com seus corpos, movimentos, sentires e saberes, ou seja, nas tantas formas de aquilombamento, como nos propõe Beatriz Nascimento (2018)<sup>5</sup>.

Eu gostaria de finalizar a minha fala com a leitura de um poema da Conceição Evaristo, ela também é poetisa e este poema eu considero importante para essa discussão porque ele vai falar de trajetórias de mulheres, de vozes de mulheres e vai falar de escrevivência. O título do poema é “Vozes Mulheres”,

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

---

<sup>5</sup> **Beatriz Nascimento - Quilombola e Intelectual:** possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhas da África, 2018.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela  
A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade<sup>6</sup>.

Considero esse um poema extremamente importante para pensarmos a própria trajetória da Conceição Evaristo, mas também para pensarmos como todas essas trajetórias de quem vem antes são determinantes para nossa construção nesse espaço da academia, nesse espaço de construção de teorias, de saberes, de conhecimentos e, conseqüentemente, espaços de poder.

Muito obrigada!

---

<sup>6</sup> EVARISTO. Conceição. Poemas da Recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

## [Diana]

Agora eu vou tentar fazer uma aproximação entre a escrevivência que a gente tá aqui trabalhando como metodologia acadêmica e o legado deixado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. [A apresentação] não tem intenção de ser comparatista, nem nada do gênero, mas uma aproximação que nos permita observar formas diferenciadas, formas outras de fazer pesquisa. Eu acho que isso é o que nos une nessa mesa hoje. Eu orientei a dissertação da Izabela, que foi co-orientada pela Angela, e participei da banca do Jonas, que foi orientado pela Angela. Essa mesa emerge da nossa vivência, do nosso processo de orientação e de participação na escrita dos trabalhos dos dois egressos que estão aqui com a gente hoje. Então, tudo isso se encaixa nesse momento, onde a gente está se perguntando pela identidade do programa (PPGIELA), mas também esse momento onde a gente está se perguntando para que serve a universidade, que pós-graduação a gente quer no momento de ataque político à educação, de ataque político à ciência. Como é fazer pesquisa? Para que serve isso que a gente faz?

Nesse movimento, nesse processo de auto-reflexão do nosso próprio fazer acadêmico, a gente chega nessa mesa e é uma alegria muito grande poder estar aqui compartilhando publicamente esses dados e essas reflexões que estavam mais privadas. Orlando Fals Borda tem um perfil absolutamente diferente do perfil de Conceição Evaristo; ele é um homem branco, de classe média alta, da elite, que vai estudar nos EUA e faz a sua primeira formação em literatura inglesa e depois vai se inserir na sociologia. Embora ele tenha um perfil bastante diferente do da Conceição Evaristo, eu consigo perceber uma relação entre eles e é sobre isso que eu vou tentar explicitar, nos dez minutos que eu tenho, para tentar fazer essa relação. Ambos saem de seus contextos de vida e trabalham depois no âmbito acadêmico, essa vinculação, a partir da experiência que eles têm na sua constituição biográfica. Fals Borda, como eu disse, sai da elite e começa a se relacionar com os *campesinos*, com o povo ribeirinho, com os pescadores, com os

caçadores e com os agricultores no interior da Colômbia. E é a partir daí que ele vai conseguir construir uma metodologia de pesquisa, uma forma comunicativa de elaboração do que sai da pesquisa, para que seja depois devolvido e acione aquela comunidade. Trata-se de um processo que vai além da simples pesquisa acadêmica, é uma pesquisa que também quer ser uma intervenção; uma ação que é política, militante, em prol de determinados valores de justiça social, por exemplo. E para conseguir isso ele aprende a se comunicar, ele constrói um processo de mediação comunicativa.

Já Conceição Evaristo vem de outra realidade social, racial, econômica, mas ela entra na academia e vai fazer a sua graduação, seu mestrado e doutorado. Então, ela também faz esse processo de comunicação e de mediação, de alguma forma, com esse outro âmbito que seria uma comunicação com a elite, digamos assim, com o acadêmico, e nesse processo vai se construindo a escrevivência para Conceição Evaristo e o *sentipensar* para o Fals Borda. Insisto que eles não são iguais, mas se aproximam e, fundamentalmente, eu acredito que nos dão base e elementos para pensar a pesquisa acadêmica e a escrita acadêmica a partir de uma abertura, a partir de um posicionamento de compromisso social e de relação biográfica. Aquela história de que eu sou o sujeito da pesquisa e aquele é o meu objeto entra em xeque, tanto no processo da Conceição Evaristo, como no processo de Fals Borda se coloca em xeque essa diferença, a hierarquização entre sujeito e objeto de pesquisa e você passa a ter uma horizontalidade, uma comunicação que pede, que necessita do coletivo, da interação para se constituir.

Então, vou voltar um pouquinho ao Fals Borda. Ele nasce em 1925, em Barranquilla, na costa, curiosamente ele é da mesma geração do Gabriel García Márquez, que se cria também Barranquilla, o que configura um momento de América Latina muito interessante. A sua pesquisa vai se vincular com todo o processo da pedagogia da educação popular e isso tudo vai ter um compromisso de responsabilidade social; nesse ponto eu acho que também se tocam os dois processos. Para tentar aproximar um pouquinho mais o Fals Borda da Conceição Evaristo vou chamar a

atenção para um livro que ele publica, chamado “Historia doble de la Costa”: vejam que interessante como ele organiza esse livro. É um livro já da maturidade do Fals Borda, não é dos seus inícios. Ele tem uma organização espelhada (o livro está disponível na internet para quem quiser procurar e baixar). Na organização do livro, ele faz um “Canal A” e “Canal B”, o primeiro é muito mais literário, alguns críticos vão dizer que parece mais um romance histórico do que um trabalho acadêmico; o segundo, ao contrário, é acadêmico, é o sociólogo falando. Então, vejam como ele organiza “Canal A” e “Canal B”: você tem um mesmo título “Fundamentos da cultura anfíbia”. O “Canal A” é “El Riberano y su Mundo”, o “Canal B” é “Formación Social, Región y Cultura”. São as mesmas ideias, só que numa linguagem mais literária no “Canal A” e numa linguagem acadêmica, sociológica, no “Canal B”.

Isso faz parte do seu processo: ele vai desenvolver depois de uma tipografia de quatro tipos de textos e como podem ser elaborados no sentido de gerar uma comunicação com esse contexto coletivo, com a pesquisa coletiva. O primeiro nível, o segundo nível, terceiro nível, mas só lá no quarto nível é que você vai ter um texto acadêmico, mas até chegar nisso ele vai defender, vai trabalhar, vai argumentar a favor de uma série de categorias que vão compor um diferencial ou comunicações diferenciadas para grupos diferenciados, e com isso Fals Borda vai procurando trabalhar o que ele chama de Investigação Ação Participante (IAP), que vai ser trabalhado então como procedimento de pesquisa, uma metodologia de pesquisa, mas também uma técnica de educação de adultos e uma ação política. É nessa junção, nessa intenção de fundir três âmbitos normalmente distantes uns dos outros, é que a gente vai ter esse processo do *sentipensar*, por exemplo. Sua formação musical e sua formação literária vão, de alguma forma, se fundir nessa intenção de construir um processo de pesquisa que também seja de educação, de intervenção social através de uma comunicação horizontal e coletiva.

Para fechar o raciocínio, essa comunicação horizontal precisa ter uma dimensão grupal, precisa ser coletiva, precisa incluir a

oralidade, a informalidade (ele vai falar muito da informalidade), os sentimentos. E aí você vai chegando no *sentipensar* que é essa reflexão que também sente, a união entre afeto, coração e mente, digamos assim, para simplificar. Mas também pesquisa e elaboração que trabalham com a imaginação e com o lúdico. Então aí é fácil a gente fazer uma conexão com a cultura popular e também com as linguagens artísticas. Para terminar eu vou ler para vocês um fragmento bem pequenininho do Eduardo Galeano, na obra “El Libro de los Abrazos”, quando ele pega esse *sentipensar* e elabora de uma maneira mais literária: “de la celebración de las bodas de la razón y el corazón”, diz Galeano:

Para qué escribe uno, si no es para juntar sus pedazos? Desde que entramos en la escuela o la iglesia, la educación nos descuartiza: nos enseña a divorciar el alma del cuerpo y la razón del corazón. Sabios doctores de Ética y Moral han de ser los pescadores de la costa colombiana, que inventaron la palabra sentipensante para definir el lenguaje que dice la verdad.  
[GALEANO, Celebración de las bodas de la razón y el corazón, 1989]

Passo a palavra para o Jonas que vai nos contar um pouco sobre a sua pesquisa...

**[Jonas] 31:25min.**

Boa noite a todos, todas e todes!

Eu já fui apresentado, então eu vou pular essa parte e tentar falar um pouco sobre a pesquisa e sobre alguns processos que antecederam a própria pesquisa. E gostaria também de agradecer às professoras pela organização do espaço, porque esse é um espaço fundamental para que a gente realmente consiga tensionar e pensar uma universidade diferente, uma universidade que tem em mente outras dimensões, outras concepções de fazer pesquisa e eu penso que é importante até mesmo para os próprios estudantes atuais do PPGIELA que estão por aí, tendo acesso a essa discussão, partindo da coordenação do curso, algo um pouco importante e que também vai ficar gravado para que outros possam ter acesso ao debate.

Eu queria começar propriamente falando da pesquisa lendo um poema que eu apresento de minha autoria dentro da dissertação, denominada “Alargados Horizontes: uma análise sobre o projeto nosso nordeste, nosso lugar de fala: articulando resistências e propondo uma educação popular”, é uma poema sem título que está na introdução de um tópico do último capítulo.

Falar do nordeste  
Sem ser eu um cabra da peste  
É um prazer sem destamanhos  
Porque honro também aqui  
O que dizem tão medonho  
Que é a forma que tem as be  
E se me atrevo a não ser macho  
É porque no fundo acho  
que a força que cria esse cabra  
Bem de perto é quase nada  
Quando a coragem acaba  
E uma lágrima os desaba  
As ideias que tenho aqui  
São fortes porque nascem em mim  
Mas por agora só falo o que descobri  
E deixo aberto o que há por vir.

É um poema com rima, no geral eu não escrevo assim, mas eu acho que eu estava lendo muito cordel nesse dia. O poema traz um pouco dessas reflexões, dessa escrivência, dessas vozes que me atravessam e quando eu penso em desenvolver a pesquisa dessa forma, foi porque a minha pesquisa anterior na graduação também já tinha sido uma pesquisa-ação, mas eu dei pouca atenção na minha ação, então, eu pensei numa pesquisa onde eu pudesse estar atento aos meus movimentos, entendendo a pesquisa-ação (I.A.P), não só como uma pesquisa sobre a ação, mas também a percepção do movimento que a pesquisa faz e aí dentro desse movimento eu estou presente nele. Então, eu tentei levar em conta algumas questões nesse sentido, que eu vou falar mais adiante, sobre como a nossa entrada na universidade, dos corpos que foram e são historicamente mais marginalizados, tensiona e vai continuar tensionando esse

espaço, os corpos negros, os corpos que transgridem as barreiras de gênero e sexualidades, os povos originários. E eu levei em consideração essas questões porque também me atravessam, por me identificar como uma pessoa socialmente lida como negra e tentando construir meu pertencimento como indígena, e também me identificando como uma bicha, talvez para hispano-hablantes que nos assistem, em espanhol bicha seria “marica”. E é proposital porque a mim não me agrada o termo “gay” ou “homossexual”. Uma reconceitualização do termo.

Ao adotar a pesquisa-ação eu pensei em fazer essa estratégia de uma pesquisa-ação escreviente onde eu analisasse o decorrer e o andar dessa pesquisa, que seriam as ações do projeto “Nosso Nordeste, Nosso Lugar de fala: articulando resistências e propondo uma educação popular”, que foi montar um material didático a partir das múltiplas experiências e resistências do Nordeste brasileiro. Eu não me propus analisar o outro, não me propus a analisar as experiências, mas principalmente tentei focar a análise no processo, questões relacionais minhas com a pesquisa, com as outras pessoas, com o espaço de interação, tendo em conta o meu corpo e considerando que não existe essa neutralidade na pesquisa. Como o meu corpo, um corpo racializado, um corpo que possui um histórico de opressão em relação às questões de gênero e sexualidade é lido e mediado nesse espaço de pesquisa. Ou seja, trazer essas questões para o texto. Mapeando essas experiências de resistências no Nordeste pude perceber que como falar sobre a minha existência como uma experiência de resistência que atravessou toda a pesquisa foi importante para des-romantizar o ideário que existe sobre a resistência e também refletir sobre como a branquitude e o colonialismo adoram que falemos somente sobre nossos processos de mortificação, e eu acho que é importante falarmos da nossa experiência do ponto de vista da vida e não só da dor.

Alguns elementos dessa escrevivência aparecem na dissertação a partir do momento que eu me coloco como uma pessoa situada no contexto nordestino e foi pro sul e que também, esse conflito regional, a xenofobia e o racismo sofrido no sul me

motivou a escrever a dissertação da forma que se deu. E outro ponto que eu trago dentro da pesquisa é como esse escrever pode e deve transbordar em outras formas de linguagem, nessa escrita acadêmica dura, profissional, aí eu trago essa escrevivência através da poesia e do bordado como uma outra forma de argumentação e legitimação desses discursos como tão importantes como os discursos da academia, que possui essa mesma validade dentro dessa articulação científica. O bordado diz “plantar chuva da descolonização para colher as águas ancestrais” e essa frase está bordada dentro de um mapa do Nordeste Invertido. Essas reflexões das outras linguagens tem a ver com as reflexões que a Beatriz Nascimento faz, quando no documentário Orí, ela diz que o corpo negro precisa se movimentar pra esquecer que um dia foi cativo. Esse movimento pode ser dentro da pesquisa, não apenas na dança, mas ele pode persistir através de outras linguagens. A minha escrevivência só é possível porque - assim como Angela disse - existem outras pessoas que me antecederam. Eu trouxe outras linguagens que não são utilizadas pela academia e as situei com discurso de autoridade e legitimidade como se fossem acadêmicos. Disse também sobre o risco que a gente assume ao escrever, fazer pesquisa e o lugar de fala na pesquisa. Mas podemos deixar isso pro debate posterior.

**Diana [43:45min.]**

Todo mundo super pontual, muito bem!  
Izabela, passo a palavra pra você então.

**[Izabela] 43:51min.**

Boa noite!

Primeiro, agradeço a oportunidade. Ressalto a importância de estarmos aqui hoje nos encontrando e pensando o tema, o momento é delicado, mas, também, é uma forma de nos mantermos ativos e um modo de pensar o papel da universidade dentro desse contexto.

Embora apresentada, início a introdução ao meu processo de pesquisa falando um pouquinho de mim. Sou filha de pescadores, nasci em Foz do Iguaçu/PR, uma região fronteira, filha de mãe mineira que migrou para cá, mulher de axé, Ewebela, dofotinha de Ossain. Escrevo e adentro ao espaço da universidade tentando falar na pós-graduação das mulheres que me cercam. Quando iniciei a proposta de pesquisa eu vinha de uma experiência marcante, de um trabalho de conclusão de curso no qual realizei a montagem de uma peça de teatro entre mulheres e eu queria suprir a ausência do debate epistêmico sobre essas corporalidades dentro da pós-graduação. Iniciei a pesquisa de mestrado tentando conversar com corporalidades femininas, com corporalidades que me faziam existir como pesquisadora e mulher negra fronteira. “Sou entre elas. Na encruzilhada dos saberes: fronteiras, escrevivências e (re)existências de mulheres negras na cidade de Foz do Iguaçu” (2019), é o título da dissertação que realizei e eu começo a pesquisa com a ideia e com a provocação de tornar e refletir o cotidiano como parte do processo de aprendizagem. No meio da pesquisa, eu me tornei gestante. E tornar-me mãe alterou um bocado a minha relação com a pesquisa e fundamentalmente a minha percepção de mundo. Enquanto mulher que pesquisa e já tocada por essa necessidade de lidar com referências femininas, o adicional da maternidade, conduziu mudanças e entre elas a forma que escolhi de me aproximar das mulheres que me cercavam, entendidas como intelectualidade e referências para pensar o cotidiano. O contexto do cotidiano e a corporalidade fronteira são pensados como elementos da pesquisa, não como objeto, mas como parte que me constitui e sobre essa parte eu me movo em pesquisa. O fato de me tornar mãe, trouxe-me então, o desafio de pensar o corpo de maneira coletiva. O corpo gestante motivou uma relação diferente com a minha mãe. Ela já estava presente na pesquisa inicial, assim como outras mulheres lideranças femininas daqui da fronteira que eu queria lidar. Mas ela não era o centro da minha pesquisa. O tornar-se mãe, tornou minha mãe a principal referência da pesquisa. Abracei o processo de construção da dissertação aliada

com a escrevivência, pensando nas matripotências, nas vozes que nos configuram, nas vozes que carregamos e junto com minha mãe, como guia da pesquisa. Com bell hooks, com o debate sobre a teoria e toda a perspectiva da intelectualidade negra e seus desafios, fui levada no colo e conduzida a encarar o debate teórico como uma possibilidade também de libertação. Então as mulheres que me cercaram e as outras referências, elas entram nessa perspectiva embasada por bell hooks, como um posicionamento político. A escolha com quem conversar na pesquisa é política. A minha dissertação é uma conversa, é um espaço de diálogo ou o resultado dessa tentativa, que é guiada pela vivência e pelo cotidiano. E, aí as vivências que carregamos enquanto corporalidades localizadas ajudam a pensar, tanto o contexto de fronteira que nos situamos, quanto os atravessamentos históricos que traçamos. Assim comecei a brincar mais seriamente com a noção de escrevivência, como parte do meu canal de dizer. Foi uma busca de desenhar uma possibilidade de fazer dessas mulheres referências, de fazer minha mãe e outras mulheres existirem na pesquisa como partes que me configuram, como partes que me orientam e não como elementos objetificados. A pesquisa busca conduzir uma história não objetificada e coloca a vivência como uma possibilidade de refletir e pensar a sociedade.

Na prática eu realizei algumas reflexões em torno do conceito de escrevivência e sobre o conceito de intelectualidade, pensando as relações de epistemicídio e de colonialidade a partir das vivências orquestradas pela narrativa, pela memória que carrego da minha mãe e pelo diálogo que vou tecendo com ela durante a pesquisa. Vou refletindo ações que tocam a nossa realidade, ações que podem convergir com outras negritudes, pensadas como amefricanidades, por esse conceito que busca mostrar a necessidade de compreendê-las como contra-narrativas, num movimento que pensa as nossas potencialidades e não só as nossas dores. Da relação entre eu e minha mãe é conduzida a reflexão sobre a nossa entrada na universidade. A minha entrada nesse ambiente é também a de minha família, isso pensando de maneira

simbólica. Reflito o que isso significa no âmbito das políticas públicas, na história do movimento negro e os elementos que permitem esse passo coletivo. Da experiência como empregada doméstica de minha mãe, do relato, das dores, da luta, da resistência, das violências sofridas, busco pensar o lugar da mulher negra na sociedade. E aí, articulo a figura da mãe preta, seu contexto histórico, sua importância narrativa, referenciadas no que aponta Conceição Evaristo sobre o tema. Se faz presente também na relação de minha mãe, nas narrativas delas, nas dores que acabam sendo carregadas por minha corporalidade, as relações interracialais. Vindo de uma família interracial, as contradições históricas do processo de mestiçagem, elas nos perpassam, as ressonâncias da colonialidade se fazem presente. O que fazemos neste contexto é refletir o nosso cotidiano, nossas memórias, é reconfigurar esses processos de dor e nos entender como partes fundamentais de uma nação que se construiu a partir da nossa presença, a partir da nossa mão de obra, a partir dos nossos saberes, das nossas potencialidades, entendendo que é necessário reverter o espaço que nos é posto na história e colocar nossas práticas históricas como protagonistas. E neste aspecto, num movimento de reconstrução, a gente vai conversando, vai pensando o papel do feminismo, os elementos do feminismo branco, as barreiras que isso pode gerar entre mulheres negras. Como parte do movimento de estar na universidade, como uma vivência que gera rupturas, foi necessário também, pensar o que nos aproxima e nos distancia. São configurações reflexivas de luta, movimentadas por um estar no ambiente acadêmico, que lida com tensões, e aponta a importância de reconfigurar saberes. Como parte desse movimento, a pesquisa busca defender o cozinhar como algo potente, como algo que produz potência, que é conduzido por uma intelectualidade, busca valorizar de outro modo o ato de limpar e quem limpa, de entender porque historicamente ele é posto como algo menor. Dessa maneira, converso na pesquisa com a minha mãe e trato de encontrar referências para pensar o contexto da mulher negra em espaço de tensão, num espaço entendido pela dimensão de diálogo

fronteiriço. Estar na universidade conversando com outras mulheres, referências que nos faz e nos toca no momento, é pensado como parte de um exercício fronteiriço. Então eu acho que o meu desafio na pesquisa foi mediar e encontrar caminhos entre os espaços fronteiriços que eu vinha ocupando e o espaço da própria escrita, como foi colocado pelo Jonas. Entendo com a noção de escrevivência que é possível escrever academicamente lidando com as palavras de formas diferentes e aí a literatura, as artes visuais, as corporalidades podem dizer, de formas diferentes, sobre nossos modos múltiplos de vivenciar o mundo. Foi por aí que surgiu esse trabalho e que estamos caminhando, buscando romper com o mito da universalidade, defendendo o lugar e apontando os nossos lugares, como um lugar de multiplicidade. Somos múltiplos e podemos pensar de maneiras diferentes, como é feito deste lugar aqui, que é de cruzo, que é lugar de evocar Exú para manutenção do movimento e da diversidade.

**[Diana] 55:38min.**

Obrigada Izabela.

Agora já terminamos essa fase, vamos ver se alguém quer tomar a palavra. A Cleonice diz “foi um prazer ouvir”, eu acho que se refere ao momento que a Angela estava lendo o poema da Conceição Evaristo, aí depois ela diz “importantes aproximações entre escritores” vamos continuar pensando nessas aproximações, tem que ser bastante cuidadosas.

Emanuelle, que deve ser sua amiga, né Iza? Vários elogios. E o Luís Castro Quinteiro faz um comentário mais longo que eu vou ler agora, para quem quiser comentar:

Jonas, é muito oportuna a colocação das linguagens próprias das escrevivências frente às linguagens acadêmicas, sobre linguagens e metodologias acadêmicas há todo um embate nas ciências exatas e as línguas indígenas que naturalmente são resistentes às fragmentações, à conceitos e articulações que não são transladáveis e por isso surgem atritos pela universalidade do conhecimento, penso que às vezes se confundem

publicidade, disponibilidade das pesquisas e o colaboracionista acadêmico e isso pode reforçar pendências colonizantes de regionalismo, coletivismos.

Jonas eu acho que é para você comentar.

**[Jonas] 58:00min.**

(...) Eu não entendo muito o final, se ele quiser comentar... mas de um modo geral estou de acordo.

**[Diana] 58:15min.**

Muito denso o comentário, tem muita coisa aí, não sei se mais alguém quer tentar responder de alguma forma ao Luís...

**[Izabela] 58:29min**

Assim, um comentário que a escrevivência, ela não entra para ser frente às linguagens acadêmicas, mas ela entra pra ser uma linguagem acadêmica, nós estamos falando de uma metodologia tão potente e tecida por intelectualidade como qualquer outra linguagem acadêmica, acho isso importante em sublinhar, se falamos de lugares múltiplos, também, tecemos linguagens acadêmicas múltiplas.

**[Diana] 59:06min.**

Isso, e essa imagem que você colocou: “ah! Eu chamei para conversar” como se fosse assim: vamos trazer várias vozes para conversar e nessa conversa não tem assimetria, estão todas aqui pra compor um diálogo.

Então vou passar para o outro comentário, Laura Amato elogia, aproveito para agradecer aos colegas do programa (PPGIELA), Laura Fortes e Laura Amato, o professor Aníbal tá aí também. E a Laura Fortes diz assim, “parabéns e obrigada pelas

falas inspiradoras, o que vocês destacariam na escrevivência enquanto metodologia acadêmica em contraposição às metodologias hegemonicamente reconhecidas?"

**[Angela] 1h00min.**

Posso esboçar uma resposta, se bem que resposta não tem, Laura. Mas uma reflexão sobre essas questões. Pensando a partir da minha própria experiência dentro do espaço acadêmico, eu venho de uma outra trajetória familiar onde a tradição acadêmica não faz parte. E uma das primeiras questões no conceito de escrevivência, é o quanto ele tensiona o nosso próprio lugar dentro da academia. Que "corpos" são esses? Do que estamos falando? Mas, também que leituras estão sendo feitas sobre nós? A academia é um espaço de poder, eu falo isso na sala de aula permanentemente. Enquanto um espaço de poder, ele é extremamente tensionado pelas relações raciais. Se pedirmos para pensar num(uma) professor(a) universitário(a), a imagem sempre será de um(a) homem/mulher branco(a). E a mulher negra, mulher indígena, mulher trans? A elas é negado o direito à intelectualidade? E isso fala sobre esses espaços e uma das questões que eu acho importante para pensarmos no conceito de escrevivência, é que todas essas questões atravessam as nossas produções acadêmicas, nossas pesquisas. As teorias em nada são isentas, pelo contrário, mas não é somente para pensarmos nas questões das mulheres, mas também questionar: Qual é a teoria produzida pelo homem branco? O que ela nos traz? O homem branco se coloca nessa produção? De que forma ele se coloca? Que produção é esta? Que olhar é este? Todas essas questões atravessam o conhecimento que ele produz. Então, pensar nesse processo de construção do conhecimento é extremamente importante, considero uma das questões mais caras do conceito de escrevivência: nos pensarmos dentro desse processo de construção de conhecimento e tensionar as teorias existentes. Uma das questões que Conceição Evaristo vai dizer, numa entrevista e já

ouvi ela dizendo em outros momentos também, mas a forma como os livros dela entram na academia não é pelos próprios acadêmicos, é, principalmente, por seus pares, especialmente pessoas negras do movimento negro, são eles, são elas que quando entram na academia trazem consigo suas teorias. O conceito de escrevivência, nos faz pensar numa diversidade que é necessária, numa diversidade que provoca um tensionamento saudável que vai produzir novas teorias, novos posicionamentos e discussões metodológicas. Ao contrário de uma academia que a gente vai lá aprender as críticas, mesmo sendo a crítica algo fundamental para a produção do conhecimento acadêmico, mas a autocrítica é muito pouco utilizada. E isso, eu tenho certeza, que o conceito de escrevivência nos traz, uma autocrítica, mas a todos nós, permanentemente, e isso é de uma potência muito grande para nos pensarmos, porque também estabelece uma relação com quem nós estamos trabalhando, como Jonas e a Izabela trouxeram agora. Ou, a Cauane que trouxe na pesquisa dela em Florianópolis, com mulheres negras. Que relação é essa que estabelecemos? Dessa relação, que conhecimentos são produzidos? Não são conhecimentos simples, pelo contrário, são conhecimentos extremamente complexos. E são complexos pelas relações que estabelecem. Porque são outras relações. São outras relações definidas a partir de conhecimentos expulsos desse espaço da academia. Então, o conhecimento, por exemplo, de Astronomia da cultura indígena Guarani, ela pode ser tão ou mais potente que o conhecimento acadêmico, mas como é que nós construímos essa hierarquização do conhecimento?

Então essa é uma das questões que eu considero bastante importante. O conceito de escrevivência, ele tensiona esses debates, essas hierarquias e construções de conhecimento. E propõe novas epistemologias para pensarmos essa construção no espaço acadêmico e em outros espaços fora da academia onde são construídos muitos outros conhecimentos, promovendo um diálogo, como uma conversa mesmo, como nos disse a Izabela, anteriormente a respeito da sua pesquisa.

**[Izabela] 1h07min.**

Eu também gostaria de fazer uma consideração e destacar a escrevivência, a partir das nossas experiências e via essa relação que busca não lidar com objetos de pesquisa, como algo diferente da (auto)etnografia, que neste caso, não é o método que nos direciona, porque ela lida com objetos e aqui a gente não tá lidando com objeto, inclusive a gente tá reconhecendo que há corporalidades múltiplas, que se configuram de maneiras diferentes, que adentram os espaços da universidade, precisando falar com outras referências e que não querem lidar com objetos. (A Cauane também coloca) Sobre a questão da temática, a gente não está falando da questão do negro, da questão da amefricana enquanto temática, enquanto objeto, mas sim enquanto vivência, enquanto corpo e memória coletiva. E aí esse processo metodológico conduzido pela escrevivência dá conta dessas tensões. Ele nos coloca num lugar de fronteira, de desconstrução. Mas, como mulher que nasce em contexto de fronteira e que tinha esse espaço naturalizado, tive que aprender a ver diferente essas relações. Então, hoje eu entendo também, a escrevivência e a potencialidade da fronteira, enquanto epistemologias. A prática da escrevivência abre outras necessidades epistêmicas, outros processos e modos de lidar com o conhecimento.

**[Jonas] 1h08:50min.**

As pesquisas que têm essa proposta, são pesquisas que tensionam a universidade, e trazer essa discussão para o programa é bom porque não são todos os professores que têm essa perspectiva e obviamente nem todos vão ter, mas quando a gente faz essas discussões e adota essa metodologia, esse tensionamento acontece. Esses tensionamentos que acontecem e que demonstram como a gente está ocupando os espaço e perspectivas metodológicas de outras formas.

**[Diana] 1h10min.**

Eu queria só acrescentar, respondendo ainda à Laura Fortes e trazendo a escrevivência para dentro da academia: como metodologia ela é inclusiva, permite que entre, como parte da pesquisa, a subjetividade de quem faz a pesquisa, reconhecendo que não somos neutros, que esse é um espaço de poder e que tudo que fazemos está imbuído de ideologias diversas. Então, a escrevivência traz à tona essas ideologias que estavam antes ali, como se não existissem, e que sim existem, reconheçamos ou não.

**[Diana] 1h12min.**

Bueno, vamos continuar aqui com mais comentários, a Kauane diz “escrevivência se apresenta como possibilidade metodológica para dar conta de ineficácia dos métodos hegemônicos que acabaram por sedimentar a outridade numa perspectiva do que o Guerreiro Ramos chamou de negro-tema, por exemplo”. Bom, é um comentário complementar; Denise Marinho diz: “parabéns pelas construções, o risco que a gente assume também é um tensionamento a escrever-se enquanto metodologia de pesquisa”, são mais complementações ao que a gente tá dizendo. Sérgio Luiz Winter diz assim: “o pesquisador que não usufrui da pesquisa-ação da escrevivência em seus trabalhos, além de perder uma oportunidade de conhecimento direto deixa de evoluir como profissional e como pessoa. Professoras, conseguem identificar uma maior procura por essas metodologias participativas? Egressos podem relatar a satisfação pessoal em poder aplicar essas metodologias?” Você quer começar Angela ?

**[Angela] 1h13min.**

Sérgio, uma das questões referente a essa pergunta é se consegue identificar uma maior procura por metodologias participativas? Tem uma questão bem importante para

pensarmos essas metodologias, essas teorias, a partir do momento em que nós temos políticas de ações afirmativas e que nas universidades aumentam o número de pessoas, negras, indígenas, mulheres trans, ciganos, quilombolas, nós vamos ter que lidar com todas essas questões, porque uma coisa muito simples, essas pessoas todas vem com uma bagagem de conhecimento que nós precisamos estar lidando, no mínimo respeitando. Essas questões emergem a partir do momento em que estas pessoas entram na universidade e apresentam as suas teorias, fazem elas dialogarem nesse espaço acadêmico. Resistência é o que nos faz! Então, a diversidade em termos de presença de corpos diferentes dentro da universidade amplia essa diversidade teórico-metodológica. Eu sou de uma geração que eu era a única (ou uma das poucas) mulher negra numa sala de aula na graduação, no mestrado, no doutorado. Mas, quando nós temos grupos de pessoas discutindo questões entre os seus pares, isso é fundamental, isso muda a perspectiva acadêmica, por mais resistência que tenha, porque sabemos que tem, e não é pequena.

Eu gostaria de responder uma questão que o professor Aníbal colocou sobre o *sentipensar* e essas produções de fora da universidade, se elas deveriam continuar de fora. Então, elas vão continuar fora, mas elas também precisam estar dentro. Porque a universidade tem que se oxigenar, tem que se refazer e o papel dessas teorias é tensionar esta prática hegemônica, essas lógicas eurocêntricas que tanto nos constroem. Eu relendo a minha dissertação, a minha tese, hoje eu vejo perfeitamente uma perspectiva, uma teoria eurocentrada, não tive a oportunidade de trabalhar essas questões que estamos discutindo hoje. Os estudantes de graduação, mestrado e doutorado têm que ter outras opções, além da eurocentrada. Ela não tem que ser uma obrigação. Então, nesse sentido, a importância dessas teorias, dentro da universidade, é exatamente essa ampliação de opções e perspectivas, ampliação de perspectivas que possibilitam que as pessoas entrem e se vejam também nessas teorias, que elas não sejam teorias alienígenas, teorias que a gente constrói porque

precisa produzir dentro de um padrão acadêmico, numa lógica que é construída, mas que nos exclui. Então, eu acho que um dos papéis extremamente vivos, resistentes e fortes dessas teorias dentro da academia é exatamente pelo tensionamento que elas produzem e pelas possibilidades delas criam outros olhares, outras perspectivas, e outras construções teórico-metodológicas.

**[Diana] 1h18min.**

Eu queria só acrescentar que agora está muito na moda estudar as teorias decoloniais; está na moda, mas se a gente não aplicar para que serve? É mais uma teoria para a gente colocar embaixo dos outros livros que já estavam na mesa. Se a gente quiser realmente pensar em termos decoloniais, vamos procurar as formas para que isso aconteça efetivamente na prática, né? Na prática da pesquisa e na sua elaboração posterior, na escrita.

**[Izabela] 1h19min.**

Eu não necessariamente acho que toda escrevivência é pesquisa-ação, na maneira como é posta a metodologia da pesquisa-ação, penso que é uma questão importante a se pensar. Talvez se a gente for pensar a intervenção do discurso como uma ação, acho que isso é um elemento para ser tratado com mais cuidado. Mas, de qualquer forma, eu acho importante entender que quando falamos de escrevivência e, nesse ponto surgem muitas confusões, estamos falando de lugar de fala. Quando a gente aponta o lugar de fala, não quer dizer que agora todos devem trabalhar com escrevivência, todos tem que ser escrevientes. Estamos nesta reflexão construindo possibilidades de multiplicidades se manifestarem. Quando defendemos a multiplicidade, não dá pra cair no erro de apagar as especificidades e tentar homogeneizar outra vez, isso é uma prática colonial. Defender necessidades e contextos específicos não significa atacar a diversidade, pelo contrário, precisamos ter esse cuidado. Porque

o que a gente está dizendo é que o 'Outro' pode falar e que deve falar, inclusive a partir de seu lugar de fala. O que dizemos com isso é que a gente pode se fazer presente e trazer os nossos, a partir de uma perspectiva diferente do que a que já está posta hegemonicamente na academia. E isso não quer dizer que outras formas estão anuladas, há um medo colonial que fica evidente nesse movimento, pois quando a gente tensiona, os sujeitos universalizados não se encontram nesse lugar de construção. Quando o pesquisador Nogueira evoca Exú como filosoficidade, os Orixás como filosoficidades, e aqui Exú especificamente, ele aponta uma condução pela encruzilhada para o ambiente acadêmico e pras práticas metodológicas. E se a gente está trazendo a encruzilhada para o procedimento metodológico, a gente está trazendo a possibilidade, a possibilidade de existir e de falar de diferentes formas, acolhendo o espaço-tempo de quem fala. Acho que isso é importante de ressaltar. Então, é um fazer de satisfação pessoal? É uma satisfação, mas desde esta perspectiva outra de pessoal.

Na graduação eu senti e carreguei dores de não conseguir falar, apesar de lidar com o corpo diretamente, mas, de não conseguir com o aporte teórico tocar nas especificidades das corporalidades em cena. Mesmo dentro do memorial descritivo, por exemplo, parte do registro do processo criativo, tive dificuldade de entender a intelectualidade que conduzia a prática daquele escrever. Então acho que é uma satisfação, a gente conseguir se encaixar, se permitir estar dentro e estar fora ao mesmo tempo, de habitar essa dimensão fronteira. A gente enquanto coletividade, não quer só estar dentro da universidade, porque a gente não está, a gente não é só isso e não tem como a gente ser um pedacinho aqui, ser um outro lá, a gente é essa incompletude, essa relação, com contradições, com dimensões que nem sempre foram ou são acolhidas dentro da academia, a gente quer a encruzilhada como caminho e lugar de fala.

**[Jonas] 1h22min.**

Respondendo ao Sérgio, eu acho que sim, a resposta é sim. Porque o pessoal é político e vice-versa, então uma das principais satisfações nesse âmbito é não me apagar, o processo que é meu também e que em outras em publicações acadêmicas eu não estava presente aí, uma coisa que escrevi e que me atravessava também de diversas outras formas, esse não-apagamento é um dos pontos e também a satisfação ao mesmo tempo, o livro da bell hooks, que conheci “Ensinando a Transgredir”, numa disciplina que fiz com a Angela, me salvou muito, assim, mentalmente, porque eu estava com todas essas crises e aí lia a bell hooks e falava: Nossa gente! Então, acho que essa insatisfação também é uma insatisfação intelectual de você perceber como existem muitos outros caminhos e que meus pares estão também fortalecendo e indo por esses caminhos. Então, a satisfação de você também estar construindo ao coletivo, essa escrevivência é o fortalecimento desse outro caminho. E que também eu me sentia como me movimentando junto com a pesquisa, é uma outra satisfação, e que eu não via algo diferente, algo apartado, sentia que eu estava ali naquele mesmo processo e ao mesmo passo que a pesquisa se movimentava eu ia também. Acho que é isso, respondendo ao Sérgio.

**[Diana] 1h24min.**

Bueno, já são oito horas, eu vou passar a palavra para todo mundo fazer suas últimas considerações. A Júlia trouxe uma perguntinha, nas últimas considerações se quiser pode responder também para Júlia, e aí a gente já vai fechando. Ela pergunta: “Pode essa metodologia da investigação aplicar-se a qualquer tema ou depende das características?” Acho que a Izabela respondeu um pouco, mas deixo a pergunta da Júlia e as últimas considerações de vocês. Quer começar Angela?

**[Angela] 1h25min.**

Júlia é uma pergunta difícil, mas eu acho que não depende só das características, mas de quem realiza a pesquisa, acho que a primeira questão é conhecer esse debate e pensar sobre ele ou não, se ele cabe ou não, como a Izabela colocou é mais uma possibilidade e não como se todos tivessem que optar pela escrevivência. É uma decisão que tem que ser amadurecida. Então, não é uma decisão fácil, ela não depende do que se vai estudar, por exemplo, mas de quem vai pesquisar também. Acho que isso é bem importante, a pesquisadora, o pesquisador são determinantes na escolha, mas é uma pergunta que com certeza dá para pensar a partir de várias questões. Quero finalizar agradecendo mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui com a Izabela, com o Jonas e a Diana falando sobre uma questão que para mim é extremamente cara, importante e que fala de mim. Não é uma teoria que paira e eu estou ali tentando absorvê-la. É uma teoria que fala a partir de questões que me tocam enquanto uma mulher negra. Então, essa é uma das questões: Quem somos para estabelecer essa relação com essa teoria? Que relações estabelecemos com a teoria a partir de quem somos?

Para mim é um grande prazer estar aqui exatamente porque é um debate que eu vejo muito pouco na academia, muito pouco mesmo, e é uma oportunidade de nós estarmos aqui pensando e discutindo dentro de um mestrado. Então mais uma vez obrigada. Gostaria que tivéssemos muitas outras oportunidades para trazer esses debates e ampliar essas teorias e metodologias porque são muitas, e são fantásticas. Essa diversidade teórico-metodológica é gigantesca e a academia tem que aprender a olhar para fora, com outros olhares, não com o olhar de tentar absorver essas teorias, mas aprender com elas. Então, meu muito obrigada a todas e a todos.

**[Izabela] 1h29min.**

Eu queria agradecer.... É com muito respeito que agradeço a Diana e a Angela aqui presentes, se não fosse esse protagonismo de

vocês também dentro da universidade, cada qual de um lugar específico, acho que a gente não poderia ter conquistado esse espaço de construção pelo direito de falar, a partir daquilo que nos cerca, a partir das nossas necessidades. De maneira muito respeitosa, eu agradeço o caminho que vocês abriram, o espaço de hoje, a maneira sensível como sempre lidaram com o fazer acadêmico e orientaram a pesquisa, pelas referências que trouxeram. Conduzida pela noção de respeito que emana dentro do contexto de matriz africana, no reconhecimento e valorização das nossas mais velhas, reitero meu agradecimento.

Obrigada pelo espaço de hoje.

### **[Jonas] 1h30min.**

Me sinto contemplado pelas palavras da Iza. E é isso. Agradecer pelas orientações que acho que começaram lá nas aulas quando a gente estava ali discutindo. Todas aquelas aulas me movimentavam de uma forma que eu não imaginava. Porque eu saí de uma graduação e fui pra outra e eu achava que já tinha aprendido tudo. E quando vim para o IELA, todas as minhas verdades caíram por terra. E foi muito bom essa desconstrução e vocês fazem parte disso. E aprender a deixar as verdades caírem. E esse espaço representa muito isso. Aí eu aproveitei também pra retomar duas falas que vocês fizeram no início sobre a pessoa que sonha e sobre os poemas “Vozes Mulheres” de Conceição Evaristo. Quando ela fala das “vozes engasgadas”, porque uma pessoa que sonha não é só uma pessoa que sonha acordada, mas também a pessoa que sonha dormindo e sonha muito, e esses sonhos têm uma conexão muito forte com a ancestralidade. E eu sonhei com meu avô durante a pesquisa, bem doente e vomitando um sapo, então eu acordei muito, muito triste. Foi um dia bem ruim. E dias anteriores a esse eu tinha engolido alguns sapos, então eu fiquei muito pensando sobre isso, como essas conexões acontecem e como não é bom deixar as “vozes engasgadas”, porque elas nos matam.. Acho que é isso mesmo, agradecer...

E axé!

**[Diana] 1h33min.**

Agradeço a vocês e a todo mundo que ficou com a gente durante todo esse tempo, acho que foi um ótimo diálogo, espero que a gente continue, que a gente consiga construir outras oportunidades como essa; que a gente escreva e continue falando dessas possibilidades e com isso ampliando e trabalhando pela melhoria e pelo aprimoramento do nosso programa de pós-graduação na Unila e no Brasil, de um modo geral.

## Escritas fronteiriças para transbordar limites: Conceição Evaristo e Orlando Fals Borda

Izabela Fernandes de Souza  
Diana Araujo Pereira

### 1. Introdução

Este ensaio tem por objetivo aproximar dois autores que, apesar de marcadas diferenças biográficas e disciplinares, têm em comum a reflexão sobre o papel social e cultural da escrita. O sociólogo Orlando Fals Borda (Colômbia, 1925-2008) e a escritora Conceição Evaristo (Brasil, 1946) fundamentam suas pesquisas e publicações sobre a pergunta pela potência comunicativa das palavras, construindo, em âmbitos diferentes, propostas muito autênticas do que neste ensaio chamaremos de escritas fronteiriças. Por meio do diálogo entre a escrita *sentipensante* de Fals Borda e a *escrevivência* de Evaristo, abordaremos a escrita liminar de autores que se colocam na fronteira entre o pessoal e o coletivo, incorporando a subjetividade como lente analítica para processos de ordem sócio-histórica. Neste ensaio a fronteira é, portanto, um lugar de encruzilhada que desafia noções hegemônicas sobre produção de conhecimento; um lugar de múltiplas possibilidades, cujo dinamismo permite um pensar, sentir e agir situados, baseados nas relações; um lugar de negociação das assimetrias e das inúmeras violências que pretendem separar, embora também convide ao drible, à troca e às conexões.

Neste lugar epistemológico de transbordamento, pensaremos a relação do indivíduo com o coletivo através de escritas que questionam o mito da neutralidade cartesiana, colocando como parte do processo de saber a corporalidade, o sentir e suas intersecções. A *escrevivência*, pensada por Conceição Evaristo, e o chamado à *sentipensar* a realidade, elaborado por Fals Borda,

permitem uma escrita fronteira que transborda limites, conecta temporalidades e inscreve formas de resistência.

Para esta análise, as escritas fronteiriças e sentipensantes conduzem a encontros marcados por porosidades e polissemias capazes de enfrentar as assimetrias epistêmicas e, como consequência, capazes de elaborar a escrita como meio de sobrevivência simbólica. As aproximações aqui propostas refletem e exercitam, por conseguinte, a prática comunicativa das palavras mediante o tensionamento de limites e determinações hegemônicas sobre o uso da escrita.

A fronteira, por sua vez, é compreendida como um lugar de encruzilhada, que desafia noções hegemônicas sobre produção de conhecimento. Assim, partimos da concepção de fronteira como um lugar de reflexão, diálogo, tensão e atravessamentos voltados para a abertura e o movimento. Se por um lado nas fronteiras acumulam-se as negociações e os trânsitos entre as relações formais e informais, pessoais e institucionais, marcadamente assimétricas, por outro também se conformam como o lugar do drible, da troca, da dobra, das conexões (PEREIRA, 2020; SOUZA, 2019).

Situadas nesta abordagem, trataremos de pensar a escrevivência como um procedimento fronteiro que inclui a dimensão do coletivo e seu lugar de fala. As escritas de escrevivência são pensadas, em sua potencialidade, como aquelas que encorajam produções e processos de escritas, que pensam porque sentem, ou dito de outra forma, por sua dimensão dialógica senti-pensante. Nesse sentido, a relação entre o sentir e o pensar não é interposto dicotômico, mas, antes, multiplica possibilidades que resgatem modos de pensar não eurocêtricos. As escritas fronteiriças se constituem pela vivência e pretendem, conscientemente, produzir aberturas históricas e epistêmicas; escritas marcadas por porosidades e polissemia, cujo movimento enfrenta as assimetrias de qualquer ordem: geográficas, sociohistóricas, culturais, ou ainda identitárias.

## 2. Fronteira

O conceito de fronteira abarca diferentes significados e proposições. Engloba relações sociais de poder, de trocas, trânsitos e silenciamentos. Entendendo a fronteira como um espaço dinâmico e polissêmico, no qual se articulam diferentes sistemas simbólicos e construções sociais, essa aproximação ao tema, como sublinha a socióloga Águas (2012), não pode deixar de basear-se nas relações políticas que demarcam o jogo entre similitudes e diferenças.

A fronteira (conceito que se desprende do âmbito geopolítico e se amplia para a reflexão sobre as construções socioculturais atuais) problematiza e evidencia imaginários hegemônicos e a existência de outridades. A fronteira, através das relações de poder estabelecidas nos espaços e *entre-lugares*, como pontua Águas (2012), pode proporcionar uma reconfiguração de identidades enriquecedoras, e noutros, podemos encontrar um espaço marcado pela exclusão.

Pode-se afirmar, também, que a fronteira é fruto de uma construção imaginária (PEREIRA, 2014), compreendida como um espaço de compartilhamento de processos históricos. Devemos somar as restrições e delimitações postas ao entendimento de fronteira como

um lugar de passagem, trânsito e circulação de mercadorias, seres, ideias, línguas e práticas sociais que criam novas territorialidades, ou seja, novas paisagens (Santos, 2008) com características próprias e particulares. O limite imaginário da fronteira em contraposição à prática social articulatória que gera hibridações em diversos âmbitos culturais. (PEREIRA, 2014, p.182-183).

A noção de fronteira, neste ensaio, conecta-se com a perspectiva da encruzilhada, como um lugar de possibilidade, de transbordamento e de transito-vivências. Vista não como um lugar limitador, mas antes como abertura de possibilidades por oferecer diferentes caminhos, a fronteira gera também insegurança, especialmente se considerarmos que há uma perspectiva sociocultural dicotômica limitada entre bem e o mal, entre caminhos

certos e errados. No entanto, a fronteira é o lugar das múltiplas escolhas. Ela carrega o movimento, o trânsito das relações formais e informais. É o lugar da negociação, das assimetrias, da violência que parte, que quer separar, embora, contraditoriamente, também gere a necessidade da dobra, do drible, da contravenção. Por tudo isso, a fronteira é lugar de demarcação, do atravessamento como luta pelo existir; é onde minorias se organizam e enfrentam as assimetrias, como meio de sobrevivência.

Sobre esse aspecto, Diana Araujo Pereira (2014) sublinha que, nas regiões de fronteira geográfica, as relações de “tensão inerentes às negociações cotidianas dos espaços de poder em nível individual e coletivo são ainda mais intensificadas” (PEREIRA, 2014, p. 186). Esses espaços convergidos nesses encontros fronteiriços, na perspectiva da autora,

ganham em complexidade e podem ser vistas como laboratórios experimentais, cuja ênfase nos trânsitos e circulações variados transformas em espaços privilegiados para a observação da diversidade e, de forma mais explícita, das conflitivas e ricas dinâmicas de diálogo e hibridação cultural. (PEREIRA, 2014, p.186).

Considerando que as narrativas hegemônicas expressam valores e hierarquizam os entendimentos de fronteira, podemos caracterizá-las, segundo as diversas formas de divisão que moldam a maneira moderna de viver, de entender o outro, de compreender o mundo e as relações sociais. Mesmo dentro de um território nacional é possível deparar-se com diferentes fronteiras que não são fixas, mas estão em contínuo movimento e confronto com o imaginário hegemônico da nação. “No campo das sociabilidades, das fronteiras que separam em fronteiras que unem - esse movimento e o esbatimento dessas barreiras confluem um processo emancipatório” (ÁGUAS, 2012, p. 214).

As relações fronteiriças são caracterizadas pela heterogeneidade e podem ir além do dado territorial, ampliando-se para o entendimento das relações entre grupos, classes, territórios ou indivíduos. Há um caráter divisório que atravessa

essas concepções e, também, um potencial transgressor que as configura: “Limitar-se na fronteira e ora transgredi-la – de maneira concreta ou simbólica – são movimentos que formam a dinâmica pendular e ambígua da realidade mais cotidiana de quem habita uma região de fronteira geográfica” (PEREIRA, 2014, p. 182).

Sendo assim, vale recordar que a fronteira também se configura como um espaço de circulação; há uma criatividade que circunscreve a experiência fronteiriça, como um ambiente de porosidades que caracterizam a prática fronteiriça, pois, ao mesmo tempo em que há um limite que separa, há um *entre-lugar* que une.

A fronteira, portanto, pode ser compreendida como uma construção histórica de acordos políticos que demarcam e estabelecem limites, mas que podem ser transbordados. Esses limites atendem a noção de fronteira geopolítica que separa e delimita estados nacionais, mas que se estende a grupos sociais em sua diversidade, ou ainda, às racionalidades que determinam modos de produção de conhecimento legítimos e superiores, e demarcam outros como inferiores.

Esses processos se dão mediante uma série de invenções narrativas e naturalizações de limites que, como pontua Antonio Moraes (2002), estabelecem a fetichização das fronteiras ao tomá-las como naturais. O autor pensa a fronteira como uma construção ideológica, desenvolvida junto a um processo legitimador e que geralmente tem em sua gênese um caráter bélico. O processo de naturalização da conformação fronteiriça passa por um construto jurídico, ganhando sentido na conquista e legitimação objetivadas, que passam a ser assimiladas e interiorizadas pelos atores sociais envolvidos (MORAES, 2002).

O pesquisador Moraes (2002) pontua que a conformação dos Estados passa por afirmações de identidades nacionais, que são interiorizadas como forma de gerar pertencimento, convencimento e estabelecimento de bases espaciais: “a pátria é, antes de tudo, um espaço e uma tradição” (MORAES, 2002, p.78). Essa tradição é resultado de uma construção social sujeita às determinações colonialistas de sua época. Sendo assim, a maneira como

ajustaremos essas narrativas, esquecimentos e mesmo mitificações, gira em torno de um campo de interesses e lutas sociais.

Nesse sentido, é importante pensar o estabelecimento das fronteiras localizadas historicamente, produzidas através do manejo de interesses regionais e internacionais, sendo necessário compreender que sua estrutura está fundamentada dentro de uma lógica colonialista, junto e através de mitos fundacionais. Tais construções foram conformadas a partir da elaboração e da racialização de grupos sociais, consolidados dentro de uma lógica positivista de pensar-se e de projetar-se na história das relações étnico-raciais hierarquizadas. O protagonismo eurocêntrico é marca deste processo, configurado para ser imposto, como padrão e sistema-mundo a outros grupos e culturas (QUIJANO, 2005).

Sendo assim, essa perspectiva entende, tal como o sociólogo Aníbal Quijano (2005) sublinha, que os processos de independência dos Estados na América Latina não foram processos que caminharam de forma independente em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas sim uma rearticulação da *colonialidade do poder* sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005).

Nesta via, ao relacionar a concepção de fronteira e a construção das narrativas históricas, vemos que a fronteira vem sendo utilizada como meio de reconfiguração de identidades no continente. Pensar as fronteiras, nessa perspectiva, abre caminhos que implicam conhecer e reconhecer essas invenções e movimentos. Sendo assim, abre espaços para inclusão dos meios e práticas de resistir e de disputar existências, marcados por contextos marginais, pois a conformação das fronteiras marca as realidades geográficas e socioculturais latino-americanas.

Pensem, também, no estabelecimento das fronteiras raciais, em uma sociedade patriarcal construída a partir de relações raciológicas, como processo que incide de forma particular sobre as múltiplas produções do ser e do saber. Para Nascimento ([1989] 2006), ao pensar a questão do negro no Brasil, é a ideologia nacional que ajuda a entender porque o negro se encontra à margem (*apud*

RATTS, 2006), pois o autor salienta que cabe entender a ideologia nacional de forma complexa, não fragmentada, não retida em termos sociológicos, economicistas, de classe ou etnográficos, mas sim através de abordagens que também levem em conta as questões raciais e seus recortes necessários, interseccionais, advindos de um processo que não cessou.

### **3. Escrevivência**

Escritas fronteiriças são aquelas que desafiam os contornos, uma vez que potencializam a palavra que se articula nos limites, nas margens do uso histórico da escrita. Partindo do princípio de que o mundo letrado se configura historicamente como um âmbito composto pela exclusão, cuja legitimidade imposta pelo sujeito branco, auto-denotado como universal e como padrão, desconsidera a produção cognitiva que venha de outros corpos, precisamos ampliar este mundo letrado, para que nele caibam intelectualidades periféricas que utilizaram o meio escrito a partir do desenvolvimento de técnicas e artimanhas voltadas a sabotar esse espaço histórico de poder articulado por um projeto de mundo branco/eurocêntrico. Esse exercício pode ser compreendido como um movimento fronteiriço que tensiona limites e amplia as fronteiras da produção de conhecimento.

Assim, a escrita fronteiriça é aquela que tensiona barreiras e exercita acessibilidades de modos de compreensão do mundo via palavra escrita. O escrever visto como parte desse ato, que defende o direito à vida, de um fazer viver-existir, enquanto epistemologia, enquanto narrativa histórica, podendo estar relacionado com o âmbito acadêmico ou não. Trata-se de um processo em que vozes coletivas se interligam, pois existir mediante a escrevivência é parte de processos de luta coletiva.

O escrever tece narrativas conscientes, marcadas por uma voz localizada e em consonância com seu movimento histórico amefricano. A amefricanidade, proposta por Lélia Gonzales (1984), trata de pensar o corpo negro transatlântico e seus modos de

resiliência. Nesse lugar histórico, a escrevivência formula narrativas que ferem um cenário escrupuloso, uma vez que liga a teoria a uma prática. A produção de conhecimento no escrever está configurada por meio do elemento de ação que intervêm na realidade, multiplicando vozes. O escrever é um exercício de (re) existir, requer ginga e *malemolência*, visto que busca subverter estruturas coloniais, como modo de sobrevivência.

A escrevivência, como destaca Conceição Evaristo (2005), relaciona-se com um processo de instrumentalização de escritoras negras que fazem uso do universo literário, via escrita, que sacode e incomoda “o sono injusto da Casa Grande”. O escrever, como explica Evaristo (2005), diz respeito a uma escrita que nasce da experiência situada, marcada pela vivência e subjetividade de mulheres negras. Essa escrita carrega elementos da oralidade corporificada, congrega e se instrumentaliza em diferentes dizeres e em raízes amefricanas. Nesse aspecto, enquanto signo de resistência, o escrever precisa recompor a racionalidade de seu povo. Entende-se que esses saberes foram transmitidos majoritariamente por via corporal, assentando-se na corporalidade, a partir da forma de olhar, dançar, caminhar, plantar, louvar... mesmo que silenciada, a racionalidade negra perdura *aquilombada* nos corpos e práticas negras, como bem destaca o poema/performance de Luciene Nascimento (2017) *Tudo nela é de amar*<sup>1</sup>

A pele preta já vem do ventre tatuada inteira de história, que é a memória ancestral retratada na forma do nariz, na forma como lida, como fala, como luta e como cala, porque luta até no silêncio dos lábios mordíveis, mastigando qualquer coisa. Quando repara e se envergonha, o sorriso que contrasta. O tanto de amor que ela já sabe que vai precisar ensinar aos seus filhos, ela já guarda em cada maçã do rosto. (NASCIMENTO, 2017).

Conduzidas pela noção de escrevivência, compreendemos esse conceito como um modo de transbordar fronteiras, como estratégia de afirmação negra que busca inserir na escritura sua

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ZoomUrbanoMidiaBilingueIndependente/videos/1049560878512556/>> Acessado em: 7 de agosto de 2017

racionalidade; como forma de sabotar e transgredir o significado histórico das letras e da *colonialidade do poder*.

De acordo com Conceição Evaristo (2017), o termo *escrevivência* surge fundamentado em um imaginário histórico que precisamos borrar e rasurar. Esse imaginário reproduz, na literatura brasileira, principalmente do período Romântico, a figura da “mãe preta” contando histórias para adormecer a prole da Casa Grande. A concepção de *escrevivência*, como Evaristo conta, “não é pra adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2017). Nesse sentido, o conceito nasce de uma necessidade de projetar na escrita, a história do povo negro, a partir de suas próprias perspectivas, entendendo que essa escrita, como definida pela autora, “se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva,” apresentando-se como mecanismo de registro da vivência da mulher negra na sociedade brasileira:

A escre-(vivência) das mulheres negras explica as aventuras e as desventuras de conhecer uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. (...) Essas escritoras buscam na história mal contada pelas linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura e dos corpos negros, assim como em outros discursos sociais, elementos para comporem as suas escritas. (*apud* CÔRTEZ, 2016, p. 52, EVARISTO, 2005, p. 204).

Dessa forma, é fundamental entender que a escrita ou *escrevivência* das mulheres negras, é uma forma de fazer ecoar suas perspectivas e revisões históricas, suas memórias e saberes, como também os traumas, medos e reflexões que buscam quebrar os silêncios históricos. Nas palavras da pesquisadora Cristiane Côrtes (2016), a *escrevivência* teria um papel duplo de releitura ou rasura da história; atua intimamente com as dimensões do silêncio, pois tem à frente mulheres intelectuais que utilizam conscientemente o poder de transformação da leitura e da escrita para rever e reparar os silêncios históricos e os estereótipos concernidos à mulher negra. A autora irá entender que a partir dos desdobramentos e da transgressão do silêncio, essa intelectualidade traz para o espaço da escrita a diversidade e a

identidade junto dos seus conflitos. “Seu caráter é de denúncia e sua ferramenta é a da experiência, pois nela há a possibilidade de leitura do que foi negligenciado” (CÔRTEZ, 2016, p. 53).

Ainda nesse contexto, de acordo com Côrtes (2016), a perspectiva da escrevivência alcança uma dimensão cultural e política, visto que costura a percepção mais profunda da vida: texto e experiência. Na concepção da autora, a prosa poética de Evaristo atua como um *silêncio transgressor* marcado exatamente por mostrar o que falta e o que faltou historicamente, e, especialmente, por preservar o narrador que lê sua própria língua de uma forma particular e ao mesmo tempo coletiva. “Suas experiências pessoais são convertidas numa perspectiva comunitária”, pois a ideia da escrevivência relaciona-se com o coletivo, que é fortalecido pela redistribuição do “eu” para fortalecer o “nós”; sendo assim, a escrevivência é uma forma narrativa que “une experiência à linguagem para resgatar o passado ou vivificar a memória” (CÔRTEZ, 2016, p. 56).

Tal como poderia ser entendida outras formas de expressões artísticas que a mulher negra utiliza como ferramenta de luta, a escrevivência é aqui pensada como uma forma de quebrar com silêncios, uma vez que atua na sua intimidação, segundo expõe Djamilia Ribeiro dos Santos durante a palestra *romper com os silêncios*, no TEDx São Paulo Salon:

Quando eu penso no silêncio, eu penso nos silêncios institucionais, eu penso nos silêncios em relação à naturalização das mortes dos corpos negros. Eu penso nos silêncios em relação às desigualdades. Eu penso nos silêncios, quando a gente está em espaços, ou em um país como o nosso de maioria negra, e a gente não se enxerga, a gente não se vê nesses espaços. Aí quando eu penso em silêncios, eu penso como que esses silêncios são construídos a partir da imposição de voz única, de uma voz que quer falar sobre nós, de uma voz que quer falar sobre meu corpo, que impede que uma pluralidade de voz possa falar. Então ter direito a voz, é ter direito a humanidade. (SANTOS, 2017).

Sendo assim, é importante evidenciar, como ressalta Grada Kilomba (2008, p. 2), que denunciar os silêncios “não significa que

não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes têm sido constantemente silenciadas através de um sistema racista”. Essa impossibilidade de fala emerge de um projeto análogo sobre os sujeitos falantes e os seus/suas ouvintes, pois o ato de falar é fruto de uma negociação entre quem FALA e quem OUVI. Ouvir, como Kilomba (2016) destaca, inscreve-se como um ato de autorização para quem fala: “eu só posso falar se a minha voz for ouvida. Mas ser ouvida vai além desta dialética. Ser ouvida também significa pertencer” (KILOMBA, 2016, p. 3).

O corpo no escrever é um elemento da escrita. Ele é o elo que liga, que conecta, que transcende. O corpo é o canal que produz a revisão crítica, que inscreve narrativas múltiplas. Nesse sentido, cabe pensar criticamente o campo epistêmico que separou o corpo – mediante a hierarquização do saber ocidental – da razão, para então refletir sobre os silenciamentos históricos de outridades não brancas. Fanon (2008) também chama a atenção para a questão corporal, refletindo a relação colonial que rege a experiência do negro com seu próprio corpo, visto que o corpo negro é constituído dentro de uma dimensão colonizadora, comparativamente ao corpo branco.

Pensar o corpo como produtor de conhecimento é uma forma de enfrentamento e luta contra o racismo. Segundo Alex Ratts (2006), Beatriz Nascimento (1989) trata de pensar a corporalidade negra como um quilombo que se dilata ao longo da história, que resiste e reinventa-se diante das estruturas racistas, conduzida pelo conceito que advém da língua Yoruba, Ori, que literalmente significa cabeça: “entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para interpretar-se numa única visada restauradora a desumanização do indivíduo negro e suas possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade” (RATTS, 2006, p. 63).

Nascimento (1989) pensa o Ori como parte que configura um corpo aquilombado que se movimenta pelo espaço, que redefine a experiência da diáspora e sua transmigração; movimento que segue pungente, marcado pela necessidade de trocar a senzala pelo quilombo, como reação ao sistema escravista e que continua como

lócus de resistência nas favelas, nas escolas de samba, nos maracatus, nos bailes Black, no culto afroreligioso, nos movimentos negros contemporâneos: “A Terra é meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou” (NASCIMENTO, 1989, *apud* RATTTS, 2006, p. 59).

Esta autora entende que a luta pela liberdade negra passa pela luta da sua própria libertação, por isso a necessidade do cuidado aparece relacionada ao Ori; o cuidar pode estar vinculado com rupturas, com o refazer, com as conexões ancestrais; o cuidado é tomado como um rito de passagem, pois denota a toma de auto-consciência. Ori, para a autora, afirma que “você é poder”, é a identidade individual, coletiva, política, histórica. (RATTTS, 2006, p. 64)

O escrever poderia ser compreendido como parte deste movimento que responde à necessidade de empoderar e ativar consciências sobre as marcas e narrativas potentes que carregamos. O escrever é um instrumento de aquilombamento que produz narrativas de existir e que, somado à perspectiva de Nascimento, poderia ser pensado como parte dos processos de (re)construção da memória, especialmente quando a autora incumbe-se de pensar o passado através da relação de empoderamento que se dá na ligação do ser potente com a força que emana do Ori. A estudiosa trata de entender esse processo como um novo estágio de vida, como uma forma de encontro estabelecido enquanto rito, “só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com seu presente, com o seu futuro, com sua origem, e com o seu momento” (NASCIMENTO, 1989, *apud* RATTTS, 2006, p. 63).

O cuidado com o Ori se configura como uma função social da memória, relaciona-se com a necessidade do “re-ligare” com o seu eu reconstituído, podendo ser pensado junto à esfera do sagrado que, de acordo com a pesquisadora Mirian Rosa dos Santos (2014), está ligado a uma visão africana em que o “re-ligare” começa a partir da ligação traçada consigo mesmo, na descoberta de sua filiação e de seu pertencimento (SANTOS, 2014).

#### 4. Escrita sentipensante

Orlando Fals Borda é um homem branco (ou branco-mestiço, como se diria na Bolívia), nascido em 1925, em Barranquilla, Colômbia, em uma família de classe média alta. Começou seus estudos universitários voltados à literatura inglesa, nos EUA, onde também aprofundou sua relação com a música iniciada nos ambientes festivos e religiosos de sua infância. Nos EUA, “hasta llegó a integrar el grupo de tenores de la Universidad, de manera tal que, según su propia expresión, ‘lo sociológico fue uniéndose al arte’.” (MONCAYO, 2015, p. 12). Em 1955 formou-se como Doutor em Sociologia pela Universidade da Flórida.

Fundador da primeira escola de Sociologia da América Latina na *Universidad Nacional de Colombia*, em 1959, aliou à reflexão teórica ao fazer prático de uma sociologia contra hegemônica que buscava nos setores populares, *campesinos* e indígenas, o seu ambiente de atuação. Avaliando a sua própria geração, Fals Borda afirma que é parte de um momento histórico que

no ha temido salir al terreno a pesar de los peligros e incompreensiones, y volver a aprender con gusto y ánimo sobre nuestro especial entorno tropical, combatiendo el tradicional colonialismo intelectual y político ante los norteños, y redescubriendo las culturas y tradiciones regionales y provinciales de nuestros pueblos de origen: los aborígenes, los afrocolombianos, los campesinos antiseñoriales provenientes de España, y los colonos internos. (Fals Borda, 2015, p. 17).

Curiosamente, a sua geração colombiana – na qual podemos incluir também Gabriel García Márquez (1927-2014), um dos maiores escritores deste país – coincide com nomes como Paulo Freire (Brasil, 1921-1997), com quem trabalhou nos anos 70, ou Juan Bordenave (Paraguai, 1926-2012), entre tantos outros intelectuais latino-americanos que revolucionaram a escrita acadêmica, colocando-a a serviço da reflexão e da prática, políticas comprometidas com os setores populares.

Por outro lado, saltando entre fronteiras, Fals Borda desenvolveu uma vertente musical e literária que, pouco a pouco, se alia à metodologia sociológica. É autor de um único romance, *El hijo de Bolívar*, inconcluso, mas que fundamentou as bases para uma escrita que procuraria aliar imaginação e documentação histórica (Fals Borda, 2015) e que, alcança, em *La Historia Doble de la Costa*, uma estruturação polifônica, cuja organização espelhada avança sobre limites disciplinares e autorais, pois se constrói atravessada por vozes que se somam e alternam como em um canto coral (Moncayo, 2015).

Devido ao compromisso com a participação política no seu país, Fals Borda foi preso, junto com sua companheira María Cristina Salazar, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Foi também participante ativo da fundação da Associação Colombiana de Sociologia em 1962, da Constituinte de 1991 e Presidente honorário do Partido Polo Democrático Alternativo (PDA). Além disso, de 1959 a 1961 trabalhou como Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia<sup>2</sup>. Todo este transcurso político vem aliar-se com seus primeiros anos de formação sensível, vinculada principalmente à música e à literatura, possibilitando ao autor uma escrita fronteiriça que se move, em termos de disciplinas acadêmicas, entre a sociologia, a arte e a comunicação.

A somatória de suas experiências gera a criação de um método próprio, denominado por Fals Borda *método investigación-acción-participación*, ainda na década de setenta. Um dos seus frutos mais notórios materializa-se no já citado livro *La Historia Doble de la Costa*, publicado em Bogotá em 1979. Parte de uma etapa madura de sua produção (que envolveu quase duas décadas de trabalho), neste livro Fals Borda supera o limiar de sua escrita. *La Historia Doble de la Costa* é realmente uma história duplicada, composta por duas partes denominadas Canal A e Canal B que, ao mesmo tempo

---

<sup>2</sup> Informações biográficas do autor estão disponíveis em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/f/fals-borda-orlando>. Acesso em 23 de junho de 2022.

em que se entrelaçam, também encontram sua autonomia. Como exemplo, vejamos a organização do seu primeiro capítulo “Fundamentos de la Cultura Anfibia”<sup>3</sup>: Canal A – El riberano y su mundo; Canal B – Formación social: región y cultura. Não é difícil perceber que ambos os canais tratam o mesmo tema – Fundamentos de la Cultura Anfibia – porém o Canal A se comporta como uma espécie de romance histórico, enquanto o Canal B se atém ao discurso acadêmico e político.

De forma mais ampla, em diversos textos<sup>3</sup>, Fals Borda defende uma escrita em quatro níveis, de menor a maior complexidade acadêmica, cuja preocupação fundamental é que este código – a escrita – se torne um código compartilhado de comunicação e interação. A própria metodologia elaborada pelo autor – a IAP – fundamenta-se como processo investigativo que se desdobra em técnica para educação de adultos e em práxis política, sempre comprometida com processos vivenciais que se estabelece sobre as seguintes premissas: a prática é determinante para a teoria; a pesquisa precisa ser ampla, com participação e interação entre todos os envolvidos no processo (eliminando-se as ideias clássicas de sujeito e objeto de pesquisa, por exemplo); a pesquisa precisa estar comprometida com a recuperação crítica da história e deve valorizar a cultura popular e as línguas indígenas; a pesquisa também precisa estar comprometida com a produção e difusão do novo conhecimento, baseado no “autodidatismo solidário” e na perspectiva de horizontalidade que inclua a dimensão grupal/coletiva, a oralidade/informalidade, os sentimentos, a imaginação e o lúdico (FALS BORDA, 2015; 1985).

Nesta formulação teórico-prática – a IAP –, o viés artístico ou literário da escrita não cumpre um papel meramente pedagógico, mas consolida uma visão social que coloca no mesmo patamar de importância as linguagens acadêmica e popular, ao mesmo tempo

---

<sup>3</sup> Observem-se as antologias listadas nas referências bibliográficas, disponíveis para download na página da Biblioteca CLACSO.

em que procurar criar simetrias entre pesquisador/a e pesquisados/as.

É nesse ambiente de inovação metodológica vinculada à perspectiva democrática e inclusiva de Fals Borda que ganha forma, também, um dos seus conceitos mais difundidos, encontrado na fala cotidiana de pescadores de San Martín de la Loba e que corresponde à maneira como estes se identificam a si mesmos: seres anfíbios e *sentipensantes*. Este conceito, de fundo identitário, ganha forma na cultura ribeirinha que inclui agricultores, caçadores e pescadores e que se reconhece como resiliente, *aguantador*. O *hombre-hicotea* é aquele que

[...] sabe ser aguantador para enfrentar los reveses de la vida y poder superarlos, que en la adversidad se encierra para volver luego a la existencia con la misma energía de antes, es también el hombre sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad [...]. En muchas ocasiones como la hicotea hubo de internarse en la reflexión para renacer y reaparecer sentipensante en la acción decidida y enérgica. (FALS BORDA 2015, p. 10).

Em um de seus textos – “Cómo investigar la realidad para transformarla” (Fals Borda, 2015), o autor se pergunta: “Cómo combinar lo vivencial con lo racional?” e este se torna o principal interrogante do seu processo criador, assegurando que a responsabilidade social esteja sempre presente como questão política enlaçada com a produção acadêmica. Neste universo, forma e conteúdo precisam estar unidas para passar “de las cosas en sí” para “las cosas para nosotros”, fundamentando categorias teóricas e científicas nos seus contextos estruturais reais, para que haja a permanente devolução à sociedade.

Para Fals Borda, a cultura e a arte são “armas culturais” para a mobilização, que devem servir ao resgate de processos invisibilizados e esquecidos, ao mesmo tempo em que permitem reconhecer a sabedoria popular e sua ação política (FALS BORDA, 2015; 1985). O autor chega a propor o desenho de atividades

(tradutoras, mediadoras) para romper a barreira cultural entre os intelectuais e as bases (FALS BORDA, 2015, p. 284-285); propõe também o fomento da “autoinvestigación” para que os grupos pesquisem a si mesmos, além da “actitud comprensiva” (FALS BORDA, 2015, p. 294), onde seja priorizada a aprendizagem e o respeito pela experiência e o saber de todos os envolvidos no processo investigativo.

Em outro texto (“Suma o conjunción del saber académico con el popular”), Fals Borda defende, de maneira ainda mais explícita, a quebra de relações assimétricas para que realmente aconteça a “vivencia participante horizontal” que deverá se ampliar como “compromiso existencial y horizontal” (FALS BORDA, 2015, p. 307). Sinaliza, também, para a criação de novas linguagens a partir da interpenetração da linguagem cotidiana e técnica que fundamentaria a potência de uma “democracia participativa”, mediante o intercâmbio entre a realidade vivencial e a sua representação, para transformar “narrativas de resistencia al cambio en narrativas de liberación” (FALS BORDA, 2015, p. 314). Para o autor, “sólo a través de estos mecanismos del lenguaje – tanto el cotidiano, como el simbólico y el matemático – se produce el nuevo conocimiento o se modifica la interpretación de las realidades” (FALS BORDA, 2015, p. 317).

Portanto, para que haja processos comunicativos para os conhecimentos produzidos, há que haver “sentimiento y estética”, sinalizando para um “paradigma emergente” que articule ciência e consciência, coração e razão, vinculado à vida real das comunidades e para o qual, o dado cultural, priorizando-se o local e a diversidade, fundamenta as “microperspectivas” que se opõe ou complementam a globalização. Assim, a escrita fronteiriça de Fals Borda transita entre disciplinas e compromissos éticos e estéticos para os quais o trabalho com a forma ou a linguagem, é tão prioritário quanto o seu conteúdo, pois de ambos emerge um conhecimento novo que deverá ser sempre democrático, horizontal e dialógico.

## 5. Considerações finais

A escrita, como código e representação, estará sempre vinculada ao contexto histórico e aos conflitos sociais dos quais emerge. As mãos que escrevem podem utilizar esta técnica com objetivos muito diversos: tratar feridas, sacudir limites, ressignificar fronteiras, construir resistência e resiliência, comunicar ideias ou perspectivas libertárias. Neste gestar por aberturas, a escrita, com toda a sua potência comunicativa, apresenta-se como signo de diálogo e de construções simbólicas que conectam o limiar entre o pessoal e o coletivo.

É neste limiar onde podemos observar que a escrita de Conceição Evaristo se encontra com a de Orlando Fals Borda. Embora estes autores tenham trajetórias de vida notadamente diferentes, tanto temporal como espacialmente, ambos se unem na problematização da técnica e da reflexão que gera livros, produz textos e, por esta via, amplifica o debate intelectual e o sentido de compromisso envolvido.

Conceição Evaristo sai da favela e encontra, na escrita, vias de comunicação ou de mediação com a elite; Fals Borda sai da elite e encontra, na escrita, vias de comunicação com o setor popular. É no cruzamento entre ambos os caminhos que verificamos a sua escrita fronteira, marcada por vínculos afetivos e orgânicos, cúmplices e solidários. Autopesquisa individual que se torna coletiva ou subjetividades a serviço da compreensão objetiva da realidade.

Terminamos este ensaio com o resultado das eleições para Presidência na Colômbia (junho de 2022). Curiosamente, é a união entre um homem branco de classe média e uma mulher negra oriunda dos setores mais marginais da Colômbia que lideraram o chamado “pacto histórico”, chegando ao poder executivo desta nação com propostas de justiça social e mudança de rumos para o país.

Talvez este ensaio, com a proposta de visibilizar escritas fronteiriças e mediadoras, a partir da construção de pontes entre Conceição Evaristo e Orlando Fals Borda não seja, enfim, tão estranho. Talvez seja na articulação entre as diferenças, cada uma

delas mantendo sua autonomia e soberania, que possamos construir novos conhecimentos e perspectivas para este continente já cansado de suas próprias fraturas. Talvez a escrita que se erige sobre fronteiras, procurando uni-las em diálogo, seja um dos meios adequados para o desenho deste mapa que recentemente ingressa no século XXI.

## Referências

ÁGUAS, C.L.P. **Quilombos em Festa: Pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social**. Tese de Doutorado em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: **Mulheres no Mundo – etnia, marginalidade e diáspora**. MOREIRA, N. M. de Barros; SCHNEIDER, L. (orgs). UFPB- João Pessoa: Idéia Editora Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Documentário Empoderadas**, Mauá: ERGAS, Yasmine, 2016.

CÔRTEZ, Cristiane. Diálogo sobre escrevivência e silêncio. In: CORTES, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016.

FANON, Frantz; trad. Renato da Silveira. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador - EDUFBA, 2008.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina / Orlando Fals Borda**; antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo; México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

\_\_\_\_\_. **Conocimiento y poder popular**. Lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1985.

HERRERA FARFÁN, Nicolás A.; LÓPEZ GUZMÁN, Lorena (Comps.). **Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda**. Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro: Anpocs, 1984, p. 223-244.

KILOMBA. Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance de Grada Kilomba**. Instituto Goethe, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MORAES, A. C. Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2002.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Conferência Epistemologias de Mulheres Negras**, no II Congresso Internacional de Epistemologias do sul: perspectivas críticas e I Jornada de estudos afro-latino-americano. UNILA, 2017.

SANTOS, Mirian Rosa. **História de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento**. Tese de mestrado – USP, São Paulo, 2014.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina”. In: Lander, Edgardo. (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Argentina: Perspectivas Latino-americanas, Clacso, 2005, p.105-127.

PEREIRA, Diana Araujo. **Cartografia imaginária da tríplice fronteira**. São Paulo: Dobra Editorial, 2014.

Diana Araujo Pereira; Laura Fortes; Lívia Santos de Souza; Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro [Orgs.] **Territórios em disputa: línguas, memórias e identidades**. (Coleção: América Latina interdisciplinar e plural. Vol. 2). São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SOUZA, Izabela Fernandes de. **Sou entre elas. Na encruzilhada dos saberes: fronteiras, escrevivências e (re) existências de mulheres negras na cidade de Foz do Iguaçu**. 2019. Dissertação de Mestrado.

**Narrativas y prácticas transfronterizas:  
la frontera Foz do Iguaçu (Brasil)-Ciudad Del Este (Paraguay)  
como un “tercer espacio”, una “terceira margem”,  
un “tercer país”<sup>1</sup>**

Yulliam Moncada  
Aníbal Orué Pozzo

## **1. Introducción General**

Nos proponemos discutir en las páginas siguientes las diferentes y variadas relaciones que se establecen en el entre cruce fronterizo entre Paraguay y Brasil, mediados por el Puente de la Amistad que une las ciudades de Foz do Iguaçu (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay). Para tal efecto se recurre a la propuesta de historias de vida, de manera a buscar, desde las mismas, desentrañar aspectos que hacen no solo a la vida de las personas que realizan estos cruces y entre cruces culturales, mas también sus expectativas y pensamientos en relación a estas actividades y tránsitos culturales.

A partir de entrevistas a profundidad, buscamos develar aspectos que, inicialmente se presentan oscuros en la superficie pero, al profundizarlas y visibilizarlas, contribuyen a ahondar un poco más en el entendimiento de las personas y, al mismo tiempo, de las distintas construcciones socioculturales existentes en la región de frontera Foz do Iguaçu-Ciudad del Este. Al mismo tiempo observamos que estos cruces y tránsitos culturales entre ambas ciudades de frontera pueden ser de los más diversos, variados e inclusive contradictorios muchas veces. La realidad de

---

<sup>1</sup> Este trabajo es resultado de una tesis de maestría defendida en el año 2021 junto al Programa Interdisciplinarios en Estudios Latino Americanos (PPIELA) de UNILA, bajo la orientación del Prof. Aníbal Orué Pozzo.

la frontera es un mosaico que incluye tránsitos, procesos y procedimientos humanos, pero también los excluye. Y estas idas y retornos humanos también incluyen mercancías sean estas físicas o simbólicas. Es en éste entre cruce humano y cultural donde se centra el trabajo empírico emprendido años atrás y que ahora se propone explicitar y narrar dichas experiencias.

Estos abordajes *en y sobre* la frontera implican varias opciones metodológicas. Pero también impulsan desafíos. Es este desafío que de alguna manera orientó el trabajo de campo, y que a continuación pasamos a describirlo.

## **2. Algunos aspectos metodológicos**

Como el trabajo está centrado en la frontera y quien la desarrolla también es habitante de la frontera, esta condición eventualmente puede facilitar el trabajo de campo, o en todo caso, iniciar los levantamientos con perspectivas que, de alguna manera, ya están siendo implementadas. El vivir, habitar la frontera proporciona y facilita, sin duda alguna, una aproximación que, de inicio introduce ciertas “ventajas” cuando se propone estudiar y trabajar esta realidad. Se podría aproximar a los sujetos desde perspectivas ya desarrolladas e implementadas de manera rigurosa y con resultados sumamente interesantes en otros estudios o territorios sociales. Sin duda, esto posibilita transitar por caminos que ya se han mostrado ciertos y fructíferos, y que han aportado entendimientos inteligibles. Sin embargo, entendemos que un procedimiento metodológico emerge de la propia realidad en estudio y el mismo debe ser pensado *desde* esta perspectiva.

En consecuencia, el trabajo fue inicialmente propuesto como un momento en el cual la propia discusión metodológica y sus caminos a seguir, sea parte de la propia investigación. Se entendía que las distintas perspectivas metodológicas para abordar el estudio de la frontera no resolvían algunas cuestiones en el territorio social que se intentaba estudiar. La frontera estudiada es parte de un intenso tránsito de personas que llevan a sus espaldas

y muchas veces también adheridas al propio cuerpo, distintas experiencias culturales, políticas y también sociales. Cuando se pensaba sobre estos tránsitos – las mercancías estaban incluidas en los mismos – se observaba que las propias personas no separaban aspectos “mercadológicos” de sus propias experiencias de vida.

El cruzar el Puente de la Amistad – que une las ciudades de Foz de Iguaçu y Ciudad del Este – una y otra vez para vender algún tipo de mercadería “al otro lado”, si bien era un momento importante en su bienestar económico, el hecho se constituía principalmente en un “acto de vida”, es decir, en una práctica social-cultural que, al mismo tiempo, construía subjetividades en las personas que regularmente transitaban esta frontera. Durante la pandemia relacionada al COVID-19 cuando se cierra la frontera – entre marzo y octubre de 2020 – una de las grandes “pérdidas” para las personas ha sido el hecho de estar imposibilitados de realizar el cruce diario, de volver una y otra vez a su rutina de contactos con el español-guaraní-portugués y, principalmente, de no tener más el “ambiente” de tránsito y los lugares de venta como espacios de socialización. Obviamente la cuestión económica, pérdida de empleo, y otras asociadas al momento de la pandemia, están presentes. Pero, inicialmente se había constatado que la “pérdida socio-cultural”, esta suspensión repentina de los entre cruzamientos humanos, fue uno de los grandes vectores que las personas manifestaron como un “acto de vida” que se les arrebató.

Estas consideraciones son importantes pues la investigación se inicia antes del inicio de la pandemia, continúa durante la misma – cierre de fronteras, etc. – y concluye con su disminución y consecuentemente con la emergencia de una “otra realidad” post-pandémica entre ambas ciudades, asimismo en los entre cruces fronterizos. En consecuencia, y como se apuntó más arriba, no se inició esta propuesta de investigación con un método previamente definido, salvo que se orientó a la historia de vida como una propuesta de manera a, desde esta propuesta, tener una primera aproximación a los sujetos presentes en este tránsito fronterizo.

Las miradas, los pasos, las voces, y mismo los movimientos iniciales no han sido pautados por una estrategia metodológica previa, salvo aquellas que de alguna manera ya se llevaban adheridos como habitantes de la frontera. En este sentido la propuesta metodológica fue la de observar los cruces, las personas, los diálogos entre las mismas y, al mismo tiempo, en las entrevistas tratar de percibir estas situaciones, estos entendimientos socio-culturales de las fronteras, como espacios de intercambios y tránsitos culturales.

### **3. Donde todo se inicia: diálogos y relaciones sociales, matrices de entendimientos**

La investigación de la cual deriva este artículo tuvo como eje cuatro historias de vida, las de Jean, María, Augusto y Romina, habitantes de la región fronteriza en estudio. Jean, oriundo de Foz do Iguaçu, desde niño curioso por Paraguay y la idea de ir y venir, como hacía su padre, de adulto se aventuró a trabajar en el interior del país vecino y lo conoció. Luego de esta experiencia asegura que Ciudad del Este no es Paraguay, y considera a la ciudad más como un shopping al que acude cada vez que necesita comprar electrónicos o ropa más barata. María, de Ciudad del Este, viene a Foz do Iguaçu cada día junto a su madre desde que tenía 9 años para vender verduras, frutas, hortalizas, legumbres o cualquier producto paraguayo encargado por sus clientes. Conoce más Brasil que Paraguay, y tiene más amigos de este lado del puente que del otro. Augusto, brasileño nacido en la frontera entre Brasil y Uruguay, pero criado en esta frontera, su mamá, uruguaya; y su papá, paraguayo. Para él, los idiomas y las costumbres siempre fueron diversas en su casa; en el trabajo, se dedica cada día a trasladar turistas desde Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, y de allí a Puerto Iguazu, les muestra las bondades de habitar la Triple Frontera: estar en tres países distintos en un mismo día. Y Romina, asuncena, habitante de Foz do Iguaçu y trabajadora en Ciudad del Este. Ella conoció las dinámicas fronterizas a través de su novio,

quien vivía en Foz, mientras ella estaba en Asunción, la capital paraguaya, y para conseguir estar juntos, sin que ella perdiera su trabajo, decidió pedir traslado para Ciudad del Este y vivir en Foz do Iguaçu. Ir de un país a otro cada día se hizo parte de su nueva rutina y las dos ciudades se convirtieron en su barrio. Asegura que frontera es sinónimo de comunidad.

A partir de estas cuatro historias de vidas se construye el diálogo presentado a continuación y que se estructura como la base de este artículo, las relaciones sociales, las percepciones culturales e identitarias y las dinámicas propias de los habitantes de la región fronteriza entre Foz do Iguaçu-Ciudad del Este.

**Augusto:** (...) querendo ou não, você considera essas três cidades como uma só, de tão pequena que é. Nossa! é uma vantagem muito grande, eu acho. Aqui em nossa fronteira você está morando em três países praticamente ao mesmo tempo (...) você pode tomar café aqui no Brasil, almoçar no Paraguai e jantar na Argentina, e é normal para nós. Se fala para um pessoal de fora eles não acreditam, ficam impressionados, né? Os turistas ficam impressionados pela facilidade, três países tão perto.

**Rommina:** (...) la idea como asuncena de vivir en la frontera Ciudad del Este - Foz do Iguaçu se me hacía caótica, con mucho tráfico vehicular e insegura (...) Todo eso mudó cuando empecé mi relación con el territorio fronterizo, porque dejó de ser Paraguay - Brasil para mí, en mi cabeza, el centro de CDE y el centro de Foz se convirtieron en poco tiempo en mi "barrio", una misma ciudad. Lo único que me recordaba que no me dislocaba en el mismo territorio era el costo del pasaje.

La frontera definitivamente para mí, hoy, es sinónimo de comunidad, porque si bien no siempre te puedes comunicar en tu lengua nativa, ya sea ésta español o portugués, "el otro" es capaz de entenderte y darse a entender, porque hay códigos de convivencia, de negocios, de transporte y porque, ignorando cómo sea en otras fronteras, en esta en particular se mezclan muchas más culturas que las locales, se respira mucha influencia árabe, china, coreana, incluso europea, acrecentando el abanico étnico.

**María:** A nosotros mi mamá nos trajo y nosotros nos acostumbramos a hablar el portugués. Y a veces nos dicen: ¿Vocé é paraguaia o brasileira? Se preguntan por qué hablamos tan bien en brasilero, si ellos no pueden hablar el idioma que yo hablo, el español; porque el guaraní sí que no. Hablamos en tres idiomas a la vez, ¿verdad? Hay momentos en que se mezcla el portugués con el español y el guaraní. En casa mismo los hay, mezclamos, mezclamos.

Ahora tenemos muchos brasileiros que están allá estudiando medicina, entonces mi hija de 11 años ya domina el brasilero, habla muy bien ya, y sin venir a Brasil. Y ella le enseña a sus coleguinhas a hablar español, y lo aprenden bien. Yo en casa ya mezclo mucho. Uso mucho esas palabras “Tà”, “nè”, “Sai fora”.

**Augusto:** Minha mãe sempre falou em espanhol em casa. Isso era uma Torre de Babel. Ela fala espanhol e nós respondemos em português. Nunca falamos em espanhol com outro assim. Obviamente quando saímos daí sim tem que falar. E o guarani sim que foi impossível aprender. O meu pai fala, mas como ele é o único paraguaio em casa, com quem que ele vai falar? não tem, e é muito difícil. (...) Tanto é que eu tive mais impedimento quando comecei a estudar por só escutar espanhol. Não que não soubesse, mas sim escrever uma que outra coisa, algumas palavras complicadas.

**María:** La comida acá por ejemplo es muy seca, y nosotros decimos eso, cuando yo llego en casa yo le digo a mi hija, “Andá a traer carne, vamos a hacer un caldito, porque vos sabés que yo todos los días como seco allá y a veces no digerimos bien. Hay días en los que yo no como, sino que espero a llegar a casa. Y los brasileiros no se acostumbran también a comer allá, dicen que todo es caldo, que todo es sopita.

**Jean:** (...) nosso café da manhã aqui sempre foi um pão com café, com leite, no momento em que acordamos. Quando eu, por exemplo, estava aí na Troncal 4, que é um lugar mais afastado, ou Santa Fé, quando eu estava junto com os outros paraguaios que eu via eles acordavam, tomavam um mate e depois de um tempo é que eles iam começar a fazer o café da manhã deles, depois de uma hora

e media, mais ou menos. Eles davam uma pequena pausa do trabalho para o café da manhã. Um café da manhã com muita proteína, bife com dois ovos, por exemplo; ou duas empanadas com mandioca, esse café da manhã é algo que aqui para nós não é algo tão normal, ou que se coma todos os dias, talvez numa ressaca ou algo assim. Mas você acordar e preparar uma sopa, como eles fazem, com bolinhas de milho, já não lembro o nome dela, uma cosa que aqui para nós nunca tomamos sopa num café da manhã e isso no primeiro momento foi estranho, mas depois me acostumei e quando deixei de trabalhar no Paraguai, eu sentia falta desse café da manhã. Já sentia fome muito cedo. Foi uma coisa assim mesmo de adaptação que se eu tivesse continuado lá estaria totalmente adaptado.

**Augusto:** Meu pai, ele é um cara até em a parte da culinária, ele gosta mais de sopa, gosta mais de comidas assim de caldos, que não sei se ele herdou um pouco de Paraguai, um pouco de Argentina, porque ele morou ali, e sem querer a gente também pega isso da culinária, da comida (...) Já minha mãe, já ela se abraçou um pouco mais, já ela faz mais comida daqui, mas meu pai, ele puxa mais ao lado argentino, ao lado paraguaio dele, que o nosso lado aqui.

**María:** Nuestra relación todita es con ellos (brasileños), preferimos venir aquí (Brasil) que ir allá (Paraguay), y todita mi familia somos así (...) Argentina yo poco, Argentina yo no me voy. No me relaciono tanto con Argentina, no entiendo, no sé cómo son, ni su tradición, no sé. Tenemos muchos clientes argentinos, pero hasta ahí nomás.

**Augusto:** Os argentinos, por exemplo, eles já são um pouco mais fechados, eles não são tão amigáveis, já o paraguaio é mais amigável, ele vê você e ele cumprimenta, o brasileiro é meio paraguaio meio argentino, depende, mas puxando mais para o paraguaio na questão da hospitalidade, de receber as pessoas, são mais parecidos, mas o paraguaio é mais liberal, é mais aberto. Tanto que você cruza para o Paraguai e não tem nenhum controle, nada, entra, sai. Se você vai para a Argentina, dependendo do dia você pega duas horas, uma hora e meia de fila porque são muito rígidos

com relação ao controle, e já junta um pouco de antipatia também deles, eles também são bem complicados, mas é questão de caráter, de personalidade.

**Jean:** Os Paraguaiois...são pessoas que num primeiro momento você senti uma certa...você acha que eles são comunicativos, mas quando você vai observá-los assim você vê que essa parte deles serem mais comunicativos no primeiro momento está ligada a essa parte comercial da situação que eles vivem no dia, essa necessidade de eles comercializar muitas coisas, mas para você torna-se amigo de um paraguaio, aí eu acho que não é tão simples assim, eles são também reservados, sabe? É o que eu acho.

**María:** Acá en Brasil los tratos son diferentes. Te tratan bien, como una persona, como vos sos, no te discriminan, en Paraguay vos trabajás por ejemplo en alguna parte y alguno te maltrata o alguno, no sé. Alguien que es un poquito más, ya sobrepasa, entendés, y aquí toditos te tratan como una persona normal. A mí me tratan muy bien, a mi mamá la tratan muy bien, como señora.

**Jean:** (...) Foz do Iguaçu é minha cidade natal, depois, que cidade queria?, não sei se uma cidade, porque Paraguai, eu transitei por muitas cidades, então, eu conheço mais o Paraguai mesmo que o Brasil porque viajei para poucos lugares no Brasil, fui para o Rio de Janeiro, Praia, Santa Catarina, mas são experiências de férias, que você vai, fica uma semana e volta, a minha experiência que eu tive com Paraguai é uma experiência de vida, uma coisa mais real, do cotidiano, de trabalhar, de fazer amizade. Se senti também de alguma maneira parte de aquilo, sabendo que você é um estrangeiro, de certa maneira você também se sente parte, faz parte de um grupo que trabalha em determinada empresa, você acaba unindo forças para um objetivo.

**María:** Foz do Iguaçu es para mí, no sé, algo que... yo no puedo decir, así como fea, porque la verdad es que ellos me dan de comer. Yo amo Brasil, eso es lo que yo puedo decir todo es para mí, porque Brasil me hace crecer, Brasil me enseña mucho, Brasil nos saca adelante.

**Jean:** (...) Eu realmente me distanciei um pouco do verdadeiro Paraguai, que eu digo verdadeiro Paraguai, porque Ciudad del Este é Paraguai mas parece um shopping nosso, de toda fronteira, uma região multicultural, maluca, que é Ciudad del Este. De Ciudad del Este, mesmo, eu não sinto saudade, mas eu sinto saudade das pessoas, das viagens que eu fazia, saudades também da comida...

Não sei se tenho uma estima ou afeto por Ciudad del Este. Ela está aí, a cidade está aí, talvez para sentir saudade de Ciudad del Este eu tenho que sair daqui, para saber se eu realmente sentiria falta de Ciudad del Este.

Con sus palabras, Augusto, Rommina, María y Jean, dan cuenta del lugar que habitan como uno solo, a pesar de las divisiones internacionales que los separan. Expresiones como un mismo país, un barrio o una misma ciudad son comunes. Un lugar diferente al resto de cada uno de los países a los que pertenecen, donde la diversidad de lenguas y costumbres es parte del día a día, y se viven tanto en la calle, como dentro de la casa. Un lugar con la presencia constante del *Otro*, al que identifican como diferente y les ayuda a definirse a sí mismos. Un lugar normal para sus habitantes, impresionante para los turistas. ¿Un Tercer Espacio, *uma Terceira Margem*, un Tercer País?

Proponemos pensar la frontera Foz do Iguazu-Ciudad del Este desde planteamientos teóricos como el Tercer Espacio formulado por el antropólogo hindú Homi Bhabha, un espacio liminar “más allá” de asociaciones binarias como alto y bajo, blanco y negro, adentro y afuera, un espacio híbrido; el cuento “A Terceira Margem do rio” de Guimarães Rosa, que cuenta la historia de un hombre que manda construir una canoa, deja su familia y sube a ella para permanecer en medio del río durante años, sin comunicarse con alguien, y sin desaparecer, simplemente estar allí, construyendo simbólicamente la tercera orilla del río; y el término Tercer País acuñado por el escritor venezolano Arturo Uslar Pietri para referirse a esa zona difusa que representan los territorios limítrofes entre países, haciendo alusión a la frontera colombo-venezolana,

que ha creado sus propias normas y su propia moral, y que no es exactamente ninguno de estos dos países.

#### 4. La frontera como un Tercer Espacio

Homi Bhabha hace una invitación a pensar la cultura desde “más allá”, que no es ni un nuevo horizonte ni un dejar atrás el pasado. Es el lugar “(...) donde el espacio y el tiempo se cruzan para producir figuras complejas de diferencia e identidad, pasado y presente, adentro y afuera, inclusión y exclusión”. (BHABHA, 2002, p.17) Un lugar donde reina un sentimiento de desorientación, una perturbación de la dirección, un movimiento exploratorio, incesante, un estar aquí y allí, en todos lados; de aquí para allá, adelante y atrás.

Lo que innova en la teoría, y es crucial en la política, es la necesidad de pensar más allá de las narrativas de las subjetividades originarias e iniciales, y concentrarse en esos momentos o procesos que se producen en la articulación de las diferencias culturales. Estos espacios "entre-medio" [in-between) proveen el terreno para elaborar estrategias de identidad [selfhood) (singular o comunitaria) que inician nuevos signos de identidad, y sitios innovadores de colaboración y cuestionamiento, en el acto de definir la idea misma de sociedad. (BHABHA, 2002, p.18)

El autor destaca la importancia de los intersticios, del solapamiento y del desplazamiento de los dominios de la diferencia, como el lugar donde se negocian las experiencias intersubjetivas y colectivas de nacionalidad, interés comunitario o valor cultural

El tercer espacio sería entonces ese espacio *liminar* que permite las asociaciones entre ciertas divisiones binarias y establecer sendas entre una cosa y otra. Es el lugar de la interacción, la zona de contacto, un espacio intersticial, entremedio, donde se construyen las diferencias. Pero no se trata en particular de un espacio físico, sino más bien mental, simbólico.

No es necesariamente un lugar geográfico, sino más bien una condición, una presión cultural que actúa como una membrana por la cual se filtran influencias tanto de la cultura dominante como la de la subordinada. Cuando alguien nace en un lugar y vive en otro, es posible que su espacio mental no esté ni en un lugar ni en otro, sino en un tercero, mezcla de los dos y de otras muchas circunstancias. (BHABHA, 2002, p.19)

Al pensar la frontera como un tercer espacio, estamos destacando su carácter liminar y la posibilidad de establecer asociaciones entre un lado y el otro del límite territorial en sus cruces e interrelaciones sociales y culturales.

En ese sentido, las fronteras son expresión de relaciones entre otredades o identificaciones diferenciadas, son manifestación de desencuentros que exacerban las diferencias culturales, y también expresión de los conflictos que se producen por esa causa. En las situaciones de frontera, es decir, cuando las relaciones, interacciones e indefiniciones entre grupos humanos están en juego, se producen nuevos sujetos y subjetividades y se redefinen los límites simbólicos entre unos y otros. (ARCILA, 2014, p.4)

La frontera es el lugar donde se negocian las diferencias y se producen hibridaciones. La presión cultural del tercer espacio actúa como una membrana por la cual se filtran influencias tanto de la cultura dominante como de la subordinada, y el entrecruzamiento de culturas distintas produce la emergencia de una tercera que se crea en la confluencia y coexistencia de las anteriores. *¿A Terceira Margem* de Guimarães Rosa? *¿El Tercer País* de Arturo Uslar Pietri?

## 5. Uma Terceira Margem

A Terceira margem do rio, el cuento escrito en 1962 por el escritor brasileño Guimarães Rosa, se convierte en metáfora para pensar la frontera como un tercer espacio, un entre-medio entre las dos orillas del río, un espacio de asociaciones binarias entre un lado y el otro.

La historia gira en torno de un hombre tranquilo y responsable que manda construir una canoa de madera con espacio suficiente para el remador, y resistente para aguantar

entre 20 y 30 años en el agua. Decide un día dejarlo todo, su casa, su familia y su trabajo, para adentrarse al río y simplemente permanecer allí, sin nunca desembarcar, tocar tierra ni hierba, a la vista de todos, pero sin ser alcanzado.

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. (GUIMARÃES ROSA, 1962)

Nunca nadie entendió el porqué de aquella decisión del hombre. Se especuló sobre una posible enfermedad vergonzosa que intentaba ocultar, incluso de demencia. Su mujer mandó llamar al sacerdote, y hasta a la policía, pero no consiguió que su marido desistiera de aquella loca empresa. El tiempo pasó y la familia se alejó de aquel lugar y del hombre, sin lograr comprender su actitud. El único que permaneció fue su hijo, el narrador de la historia, quien siempre estuvo intrigado intentando entender la situación, y cuando al fin consiguió llamar la atención de su padre y éste hizo amago de ir a donde estaba, entonces corrió apresuradamente, preso del miedo.

El hombre permanece en el medio, en el cauce del río, unas veces más cerca de una orilla que de la otra, pero sin tocar alguna de ellas. Su nueva vida acontece allí, físicamente; pero también debe haber un lugar mental en el que habita, del cual el escritor no hace el menor comentario, ya que quien cuenta la historia es su hijo, y no tiene la posibilidad de conocer los pensamientos de su padre. Pero intentando establecer algún contacto con los pensamientos de esta persona que habita en el medio, en este tercer espacio, de acuerdo a la propuesta de Bhabha, el hombre habita un intersticio, un lugar de frontera, atravesado por trazos de un lado y del otro, de un antes y un después; es justamente el lugar de las conexiones que generan otro con características particulares.

La tercera margen del río es un lugar simbólico, así como lo son los espacios fronterizos, no necesariamente físicos, sino mentales; contruidos por quienes lo habitan a través de sus

experiencias y representaciones mentales. Las fronteras físicas, territoriales, llegan a ser consideradas un “tercer país”, no porque esté delimitado cartográficamente, sino porque quienes lo habitan lo perciben de esta manera, como un lugar aparte, distinto, propio. Un lugar que debe ser habitado, y quizá sea esta la razón que explica por qué el hijo huyó al ver que su padre se acercaba a él, entendió que su padre había aceptado intercambiar de lugar con él y a última hora se arrepintió. Esa tercera orilla debe ser habitada por alguien para que exista, aun cuando esto implique un sacrificio.

## 6. Un Tercer País

“La frontera es un tercer país”<sup>2</sup>, dijo el escritor venezolano Arturo Uslar Pietri haciendo referencia a las poblaciones contiguas al límite internacional que separa el territorio venezolano del colombiano. “Es un tercer país que ha creado sus normas, que tiene su propia moral, que tiene sus objetivos específicos”.

Las relaciones entre los dos países van más allá del normal intercambio a lo largo de una línea fronteriza para convertirse en una nueva realidad en gran parte extranacional, que vincula inevitablemente las situaciones políticas y sociales de los dos países. Los problemas de Colombia se convierten fatalmente en problemas equivalentes para Venezuela, y muchas de las más graves cuestiones que afectan al presente venezolano, no pueden ser resueltas por Venezuela sola, si de la parte de Colombia no hay una acción suficiente en el mundo efectivo.

Uslar Pietri considera que más allá de las vinculaciones políticas, sociales y económicas, la historia y la geografía se han

---

<sup>2</sup> El término Tercer País surge en una entrevista realizada a Arturo Uslar Pietri por el diario El Tiempo de Bogotá en 1994, y aunque la apreciación del intelectual venezolano tiene un tilde peyorativo y aboga por la eliminación de este denominado Tercer País, el término es traído a la discusión porque denota la existencia de este denominado Tercer Espacio o Tercera orilla. Lo que se busca rescatar es esta idea de la existencia de un espacio diferente a los otros dos que lo conforman, pero que toma características de cada uno. <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-420921>

encargado de crear una vinculación múltiple y progresiva entre los dos países. “Entre Colombia y Venezuela hay una verdadera simbiosis, hecho particularmente cierto en los caos del extenso y muy poblado territorio en el que incurre la línea fronteriza entre los dos países”

El escritor hace referencia a la fuerte vinculación entre los pobladores de estos territorios como consecuencia del desplazamiento diario de un lugar a otro, “cargando con la línea divisoria a sus espaldas”, dando lugar a lo que ha sido denominado como fronteras móviles. El binacionalismo es una forma de vida en esta zona fronteriza. Hay venezolanos que viven en Cúcuta (Colombia) y colombianos que residen en San Antonio del Táchira (Venezuela) y, para ambos, sus puntos de residencia son tan propios como sus lugares de nacimiento.

Vale la pena destacar que el término Tercer País, acuñado por Arturo Uslar Pietri, surgió en medio de una entrevista concedida al diario El Tiempo de Bogotá, en 1994, cuando el contexto político social venezolano estaba siendo afectado por la compleja situación política social colombiana, a partir de su relación con Estados Unidos y el combate al narcotráfico y la violencia. El gobierno del país norteamericano había retirado la visa al presidente Ernesto Samper y los niveles de conflictividad aumentaban con rapidez.

En aquella oportunidad, las palabras del venezolano surgen como parte de una especie de advertencia sobre el peligro que corre la estabilidad de ambos países al permitir la existencia de este denominado Tercer País, con usos, costumbres y prácticas continuas que poco tienen que ver con la legalidad de uno u otro. Dos años después, en 1996, la expresión es retomada para contextualizar la propuesta planteada por el entonces alcalde de Cúcuta, José Gélvez Albarracín, quien plantea separar al Norte de Santander de Colombia para formar la república de El Zulia, ganándose el calificativo de traidor a la patria por parte del director nacional de la Policía Nacional.

El episodio separatista en particular merece ser abordado con un poco más de profundidad, enfatizando otras posibles razones

que pudieron haber generado la situación, así como la respuesta por parte del gobierno venezolano de turno, y que vienen al caso en la discusión de fronteras que se lleva a cabo.

El investigador Víctor Ramírez, del Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Colombia, con sede en Bogotá, explicó que quizá los anuncios separatistas no querían decir eso, sino que eran un recurso para llamar la atención de los respectivos gobiernos con respecto a las zonas de frontera. Pero si fue así, los efectos fueron contrarios, ya que los representantes del gobierno venezolano calificaron la propuesta de desvarío y de excentricidad, mientras del lado colombiano lo tildaron como una falta de respeto a la integridad de Colombia y una traición a la patria.

Circunstancias como estas evidencian lo que se ha hecho una constante a lo largo de la historia y que los habitantes fronterizos conocen bastante bien: que las visiones de Bogotá y Caracas distan mucho de las de Cúcuta y San Antonio del Táchira. “A menudo los espacios fronterizos son un mundo aparte en sí mismos, con su propia lógica y dinámica de cambio” (BAUL, 2004, p.1) difícil de comprender desde el interior del país.

## **7. América Latina y su(s) frontera(s)**

Entendemos que, sin importar cuán claras se encuentren delineadas las fronteras en los mapas y cuántas costumbres sean indicadas, las poblaciones ignorarán las fronteras cuando les convenga.

Las poblaciones aprovechan también las fronteras de formas que no son previstas o intencionadas por sus creadores. Los revolucionarios se esconden detrás de ellas buscando la protección de otra soberanía; los habitantes locales las cruzan cuando los servicios o productos son más baratos o atractivos del otro lado; y los comerciantes se agilizan para aprovechar las diferencias de precios e impuestos. A causa de tales efectos inesperados, y a menudo subversivos, las regiones fronterizas tienen sus propias dinámicas sociales y desarrollo histórico (BAUL, 2004, p.2)

De acuerdo con el autor, de distintas maneras la población ha usado, manipulado y burlado las barreras que resultan de la territorialización de los estados modernos y, difícilmente durante gran parte del periodo moderno, el Estado pudo fortalecer su autoridad e interferir en la vida cotidiana de las regiones fronterizas. En primer lugar, los gobiernos centrales estuvieron demasiado ocupados con la sujeción de los líderes regionales, creando algo así como una sociedad nacional. En segundo lugar, una infraestructura inadecuada dificultó el poder establecer contactos regulares entre las capitales de los Estados y sus regiones fronterizas. (BAUL, 2004 )

Durante una gran parte del siglo XIX y principios del XX, la vida en las fronteras latinoamericanas se vio poco afectada por la intervención del Estado. Fue desde el siglo XX que la presencia del Estado se comenzó a incrementar drásticamente en las regiones fronterizas, consiguiendo subordinar las ingobernadas y reforzar su autoridad.

Entre las acciones que tomaron para lograr fortalecer su presencia y establecer el dominio, está la construcción de carreteras para facilitar el acceso a las zonas periféricas, desde el centro del país, pues debido a la falta de vías de comunicación el traslado podía tardar más de un mes, incluyendo el paso por territorio extranjero. Por ejemplo, hasta 1940 no se tenía cómo llegar a la región de frontera (Foz do Iguacu) en menos de 45 días partiendo desde Curitiba, capital del estado de Paraná, en Brasil. (Silva, 2014)

Con la existencia de vías de comunicación se facilitó el traslado y la presencia de autoridades nacionales en la periferia, al tiempo que la llegada de medios de comunicación como el telégrafo y la radio reforzaron la presencia del gobierno en las zonas más alejadas, a través de la propaganda.

La educación también fue un aspecto de importancia durante este proceso. A través de ella se comenzó a unificar la población vía símbolos nacionales y el idioma, de vital importancia en zonas con diversidad de lenguas, indígenas o de países vecinos. A la par de esto, las políticas públicas nacionales estuvieron enfocadas en poblar

estos territorios, la mayoría de ellos con escasa presencia de connacionales; sin embargo, estos territorios contaban – en gran parte ignorada – con una presencia ancestral de población indígena.

No siempre el proceso de adhesión de las zonas fronterizas al centro se dio de forma pacífica y consensuada. El Estado también aplicó la fuerza y la represión para conseguir su objetivo. El poder central ejercía una gran presión para la recaudación de impuestos de importación y exportación en las zonas fronterizas, ya que la gran mayoría de estas nuevas repúblicas dependían de ellos para subsistir. Sin embargo, el grueso de las actividades económicas fronterizas vivía, precisamente, de la evasión de estos impuestos al estado nacional. El contrabando era la actividad más lucrativa en estas regiones, y los gobiernos nacionales se enfocaron en atacar estas actividades ilegales para mantener el comercio transnacional y asegurar el pago de impuestos.

Es importante señalar que, a pesar del interés de los gobiernos nacionales por marcar límites y diferencias entre los territorios delimitados internacionalmente, las poblaciones fronterizas continuaron con sus prácticas inter y transfronterizas, yendo y viniendo, aprovechando las ventajas que les ofrecía el otro lado de la línea, muchas veces no solo por costumbre, sino por obligación, en busca de mayor calidad y economía. La distancia geográfica que separaba al centro de estas periferias trajo como consecuencia un notable abandono que se evidenció en bienes y servicios, dejando como única opción recurrir al país vecino en busca de los mismos.

Con el tiempo, las actividades se fueron diversificando y dejaron de ser solo compras: comenzó el tránsito en busca de estudio y trabajo, de servicios médicos, además de cualquier otra opción que trajera beneficios.

Como se puede observar, las características propias de la frontera latinoamericana vienen marcadas desde su proceso de formación. Esa tendencia a cruzar, a ir y venir, a estar aquí pero también allá; incluso el establecer más vínculos afectivos y económicos con el país vecino que con el interior del propio, fueron tendencias trazadas desde sus orígenes. Las regiones fronterizas

estuvieron aisladas, poco habitadas y prácticamente abandonadas por las autoridades de su propio país hasta comienzos del siglo pasado; de allí que cada país tenga sus límites políticos, y además los verdaderos, como señala Ezequiel Martínez Estrada (BAUL, 2004) haciendo referencias a las diferencias existentes entre los límites geográficos marcados en los mapas y los establecidos día a día de acuerdo a las prácticas de sus habitantes.

En medio de este contexto se comprenden los planes separatistas planteados en el año 1996 por el alcalde de Cúcuta, y otros tantos que han surgido a lo largo de los años en esta frontera y otras más del continente latinoamericano. De allí la importancia de este acercamiento a las zonas fronterizas desde teorías como la propuesta por Homi Bhabha, la metáfora de la tercera orilla de Guimarães Rosa, y el análisis del contexto en el que surge el término Tercer País de Uslar Pietri.

Llegamos entonces a la conclusión de que las regiones fronterizas son mundos separados, con sus propias lógicas y dinámicas, espacios liminares con la capacidad de asociar divisiones binarias que los convierten en lugares híbridos, marcados por la diferencia; tal vez podríamos pensar desde una lógica no binaria. Y no son necesariamente espacios físicos, geográficos, sino también mentales, simbólicos, culturales, contruidos a partir de representaciones y construcciones mentales por parte de sus habitantes a partir de sus propias experiencias.

## **8. Aproximación a una cultura de frontera**

La frontera como un tercer espacio, una tercera orilla del río o un tercer país, no aparece en los mapas que delimitan los territorios, no es algo tangible ni visible; la frontera como un mundo aparte es un acuerdo tácito entre sus habitantes, resultado de sus relaciones con el lugar. Es una construcción socio-cultural que se manifiesta en las formas de ser y hacer con el lugar, en la forma como se perciben y perciben a los demás, quienes lo habitan.

Por eso la propuesta es aproximarnos a la frontera desde esos aspectos, desde la cultura y la identidad.

Ese mundo aparte de las fronteras reside en sus diferencias culturales, en los aspectos de su realidad social, el conocimiento, las ideas y creencias de su pueblo. Nos enfocamos en la frontera y lo fronterizo desde la cultura, haciendo una lectura de este otro mundo como una realidad social distinta, con características particulares que definen su manera de concebir y organizar su vida social y sus aspectos materiales; como una manera distinta de vivir y de ver el mundo. El estudio de la cultura procura entender el sentido que tienen esas concepciones y prácticas para la sociedad que las vive, buscando su desarrollo en la historia de esa sociedad y mostrando cómo la cultura se relaciona con las fuerzas sociales que mueven la sociedad (DOS SANTOS, 1987).

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para os agrupamentos humanos que as vivem, são resultado de sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência. Entendido assim, o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas (DOS SANTOS,1987).

Desde la perspectiva antropológica, la cultura está asociada a la noción de sociedad y es considerada una base fundamental. No se puede comprender a los seres humanos y su comportamiento sino a partir de su nicho sociocultural (CONCONE, 2011). Las personas tienen diferentes maneras de concebir la realidad y expresarla, muchas veces difíciles de entender, precisamente porque vienen mediadas por la cultura, algo difícil de percibir por nosotros mismos.

Queda claro hasta aquí que la frontera bien puede ser pensada como otro mundo, como uno diferente, donde las personas tienen

una visión de la vida y del mundo que la diferencia de la perspectiva que tienen habitantes de otros lugares. La frontera tiene un modo particular de ser vivenciada, generando incluso sus propias reglas, prohibiciones y permisividades, formando una estructura que hace posible su funcionamiento. Y es este conjunto de elementos o rasgos característicos lo que podemos llamar cultura, una cultura de frontera.

En este punto es importante recordar la existencia de distintas culturas, mundos o semiósferas (Lotman 2000) no aisladas, sino en contacto, en completa interacción. Así, por ejemplo, cuando pensamos en una cultura de frontera debemos tener presente su relación con otras culturas, particularmente evidente en estas situaciones, unas con mayor y otras con menor influencia o participación. "Las culturas no existen independientemente de las relaciones sociales, que son siempre relaciones desiguales. Desde el comienzo existe, entonces, una jerarquía de hecho entre las culturas, que es el resultado de la jerarquía social" (CUCHE, 2001, p.85).

De acuerdo a esta jerarquía social unas culturas serán consideradas "dominantes" y otras "dominadas", es decir, grupos sociales que están en situaciones de dominación y de subordinación, unos en relación con los otros. Y aunque pudiera pensarse en estructuras rígidas y bien delimitadas, no necesariamente es así. Una cultura dominada no es obligatoriamente una cultura alienada y totalmente dependiente, ya que la dominación cultural no es nunca ni total, ni definitivamente segura. Las culturas "dominadas", o subalternas, conviven bajo esta "dominación" aún sin consentirla, siendo capaces de crear otras culturas que incluso se apropian de elementos de la cultura hegemónica para su expresión.

Estas otras culturas, subalternas, no oficiales, han sido denominadas como populares, porque vienen del pueblo, del hombre común y su cotidianidad, de aquel que no pertenece a las élites y a lo que también ha sido llamado como cultura culta. Las culturas populares, en plural y no en singular, porque se reconoce la existencia de diversas, como consecuencia de la diversidad

social; no son completamente autónomas: ni pura imitación, ni pura creación. Toda cultura particular es un ensamblaje de elementos originales y de elementos importados, de invenciones propias y de préstamos (BURKE, 2010).

De acuerdo a esto, en nuestra aproximación a una cultura de frontera, estaríamos acercándonos a una cultura popular, es decir, a una cultura subalterna que, si bien pudiera dar la idea de imponerse y dominar, está conformada por otras culturas que ocupan posiciones sociales privilegiadas, de las cuales toma elementos que resignifica de acuerdo a sus intereses, para funcionar como otra diferente.

## 9. Cotidiano y frontera

La cultura fronteriza es construida día a día por sus habitantes, por cada uno de los hombres y mujeres comunes que habitan el lugar y llevan a cabo su cotidianidad en estos espacios a través de prácticas y tácticas. Las personas que caminan, hablan, leen, cocinan, estudian, trabajan, cruzan el puente, vienen y van entre Foz do Iguaçu y Ciudad del Este; por Augusto, quien considera estas tres ciudades como una misma, pero se aprovecha de los límites internacionales que la dividen, y vende a los turistas la idea de estar en los tres países en un mismo día, como una verdadera excentricidad, aun cuando para él sea parte del cotidiano; de María, que se apropió del espacio y la lengua de otro país, incorporándolos a su rutina diaria a lo largo de toda su vida; de Jean, quien asegura no sentir *saudade* de Ciudad del Este porque es apenas un shopping de Foz do Iguaçu, al que acude cada vez que necesita comprar algo, y que además siempre está allí; y de Rommina, que se adueñó de las calles de Ciudad del Este en su diario transitar por ellas, dejó de temerlas e incluso las hizo parte de un mismo barrio junto a Foz do Iguaçu, sin importar que pertenezcan a dos países distintos.

Las historias de los hombres/mujeres comunes de la frontera son relatos de las prácticas cotidianas empleadas día a día como tácticas para hacer de ese límite impuesto como división, una

oportunidad. Ese es el nuevo producto fabricado, una gama de posibilidades aprovechadas en función de intereses individuales y hasta grupales. La frontera como un tercer espacio es construido por las prácticas cotidianas de sus habitantes, quienes organizan el espacio que habitan a partir de sus maneras de andar y de hacer, personas supuestamente condenadas a la pasividad y a la disciplina, pero que inventan su cotidiano con mil maneras de “cazar furtivamente”, invirtiendo constantemente los roles, alternando el dominio y la sumisión.

## **10. Identidad y diferencia en la frontera**

Pertenecer a una cultura nos marca como individuos. Los trazos de sus características constituyen nuestra individualidad. ¿Cómo son estos hombres y mujeres comunes que habitan la frontera? ¿Con qué o con quiénes se identifican o se diferencian quienes habitan un tercer espacio marcado por la diversidad cultural? ¿De qué manera interfiere la presencia de los límites territoriales internacionales en la construcción de sus identidades? ¿Será que habitar un espacio fronterizo conlleva a la construcción de una identidad con características particulares?, ¿Qué tan importante es la presencia del Otro, del diferente, en la construcción identitaria; de qué manera se evidencia en la identidad de los habitantes de la frontera?

## **11. La identidad como construcción social**

Cuando hablamos de identidad hablamos de quiénes somos, de esas características únicas que nos definen, ya sea como individuo o como grupo social; y enumeramos una serie de rasgos que nos diferencian de otros individuos y grupos sociales. Esto quiere decir que existen diferencias, que todos no somos iguales y necesitamos recurrir a algunos elementos en particular para hacerlo evidente. La identidad garantiza que soy idéntico a mí

mismo y que no hay otra persona igual que yo, lo que quiere decir que está asociada a la idea de autenticidad.

Durante mucho tiempo el discurso de identidad estuvo anclado a la autonomía, se aseguraba que estaba determinada por el propio individuo y que incluso nacía con él y se mantenía a lo largo de su vida, invariable. En las últimas décadas esta teoría comenzó a ser objeto de cuestionamientos que toman como base la influencia que ejerce el contexto social del individuo en la construcción de su identidad. De acuerdo a esto no se trata de un hecho individual, autónomo, ni fijo; sino más bien un proceso de construcción del individuo en relación constante con el entorno social que lo rodea, y que por tanto sufrirá transformaciones con el pasar del tiempo (MAALOUF, 2012).

Y es que, si bien al momento de su nacimiento la persona ya tiene características que vienen a definir lo que pudiera llamarse su identidad (como los rasgos físicos, el sexo y el color), lo cierto es que ni siquiera entonces todo es innato. Y no es que el contexto social determine el sexo o el color, es que no significa lo mismo ser hombre, o ser mujer, en cualquier parte del mundo. Así como tampoco es igualmente valorado el hecho de ser negro, blanco, mestizo, o indio, en diferentes lugares. Cada sociedad, de acuerdo a su sistema cultural, otorga un valor particular a estos elementos definitorios de la identidad; por tanto, más que nacer con ellos, se nace con la concepción que de ellos tiene el contexto social (MAALOUF, 2012).

Es justamente de este contacto con los otros, y del intercambio de miradas y apreciaciones, que el individuo va modelando la imagen de sí mismo, su identidad. El proceso se inicia desde muy temprana edad, cuando el niño va a la escuela, a la calle, y empieza a relacionarse con personas más distantes a su círculo de familiares, que son quienes han inculcado sus creencias, costumbres y tradiciones en él. Dice Maalouf (2012) que algunos de estos encuentros dejan heridas profundas en la persona, que serán precisamente las que determinen en cada fase de la vida la actitud

de los seres humanos con respecto a sus pertenencias y a la jerarquía de estas.

Como sostiene Tomaz Tadeu Da Silva (2000), la identidad no es algo que simplemente está ahí, a la espera de ser revelada o descubierta, respetada o tolerada. La identidad es activamente producida, y somos nosotros mismos quienes la fabricamos en el contexto de relaciones sociales y culturales; por tanto, la identidad es una construcción social y cultural.

## **12. Identidad y diferencia en la frontera Foz do Iguazu-Ciudad del Este**

Entendiendo los espacios fronterizos, y en particular la frontera en estudio: Foz do Iguazu (Brasil) y Ciudad del Este (Paraguay) como espacios de encuentro intercultural, donde el mismo y el otro, lo idéntico y lo diferente, confluyen en un mismo espacio, no precisamente restringido por los límites políticos internacionales presentes en el lugar; se propone pensar la pertinencia de los postulados teóricos, anteriormente expuestos, para la construcción de una identidad de frontera, como parte del imaginario sociocultural de sus habitantes.

Para comenzar, es importante dejar en evidencia las dificultades que suelen presentarse al momento de intentar explicar las dinámicas fronterizas desde las estructuras fijas y binarias sobre las que se sustenta una parte importante de nuestro conocimiento Occidental, de allí que perspectivas como las planteadas por teóricos denominados postcoloniales, en este caso Stuart Hall, sean de interés para los estudios culturales enfocados en este tipo de problemáticas.

En las fronteras físicas, es decir, las territoriales, con presencia de límites políticos internacionales es donde la cuestión se torna más evidente, pues las categorías binarias no dan cuenta de la diversidad característica de estos espacios, llegando a tornarse incomprensibles, al menos desde puntos de vista distantes y fijos. De allí que la investigación se haya planteado una perspectiva

desde adentro, desde quienes construyen su propia cotidianidad; y a partir de planteamientos teóricos más flexibles e inclusivos.

Entonces, al pensar la identidad desde un contexto sociocultural tan particular como la frontera Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, marcada por un entorno multicultural<sup>3</sup> que llega a ser intercultural<sup>4</sup>, donde no solo hacen vida individuos pertenecientes a dos grandes identidades colectivas del Estado-nación: paraguayos y brasileños; sino también personas con otras identidades como argentinos, alemanes, italianos, chinos o árabes, además de diversas etnias indígenas; nos deja ver desde el principio que la identidad de sus habitantes está determinada o al menos en relación con este entorno social tan diverso que le permite encontrarse a diario “cara a cara” con el Otro, con el diferente, y definir su identidad.

Al respecto, es preciso destacar que, si bien la diversidad étnica es una de las características más relevantes en este espacio geográfico y cultural, la interculturalidad no es una regla o un mandato, sino una opción, una decisión que toman sus habitantes. Compartir el mismo lugar con personas diferentes no implica el establecimiento de relaciones sociales y de intercambio con ellas, de allí la diferencia entre multiculturalismo e interculturalidad. Esta última va más allá del simple hecho de cohabitar un espacio, hace referencia a la interacción entre culturas y a la posibilidad de ser afectados de diferentes modos como consecuencia del intercambio.

---

<sup>3</sup> Se entiende la multiculturalidad como la coexistencia de diferentes culturas en una sociedad, sea de forma pacífica o en conflicto, sea en una convivencia paralela o integrada, de acuerdo a Schulte (1990)

<sup>4</sup> El concepto de interculturalidad se refiere al encuentro entre culturas. Interculturalidad significa la interacción entre diferentes culturas. En este sentido, el concepto de la interculturalidad parte de la base de que todas las culturas son igual de válidas, y en un proceso de entendimiento mutuo se realiza un acercamiento al “otro” o “extraño”, que al mismo tiempo implica un enfrentamiento con la propia cultura. La interculturalidad se manifiesta en un movimiento que traspasa fronteras, nunca se queda quieta, esquivada al control, porque está cambiando todo el tiempo la perspectiva y así observa al observador (REHAAG,2006).

Y en este punto es preciso recordar que la identidad es un proceso de construcción social y cultural. La identidad es activamente producida; somos nosotros mismos quienes la fabricamos, en el contexto de relaciones sociales y culturales del que nos rodeamos (DA SILVA, 2000), de tal manera que un entorno diverso, intercultural, conducirá a la construcción de una identidad con estas características, es decir, con presencia de distintos elementos culturales pertenecientes a otros grupos sociales. Esta presencia no se refiere expresamente a una representación notable o tangible, sino a un conocimiento de la existencia de los Otros. Por tanto, y haciendo uso de la definición de identidad que hace Hall, como una narrativa del sí mismo, la historia que nos contamos de nosotros mismos para saber quiénes somos (HALL, 2010) las historias que se cuentan los habitantes de la frontera sobre sí mismos, deberían contener trazos de los Otros, de los diferentes. “A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)”. (DA SILVA, 2000, p.74).

En este mismo sentido, y en continuidad con las propuestas teóricas de Da Silva y Hall, quienes hacen referencia a la importancia de la diferencia en la construcción de la identidad - a través del reconocimiento de la “mismidad” y la “otredad” - quienes habitan la frontera tienen una posibilidad continua de establecer su identidad en relación a la mirada del Otro, y a la de sí mismos. Por lo tanto, pudiéramos pensar la frontera como un lugar de oportunidades en la construcción de identidades.

Sin duda, las identidades de frontera no están sujetas a los anclajes que lograron mantener la idea de una identidad fija y duradera en el tiempo. La interculturalidad propia del entorno expone a sus habitantes a circunstancias más allá del carácter binario y férreamente establecido en otros contextos sociales. Es probable que sea justamente aquí donde las características de liquidez y ambivalencia de la identidad se perciban con mayor facilidad, como consecuencia del mismo tránsito y ambivalencia a la que están sometidos los sujetos que habitan la frontera.

El diálogo presentado al comienzo de este capítulo, y que forma parte de la historia de vida de estos cuatro habitantes de la frontera en estudio, dan cuenta de la constante movilidad física entre dos o tres países; pero también de los tránsitos culturales a los que se habitúan ya que, si bien ese ir y venir del día a día consigue ir desvaneciendo la percepción de las diferencias, lo cierto es que siguen estando. Hay diferencias sociales y culturales que definen la identidad del individuo.

Entonces, la identidad va tomando la forma de ese ir y venir, se desliza, se diluye y se adapta; no se fija. Y aquí entra en juego un concepto que consigue dar cuenta de este movimiento: la transdiferencia, surgido como propuesta para comprender procesos identitarios híbridos.

(...) Sitúa la problemática de la identidad bajo el signo de la transdiferencia, permite enfocar su índole procesal en contraste con modelos de oposición binaria. Concebida como pensamiento alternativo, la propuesta entiende construcciones identitarias a partir de procesos de diferencia aliados – concomitante y necesariamente- a la coproducción de la transdiferencia. En esta perspectiva, la teoría de la transdiferencia legitima los contornos indicando puntos de contacto y distinciones conceptuales, en diálogo con modelos teóricos que acentúan igualmente modelos híbridos inter, trans y multiculturales en sus propuestas de configuración identitaria (OLINTO, 2010, p.25).

La importancia de este concepto tiene que ver con su intención de no borrar las fronteras existentes, sino mantenerlas al tiempo que el sujeto se mueve de forma ambivalente y toma aspectos o características de aquí, y de allá, va y viene, pero sin establecer necesariamente un lugar fijo.

Trasladando esta teoría al caso en estudio e intentando hacer más notable su planteamiento, diríamos que el habitante de frontera está consciente de los límites políticos internacionales y de la existencia de dos países distintos, con sus normas legales y características culturales bien marcadas, al tiempo que entiende su condición de pertenencia nacional; pero al mismo tiempo se desplaza entre un sistema cultural y otro, arrastrando, unas veces

de manera consciente y otras inconsciente, elementos de una y otra cultura, dando lugar a un hibridismo cultural, y por tanto a identidades plurales y móviles en permanente construcción, como resultado del diálogo y la interacción con el contexto cultural que le rodee.

María, Augusto, Rommina y Jean construyen cada día la narrativa de sí mismos que se cuentan a ellos, y a los demás. Son habitantes de la frontera, tienen su nacionalidad definida pero sus pertenecimientos, afectos y apropiaciones van más allá de la línea imaginaria que marca los límites internacionales de cada país. Conocen las diferencias entre un paraguayo y un brasileño, quizá por eso no dudan en identificarse como tal; sin embargo, su identidad está compuesta de trazos de aquí y de allá.

### **13. Consideraciones finales**

La frontera, para sus habitantes, no es Foz do Iguazu ni Ciudad del Este, la frontera es Foz do Iguazu y Ciudad del Este; tampoco es Brasil y Paraguay, los habitantes de la frontera entienden que Foz do Iguazu es distinto al interior de Brasil, y Ciudad del Este no es Paraguay. Jean lo afirma tajantemente: Ciudad del Este no es el verdadero Paraguay, Ciudad del Este es un shopping nuestro, lo considera una extensión de Foz do Iguazu. Rommina describe su percepción de las calles de Foz do Iguazu y Ciudad del Este como su barrio, un único barrio, y la idea de la frontera es para ella la de una comunidad. Augusto transita por tres países a diario, casi sin percibirlo los hizo un mismo lugar, es la frontera; Y María y su familia también se desplazan a diario entre Ciudad del Este y Foz do Iguazu, ese es su territorio, el lugar que habitan, la frontera.

La frontera se torna entonces un espacio distinto a cada uno de aquellos de los que se compone. Es un Tercer Espacio (BHABHA, 2002), Uma terceira margem (GUIMARAES, 1962) o un Tercer País (USLAR, 1994) que toma características de los territorios que lo integran: Ciudad del Este (Paraguay) y Foz do Iguazu (Brasil) y que, sin embargo, no es igual a ninguno de estos dos. El espacio

geográfico definido como frontera es una suma de ambos y llega a ser distinto de aquellos dos, aunque esté conformado por sus características.

Este Tercer Espacio tiene sus propias características, que le otorgan su identidad. Los espacios fronterizos crean su propia cultura e identidad, son espacios de construcción social e histórica.

Y más allá de un tránsito físico, está el simbólico; los habitantes fronterizos transitan constantemente entre culturas diferentes. Ese ir y venir de una ciudad a otra, entre un país y otro, implica la adopción de otros idiomas, de otras costumbres, de distintas formas de actuar y pensar; se trata entonces de un tránsito cultural constante. El escenario se percibe a partir del diálogo presentado al comienzo del artículo con parte de las historias de vida de Jean, Augusto, María y Rommina, que no solo dan cuenta de la constante movilidad física entre dos o tres países, sino también de los tránsitos culturales a los que se habitúan; ya que, si bien ese ir y venir del día a día consigue ir desvaneciendo la percepción de las diferencias, lo cierto es que siguen estando. Hay diferencias sociales y culturales que definen la identidad del individuo.

La región fronteriza Foz do Iguaçu-Ciudad del Este es un mundo aparte, con sus propias lógicas y dinámicas, es un espacio *liminar* con la capacidad de asociar la división binaria, transformándose en un lugar híbrido, marcado por la diferencia.

Los habitantes del lugar construyen cada día la narrativa de sí mismos que se cuentan a ellos y a los demás. Son habitantes de la frontera, tienen su nacionalidad definida, pero sus pertenecimientos, afectos y apropiaciones van más allá de la línea imaginaria que marca los límites internacionales de cada país. Conocen las diferencias entre un paraguayo y un brasileño, quizá por eso no dudan en identificarse como tal; sin embargo, su identidad está construida de trazos de aquí y de allá.

Las identidades de frontera no están sujetas a los anclajes que lograron mantener la idea de una identidad fija y duradera en el tiempo. La interculturalidad propia del entorno expone a sus habitantes a circunstancias más allá del carácter binario y

férreamente establecido en otros contextos sociales. Es probable que sea justamente aquí donde las características de liquidez y ambivalencia de la identidad se perciban con mayor facilidad, como consecuencia del mismo tránsito al que están sometidos los sujetos que habitan la frontera. Y es precisamente debido a estas relaciones tan estrechas que Foz do Iguaçu-Ciudad del Este es más que una frontera, es una región transfronteriza. Las relaciones sociales, los vínculos que establecen a diario sus habitantes, y que han llevado a cabo a lo largo de la historia, así lo determinan.

## Referencias

ARCILA, María. **Frontera, entrelugar o tercer espacio**. 2014  
<https://studylib.es/doc/6749636/frontera--entrelugar-o-tercer-espacio>

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Río de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUD, Michiel. **Fronteras y construcción del Estado en América Latina en Cruzando fronteras: reflexiones sobre la relevancia de fronteras históricas, simbólicas y casi desaparecidas en América Latina**, 2004

BHABHA, Komi K. **El Lugar de la Cultura**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, SRL, 2002

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Europa 1500-1800. Companhia de Bolso, 2010

BUSTAMANTE, Jorge A. **Cruzar la línea: La migración de México a los Estados Unidos**. México: FCE, 1997

CAMAL-CHELUJA, Tania; ARRIAGA, Juan; CARDIN, Eric. **Fronteras y Dinámicas Transfronterizas en América Latina**. Chetumal, Quintana Roo, México: Universidad de Quintana Roo, 2015

CONCONE, Villas Boas María Helena. A noção de Cultura. **Revista Kairós Gerontologia**, 14(4). ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil, setembro 2011: 51-66

CUCHE, Denys. **La Noción de Cultura en las Ciencias Sociales**, Buenos Aires: Nueva Visión, 2004

DA SILVA, Tomaz T. **A produção social da identidade e da diferença**. Do livro: *Identidade e diferença*. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102.

DE CERTEAU, Michel. **La Invención de lo Cotidiano**. 1 Artes de Hacer. México, D.F: Universidad Iberoamericana. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2000

DOS SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. Coleção Primeiros Passos. Editora brasiliense, 1987

GARCÍA CANCLINI, Néstor, **Culturas Híbridas**. Editorial: PAIDOS IBERICA, 2001

GIMÉNEZ, Verónica y MONTENEGRO, Silvia (Compiladoras). **La Triple Frontera**. Dinámicas culturales y procesos transnacionales. Buenos Aires: Espacio editorial, 2010.

GOLIN, Tau. **Diálogos transculturales**, N08, transmitido en vivo el 05 de julio de 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=gvda1-S0Vbg&t=3638s>

GUIMARAES ROSA, Joao. **A Terceira Margem do livro de contos Primeiras**, estórias. 1962

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**. En libro: *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contação**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2014.

HALL, Stuart. **Sin garantías**. Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich (editores). Envión Editores. Instituto de Estudios Peruanos. Instituto de Estudios Sociales y Culturales, Pensar, Universidad Javeriana. Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, 2010

LARAIA, Roques de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

LOTMAN, Iuri. **Sobre el mecanismo semiótico de la cultura en La semiosfera III**. Semiótica de las artes y de las culturas. Madrid, España: Ediciones Cátedra, 2000

MAALOUF, Amín. **Identidades asesinas**. Título original: Les identités meurtrières. Versión española de Fernando Villaverde. España, Alianza Editorial, 2012

OLINTO, Heidrun Krieger. **Construção identitaria na ótica da Transdiferença**. Do livro Para Além da Identidade. Fluxos, movimentos e trânsitos. Organizado por DA MOITA, L. Luiz Paulo y CABRAL B. Liliana. Belo Horizonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa Interdisciplinar de PósGraduação em Linguística Aplicada.; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Letras. Editora UFMG, 2010

TAYLOR, Lawrence. **El Concepto Histórico de la Frontera**. En OLMOS, Miguel. Antropología de las fronteras. Alteridad, historia e identidad más allá de la línea. México: El Colegio de la Frontera Norte, 2007

## **Interdisciplinaridade em pesquisa: construção de arquivo como dispositivo de análise**

Bruna Luísa Buratto Remes  
Carina Chaves dos Santos Livi  
Laura Fortes

### **1. Introdução**

A introdução deste capítulo apresenta as trajetórias das pesquisadoras Laura Fortes, Carina Chaves dos Santos Livi e Bruna Luísa Buratto Remes, destacando brevemente o percurso interdisciplinar que cada uma tem realizado no desenvolvimento de suas pesquisas no PPGIELA. Apesar de virem de diferentes áreas de formação, as autoras encontraram na Análise de Discurso materialista (AD) um universo de possibilidades que as permitiu transitar pelo entremeio das investigações. Além disso, elas encontraram outro ponto de convergência entre seus estudos: a influência estadunidense no imaginário político, econômico e social da cultura brasileira ao longo do século XX e seus desdobramentos discursivos no imaginário de identidade do brasileiro.

A relação de proximidade entre Brasil e Estados Unidos no que tange aos discursos sobre o idioma inglês oferecido como “língua estrangeira” no território brasileiro atravessou os temas das pesquisas de mestrado e doutorado de Laura, atualmente professora do PPGIELA e orientadora das pesquisas de mestrado em andamento de Carina e Bruna. As três pesquisadoras integram o grupo de pesquisa LEDI - Língua Estrangeira, Discurso e Identidade, vinculado à Universidade de São Paulo e coordenado pela Profa. Dra. Marisa Grigoletto.

O Projeto de Pesquisa em andamento, *Discurso, currículo e políticas de línguas: bilinguismo, multilinguismo, práticas translíngues* teve início em outubro de 2020, está vinculado à PRPPG e ao PPGIELA/UNILA, e a partir de aportes da Análise de Discurso e da Linguística Aplicada, busca compreender as discursividades sobre o currículo e políticas de línguas envolvendo teorizações e práticas de bilinguismo, multilinguismo e translinguagem. Nesse sentido, ao adotar a concepção de língua como prática local, afetada pela historicidade, nesse contexto, estudam-se representações sobre as línguas e os sujeitos nas discursividades produzidas pelo currículo, concebido como um instrumento linguístico, ou seja, um construto histórico-político que descreve e instrumentaliza os saberes sobre a língua e seu ensino, dando-lhes uma forma, uma interpretação, configurando, assim, lugares a partir dos quais os sujeitos enunciam e (se) significam. Diante disso, o seu principal objetivo tem sido o de compreender as discursividades sobre o currículo e políticas de línguas, com enfoque em fatos de linguagem, teorizações e práticas bilíngues, multilíngues e translíngues.

Ressalta-se que o referido projeto procura dar continuidade aos estudos realizados entre 2016 e 2019, no âmbito do Projeto *O currículo como instrumento linguístico: ordem e organização de saberes em contextos educacionais multilíngues e translíngues* (FORTES, 2016a), que correspondia a um desdobramento da tese de doutorado *Entre o silêncio e o dizível: um estudo discursivo de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês*, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FORTES, 2016b).

Sendo assim, a partir da construção de um direcionamento teórico discursivo em relação interdisciplinar com outros campos do saber - ou em relação de entremeio, conforme será abordado adiante -, as propostas temáticas que atravessam o escopo do projeto em andamento concentram questões importantes relativas à diversidade linguístico-cultural da/na região fronteira da cidade de Foz do Iguaçu, em complexas relações de integração com a América Latina e com o Caribe. Portanto, a pesquisa em curso tem estudado como tal

diversidade é silenciada por discursividades da hegemonia da língua inglesa produzidas por políticas linguísticas e educacionais filiadas aos discursos de mercado, de globalização e de internacionalização. Para tanto, “em vez de tomar ‘o mundo’, ‘global’ ou ‘internacional’ como construtos não-problemáticos, [...] temos que desenvolver uma compreensão cuidadosa sobre como a cultura, a língua e o discurso operam em relações globais de poder” (PENNYCOOK, 1994, p. 38, tradução nossa<sup>1</sup>).

Essa questão que envolve a língua inglesa também aparece como pano de fundo na dissertação em andamento *Pesquisas sobre Políticas de Línguas na Fronteira: sentidos de diversidade, monolinguismo e práticas translingues*, em que a historiadora e aluna da turma de 2020 no PPGIELA, Carina, se dedica à construção de um arquivo de Teses, Dissertações e TCCs para procurar responder quais são os sentidos de políticas linguísticas presentes no discurso acadêmico de pesquisas realizadas nas universidades UNILA e UNIOESTE, localizadas na fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Enfatiza-se que desde o início do processo de investigação, as leituras apontaram a construção de um discurso que desencadeou um imaginário de monolinguismo no Brasil, atrelado à construção da identidade nacional. Neste sentido, observa-se, também, o funcionamento e políticas linguísticas, por parte do Estado, de afirmação do português como língua nacional e do inglês como língua estrangeira a ser ensinada nas escolas do país, inclusive em regiões de fronteira com países hispanófonos, que é o caso da fronteira trinacional.

E é justamente o desconforto em relação aos sentimentos de pertencimento e à identidade nacional que mobilizam a pesquisa de Bruna, jornalista e aluna da turma de 2021, no PPGIELA. Para tanto, a mestrando retorna à década de 1940 (momento em que a Política da

---

<sup>1</sup> Texto original: ‘rather than assuming that “the world”, “global”, or “international” are unproblematic constructs, I believe we need to develop careful understandings of how culture, language and discourse operate within global relations of power.’ (PENNYCOOK, 1994, p. 38).

Boa Vizinhaça estava em vigor) para observar os efeitos de sentido dos discursos de “americanização” da cultura brasileira nos meios de comunicação de massa, por meio da análise de materialidades discursivas presentes nas revistas *Seleções* e *O Cruzeiro*.

Este capítulo, portanto, explora a abordagem teórico-metodológica adotada nessas pesquisas e pretende, dessa forma, contribuir com reflexões a respeito da interdisciplinaridade e sua relação com a Análise de Discurso. Além disso, também serão descritos os processos de construção, montagem e tratamento de arquivos vinculados às pesquisas, já que esse compartilhamento de experiências pode auxiliar outros pesquisadores.

Para tanto, a próxima seção dá início a uma reflexão teórica sobre a Análise de Discurso como disciplina de entremeio, bem como suas relações de contradição e tensão com o próprio exercício interdisciplinar. Posteriormente, discute-se a abordagem teórico-metodológica adotada nas pesquisas apresentadas, com foco específico no conceito de arquivo enquanto dispositivo de análise. Finalmente, são explicitados os processos de construção, montagem e tratamento do arquivo em cada pesquisa, a fim de compartilhar experiências que podem auxiliar outros(as) pesquisadores(as).

## **2. A Análise de Discurso como disciplina de entremeio: exercício interdisciplinar**

A Análise de Discurso materialista (AD) permite identificar e analisar materiais de pesquisas distintas e, por meio desse exercício interdisciplinar, pensar a construção do arquivo como dispositivo de análise, bem como suas possibilidades de interpretação, o que Michel Pêcheux ([1982] 2010) designou “gestos de leitura”, ou seja, um exercício de leitura que considera os processos de produção de sentidos, na tensão constante entre a descrição e a interpretação. Sua teorização nasce nos anos 1960, pela/na articulação entre três domínios disciplinares que produziram descontinuidades com o século XIX, a saber a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Entretanto, tal articulação se constituiu em relações de confronto, questionamento, (re)construção, de modos singulares. Ao fazer uma revisão teórica no Anexo III (“Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, [1978] 1988b), do livro *Semântica e discurso*, Pêcheux toma posição diante de sua própria reflexão teórico-metodológica, assumindo sua intervenção no Marxismo por meio (da reconfiguração) do conceito de ideologia e de problematizações da sua relação com a Psicanálise e com a Linguística, mostrando que algo “*não ia bem* (logo, e simultaneamente, *ia*, sem dúvida, *bem demais*) nessa Tríplice Aliança” (PÊCHEUX, [1978] 1988, grifos do autor).

Diante disso, ao investir na “retificação”, Pêcheux propõe reformular a concepção de sujeito e de ideologia, incorporando a ordem do funcionamento do inconsciente, compreendido como “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura” (PÊCHEUX ([1978] 1988, p. 300). Nessa perspectiva, a interpelação ideológica é concebida como um processo constituído de falhas – o impossível que permite que o não-sentido escape e, incessantemente, trabalhe sobre o sentido.

Nesse ponto de revisitação/reformulação crítica de sua teoria materialista do discurso, Pêcheux passa, da tentativa de uma abordagem interdisciplinar focada na Tríplice Aliança teórica, para a prática do entremeio teórico a partir da incorporação da concepção de ideologia proposta por Althusser ([1969] 2007), possibilitando a emergência de um pensamento que buscava questionar a evidência do sujeito e do sentido (evidências produzidas por idealismos historicamente estabelecidos/estabilizados).

Tal autocrítica de Pêcheux vem produzir uma alteração crucial em sua mobilização teórica da interpelação ideológica: “A tese da interpelação ideológica permanece no fundo teórico, mas ela está, de algum modo, invertida. Não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito” (MALDIDIER, [1990] 2003, p. 70). Assim, a concepção althusseriana de ideologia, no atravessamento pela ordem do inconsciente, vem balizar o pensamento teórico sobre a relação língua-história-sujeito

– pensamento inquietante que nos coloca questionamentos sobre as “evidências” construídas pela linguística.

Segundo Orlandi ([1996] 2007, p. 99), “a análise de discurso trata a questão da interpretação restituindo a espessura à linguagem, e a opacidade aos sentidos. Ela propõe, então, uma distância, uma desautomatização da relação do sujeito com os sentidos”. Desse modo, tomar a questão da interpretação como fulcral permite compreender os “gestos de leitura” (PÊCHEUX ([1982] 2010) como a distância (enquanto desautomatização) entre sujeito e sentido - pois ambos são atravessados pelo simbólico, pela língua(gem). Assim, nessa perspectiva, a concepção de língua deixa de ser limitada a um sistema de códigos ou a um instrumento de comunicação, ampliando seu funcionamento enquanto base dos processos discursivos (PÊCHEUX [1971] 2011), nos quais incidem determinada exterioridade (condições históricas, ordenamentos sociais, etc).

A ampliação desse conceito permite justamente a possibilidade de pensar a relação proposta teoricamente, uma vez que problematiza “a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha” (PÊCHEUX ([1978] 1988, p. 300), mexendo naquilo que “ia bem demais” na articulação Linguística-Marxismo-Psicanálise que constituía a base da teorização da AD materialista. É nesse processo de autocrítica que Pêcheux nos convida a pensar os fundamentos de sua teorização, a relação língua-história-sujeito, concebendo o sujeito clivado duplamente – pelo inconsciente e pela interpelação ideológica em seu funcionamento com falhas, pois constituído pela língua(gem). Ou, nas palavras de Henry (1992, p. 188-189), “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito à ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”.

Ora, a construção do entremeio teórico da análise de discurso materialista proposta por Pêcheux foi fruto de um incessante questionamento das evidências de certos conceitos – do sentido e do sujeito –, permitindo deslocá-las, subvertê-las. Logo,

Entremeio significa, sobretudo, não pensar relações hierarquizadas, ou instrumentalizadas, ou aplicações. Trata-se da transversalidade de disciplinas pensadas como, segundo M. Pêcheux (1969)<sup>2</sup>, *empréstimos que se usam como metáforas*, o nosso contexto científico. Nem sobre-determinação, nem instrumentalização, nem aplicação. Uma relação metafórica, ressignificação, como a que se dá quando se toma discursivamente a não transparência do sujeito, a não transparência da língua, a não transparência da história. E não são tampouco empréstimos, digamos empíricos, são metáforas. Chamo a atenção para isso, porque é preciso compreender discursivamente o que é entremeio para poder trabalhar a *contemporaneidade dos conceitos em sua historicidade*. (ORLANDI, 2012, p. 11,12, grifos da autora).

Assim, pensar as práticas de entremeio enquanto possibilidade teórico-metodológica da análise de discurso materialista implica uma busca constante pela mobilização de conceitos de outros campos do saber implicados em sua historicidade, metaforizando-os na própria prática da análise discursiva, “enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 57).

Especificamente quanto ao método em análise de discurso, Orlandi (2012, p. 12) ainda ressalta que constitui uma prática de entremeio na medida em que é “aberto, dinâmico (não positivista), não sendo tomado como aplicação automática da teoria, mas como *mediação* entre teoria e análise, na busca dos procedimentos próprios ao objeto que se analisa”.

Desse modo, conceber a análise de discurso como disciplina de entremeio impõe algumas reflexões que levam a um distanciamento das abordagens interdisciplinares comumente praticadas nas pesquisas em ciências humanas e sociais na contemporaneidade<sup>3</sup>. Trata-se, sobretudo, de articular os diferentes

---

<sup>2</sup> PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*, Dunod, Paris, 1969.

<sup>3</sup> Chizzotti (2014) aborda as tendências da pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais, ressaltando o seu caráter inter e transdisciplinar, o que pode ser constatado por meio de “multiparadigmas de análise” e de “multimétodos de investigação” (CHIZZOTTI, 2014, p. 28) mobilizados em processos de pesquisa. Fazenda (2002), por exemplo, tem desenvolvido importantes trabalhos de

campos de saber, buscando suas possibilidades, limitações, contradições, provocando questionamentos.

Assim é que a proposta epistemológica de Pêcheux (1969) de articular Ciências Sociais (História, Sociologia e Filosofia), Linguística, Teoria do Discurso e Psicanálise inaugurou um novo período de reflexão não só sobre a linguagem, mas também sobre a ideologia - e, sobretudo, das relações possíveis, de natureza intervalar, entre essas concepções através da formulação da noção de discurso. (GARCIA, 2003, p. 122, 123).

É nesse exercício intervalar constante convocado pelas contradições epistemológicas produzidas por distintos campos de saber que a análise de discurso se configura como disciplina de entremeio, colocando em xeque seus pressupostos por meio da relação contraditória entre as disciplinas (ORLANDI, [1996] 2007). Ao se inscrever inerentemente a um processo de crítica, os gestos de leitura interpretativa mobilizados pela análise de discurso produzem deslocamentos de noções e conceitos (enquanto efeitos de evidência) das disciplinas com as quais estabelece relações e tensões.

Eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. (ORLANDI, [1996] 2007, p. 25).

Pode-se compreender, assim, o exercício interdisciplinar via análise de discurso como um deslocamento da própria noção de interdisciplinaridade, constituído por um trabalho de reflexão teórica – constante e inquietante – no entremeio das disciplinas. Na esteira do pensamento de Pêcheux ([1978] 1988), em sua proposta teórica envolvendo conceitos de história (Marxismo), sujeito (Psicanálise) e linguagem (Linguística), é na prática do entremeio que emerge a

---

pesquisa interdisciplinar a partir da área da Educação, defendendo que “navegar na ambiguidade exige aceitar a loucura que a atividade interdisciplinar desperta e a lucidez que ela exige” (FAZENDA, 2002, p. 21).

possibilidade de *intervir* epistemologicamente nas disciplinas, colocando questões às suas articulações ao interrogar seus conceitos.

### 3. A construção do arquivo como dispositivo analítico

Kushnir (2006) afirma que o arquivo responde às perguntas; ele não fala por si. Logo, cabe ao historiador fazer essas perguntas de modo a não ficar disperso em meio aos documentos, pois as perguntas funcionam como forma de selecionar, ordenar, catalogar as informações, num exercício de eleger as memórias que devem ou não ser preservadas. A autora ressalta que o arquivo, enquanto fonte de pesquisa para o historiador, demanda deste um trabalho de investigar, reconstituir e interpretar, tratando o arquivo apenas como mais uma fonte de pesquisa.

Na AD, entretanto, o arquivo se constitui como tal desde o momento em que começam a ser pensados os materiais que serão incorporados nos processos de interpretação que Michel Pêcheux designa como gestos de leitura (PÊCHEUX, [1982], 2010). Dessa forma, diferentemente de outras áreas do conhecimento que tratam o arquivo como um objeto de consulta, na AD ele é carregado de significados e significantes que englobam os discursos visíveis e invisíveis do material analisado, como suas condições de produção e, é claro, as próprias interpretações e considerações que o analista desenvolve – seja pela paráfrase ou por quaisquer outros procedimentos metodológicos possíveis. Como explica o pesquisador Fabio Ramos Barbosa Filho, o que chamamos de arquivo na AD é algo que:

*não contém informações, mas permite o estabelecimento de relações de sentido a partir de funcionamentos linguísticos (estejam eles escritos, materialmente formulados nos documentos, ou inscritos, presentes pela ausência, como no caso de um efeito de préconstruído). Não se trata, portanto, de um conjunto de dados, mas de um feixe de documentos textuais cuja possibilidade de pôr em relação não diz respeito à natureza puramente arquivística desses documentos, mas às discursividades em cena nesse efeito de conjunto que é a montagem. É nesse sentido que não se “coleta” ou “colhe” um corpus de*

arquivo. É preciso montá-lo, pôr em relação documentos que não possuem nenhuma *relação necessária*. (BARBOSA FILHO, 2022, p. 11).

Dentro da História, por exemplo, o arquivo possui um caráter mais formal, documental, oficial; trata-se de uma fonte de informações que será analisada e comparada com outras documentações, oriundas de outros arquivos. Possui, assim, características menos simbólicas e mais palpáveis, como a imagem à qual o substantivo “arquivo” (local físico para armazenamento de documentos) automaticamente nos remete.

Dessa forma, ao lidar com os dois sentidos distintos de arquivo (num processo que será descrito mais à frente), Carina se coloca constantemente no entremeio. Há momentos em que assume sua posição de historiadora para considerar e selecionar sua documentação de análise. Porém, ela também se desloca ao ocupar a posição de analista do discurso, desenvolvendo um gesto de leitura interpretativo sobre o dispositivo de análise. Esse deslizamento, além de ser enriquecedor para a formação da pesquisadora, permite o surgimento de inúmeras contribuições.

O retorno ao arquivo abre então à análise de discurso possibilidades múltiplas. Longe de ser metodologia auxiliar para os historiadores, uma aventura sem margens para os linguistas, esta pode encontrar nela mesma critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as copresenças languageiras que constituem corpus, os usos reflexivos e a espessura da língua, ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa. (GUILHAUMOU; MALDIDIER [1986] 2010, p. 183).

Tais possibilidades diversas na prática teórico-metodológica da análise de discurso fundamentam-se justamente na noção de arquivo enquanto um processo de interpretação singularmente balizado, um processo de *leitura*, conforme ressalta Pêcheux em seu texto *Ler o arquivo hoje* ([1982] 2010). Ambiciosamente, o filósofo problematiza o tratamento de textos em pesquisas na área da linguística formal, a saber, por meio de “bancos de dados”, que ele analisa criticamente como “culturalmente e politicamente problemático” (p. 49). Ora, tratar textos enquanto “bancos de dados” instaura necessariamente

uma relação entre evidências – evidência do sentido como “conteúdo” e evidência do sujeito como “origem” do sentido –, excluindo a prática interpretativa, constitutiva dos gestos de leitura que perpassam a *questão* do(a) pesquisador(a) – linguista, historiador(a), analista de discurso... “Para Pêcheux, a questão da leitura [...] é colocada desde 1969 nos termos de uma teoria não subjetiva, em ruptura com as práticas de explicação de texto, assim como os métodos estatísticos em vigor nas Ciências Humanas” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016a, p. 214).

Nessa perspectiva, o arquivo pode ser designado muito menos como um banco/agrupamento de textos do que como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, conforme define Pêcheux ([1982] 2010, p. 51). Trata-se, portanto, da *questão* como fundamento da construção do dispositivo analítico que vai dar conta das especificidades metodológicas dedicadas ao tratamento do texto enquanto material de análise.

Dessa forma, o arquivo, ao constituir o corpus de pesquisa, faz parte de um movimento que vai além do âmbito metodológico, configurando um procedimento analítico que vai adentrar a materialidade linguística (SCHNEIDERS, 2015), o que implica levar em consideração a relação entre a língua e a discursividade, como nos lembra Pêcheux ([1982] 2010, p. 58): “É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (grifos do autor).

Pêcheux exercita seu pensamento de entremeio – língua, discurso, história –, deslocando o conceito de língua (“sistema sintático intrinsecamente passível de jogo”) e de discursividade (“como inscrição de efeitos linguísticos na história”), que coloca em relação fundamental com o próprio procedimento de análise (“trabalho de leitura de arquivo”), ou, melhor, “*materialidade da língua na discursividade do arquivo*” (PÊCHEUX [1982] 2010, p. 59, grifos do autor).

Conforme o próprio filósofo reiteradamente registra em seus textos, essa acalorada discussão em torno da teorização do arquivo em análise de discurso não se vincula a um pensamento único, mas, sim de um grupo de pesquisadores(as) preocupados(as) com as relações de entremeio tecidas entre as distintas áreas das ciências sociais em (re)discussão à época. Dentre esses(as) pesquisadores, podemos citar Guilhaumou e Maldidier ([1986] 2010), que analisam as relações entre a história e a linguística, dentro das possibilidades engendradas pelas perspectivas da análise de discurso, problematizando a questão metodológica para a construção do corpus de análise. Segundo os pesquisadores, o conceito de arquivo é crucial para responder a essa questão, uma vez que constitui uma materialidade e uma heterogeneidade próprias, pois “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” ([1986] 2010, p. 162).

Para explicar o funcionamento do conceito de arquivo, Guilhaumou e Maldidier ([1986] 2010) desenvolvem uma análise discursiva do enunciado “Pão e x”, no âmbito de um estudo sobre a questão da subsistência na França do século XVIII. No eixo paradigmático privilegiado pela análise linguística, é possível compreender a variedade de termos que aparecem junto a “pão”, produzindo um efeito de totalidade e simetria a partir da conjunção desses termos na estrutura da coordenação em funcionamento nos enunciados: “Pão e liberdade” e “Pão e ferro”. Entretanto, a materialidade do arquivo ultrapassa os limites impostos pela estrutura linguística, permitindo a compreensão das configurações significantes em confronto no jogo dessas coordenações, trazendo à tona as discursividades heterogêneas que sustentam seus sentidos nos caminhos percorridos pelos termos “liberdade” e “ferro” (trajeto temático) nas condições de produção específicas do estudo.

A construção do arquivo, assim, se distancia de um ordenamento cronológico e de um limite imposto pelo texto (enquanto unidade coerente e coesa de significação), e se aproxima de um processo de leitura que permite a reconstrução dos

caminhos da produção do acontecimento na linguagem, por meio de um trajeto temático: “Vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vaivém de atos languageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados” (GUILHAUMOU; MALDIDIER [1986] 2010, p. 165). A partir desse trajeto de produção de sentidos, a análise do corpus permite olhar para as relações do arquivo “com a materialidade da língua, com a história, com o real” (GUILHAUMOU; MALDIDIER [1986] 2010, p. 169), trazendo à tona suas relações de força, tensões e confrontos.

Na busca de uma articulação dessas discussões com os recentes desenvolvimentos e desdobramentos teórico-metodológicos da análise de discurso materialista no Brasil, destacamos as análises de alguns(as) pesquisadores(as) que têm se dedicado ao tema do arquivo.

Em uma pesquisa em andamento sobre a montagem de um arquivo do alienismo no Brasil, Barbosa Filho (2022) busca compreender os efeitos de sentido sobre a população negra oitocentista a partir da articulação entre três discursividades distintas: o alienismo brasileiro do século XIX, a organização urbana e o aparelho jurídico. Para tanto, trabalha na montagem de um arquivo de documentos que significam tais discursividades em sua materialidade, não a partir de uma tipologia pré-estabelecida ou de uma institucionalidade determinada, mas, sim, de “um arquivo montado no rastro das discursividades em jogo” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 5).

Ao apresentar recortes do corpus de sua pesquisa, o autor investe em uma reflexão teórica sobre a leitura do arquivo em *Análise de Discurso*, demonstrando como, em seu gesto de montagem do arquivo, o(a) analista de discurso distancia-se, portanto, de uma abordagem empiricista do arquivo, que tomaria como base a cronologia e a tipologia para a sua leitura e análise, na busca de uma apreensão de informações ou mensagens presentes em seus documentos. Pelo contrário, em uma tomada de posição discursiva, o arquivo não funciona como um repositório de dados

regido pelo primado da informação, mas constitui um suporte material de processos de significação por meio do qual se estabelecem relações de sentido (BARBOSA FILHO, 2022). Por isso, em vez de conceber o arquivo como um “conjunto de dados”, uma tomada de posição teórica discursiva, busca compreendê-lo como “um feixe de documentos textuais cuja possibilidade de pôr em relação não diz respeito à natureza puramente arquivística desses documentos, mas às discursividades em cena nesse efeito de conjunto que é a montagem” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 11, grifos do autor).

Em suas reflexões sobre a relação entre discurso e arquivo, Barbosa Filho (2022) ressalta o primado da materialidade da língua e o funcionamento da discursividade, o que demarcaria justamente a distinção entre o campo da Análise de Discurso e da historiografia. Nesse sentido, a posição discursiva materialista precisa ancorar-se em uma concepção dinâmica e contingente de história, que dê conta da dimensão material das práticas e dos dizeres/enunciados nos processos históricos da produção de sentido, em tensão na montagem do arquivo no decorrer do movimento da análise discursiva.

Em outra pesquisa que teve como foco a discussão em torno do conceito de arquivo, Mariani (2016) retoma a noção a partir do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, o que implica pensar a sua constituição na relação com as condições históricas e ideológicas, ou seja, processos de significação inscritos, naturalizados, reformulados, esquecidos, apagados, silenciados. Mencionando Pêcheux (1994) [Ler o arquivo hoje], a pesquisadora coloca em destaque a construção do arquivo enquanto resultante de gestos de interpretação em jogo na regulação social de espaços de memória, sob mecanismos de organização, policiamento e apagamento.

Ao dedicar-se especificamente aos arquivos institucionalizados, a autora critica a concepção tradicional de arquivo, que impõe a noção de completude – o que ela caracteriza como uma “ilusão”, pois se baseia na possibilidade de contemplar a totalidade documental sobre determinada temática. Entretanto, “um arquivo, por ter a falta como elemento constitutivo, é sempre incalculável, fragmentado, labiríntico

e imprevisível” (MARIANI, 2016, p. 24). Portanto, a partir de uma perspectiva discursiva, segundo a pesquisadora, a incompletude é constitutiva da construção do arquivo, pois não é “dado”, mas depende de processos de interpretação, gestos de leitura, atravessados pela história. Assim, “Discursivamente, um arquivo está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua” (MARIANI, 2016, p. 24).

Tal concepção dinâmica do arquivo envolve considerar como fundamental a relação do arquivo enquanto conceito e dispositivo teórico-metodológico da AD, em contraposição a uma noção de arquivo institucionalizado. Nesse sentido, torna-se premente a posição do(a) analista de discurso implicada duplamente: na leitura do arquivo e, ao mesmo tempo, em gestos de montagem do arquivo.

Também buscando contribuir com a discussão sobre o conceito de arquivo, Pacífico e Romão (2006) contrastam modos de dizer sobre o arquivo no campo da Arquivística e no campo da Análise de Discurso. Tomam como ponto central o papel da memória discursiva na construção e relação com o arquivo, enquanto processos de significação na tensão entre possibilidades do dizer e do não dizer sustentadas pelo interdiscurso e atravessadas pela ideologia.

Diferentemente do processo de montagem do arquivo da pesquisa de Mariani (2016) e de Barbosa Filho (2022), marcado pelo lugar institucionalizado dos acervos públicos, a construção do arquivo da investigação de Pacífico e Romão (2006) envolveu o espaço privado da memória familiar, a partir de gestos de leitura de fotografias de mulheres de uma mesma família, compreendendo três gerações, ao longo de cinco décadas (1950 a 1990). A partir desses gestos de leitura do arquivo – composto das imagens e anotações nos versos das fotos –, as pesquisadoras buscaram compreender sentidos sobre o feminino em tensão/relação com a história, deixando entrever suas implicações na relação sujeito-sentido-história.

Outra contribuição relevante para nossas reflexões em torno da noção de arquivo está em Sarian (2016), que foca nas condições

de produção no processo de constituição de um arquivo para a elaboração de sua tese de doutorado, cujo corpus se configurou a partir de materiais referentes ao Programa Um Computador por Aluno (Prouca), do governo federal brasileiro. Ao colocar em evidência as condições de produção da própria constituição do arquivo (vinculado a três esferas distintas: jurídica, administrativa e institucional), a pesquisadora ressalta as implicações políticas, históricas e ideológicas no processo de leitura e montagem do arquivo, o que marcou seu processo de construção do corpus – por exemplo, detalhando a descrição das etapas da busca de materiais de análise, bem como de contatos com instituições e órgãos governamentais, trazendo à tona os efeitos de autoria e os modos de circulação dos materiais selecionados para análise.

As pesquisas elencadas trazem em seu bojo a singularidade da montagem do arquivo, a depender das materialidades discursivas em jogo. No intuito de contribuir com as discussões sobre o exercício interdisciplinar na pesquisa por meio da prática de entremeio, a proposta aqui é, assim, um olhar sobre o arquivo enquanto dispositivo que faz emergir configurações significantes (GUILHAUMOU; MALDIDIÉ, [1986] 2010, p. 162), o que implica a noção de *corpora* de pesquisa dinâmicos e heterogêneos, abrindo possibilidades de interpretação para a análise discursiva. Portanto, pode-se dizer que se trata de um “estado de *corpus*”, pois configura “uma construção dinâmica de *corpus*, móvel, gerida em interação com a progressão da análise” (MAZIÈRE, [2005] 2007, p. 59-60).

Assim, os gestos de leitura e montagem do arquivo não são movimentos que se fecham, mas, ao contrário, possibilitam a irrupção de sentidos na relação com a memória discursiva (interdiscurso), pois “o *corpus* não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscurso” (MAZIÈRE, [2005] 2007, p. 61). Desse modo, os arquivos enquanto dispositivos de análise são sempre considerados em sua relação com determinadas condições de produção - sociais, históricas, políticas e ideológicas.

#### 4. Exercícios de análise a partir da leitura dos arquivos

As pesquisas descritas brevemente na introdução deste capítulo, apesar de distintas em seus objetos de estudo, compartilham movimentos similares de análise nos desdobramentos da investigação. A seguir, busca-se descrever o deslocamento trilhado para compor, manipular, ler e analisar os arquivos em construção nas pesquisas.

A investigação de Bruna trata das relações de imaginário existentes entre Brasil, Estados Unidos e América Latina. Acredita-se que a Política da Boa Vizinhança, desenvolvida pelo governo de Franklin D. Roosevelt e ampliada por estratégias de Nelson Rockefeller durante o período da Segunda Guerra Mundial, tenha sido essencial para a difusão de um norte no desenvolvimento do país. O progresso chegaria aos países latino-americanos por meio dos processos de “americanização” (TOTA, 2000), ou seja, a aproximação com os Estados Unidos e seus ideais de modernidade, industrialização e consumo desenfreado. O caminho para o futuro era apresentado pelos meios de comunicação de massa (MARTIN-BARBERO, 2009), e é por essa razão que a pesquisadora escolheu as revistas *Seleções* e *O Cruzeiro* para compor seu arquivo.

Ambas as publicações foram grandes sucessos no Brasil, especialmente na década de 1940. Elas apresentavam ampla variedade de seções e temáticas, além de terem páginas impressas em cores; ainda, ambas traziam imagens e recursos visuais, usando ilustrações e, especialmente, fotografias. Essa novidade visual popularizou as revistas ilustradas numa época em que a televisão ainda não existia e o cinema não era produto de consumo cotidiano. As publicações eram compradas e guardadas como se fossem artigos de referência; os leitores as tomavam como itens colecionáveis, exibindo-as em estantes ao lado de enciclopédias e do aparelho de rádio (BARBOSA, 2013; DALLA COSTA, 2020).

A revista *O Cruzeiro* era uma publicação brasileira, lançada em 1928 pelos Diários Associados com *slogan* “Compre amanhã Cruzeiro, a revista contemporânea dos arranha-céus” (BARBOSA,

2015). Em formato *standard* (26 x 33 cm) e periodicidade semanal, era destinada sobretudo ao público feminino. Entre suas seções, apareciam conteúdos sobre saúde, moda, beleza, cuidados com a casa, cinema, fofocas de artistas internacionais, receitas, política, literatura, música e humor. Suas primeiras edições precisaram ser impressas no exterior, pois a empreitada de Assis Chateaubriand ainda não era possível de ser feita em terras brasileiras. Não havia aqui tecnologia e maquinário qualificado para dar vida à revista com papel mais denso, capas coloridas e páginas brilhantes, pois como destaca Queiroz (2016, p. 103) “*O Cruzeiro* foi pensado para ser uma revista grandiosa, no formato tabloide e impressa em 4 cores, em papel de alta qualidade. Qualidade gráfica tal que não foi inicialmente possível a impressão em parque brasileiro”. Durante décadas, o grande destaque do veículo foram as grandes reportagens, elaboradas em dupla por repórter e repórter-fotográfico, incorporando uma novidade na imprensa nacional: o desenvolvimento do fotojornalismo, com imagens que contavam histórias tanto quanto o texto escrito.

Divergente de *O Cruzeiro* em vários aspectos, *Seleções* era uma revista pequena, tamanho de bolso (13,4 cm x 18,4 cm) e periodicidade mensal. Vinda dos Estados Unidos e originalmente chamada “*Reader’s Digest*”, tinha o objetivo de divulgar versões resumidas de reportagens dos principais veículos do mundo, sendo aproximadamente 30 matérias por edição - uma para cada dia do mês. Criada em 1922, chegou ao Brasil duas décadas mais tarde com 150 mil exemplares – marca que foi quadruplicada em menos de seis meses (LEMOS, 2013).

Trazendo sua bagagem da Comunicação Social, Bruna desliza desse campo de estudo para a análise de discurso ao observar os efeitos de sentido produzidos por materialidades discursivas selecionadas nas revistas observadas, cuja proposta inicial visava observar de que maneiras os meios de comunicação de massa, representados pelas duas revistas, teriam contribuído para a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, já partindo de um pressuposto de que haveria intencionalidade nos responsáveis

pelos veículos em afastar o país da América Latina. Imaginava-se investigar sobre as relações políticas, econômicas, históricas e sociais entre Assis Chateaubriand (dono dos Diários Associados, editora de *O Cruzeiro*), o governo Vargas, Nelson Rockefeller e o governo Roosevelt, por exemplo, e de que forma os acordos interferiam nas publicações.

Aqui apresenta-se um dos desafios que a interdisciplinaridade trazia para a pesquisa. Dentro da Comunicação, todas as formas de se produzir discursos são pensadas estrategicamente para que determinados impactos sejam sentidos pelo público. No caso de uma revista, por exemplo, todos os detalhes – desde a disposição do texto e das imagens, a seleção do conteúdo de capa, a ordem das editorias, os títulos das reportagens, as legendas das fotos, a organização da estrutura do texto, o tamanho dos anúncios, até a presença ou não das cartas dos leitores, entre outros aspectos – são pensados, vistos e revistos por uma equipe de profissionais. Portanto, a intencionalidade e a tomada de decisão possuem pesos indiscutíveis no fazer comunicacional.

Entretanto, essa não é uma característica levada em consideração com vigor dentro da Análise de Discurso. Para a AD, importam menos as intencionalidades dos sujeitos do discurso (que só ocupam essa posição por conta da ideologia, outro conceito visto de forma distinta entre as duas áreas) e mais os efeitos de sentido que esses discursos podem produzir a cada nova interpretação. Trocando em miúdos: enquanto uma área almeja o recebimento do discurso já pensando no momento de sua construção, a outra se dedica à compreensão do trabalho da interpretação ou dos gestos de leitura imbricados nos/pelos discursos, mobilizando dispositivos analíticos para pensar sua estruturação, bem como seus movimentos/deslocamentos.

Assim, ao mesmo tempo em que trabalha com as características editoriais e gráficas das duas revistas, Bruna constantemente faz um exercício de deslocamento para se distanciar das possíveis intencionalidades (que poderiam até ser estimadas, mas não totalmente confirmadas) presentes nas

publicações e focar na seleção de materialidades discursivas e nos efeitos de sentido do que já foi materializado.

Para tanto, o primeiro contato com o arquivo se deu por meio do acervo digital da Biblioteca Nacional, o qual disponibiliza edições escaneadas da revista *O Cruzeiro*. Essa forma de consulta *online* foi primordial num momento em que a pandemia de Covid-19 solicitava o isolamento social. O período pandêmico também enxugou o recorte da pesquisa: inicialmente, seriam observados exemplares de 1945 a 1950, mas a dificuldade no acesso (além de justificativas teóricas) reduziram as publicações ao ano de 1945. Apesar disso, as primeiras análises aconteceram sem fluidez. As imagens eram pesadas e o sistema demorava para carregar, além de que as páginas eram maiores do que a altura da tela do computador; era necessário aplicar *zoom*, rolar a página e aguardar o carregamento constantemente, interrupções que prejudicavam a leitura. Isso mudou em setembro de 2021, quando foi permitido parcialmente o acesso físico ao acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Logo nas primeiras análises do arquivo, a jornalista notou que as diferenças editoriais e gráficas das revistas impactariam no objeto de estudo e nos objetivos de sua pesquisa. Isto porque a revista *Seleções*, ao trazer compilados de outros veículos, apresentava assuntos bastante delineados, referentes, principalmente, ao contexto da Segunda Guerra e do embate ideológico entre URSS e EUA. Era diferente, portanto, das reportagens produzidas em *O Cruzeiro*, que eram variadas e inéditas. Desta forma, o objetivo inicial – de encontrar e comparar materialidades discursivas de formatos semelhantes (como trechos, títulos ou fotos de duas reportagens, por exemplo) – não se mostrou viável num primeiro momento, o que requisitou outro olhar sobre os veículos.

Ao manipular as revistas, compreendendo sua estrutura e organização editorial, Bruna percebeu que *Seleções* apresentava páginas inteiras de texto, uma seguida da outra, e que os anúncios vinham da mesma forma ao final da edição. A impressão de folhear um livro e, em seguida, um encarte publicitário se fazia presente no

mesmo volume. É possível compreender que a estruturação da revista designava espaços similares para textos e anúncios, sem hierarquizá-los na diagramação. Na seção de publicidade, algumas propagandas tinham maior destaque, com páginas duplas e impressas em cores, mas a maioria seguia o tamanho da folha, uma por vez.

Em *O Cruzeiro*, a disposição do texto com os anúncios era feita de forma completamente diferente. Uma reportagem que começava na página 4, por exemplo, seguia até a página 6, quando ganhava uma rubrica indicando sua continuação na página 49. No intervalo de páginas, entravam outros anúncios, outras fotos e outros começos de reportagem. Como estratégia comercial, as matérias eram recortadas para que mais anúncios pudessem ser diagramados nas páginas – e nos mais diferentes tamanhos, de maiores até pequenas cotas em colunas. Dessa forma, nota-se uma hierarquia entre os conteúdos, sendo a publicidade (o que mantinha o funcionamento do conglomerado dos Diários Associados) privilegiada. Entretanto, sob interpretação da pesquisadora Marialva Barbosa, esse modo de ler “interrompido” indicaria também uma consonância com as características do leitor não habituado com as revistas ilustradas: alguém que precisava de tempo para digerir a informação e que, com o espaçamento “natural” indicado pela revista, não acabaria distraindo-se com outros assuntos durante a leitura:

Esse tipo de edição tanto das revistas como dos diários indica uma prática de leitura particular: o leitor lê de forma entrecortada. Não há a mesma noção de linearidade que já existe nas décadas seguintes. O texto é feito para ser seccionado. O texto é feito para ser, em certo aspecto, memorizado... Ao folhear a revista, a continuidade do texto páginas e páginas adiante induz a pensar que o leitor não se desvia pelo caminho, memoriza a última frase e continua o texto, formando uma apreensão de sentido. Não seria justo pensar que este leitor capaz de percorrer um caminho sinuoso para a leitura teria também uma leitura sinuosa? (BARBOSA, Marialva, 2007, p. 7).

A partir dessa observação, Bruna iniciou um processo de catalogação do arquivo, construindo planilhas com os dados

principais das publicações analisadas. Com informações sobre seções, quantidade de matérias, quantidade de anúncios, principais produtos e marcas anunciadas, por exemplo, foi possível manipular e gerenciar dados que ajudaram no estabelecimento do recorte. Dessa forma, o corpus de análise da pesquisa de Bruna se dá com anúncios das revistas *Seleções* e *O Cruzeiro* de 1945.

Já Carina, em sua pesquisa, parte da construção sócio-histórica do ensino de línguas no Brasil, viabilizado por políticas linguísticas e educacionais que privilegiam algumas línguas em detrimento de outras. Tais decisões sobre as línguas (CALVET, 2007), se estabelecem dentro de um viés político e ideológico que desencadeia um imaginário linguístico do monolinguismo no país.

A premissa de que no Brasil só se fala português fez parte do projeto nacionalizador (CAMPOS, 2006) intensificado na Era Vargas, especialmente no período da Segunda Guerra Mundial. A política vigente à época proibia o uso e o ensino de línguas de imigração como o alemão e o italiano, por exemplo, e tornava obrigatório o ensino de latim, francês e espanhol, bem como o de língua inglesa nas escolas brasileiras, por meio da Reforma Capanema de 1942 (LEFFA, 2016).

Como já mencionado, o contexto do governo Vargas aponta para uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos, aproximação esta com enfoque no desenvolvimento econômico do país que passava por um processo de industrialização e, também, de reformas educacionais que visavam suprir a necessidade de mão de obra para o modelo econômico que se configurava.

Partindo dessa reflexão inicial, a pesquisa desenvolveu-se no âmbito da Análise de Discurso, pois a AD fornece os instrumentos necessários para a compreensão dos sentidos de política linguística presentes no discurso acadêmico acerca do ensino de línguas na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Dentre estes instrumentos, destaca-se a construção de um arquivo de Teses, Dissertações e TCCs encontrados nos repositórios online das Universidades UNILA e UNIOESTE, que permitiram perceber

como o imaginário do monolinguismo afeta, até mesmo, espaços multilíngues como o da fronteira trinacional.

Assim, Carina construiu o arquivo a partir do gesto de leitura que resultou na extração de sequências discursivas contidas nas pesquisas selecionadas, num exercício de análise e interpretação que nos permite pensar o arquivo à partir da memória discursiva, além de perceber como os sentidos são produzidos.

O processo de construção do arquivo consistiu na busca pelo termo “políticas linguísticas”, realizada nos repositórios online das universidades UNILA e UNIOESTE e, também, no banco de teses e dissertações da CAPES. Devido à amplitude do tema, a busca foi restrita apenas às pesquisas desenvolvidas na fronteira trinacional, pois era muito importante para pensar as condições de produção das pesquisas a partir de um olhar de quem fala e de onde fala. Dessa forma, Carina chegou à elaboração de um quadro no qual alinhou as pesquisas pelo tema Políticas Linguísticas e delimitou as categorias de análise por meio da leitura dos resumos e palavras chave.

Neste sentido, seu gesto de leitura implicou no exercício de extrair sequências discursivas das pesquisas selecionadas para responder a sua questão sobre o sentido de política linguística presente no discurso acadêmico, onde se verificou que na fronteira trinacional este sentido está relacionado à falta de uma política linguística pensada para região de fronteira, tendo em vista a diversidade linguística local e que, na falta dessa política, no dia a dia da sala de aula, os(as) professores(as) praticam o que Carina designou *Política Linguística de Fronteira*, compreendida como uma forma de resistência ao discurso do monolinguismo.

No processo de desenvolvimento da pesquisa de doutorado (FORTES, 2016b)<sup>4</sup>, que propôs uma análise discursiva de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês no sistema educacional brasileiro, a construção

---

<sup>4</sup> A descrição da construção do corpus da pesquisa constitui um recorte adaptado do texto de introdução à tese (FORTES, 2016b, p. 18-33), intitulado *Introdução: o começo de um gesto de leitura*.

do arquivo da pesquisa passou de incursões ainda incipientes pelas discursividades em circulação sobre a educação bilíngue português-inglês para a busca de pesquisas sobre as escolas particulares bilíngues português-inglês no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. O olhar discursivo lançado sobre os materiais estudados nessas pesquisas levou à compreensão do modo como a implementação das escolas particulares bilíngues português-inglês no Brasil parecia estar afetado predominantemente por um imaginário social da língua inglesa como um bem de consumo necessário, estando relacionado à ascensão econômica e a um status sociocultural privilegiado – um imaginário que constitui os sentidos evocados em textualidades midiáticas, conforme abordamos brevemente na pesquisa.

Tendo em vista o esboço de análise discursiva inicial, Fortes (2016b) empreendeu reflexões sobre a complexidade dos processos de produção de saberes sobre o inglês como língua estrangeira (LE), sobre o ensino e a aprendizagem na escola bilíngue, bem como sobre os sujeitos envolvidos nessas práticas pedagógicas no contexto educacional brasileiro. A partir dessas reflexões iniciais, algumas perguntas foram sendo formuladas e reformuladas no decorrer da pesquisa, direcionando o olhar para movimentos de sentidos específicos nesse funcionamento discursivo, inscritos/instaurados no/pelo currículo, compreendido em nossos movimentos de análise como um instrumento de formalização, recorte e organização de saberes na instituição escolar. Nesse sentido, a análise discursiva do currículo poderia encaminhar uma investigação na busca da compreensão de um espaço discursivo que começava a se delinear.

Desse modo, a análise dos sentidos do discurso sobre o currículo das/nas escolares bilíngues na cidade de São Paulo foi considerada a partir de uma perspectiva discursiva segundo a qual as línguas são concebidas em sua relação com o político e com o histórico (PÊCHEUX, [1983] 2002), especialmente no que concerne às questões de ensino e aprendizagem de inglês/LE no Brasil atual. Nesse percurso de construção do arquivo, foi também crucial a

mobilização da análise de ORLANDI (2007) sobre o conceito de “multilinguismo”: embora sentidos em torno desse termo produzam a evidência de pluralidade e diversidade, a imposição da língua inglesa como hegemônica institui um controle sobre esses sentidos, naturalizando uma relação de equivalência entre a língua inglesa e a própria noção de multilinguismo – como se o conhecimento da língua inglesa fosse suficiente para abarcar o conhecimento de diversas línguas e culturas. Há, nesse processo discursivo, um apagamento dessa posição de hegemonia – histórica e politicamente construída – ocupada pela língua inglesa, silenciando, assim, uma questão política, segundo Orlandi (2007).

Análises iniciais indicaram que esse processo discursivo parecia perpassar a produção de sentidos em torno da língua inglesa nos processos de significação da educação bilíngue, mobilizando um espaço de memória sobre a língua e, ao mesmo tempo, instaurando “novos” sentidos. Desse modo, os movimentos de sentidos de bilinguismo e de currículo bilíngue foram interpretados a partir da análise das diversas discursividades em circulação que demandam certas interpretações e remetem a determinadas regiões do interdiscurso (memória discursiva) em que certos sentidos de bilinguismo e de currículo bilíngue são disponibilizados enquanto outros são silenciados ou, ainda, deslocados.

Nessa interpretação, o foco da construção do arquivo se fundamentou sobre a compreensão do funcionamento de um complexo de discursividades heterogêneas que circunscrevem o real incontornável do aparecimento e da difusão das escolas bilíngues português-inglês no cenário educacional brasileiro. Esse gesto de leitura configurou-se como um dispositivo de análise que permitiu avançar em algumas reflexões sobre o funcionamento de (im)possibilidades de dizer sobre esse processo discursivo em determinadas condições de produção.

Pensando nesse complexo de discursividades, o *corpus* de pesquisa foi configurado a partir da construção de quatro arquivos que permitiram a leitura dos processos de significação dedicados à análise no decorrer da pesquisa: a) arquivo do discurso científico sobre

bilinguismo, constituído de um levantamento das pesquisas e publicações acadêmicas sobre bilinguismo; b) arquivo do discurso político-educacional, constituído de documentos legislativos, normativos e curriculares produzidos por órgãos governamentais responsáveis pela organização e regulamentação do sistema educacional brasileiro; c) arquivo do discurso institucional, constituído de textos disponibilizados nos sites das escolas e na mídia jornalística/publicitária; d) arquivo do discurso profissional, constituído de entrevistas com professores(as) e coordenadores(as) do Ensino Fundamental de três escolas bilíngues na cidade de São Paulo.

Buscou-se, desse modo, “[reconhecer] os corpora como inseridos em uma rede interdiscursiva de formulações” (SARGENTINI, 2008, p. 106), priorizando, assim, uma possibilidade de vislumbrar a heterogeneidade das formações discursivas a serem delineadas e, conseqüentemente, a complexidade dos dizeres que ora se complementavam, ora se contradiziam, entre os *limites entre o dizível e o não-dizível*. Os gestos de leitura lançados sobre esses arquivos foram constituindo percursos de análise discursiva tecidos na malha da textualidade da tese, a partir de pontos que moveram a pesquisadora no decorrer do processo de constituição do dispositivo de análise discursiva.

As três pesquisas são atravessadas por questões pertinentes ao imaginário político, econômico e social da cultura brasileira ao longo do século XX e seus desdobramentos discursivos nos processos de identificação, a partir de textualidades em circulação nos meios de comunicação de massa e nas políticas de ensino de línguas no sistema educacional brasileiro. Desse modo, a construção dos arquivos se deu em torno de gestos de leitura, ou seja, em torno do funcionamento da memória, produzindo sentidos ancorados a um imaginário de não pertencimento do brasileiro à América Latina, bem como do monolinguismo da língua portuguesa – na evidência de sentido de uma única “língua nacional” – e da língua inglesa – na evidência de sentido de uma única “língua estrangeira”.

## 5. Considerações finais

A desafiadora proposta de pensar a interdisciplinaridade em pesquisa levou a considerar um tema comum que atravessa três projetos de investigação, a fim de compreender a historicidade – em relações de contradição e tensão com o próprio exercício interdisciplinar. Esse pensamento fundamentou a reflexão sobre as montagens dos arquivos, tomando como base teórico-metodológica a Análise de Discurso materialista (AD). Nessa perspectiva, foram considerados os gestos de leitura que se desdobraram em reflexões a respeito da interdisciplinaridade e sua relação com a AD, uma vez que “a análise do discurso estabelece-se [...] no terreno da interdisciplinaridade” (GUILHAUMOU, 2008, p. 59).

No decorrer do capítulo, trabalhou-se a noção da AD enquanto disciplina de entremeio no próprio processo de leitura – seleção, organização, recorte, interpretação – de materiais das pesquisas. A partir desse exercício interdisciplinar, em meio a tensões e contradições, mobilizou-se o conceito de arquivo de modo dinâmico, enquanto dispositivo de análise de processos de produção de sentido. “Lugar de encontros interdisciplinares, a Análise de Discurso procede por meio de uma abordagem original. [...] Assim, o sentido [...] se constrói por dispositivos de arquivo em que se manifesta a materialidade da língua” (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, [1994] 2016b, p. 237).

Os encontros interdisciplinares experienciados possibilitam articular temas de pesquisa, ressaltando as condições de produção semelhantes, mas vale destacar que cada pesquisa constrói o seu próprio arquivo enquanto dispositivo analítico, conforme nos diz Orlandi (2002, p. 27):

Gostaríamos de acrescentar que como a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, é essa responsabilidade que organiza a sua relação com o discurso, levando-o à construção de “seu” dispositivo analítico, optando pela mobilização desses ou daqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução de sua questão.

Portanto, sua prática de leitura, seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico.

Em consonância com Orlandi, constata-se que a responsabilidade assumida diante das questões de pesquisa – e, sobretudo, das *questões ao arquivo* – impulsionou deslocamentos imprescindíveis para a construção de cada dispositivo analítico, num processo constante de leitura interpretativa que mobilizou, de modo singular, conceitos teóricos e procedimentos metodológicos demandados pelo próprio arquivo. Trata-se, portanto, de um movimento teórico de entremeio com outros campos disciplinares a partir de uma posição discursiva materialista, permitindo a compreensão do arquivo como um “dispositivo de escuta” (BARBOSA FILHO, 2022, p. 18), ou seja, um dispositivo analítico que possibilite trazer à tona o espaço de tensões, confrontos, disputas dos processos de produção de sentidos na história.

## Referências

ALTHUSSER, L. [1969] **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

BARBOSA, M. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA, M. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. **Ciberlegenda** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 7, fev. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36801>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BARBOSA, V. **Em torno da revista O Cruzeiro**. Recife, 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e>

indices/arquivo\_definitivo\_o\_\_cruzeiro\_14\_04\_2015.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BARBOSA FILHO, F. R. **Língua, arquivo, acontecimento**: Trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2016.

BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 64, n. 00, p. e022007, 2022. DOI: 10.20396/cel.v64i00.8664658. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664658>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola editorial; IPOL, 2007.

CAMPOS, C. M. **A política da língua na era Vargas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Editora Vozes. 2014.

DALLA COSTA, R. M. C. **História social dos meios de comunicação**. Curitiba: InterSaber, 2020. (Série Excelência em Jornalismo).

FAZENDA, I. C. A. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). **Interdisciplinaridade**: Dicionário em Construção. São Paulo, Cortez, 2002. p. 11-29.

FORTES, L. O currículo como instrumento linguístico: ordem e organização de saberes em contextos educacionais multilíngues e translíngues. **Projeto de Pesquisa**. UNILA. Foz do Iguaçu, 2016a.

FORTES, L. **Entre o silêncio e o dizível**: um estudo discursivo de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês. 2016. 444 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016b.

GARCIA, T. M. A análise do discurso francesa: uma introdução nada irônica. In: **Working Papers em Linguística**, n. 7, Florianópolis: UFSC, 2003, p. 121-140.

GUILHAUMOU, J. Considerações sobre a análise do discurso: um trajeto crítico em torno de Michel Pêcheux ao final dos anos 1970. In: BARONAS, R. L.; KOMESU, F. (orgs.) **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 55-78.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: Orlandi, Eni (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. (pp. 161-184)

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. [1994] Elementos para uma história da Análise de Discurso na França. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e Arquivo: experimentações em Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016a. p. 211-223.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. [1994] Novos gestos de leitura ou o ponto de vista da Análise de Discurso sobre o sentido. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e Arquivo: experimentações em Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016b. p. 235-246.

JUNQUEIRA, M. A. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 323-342. 2001.

QUEIROZ, Campos, D. Um fazer imagem: a produção gráfica da revista O Cruzeiro. **Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. 2016, 20(1), 102-116. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305546699011>. Acesso em: 1 Fev. 2022.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 2006, p. 40-51

LEFFA, V. J. **Língua estrangeira**. Ensino e aprendizagem. Vilson J. Leffa. - Pelotas: EDUCAT, 2016.

LEMOS, S. M. **Seleções do Reader's Digest: leitores, leituras, textos e tramas**. 2013. 256 f. (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2013.

MALDIDIER, D. [1990] **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. S. C. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 9–26, 2016. DOI: 10.20396/resgate.v24i1.8647082. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647082>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MAZIÈRE, F. [2005] **A análise do discurso**: história e práticas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. [1996] **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: ORLANDI, E. P. Política linguística no Brasil. Campinas, SP. Pontes, 2007. p. 53-62.

ORLANDI, E. P. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012. p. 9-12.

PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. **Em Questão**, 12(1), 73-90. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645954005.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2022.

PÊCHEUX, M. [1971] Língua, “linguagens”, discurso. In: \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 121-129.

PÊCHEUX, M. [1978] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. p. 293-307.

PÊCHEUX, M. [1982] Ler o arquivo hoje. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni. (Org.) [*et al.*] **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

PÊCHEUX, M. [1983] **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3ª ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PENNYCOOK, A. **The cultural politics of English as an international language**. London; New York: Longman, 1994.

ROBIN, R.; GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do Discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016 (verificar ano publicação original)

SARGENTINI, V. M. O. Objetos da AD: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, V.; Gregolin, M. R. (Orgs.) **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Clara Luz, 2008. p. 103-113.

SARIAN, M. C. A constituição de um arquivo: injunções, (de)limitações, efeitos. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 181–202, 2016. DOI: 10.20396/resgate.v24i1.8647095. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647095>.

Acesso em: 10 mar. 2022.

SCHNEIDERS, C. M. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55144. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55144>.

Acesso em: 29 jun. 2022.

TOTA, A. P. **O Imperialismo sedutor**: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**Afroparaguaios, história e memória(s):  
o 23 de setembro, dia da cultura afroparaguaiã e a  
luta por – novos – direitos**

Kelly Aparecida Costa  
Paulo Renato da Silva

## 1. Introdução

Me encanta que me llamen de afroparaguaya.  
Lourdes Diaz (23 nov. 2021).

LEY N° 5464

**QUE DECLARA EL 23 DE SETIEMBRE DE CADA AÑO COMO DÍA DE LA CULTURA AFROPARAGUAYA  
EL CONGRESO DE LA NACIÓN PARAGUAYA SANCIONA CON FUERZA DE LEY**

**Artículo 1º.-** Declarar el día 23 de setiembre de cada año como Día de la Cultura Afroparaguaya.

**Artículo 2º.-** Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Aprobado el Proyecto de Ley por la Honorable Cámara de Senadores, a **veintiocho días del mes de mayo del año dos mil quince**, quedando sancionado el mismo, por la Honorable Cámara de Diputados, a **quince días del mes de julio del año dos mil quince**, de conformidad a lo dispuesto en el Artículo 204 de la Constitución Nacional. (PARAGUAY, 7 ago. 2015).

A Lei nº 5.464 aprovada no Paraguai em 2015, declarou o 23 de Setembro como Dia da Cultura Afroparaguaiã. Trata-se de um marco para a valorização e o reconhecimento dos afroparaguaios, bem como de sua história e cultura. A conquista da lei é resultado da organização e atuação de comunidades afroparaguaiãs, em especial a de Kamba Cuá<sup>1</sup>, ainda que não exclusivamente. A Organização das Nações Unidas (ONU) também teve um papel

---

<sup>1</sup> Existem variações na grafia do nome da comunidade.

importante ao declarar, em 2013, que o período entre 2015 e 2024 seria o “Decênio Internacional dos Afrodescendentes”.

Nos últimos anos, devido à militância de entidades afroparaguaias e às iniciativas da ONU, o Estado paraguaio tem apoiado ações para a promoção da cultura afroparaguaia. No entanto, ainda existem muitas lacunas e demandas. Inclusive, a escolha do 23 de Setembro não foi unanimidade entre as lideranças afroparaguaias.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama sobre a história e a cultura dos afroparaguaios, destacando conquistas recentes e algumas das principais dificuldades para o seu reconhecimento. Além disso, este texto aponta semelhanças do caso paraguaio com outros da América Latina e destaca conexões da comunidade de Kamba Cuá com as organizações afrodescendentes de outros países, notadamente do Uruguai.

## **2. Afro é o “outro”**

Antes de abordarmos a Lei nº 5.464, vale destacar alguns dos principais obstáculos enfrentados pelos afroparaguaios, os quais nos ajudam a compreender a relevância da lei e os desafios que ainda têm pela frente.

No Paraguai, as populações afrodescendentes foram – e ainda são – tradicionalmente relacionadas ao Brasil, antigo inimigo da Guerra da Tríplice Aliança (1864/1865-1870).<sup>2</sup> Em pleno século XIX,

---

<sup>2</sup> Em 1864, o Paraguai apreendeu o vapor brasileiro Marquês de Olinda e invadiu a Província de Mato Grosso. Foi uma resposta à invasão do Uruguai pelo Brasil. O Brasil tinha invadido o território uruguaio para derrubar o presidente Atanasio Aguirre, avesso à crescente influência brasileira no país. Aguirre era aliado do governante paraguaio Francisco Solano López (1862-1870). Em 1865, após a queda de Aguirre, o Paraguai invadiu a Argentina com o objetivo de chegar à Província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul e, posteriormente, ao Uruguai, onde combateria as tropas brasileiras. Na sequência, Brasil, Argentina e Uruguai se uniram na Tríplice Aliança e declararam guerra ao Paraguai. Apesar de a Tríplice Aliança ter se formado em 1865, os episódios anteriores estão intimamente

fortemente marcado pelo racismo, a representação dos inimigos brasileiros como negros em periódicos paraguaios era uma forma de encorajar os paraguaios diante de um adversário que seria racialmente inferior – as tropas brasileiras eram compostas por número expressivo de escravizados e libertos.

A esse respeito, André Toral (2001) destaca que a representação dos soldados e também governantes brasileiros como negros foi uma das principais marcas das caricaturas publicadas em periódicos paraguaios durante a guerra e que “Cenas de batalhas, tratamento dos inimigos como pusilânimes, caricaturas de soldados brasileiros retratados como negros escravos, ‘macacos’, e de seus líderes transformados em animais deram uma visão nova da representação da guerra” (TORAL, 2001, p. 72),<sup>3</sup> como pode ser observado na Figura 1:

**Figura 1** - Caricatura publicada no jornal paraguaio *El Centinela* em 9 de maio de 1867



*Três macacos: o Imperador, Tamandaré e Polidoro no jornal El Centinela de 1867*

Fonte da imagem: TORAL, 2001, p. 184.

relacionados com a assinatura do acordo entre os três países, motivo pelo qual a data de início da guerra varia entre 1864 e 1865 dependendo da referência adotada.

<sup>3</sup> Sobre o mesmo tema cf. Escobar (2007) e Silveira (2009).

A Figura 1 traz uma caricatura publicada no jornal paraguaio *El Centinela*, em 9 de maio de 1867, em que é possível observar uma menção ao almirante Tamandaré, ao imperador D. Pedro II e ao marechal Polidoro.

José Lindomar Coelho Albuquerque, em sua tese de doutorado sobre a imigração brasileira no Paraguai durante a ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989), destaca a permanência dessas representações sobre o Brasil e os brasileiros no país vizinho:

No início da imigração brasileira no Paraguai, Stroessner continuava chamando os brasileiros que não eram descendentes de imigrantes europeus de “cambas” (negros em guarani). No período de desmatamento do Alto Paraná, este teria dito que poderiam “entrar los cambas” para limpar o terreno, mas preferia os descendentes de europeus para o processo de colonização [...]. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 160).

A posição de Stroessner reforçava a concepção dos negros como um elemento exógeno ao país, os quais somente interessariam para o trabalho de derrubada das matas e não para a “colonização” do leste do país.<sup>4</sup> Essa posição indica, ainda, uma concepção racista ao limitar os negros aos trabalhos manuais.

A percepção dos afroparaguaios como “brasileiros” continua presente. Cristhiano Kolinski da Silva destaca um depoimento de Andrés Medina, membro da comunidade de Kamba Cuá:

Antes nos íbamos con los tamboril en el colectivo, nos subíamos en el colectivo en Mariscal López [importante avenida de Asunción e região metropolitana], acá en la esquina no más, y los pasajeros miraban todos nosotros. Son indio, dicen. A veces nos hablan en portugués, porque creen

---

<sup>4</sup> A ditadura de Stroessner considerava os brasileiros – especialmente os descendentes de imigrantes europeus – como “mais aptos” do que os paraguaios para o desenvolvimento de atividades agropecuárias voltadas à exportação. Para atingir esse objetivo, a ditadura difundiu a representação do leste paraguaio como um espaço “vazio”, facilitou a entrada de brasileiros no país e o acesso dos imigrantes à terra.

que somos brasileiro. No saben que Kamba Cuá existe. (apud KOLINSKI DA SILVA, 2013, p. 19).

No Paraguai, os negros não são relacionados apenas aos brasileiros. Os afroparaguaios costumam ser relacionados a outros países da América Latina, como a Colômbia e a Venezuela, os quais possuem populações expressivas de afrodescendentes. Em *Kamba Descendientes, conversatorios de mujeres negras y afroparaguayas*, encontro promovido pelo Centro Cultural de España Juan de Salazar, sediado em Asunción, as participantes Alma Areco, Andrea Montaraz, Barbara Medina e Nathalia Toledo relatam experiências de estranhamento que sofreram no país por serem negras paraguaias e como, por vezes, são relacionadas a outras nacionalidades da América Latina. Barbara Medina, da comunidade de Kamba Cuá, ressalta: “No soy brasilera, no soy colombiana, no soy venezolana, soy afroparaguaya y orgullosamente afroparaguaya” (apud KAMBA DESCENDIENTES, 2020, 32:12). Nathalia Toledo, da cidade de Emboscada, conta que “Todos los compañeros de la universidad de diferentes carreras me dicen de qué país sos” (apud KAMBA DESCENDIENTES, 2020, 33:13).<sup>5</sup>

Um país como o México, tradicionalmente relacionado às populações indígenas, apresenta um quadro semelhante ao do Paraguai. Caroline Silva Ferreira e Jean Bosco Kakozi Kashindi apontam o seguinte:

---

<sup>5</sup> Kamba significa negro em guarani. No Paraguai, esse é o significado mais conhecido da palavra. Entretanto, outros significados são atribuídos ao termo e as participantes de *Kamba Descendientes* reivindicam as origens africanas de kamba. No encontro é lembrado que kamba significa amigo em Angola e é o nome de um grupo étnico no Quênia. De acordo com Anaide Carvalho e Eduardo Bonzatto, no período colonial, escravizados do atual território do Quênia foram levados ao porto de Montevideú e, conforme desenvolveremos em seguida, a comunidade de Kamba Cuá reivindica a sua origem justamente no Uruguai. Em tempo: segundo Carvalho e Bonzatto, *cua*, em guarani, significa caverna e, portanto, Kamba Cuá significa “caverna de negros”. (CARVALHO; BONZATTO, 1 jun. 2020, s./p.).

Hoje em dia tem estranhamentos e perguntas que surgem a partir de diferentes cernes quando se fala em população afromexicana. Destacam-se duas perguntas: Existem mexicanos/as negros/as? Este é um questionamento que ainda hoje tanto a maioria dos mesmos mexicanos quanto pessoas de diferentes nacionalidades fazem. (SILVA FERREIRA; KAKOZI KASHINDI, 2021, p. 117).

Situações de estranhamento também são vividas por afrodescendentes de países como Argentina, Uruguai e Chile, cujas populações são constantemente relacionadas à imigração europeia, apesar das importantes mudanças em curso na autoimagem dessas sociedades.<sup>6</sup>

Apesar de rupturas importantes, o papel e o reconhecimento dos afroparaguaios na história e cultura do Paraguai ainda são temas recentes, o que repercute na historiografia. Em *América Afro-Latina (1800-2000)*, publicado em 2004, George Reid Andrews faz menções apenas esporádicas ao Paraguai. O país aparece em tabelas sobre populações afrodescendentes e, conforme desenvolveremos em seguida, o autor menciona o exílio do general uruguaio José Gervásio Artigas no Paraguai entre 1820 e 1850, o qual foi importante para a formação da população afroparaguai.

Segundo Andrews (2007, p. 91), após a derrota de Artigas, as “suas tropas negras constituíam a parte mais leal de seu exército, seguindo-o no exílio permanente no Paraguai, onde se estabeleceram em duas vilas afro-uruguaias perto de Assunção que existem até hoje [refere-se provavelmente a Kamba Cuá e Laurelty]”. Contudo, o Paraguai é bem menos citado do que os

---

<sup>6</sup> Em 2006, o Uruguai instituiu o 3 de Dezembro como o Dia Nacional do Candombe, Cultura Afrouruguaia e Equidade Racial. Em 2013, a Argentina estabeleceu o 8 de Novembro como o Dia Nacional dos Afroargentinos e da Cultura Afro. Em 2019, o Chile aprovou a lei 21.151 que “Otorga Reconocimiento Legal al Pueblo Tribal Afrodescendiente Chileno”. O reconhecimento da cultura e da história dos afrodescendentes têm ocorrido em diferentes países da América Latina. Em 2001, a Colômbia instituiu o 21 de Maio como o Dia Nacional da Afrocolombianidade. Em 2011, o Brasil estabeleceu o 20 de Novembro como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e, no mesmo ano, a Bolívia instituiu o 26 de Setembro como o Dia Nacional do Povo e Cultura Afroboliviana.

países vizinhos e, nos agradecimentos, o país não consta dentre os visitados pelo autor para o desenvolvimento da pesquisa que resultou no livro.

Para citar outro exemplo, o Paraguai não é contemplado com um capítulo em *Os Negros na América Latina*, de Henry Louis Gates Jr., publicado em 2011. O autor dedica capítulos ao Brasil, México, Peru, República Dominicana, Haiti e Cuba. Conforme relata o autor, cada um dos países foi escolhido “[...] como representante de um fenômeno maior” (GATES JR., 2014, p. 15). Sem desconsiderar a importância do livro, a escolha dos países reforça os recortes nacionais já consagrados pela historiografia sobre o tema e contribui para a permanência do desconhecimento sobre as populações afrodescendentes em países como o Paraguai.

### **3. O país “mais feliz do mundo”: mestiçagem e identidade nacional no Paraguai**

O Paraguai é um país que construiu e consolidou a sua identidade nacional a partir da “mestiçagem” entre o europeu e o indígena, com ênfase para os guarani. Trata-se de outro obstáculo para o reconhecimento dos afroparaguaios. Apesar da inegável expressividade dos guarani, essa identidade “mestiça” não contempla a diversidade da formação étnico-cultural do Paraguai.<sup>7</sup>

A importância dos guarani e a sua centralidade na construção da identidade nacional paraguaia podem ser percebidas particularmente no idioma. Mary Monte de López Moreira lembra que a Constituição de 1967 – promulgada durante a ditadura do general Alfredo Stroessner – reconheceu o guarani como língua nacional<sup>8</sup> e, em 1992, este foi equiparado ao espanhol como língua

---

<sup>7</sup> Além de não contemplar os afroparaguaios, os guarani não são os únicos povos indígenas que vivem no Paraguai. Segundo a Organização Não-Governamental Tierra Viva, no país vivem 19 povos indígenas pertencentes a 5 famílias linguísticas. (TIERRA VIVA, s./d., s./p.).

<sup>8</sup> Apesar do reconhecimento do guarani como língua nacional, a relação da ditadura Stroessner com os indígenas foi marcada pelo autoritarismo. Havia a

oficial. Segundo dados apresentados pela autora, “[...] cerca del 90% de la población habla y comprende esta lengua y, más de la mitad de los paraguayos se declara bilingüe (castellano y guaraní).” (MOREIRA, 2013, p. 93).

Em 1963, Oscar Creydt, então líder da Federación de Estudiantes del Paraguay (FEP) – de oposição a Stroessner – publicou *Formación Histórica de la Nación Paraguaya*. Nessa obra, conforme lembra Liliana M. Brezzo, Creydt defendeu que o idioma guarani foi um dos principais vetores do processo de independência do país. Partindo “[...] de un esquema explicativo del materialismo histórico y de su militancia en el Partido Comunista [...]” (BREZZO, 2010, p. 28), Creydt relacionou a força do guarani aos filhos mestiços que aprendiam o idioma com suas mães nas pequenas propriedades que viviam assediadas pelas grandes propriedades vinculadas ao sistema colonial. O livro de Creydt, uma das principais referências da esquerda paraguaia, e o reconhecimento do guarani como língua nacional pela ditadura Stroessner são representativos do lugar central ocupado pela herança guarani na identidade nacional e como seus significados são disputados por diferentes grupos político-sociais.

Relacionado ao ponto anterior, um obstáculo enfrentado pelas comunidades afroparaguaias é a perspectiva segundo a qual não haveria racismo no Paraguai, já que seria um país “mestiço”, formado por diferentes elementos étnico-culturais. Exemplo dessa imagem pode ser constatada em reportagem publicada em 19 de agosto de 2021, no site de notícias *H2Foz*, de Foz do Iguaçu, cidade brasileira que faz fronteira com o Paraguai. No site, o jornalista Claudio Dalla Benetta comenta uma reportagem do jornal turco *Daily Sabath*, publicado em árabe e inglês, na qual o paraguaio é apresentado como o “povo mais feliz do mundo”: “[...] o jornalista turco Mehmet Ozturk

---

intenção de “integrar” os indígenas à sociedade paraguaia através de missões religiosas. Houve, também, avanço sobre as terras indígenas, o que prejudicou a autossuficiência das comunidades. Para conhecer mais sobre a relação entre a ditadura Stroessner e os povos indígenas cf. Horst (2011).

[...] diz quais são as chaves da felicidade do povo paraguaio: alegria, paz e igualdade” (BENETTA, 19 ago. 2021, s./p.).

Segundo o *Daily Sabath*, um dos motivos dessa felicidade dos paraguaios seria a ausência de racismo. Benetta chega a questionar o jornal turco, mas de modo bastante tímido: “Sem racismo? Pois é, talvez haja um *pouquinho*, ao contrário do que diz Mehmet. Mas  *muito pouco*” (BENETTA, 19 ago. 2021, s./p. - grifos nossos).<sup>9</sup>

Consideramos que histórica e culturalmente foi construída uma relação entre as imagens do país “mestiço” e “feliz”, como se a sua sociedade não vivesse tensões e conflitos étnico-culturais. Conforme defende Emanuel Mariano Tadei ao analisar o caso brasileiro, a mestiçagem seria um dispositivo de poder de modo a criar uma consistência entre elementos díspares, “[...] gerando subjetividades dóceis, mal delimitadas e manipuláveis” (TADEI, 2002, p. 3). Os discursos sobre a mestiçagem não criam necessariamente “subjetividades dóceis”. Porém, o seu objetivo é criá-las.

Ainda que a perspectiva da mestiçagem no Paraguai seja tradicionalmente relacionada aos europeus e indígenas, notadamente os guarani, seus efeitos também se manifestam sobre as comunidades afroparaguaias, especialmente no que se refere à suposta “harmonia social” que haveria no país. Essa suposta harmonia deslegitimaria as denúncias de entidades afroparaguaias quanto aos preconceitos e desigualdades existentes no país.

O tema da mestiçagem no Paraguai é desenvolvido por historiadores como Ignacio Telesca que possui longa trajetória nos estudos sobre escravidão e afrodescendentes no país e critica o esquecimento das populações afroparaguaias pelo discurso tradicional da mestiçagem, calcado nos europeus e nos indígenas/guarani. “Queda em claro [...] que a pesar de ser evidente la

---

<sup>9</sup> Essa visão do Paraguai como “o país mais feliz do mundo” – ou como um dos mais felizes – tem se sustentado em pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Gallup desde 2012. Essas pesquisas têm embasado o Relatório Mundial da Felicidade publicado pela ONU. A pesquisa se diferencia por considerar não apenas os indicadores culturais e socioeconômicos, mas também a percepção dos entrevistados sobre suas sociedades.

presencia parda en la conformación del Paraguay, esta realidad fue constantemente dejada a un lado” (TELESCA, 2008, p. 182). Ainda de acordo com o estudioso, o discurso oficial da mestiçagem no Paraguai ignora que a população negra e mulata na província paraguaia, no final do século XVIII, representava cerca de 11% da população e era ainda maior em Asunción: “[...] en esos años uno de cada dos asuncenos era negro o mulato” (TELESCA, 2008, p. 171).<sup>10</sup>

Telesca também faz uma crítica importante a um relato conhecido de Félix de Azara, espanhol que esteve no Paraguai no final do século XVIII e difundiu uma imagem idealizada sobre a escravidão na província:

La mayoría [dos escravizados] muere sin haber recibido un solo latigazo, se los trata con bondad, no se los atormenta jamás en el trabajo, no se les pone marca, y no se los abandona en la vejez [...] se los viste tan bien o mejor que a los blancos pobres y se les da un buen alimento. (*apud* TELESCA, 2010a, p. 342).

Félix de Azara explicou essa situação a partir da “generosidad de los españoles [...], aunque nadie tuviese mayor necesidad que ellos mismos de la esclavatura” (DE AZARA, 1850, p. 270). No entanto, Telesca lembra que “el esclavo seguía sin ser dueño de su libertad” e “en el Archivo asunceno se encuentran innumerables casos de quejas por maltratos, e incluso aparecen rebeliones de esclavos ante sus amos castigadores” (TELESCA, 2010a, p. 342).

#### **4. O 23 de Setembro como Dia da Cultura Afroparaguaia**

O 23 de Setembro foi escolhido como Dia da Cultura Afroparaguaia em homenagem a José Gervasio Artigas, prócer da independência uruguaia – e latino-americana –, que faleceu nesta data em 1850.<sup>11</sup> Conforme apontamos ao comentar George Andrews,

---

<sup>10</sup> No final do século XVIII o Paraguai era parte do Vice-Reinado do Prata.

<sup>11</sup> O projeto de lei apresentou equivocadamente a data como se fosse a do nascimento de Artigas. (CONGRESO NACIONAL; H. CÁMARA DE DIPUTADOS, 2015, s./p.).

Artigas se exilou no Paraguai em 1820, onde permaneceu até o seu falecimento.<sup>12</sup> Em seu exílio, Artigas foi acompanhado por aproximadamente 80 soldados negros libertos – os “lanceiros negros” de Artigas.<sup>13</sup> O 23 de Setembro foi escolhido como Dia da Cultura Afroparaguaia, pois a comunidade de Kamba Cuá, atuante na conquista da Lei nº 5.464, se considera descendente desses soldados negros. A comunidade de Kamba Cuá está localizada em Fernando de la Mora, município da região metropolitana de Asunción.

Entretanto, a data não é unanimidade. Souza et al. (2020), por exemplo, destacam – sem citar o nome – que uma própria liderança da comunidade de Kamba Cuá apontou, durante entrevista, a necessidade de encontrar uma representação afroparaguaia – e não Artigas – para celebrar as comunidades do país (SOUZA et al., 2020, p. 72).

Existem divisões e divergências na comunidade. O 23 de Setembro foi resultado sobretudo da atuação do Grupo Tradicional San Baltazar de Kamba Cuá, fundado em 2012 e liderado por Lourdes Díaz.<sup>14</sup> O grupo organizou reuniões na comunidade e, com o apoio da advogada Silvia Díaz de Moore, irmã de Lourdes, e da senadora Blanca Fonseca, do Partido Liberal, o projeto de criação do Dia da Cultura Afroparaguaia foi apresentado ao Legislativo do país. Segundo Lourdes Díaz, o 23 de Setembro representaria todas as comunidades afroparaguaias:

Es una fecha que conmemoramos el origen, la contribucion, el legado y los desafios que tenemos todas las Comunidades Afroparaguayas, es tambien

---

<sup>12</sup> Em 1817 os portugueses invadiram a Província Oriental, a qual daria origem posteriormente ao Uruguai, e venceram o confronto em 1820. Depois da derrota, Artigas partiu para o exílio no Paraguai e a Província Oriental foi oficialmente anexada em 1821 ao Reino do Brasil sob o nome de Província Cisplatina.

<sup>13</sup> Os números variam, mas, segundo Kolinski da Silva (2013, p. 15), a comitiva total chegava a aproximadamente 250 soldados, dos quais 80 seriam negros.

<sup>14</sup> Lourdes Fátima Díaz Chávez nasceu em Asunción em 10 de dezembro de 1975. É graduada em Ciências Econômicas na Universidad Nacional de Asunción e exerce o cargo de contadora pública. Para conhecer mais sobre a trajetória e militância de Lourdes Díaz, cf. Costa (2022).

como un proceso de aprendizajes para los niños de Kamba Cua a través de los trabajos en la Escuela de la Comunidad, porque son los niños quienes van a seguir perpetuando nuestra cultura y nuestra lucha por los DD.HH. de la población afrodescendiente. (DÍAZ, 15 jul. 2020).

Em Kamba Cuá, Benito Medina lidera desde 2013 o Grupo Tradicional Kamba Cuá, mais antigo e precursor no trabalho de organização da comunidade. Para Medina, o 23 de Setembro foi apresentado de forma individual pelo grupo liderado por Lourdes Díaz, sem consultar outras entidades e comunidades afroparaguaias. Para celebrar os afroparaguaios, Medina afirmou em entrevista que proporia o 25 de Julho, dia do nascimento de Santiago Medina – seu pai –, afroparaguaio que esteve entre os fundadores do seu grupo e sobre o qual voltaremos a falar adiante (MEDINA, 15 jul. 2020).

Apesar da discordância, a descendência dos soldados negros de Artigas é um elemento compartilhado e reivindicado por membros da comunidade. Além disso, na década de 1990, o próprio Grupo Tradicional Kamba Cuá estabeleceu parcerias com entidades afrouruguaias, o que teria reforçado o nome do prócer uruguaio como referência para a comunidade.

Ao questionarmos Lourdes Díaz se houve outras propostas de datas, a líder comunitária argumentou que nunca tinha escutado outra proposição. Contudo, após aprovada a lei, receberam reclamações de outras organizações e comunidades afroparaguaias, assim como da própria comunidade de Kamba Cuá. Porém, segundo Díaz, as pessoas que reclamaram nunca apresentaram formalmente outras ideias. Díaz destacou que outras datas seriam bem vindas, pois o que importaria é a existência de um dia para celebrar os afroparaguaios (DÍAZ, 15 jul. 2020).

Kolinski da Silva faz um histórico das divergências na comunidade de Kamba Cuá. Resumidamente, o autor aponta “[...] desacordos frente à administração de recursos materiais, financeiros e políticos” (KOLINSKI DA SILVA, 2013, p. 83). Além dos pontos destacados por Kolinski da Silva, é interessante apontar

como questões de gênero também envolveriam a criação e consolidação do Grupo Tradicional San Baltazar de Kamba Cuá. Em 2015, Lourdes Díaz declarou que:

Hay un punto resaltante, en este grupo estamos rompiendo paradigmas, anteriormente los hombres se encargaban de construir los tambores. Ahora tenemos una artesana en nuestro grupo. Es una mujer la que se encarga de confeccionar los tambores, arreglar todos estos tambores y construir con su pareja. (*apud* KAMBA KUA: MAS ALLÁ DE LAS POLLERAS Y LOS TAMBORES, 2015, 6:50).

Além de divergências em torno da representatividade do 23 de Setembro para as comunidades afroparaguaias, existem debates sobre a descendência formada pelos soldados negros de Artigas. Héctor Francisco Decoud, em *El Campamento Laurelty* (1930), considera que a comunidade formada pelos soldados negros de Artigas é Laurelty – e não Kamba Cuá.

Já Lipski (2009) relaciona as duas comunidades aos descendentes dos soldados de Artigas e destaca que ambas mantinham laços para a celebração de San Baltazar – o que já não ocorre. San Baltazar é o “rei mago negro” e a importância de sua celebração pelos afroparaguaios será comentada nas próximas páginas. Segundo Lipski, além dos que formaram Kamba Cuá:

Hay otro grupo más pequeño de “Artigas-cue” (los que llegaron con Artigas) en la vecina comunidad de Laurelty, hoy día un barrio marginal de unas pocas cuadras de calles de tierra y casas humildes, de la limítrofe ciudad de Luque. A diferencia de los afrodescendientes de Camba Cua, en Laurelty se ha perdido casi toda la conciencia de su origen, menos la celebración anual de San Baltazar en la capilla del Santo Rey. Durante un tiempo las comunidades de Camba Cua y Laurelty mantenían lazos estrechos y competían de forma amistosa para la celebración de San Baltazar, pero en la última generación estos contactos han desaparecido. (LIPSKI, 2009 p. 99-100).

Polêmicas à parte, no projeto de lei que propunha a criação do Dia da Cultura Afroparaguaias se observa o reconhecimento não

apenas de Kamba Cuá e Laurelty, mas também de outras comunidades afroparaguaias e de suas contribuições culturais:

Que, hoy las comunidades afrodescendientes se encuentran en las localidades de Emboscada “Pardos Libres”, Fernando de la Mora “Kamba Cua”, San Lorenzo “Laurelty”, y Paraguari Kamba Kokue, manteniendo cada grupo su cultura en la danza, elaborando instrumentos musicales, celebrando sus festividades a través de los años y reconocidos a nivel nacional e internacional nuestras comunidades. (CONGRESO NACIONAL; H. CÁMARA DE DIPUTADOS, 2015, s./p.)

Apesar de a tradição oral e outras evidências históricas indicarem a descendência dos soldados negros de Artigas, em conversas com moradores mais antigos da comunidade de Kamba Cuá e com ativistas paraguaios é apontado que o nome de Artigas começou a ser escutado com mais ênfase apenas a partir dos anos 1990, após as articulações feitas com associações do Uruguai.<sup>15</sup> No começo da década de 1990, a comunidade fortaleceu os laços com a Organização Não Governamental Mundo Afro (OMA) do Uruguai, fundada em 1988. A Organização atua por direitos e pelo aumento da visibilidade da população afrodescendente.

Como Kamba Cuá está por sua história relacionada a Artigas, um general uruguaio, Mundo Afro e o Grupo Tradicional Kamba Cuá iniciaram processos de recuperação da cultura de raízes ancestrais. A OMA promove ações solidárias e integra oficinas regionais sobre equidade racial com comunidades negras de diferentes países, promovendo intercâmbio para recuperação e difusão da memória histórica. Essa relação de Kamba Cuá com os

---

<sup>15</sup> Paulo Renato da Silva destaca como o movimento negro uruguaio questionou fortemente as comemorações dos “500 anos” da América em 12 de outubro de 1992, especialmente a valorização das tradições hispânicas do continente. “Para denunciar a escravidão e a repressão à cultura africana durante o período colonial, as associações ligadas ao movimento negro uruguaio passaram a denominar o 11 de outubro como ‘O Último Dia da Liberdade Cultural’.” (SILVA, 2011, p. 34). Além disso, o autor aponta que o 12 de outubro virou um dia de mobilização do movimento negro uruguaio sob o lema “Os Tambores Nunca Mais”.

afrouruguaio resultou em doações de tambores, oficinas de construção do instrumento e de toques de candombe<sup>16</sup> e também apoio político na negociação de territórios.<sup>17</sup>

Além de a comunidade de Kamba Cuá remontar aos soldados negros de Artigas e das convergências entre o movimento negro paraguaio e uruguaio em torno de tradições e pautas comuns, consideramos que o histórico das relações entre Paraguai e Uruguai também colabora – ainda que indireta e secundariamente – para a celebração de Artigas pela comunidade e para o reconhecimento de suas demandas – ou de uma parte delas – pelo Estado paraguaio.

Kolinski da Silva destaca, por exemplo, que o presidente uruguaio Luís Alberto Lacalle Herrera (1990-1995) visitou Kamba Cuá em 1993, o que era uma forma de reconhecer os moradores como descendentes dos soldados negros de Artigas, algo particularmente relevante naquele período marcado pela negociação de territórios perdidos ao longo de décadas.

A relevância da visita e sua *apropriação* por Kamba Cuá podem ser observadas no discurso então pronunciado por Lázaro Medina – nome importante da comunidade que antecedeu Benito, seu irmão, na liderança do Grupo Tradicional Kamba Cuá: “Ojalá, señor presidente [do Uruguai], que algunas de las autoridades nuevas de nuestro país se den cuenta de que Kambá Kuá vive y siempre va vivir” (apud KOLINSKI DA SILVA, 2013, p. 58).

Além disso, ainda no final do século XIX, o Uruguai foi o primeiro país da Tríplice Aliança a devolver ao Paraguai os troféus de guerra e a perdoar a dívida imposta aos paraguaios ao término

---

<sup>16</sup> O candombe se refere a manifestações musicais e de dança marcadas por tambores e originalmente praticadas por escravizados de diferentes origens que foram trazidos especialmente para o atual território uruguaio.

<sup>17</sup> Os soldados negros de Artigas receberam 100 hectares como doação do governo do Dr. Francia (1814-1840), o qual acolheu o prócer uruguaio. Porém, houve inúmeras perdas, por exemplo, quando foi construído o campus da Universidad Nacional de Asunción. Para um histórico sobre a questão da terra na comunidade de Kamba Cuá cf. Kolinski da Silva (2013).

do confronto.<sup>18</sup> A cidade de Asunción conta com o “Solar Artigas”, localizado na entrada do Jardim Botânico, o qual foi residência do prócer uruguaio durante seu exílio no país, mais precisamente nos seus últimos cinco anos de vida. No “Solar Artigas” funciona uma escola pública uruguaia – a única fora do país – e o “Museo Artigas Karai Guasu” (Museu Artigas Grande Senhor em tradução literal do espanhol e guarani). Uma das avenidas que leva ao “Solar Artigas” leva o nome do prócer uruguaio. O local foi doado pelo governo paraguaio ao uruguaio em 1903, como gesto de gratidão pela devolução dos troféus de guerra que estavam em poder dos uruguaiois – cf. ANEP (2016). Em outras palavras, consideramos que o nome de Artigas é uma referência histórico-cultural compartilhada entre os afroparaguaiois e o restante da sociedade paraguaia – ou, pelo menos, setores dela.

Apesar das divergências em torno da representatividade de Artigas para as comunidades afroparaguaias, o 23 de Setembro é resultado de uma combinação de elementos: a história de comunidades como Laurely e especialmente Kamba Cuá, as quais descendem dos soldados negros *libertos* do prócer uruguaio. É importante ressaltar a condição de *libertos*, o que potencializa essa descendência enquanto símbolo de resistência; a conexão com Mundo Afro do Uruguai, organização com a qual a comunidade de Kamba Cuá trocou experiências sobre tradições histórico-culturais e luta por direitos; a devolução dos troféus de guerra e o perdão da dívida paraguaia pelo Uruguai após a Guerra da Tríplice Aliança, o que teria reaproximado ambos os países ainda no século XIX e, ao ser resultado sobretudo da atuação do Grupo Tradicional San Baltazar de Kamba Cuá, a data pode ser compreendida, ainda, a partir do crescente protagonismo de mulheres dentro da comunidade em torno de nomes como Lourdes Díaz, dentre outras.

---

<sup>18</sup> Os troféus de guerra se referem a um conjunto de bens públicos e privados que foram levados do Paraguai pelas tropas da Tríplice Aliança.

## 5. Processos de formação da população afrodescendente no Paraguai e a luta por – novos – direitos

Conforme indica o comentário de Telesca sobre a população negra e mulata no final do século XVIII, a história dos afroparaguaios não começou com a chegada dos soldados negros de Artigas. A história dos afroparaguaios remonta ao século XVI através da implantação do sistema escravista colonial. Os escravizados entravam pelo porto de Buenos Aires, mas também pelo Brasil, especialmente por contrabando. Telesca destaca que, no Paraguai, o uso de escravizados foi recorrente sobretudo por ordens religiosas, o que explicaria sua concentração em Asunción:

Para mediados del siglo XVIII estas órdenes tenían más de la mitad de los esclavos de la Provincia del Paraguay. [...]. Cuando las órdenes religiosas fueron suprimidas por el Dr. Francia en 1824, sus esclavos pasaron a engrosar los bienes del Estado. (TELESCA, 2010a, p. 339-340).

Quanto aos trabalhos desempenhados pelos escravizados no Paraguai, Telesca destaca que “eran múltiples, dependiendo de la edad, el sexo y el lugar de residencia.” (TELESCA, 2010a, p. 340). O autor lembra das tarefas domésticas e do campo e que escravizados também poderiam ser alugados por seus senhores, os quais ficavam com o pagamento pelo serviço desempenhado. Nessa modalidade, “[...] no solo el patrón utilizaba al esclavo para su servicio personal, sino que también era su fuente de subsistencia” (TELESCA, 2010a, p. 340).

Tampouco a chegada dos soldados negros de Artigas foi o ponto final do processo de formação das comunidades afroparaguaias. A incursão de tropas brasileiras e argentinas em território paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança e a sua permanência no país por sete anos após a vitória dos aliados contribuíram para o incremento da população afroparaguaia. Milda Rivarola, ainda que não se refira especificamente aos soldados negros das tropas aliadas, apresenta um número que nos

indica a importância desse processo para a formação da população afrodescendente no Paraguai. “Un conteo aliado de 1872 registró 231.196 habitantes en el país, de los cuales 18.000 en Asunción. Este número incluía 56.000 extranjeros (de ejércitos de ocupación y particulares)” (RIVAROLA, 2013, p. 18).

Finalmente, podemos destacar diferentes movimentos migratórios que marcaram especialmente a segunda metade do século XX e início do XXI. Além da já citada migração de brasileiros, é preciso considerar a contribuição de imigrantes oriundos da África e, mais recentemente, de países como o Haiti.<sup>19</sup>

A festa de San Baltazar é outro elemento essencial na história dos afroparaguaios. Os soldados negros de Artigas teriam trazido consigo uma imagem de San Baltazar, celebrado a cada 6 de Janeiro em comunidades como a de Kamba Cuá e Laurety, conforme indicamos anteriormente. Em Kamba Cuá, na década de 1960, o já mencionado Santiago Medina – falecido em 2012 – fundou um grupo de música e dança, cujas performances foram incorporadas à celebração de San Baltazar. Entretanto, apenas em 1978 foi fundado um grupo formal – Grupo Kamba Cuá –, cuja direção foi assumida por Lázaro Medina, filho de Santiago – comentamos o discurso de Lázaro quando a comunidade recebeu a visita do presidente uruguaio.<sup>20</sup>

Conforme aponta Kolinski da Silva, a partir de 1990, o 6 de Janeiro começou a ser celebrado como “Festa Kambá”, momento no qual teria passado de uma festa comunitária para um festival nacional. Além da apresentação de membros de Kamba Cuá e de outras comunidades afroparaguaias, passaram a participar diferentes artistas e grupos artístico-culturais de Asunción e de outras cidades e regiões do Paraguai. Gradualmente houve aumento de público e do espaço para a sua realização. Segundo

---

<sup>19</sup> Em 2016 foram outorgadas 16 residências a migrantes haitianos em situação regular no Paraguai. (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES; MERCOSUR, 2017, p. 42).

<sup>20</sup> Lázaro faleceu em 2013.

Kolinski da Silva (2013, p. IV), a festa, organizada pelo Grupo Tradicional Kamba Cuá – atualmente liderado por Benito Medina – é um exemplo de como a comunidade instrumentaliza o seu patrimônio sonoro-performático para conquistar posições de poder reivindicatório:

[...] encontrei um grupo performático que transcende momentos rituais, sendo, atualmente, contratados como um “grupo-show” (...) para atuar em diversos festivais nacionais e internacionais, festas privadas, bem como, para gravar discos e documentários. Dessa forma a comunidade de Kamba Cuá se tornou a melhor e mais conhecida dentro do Paraguai, já que tem sua história bem documentada e sua identidade e cultura bem “preservadas” através de festas tradicionais e religiosas, principalmente a festa a San Baltazar. (KOLINSKI DA SILVA, 2013, p. 97).<sup>21</sup>

Ainda segundo Kolinski da Silva, as divisões na comunidade também envolvem as atividades culturais. Enquanto o Grupo Tradicional Kamba Cuá teria adentrado no universo da “indústria cultural”, o Grupo San Baltazar, liderado por Lourdes Díaz, realizaria “[...] suas atividades enunciando o sentido mais comunitário [...]” (KOLINSKI DA SILVA, 2013, p. 105). O Grupo San Baltazar inclusive promove uma celebração distinta em homenagem a San Baltazar. Apesar das divergências, o Grupo San Baltazar também se concentra na música e dança como manifestações da comunidade, o que aponta para a importância da “cultura como recurso” para as comunidades afroparaguaias

---

<sup>21</sup> A festa dedicada a San Baltazar carrega representações que remetem ao Paraguai como um país “harmônico” em termos étnico-culturais – e musicais. A canção “San Baltazar”, com letra de Hipólito Sánchez Quell (1907-1986) – o qual foi embaixador do Paraguai no Brasil e Ministro das Relações Exteriores da ditadura Stroessner – termina com as seguintes estrofes: “Fiesta extraña de la forma; del sonido y del color; Ritos negros, blancos, índios; se han metido en el tambor.” Kolinski da Silva aponta que essas representações também estão presentes entre membros da comunidade. A própria canção “San Baltazar” é conhecida na comunidade e entoada em festas e apresentações ao ritmo da polca paraguaia, tradicional estilo musical do país.

(KOLINSKI DA SILVA, 2013). Não casualmente o 23 de Setembro é celebrado como o Dia da *Cultura* Afroparaguaia.

Já destacamos a conexão da comunidade Kamba Cuá com entidades estrangeiras como Mundo Afro do Uruguai. Outros elementos externos também foram ao encontro da mobilização dos afroparaguaios e têm contribuído para o seu reconhecimento.

Em 2008, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) iniciou o projeto “População Afrodescendente da América Latina” com o propósito de ampliar o conhecimento sobre essa população em termos demográficos, sociais e culturais. Para os organizadores do projeto, o desconhecimento potencializa a exclusão sócio-econômica dos afrodescendentes na região.

Conforme analisa Paulo Renato da Silva:

Se por um lado uma pesquisa tão recente como esta indica o quanto as populações afrodescendentes ainda são desconhecidas na América Latina, por outro, o seu desenvolvimento demonstra que existe uma demanda por (re)conhecimento dessas populações. (SILVA, 2011, p. 16).

Além da pesquisa do PNUD, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou em 2013 que o período compreendido entre 2015 e 2024 seria o já citado “Decênio Internacional dos Afrodescendentes”. Estruturado em três pilares principais – Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento –, o objetivo principal do Decênio “[...] é promover o respeito, a proteção e a concretização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais da população afrodescendente, conforme reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ONU, s./d., p. 8). A ONU associa esse objetivo a um maior conhecimento sobre as populações afrodescendentes e o Decênio tem entre seus propósitos a “[...] promoção de maior conhecimento e respeito em relação ao seu legado, cultura e contribuição diversificados para o desenvolvimento das sociedades” (ONU, s./d., p. 8).

Questões referentes à memória das populações afrodescendentes pautam os objetivos e ações do Decênio. Dentre as “medidas a serem [sic] tomadas pela comunidade internacional

e organizações internacionais e regionais”, está a de “apoiar iniciativas e projetos que visem honrar e preservar a memória histórica da população afrodescendente” (ONU, s./d., p. 20).

No âmbito do “Reconhecimento”, um dos três principais pilares do Decênio, caberia reconhecer:

(...) as vítimas e seus descendentes através do estabelecimento de memoriais em países que se beneficiaram e/ ou foram responsáveis pela escravidão, pelo tráfico de escravos, pelo comércio transatlântico de escravos e pelo colonialismo e tragédias passadas, nos quais não há nenhum, como também nos pontos de partida, chegada e realocação, protegendo os locais culturais relacionados a isso. (ONU, s./d., p. 12).

A ONU destaca que a intenção é “[...] honrar a memória das vítimas dessas tragédias [...]” para “reconciliar” países e sociedades – inclusive internamente – e “cicatrizas” as feridas deixadas pelo processo de escravização, preconceito e exclusão (ONU, s./d., p. 13). A entidade exalta países que já tinham expressado arrependimento, remorso ou se desculpado e estimula os demais a seguir o mesmo caminho. A estratégia da “reconciliação” e da “cicatrização”, no âmbito de políticas de reparação, despertam críticas por defenderem, de um modo geral, a necessidade de “virar a página” e por envolverem negociações e concessões entre os sujeitos e grupos envolvidos. Por outro lado, dada a complexidade da composição dos membros da ONU, parece ter sido uma estratégia bem-sucedida para a aprovação do Decênio pela Assembleia do órgão.

O projeto de lei sobre a criação do “Dia da Cultura Afroparaguaia” reconhecia explicitamente a relação da proposta com o Decênio Internacional dos Afrodescendentes aprovado pela ONU:

[...] el presente Proyecto tiene como finalidad: el reconocimiento de la diversidad cultural en el marco [de la] proclamación del Decenio Internacional de los Afrodescendientes 2015-2024. Resolución N° 68/237 aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 23 de diciembre de 2013. (CONGRESO NACIONAL; H. CÁMARA DE DIPUTADOS, 2015, s./p.).

O Bicentenário da independência do Paraguai, comemorado em 2011, foi um momento privilegiado para releituras da história e cultura do país. Ainda que o tom nacionalista e celebratório tenha estado presente, o país era governado por Fernando Lugo (2008-2012), o que favoreceu uma renovação dos estudos sobre o país. Conforme destaca Paulo Renato da Silva, após:

[...] a ditadura, [Lugo] foi o primeiro presidente que não pertencia ao Partido Colorado [do ditador Alfredo Stroessner]. [...] liderou uma coalizão de partidos e de movimentos sociais de oposição – nem todos de esquerda [...]. Desde a campanha, Lugo buscou se legitimar como um rompimento com a política paraguaia anterior [...]. (SILVA, 2018, p. 327).

Um exemplo do momento privilegiado que representou o Bicentenário para os estudos sobre os afroparaguaios foi a publicação de uma nova edição com os seis primeiros capítulos do clássico de Josefina Plá, intitulado *Hermano Negro. La Esclavitud en el Paraguay*.<sup>22</sup> O texto foi publicado pela Intercontinental Editora na Colección Independencia Nacional e prologado por Guido Rodríguez Alcalá, o qual destacou a atualidade do tema no país:

Este Bicentenario es una ocasión para reflexionar sobre la aberración que significa la servidumbre. La explotación del africano resulta hoy inaceptable y la condenamos; sin embargo, debemos percibir y rechazar también toda forma de esclavitud encubierta, para que la igualdad sea un hecho, y no una simple fórmula legal en el país. (ALCALÁ, 2010, p. 11).

Outro exemplo representativo foi a coletânea *Historia del Paraguay*, organizada por Ignacio Telesca. A coletânea tem um capítulo de Telesca dedicado ao tema intitulado *Afrodescendientes*:

---

<sup>22</sup> O livro foi publicado originalmente em 1972. Além de seu pioneirismo, o livro se destaca por indicar a presença de escravizados já no início do período colonial. Outra colaboração foi apontar a mestiçagem como um discurso relacionado à independência do Paraguai e à formação do Estado e da identidade nacional. Apesar de reconhecer o valor e o pioneirismo da obra de Plá, Telesca aponta que o livro “[...] siempre insiste en esa supuesta armoniosa relación entre los afrodescendientes y el resto de la sociedad” (TELESCA, 2008, p. 167).

*esclavos y libres* – o qual citamos anteriormente. O capítulo foi publicado na segunda parte do livro, denominada *Capítulos para una Historia Social y Cultural*. O tema foi tratado nessa segunda parte ao lado de capítulos sobre mulheres, camponeses, arte, literatura e música, o que representa um diferencial em relação à primeira parte – *Paraguay desde la Prehistoria hasta la Actualidad* –, pautada por uma história política tradicional e cronológica – com exceção do primeiro capítulo, *La historia y los historiadores*, de Liliana M. Brezzo, o qual mencionamos quando nos referimos a Oscar Creydt. Telesca destaca a importância do Bicentenário para a ampliação dos estudos históricos no país, mas defende que se trata de um processo mais amplo, que teria começado com a queda da ditadura Stroessner em 1989:

[...] ya iniciado el siglo XXI y en vísperas del bicentenario de la Independencia, resulta necesario e importante retomar el pasado del Paraguay desde las preocupaciones del presente y con historiadores que son testigos y partícipes de este tiempo.

Además, tras la caída de la dictadura y con el advenimiento de la democracia se han desarrollado, tanto dentro como fuera del país, distintos abordajes del pasado del Paraguay. Nuevos sujetos históricos han sido tomados en cuenta y la luz de modernos enfoques ha iluminado y enriquecido la comprensión de nuestra historia. Así, no solo las dos guerras – la de la Triple Alianza y la del Chaco – ni la conformación del Estado-nación los ejes que guían la comprensión de nuestro pasado. La libertad ha abierto una ventana para mirar nuestra historia con una perspectiva más rica y más amplia. (TELESCA, 2010b, p. 9).

Vimos a importância do 6 de Janeiro para a comunidade de Kamba Cuá. Cabe apontar como tem sido comemorado o 23 de Setembro, o Dia da Cultura Afroparaguaia, e qual tem sido o papel do Estado paraguaio – especialmente da Secretaría Nacional de Cultura (SNC) – nas comemorações.

A pesquisa em jornais virtuais paraguaios indica que a data foi comemorada já em 2016, ano seguinte à aprovação da lei. Naquele ano, o jornal *ABC Color* noticiou que as comemorações ocorreriam na comunidade de Kamba Cuá e seriam marcadas por

apresentações artístico-culturais, oficinas, palestras e feira de artesanato e culinária (ABC COLOR, 22 set. 2016, s./p.).

Em 2017, o jornal *La Nación* apontou que as comemorações na comunidade seriam marcadas por oficinas como “Experiencias, Promoción Cultural para potenciar mi Comunidad”, “La Realidad de la Comunidad de Kamba Cuá con enfoque joven” e “Afrodescendencia en el Plan Nacional de Cultura” (LA NACIÓN, 23 set. 2017, p. 30).

Em 2018, as atividades programadas para as comemorações do 23 de Setembro demonstram um perfil latino-americanista em torno da efeméride. De acordo com nota da Agencia de Información Paraguaya, o maestro uruguaio Álvaro Salas, diretor da Escuela Mundo Afro de Uruguay, ministrou aulas de percussão na comunidade de Kamba Cuá. As aulas foram dadas dentro do projeto Formación Afro desde el Tambor, inserido no Programa de Apoyo a Emprendimientos Culturales 2018 da Secretaría Nacional de Cultura (SNC). Além disso, as comemorações contaram com a participação do grupo afroboliviano Unión Juvenil Caporales, que veio da Bolívia especialmente para as comemorações. Na véspera, dia 22, houve o conversatório “Reconciliar el Deber de la Memoria, con la Verdad Histórica”. As comemorações ainda contaram com o lançamento do livro *Más Allá del Pasado, Novela de un Afrodescendiente*, do escritor e historiador Eder Acosta Santacruz (IP, 25 set. 2018, s./p.).

O apoio do projeto Formación Afro desde el Tambor pela SNC indica que o governo paraguaio agia para incorporar alguns compromissos firmados com a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2019, de acordo com a programação disponível no site da SNC, a abertura da “Semana Afroparaguaia” contou com a conferência de Ignacio Telesca intitulada “Afrodescendientes en el Paraguay. La paradoja de una presencia/ausencia (negación)”. A programação incluiu, ainda, a visita guiada “La ruta del esclavo”, a cargo da professora Margarita Durán. A visita visava contemplar espaços que marcaram o comércio e uso de escravizados na

Asunción colonial. A rota foi composta por lugares que são bastante conhecidos e frequentados pelos assuncenos:

Plaza Uruguaya, ex rancherío de esclavos de los franciscanos; Congreso Nacional, ex rancherío de esclavos de los jesuitas; Hotel Guaraní, ex rancherío de esclavos de mercedarios; Iglesia San Francisco de Asís, donde se encuentra la imagen de la Virgen de la Merced, patrona de los libertos; y Loma Taruma. (SNC, 23 set. 2019, s./p.).

No Archivo Nacional houve a exposição “Invisibles. Pardos, negros, mulatas. La esclavitud en el Paraguay”. A programação contou, ainda, com “La cultura afroparaguaya: avances y posibles caminos” no Centro Comunitário Kamba Kuá, com conversas e atividades artísticas voltadas ao debate da atualidade da cultura afrodescendente no Paraguai. A programação em Kamba Cuá foi organizada pelo Grupo San Baltazar, pela Universidade Nacional de Asunción (UNA) e pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Todas as atividades da “Semana Afroparaguaya” foram livres e gratuitas e indicam uma diversidade de espaços e públicos.

O agravamento da pandemia no decorrer de 2020 representou uma quebra de expectativas. Apesar disso, a comunidade de Kamba Cuá se mobilizou para entregar alimentos e materiais de primeira necessidade para seus membros. Além disso, houve auxílio para cadastrar membros da comunidade em plataformas de subsídio do governo relacionadas à covid-19. Além de atividades relacionadas à assistência social, foi realizada a mostra virtual Legado Kamba Cuá, da qual participaram artistas como o pintor Arius Romero (cf. LEGADO KAMBA CUÁ MUESTRA VIRTUAL, 2020).

Em 24 de setembro de 2021 – segundo ano da pandemia – a SNC organizou o webnário “Censo Nacional y Políticas Públicas. La importancia desde un enfoque étnico racial”, com apoio da Reunión de Altas Autoridades por los Derechos de las Personas Afrodescendientes (RAFRO – MERCOSUR). O objetivo foi “[...] sensibilizar sobre la temática intercultural y visibilizar la diversidad cultural, conocer más del proceso censal y la

importancia de la inclusión de la variable étnica racial en un censo nacional, para la instalación de políticas públicas sectoriales” (SNC, 23 set. 2021, s./p.).

Um desafio atual para a comunidade de Kamba Cuá e demais comunidades afrodescendentes é a aprovação de um projeto de lei que reconhece os afroparaguaios como minoria étnica. Para elaborar o projeto de lei, nos anos de 2018 e 2019 a SNC coordenou os trabalhos para formar uma mesa com representantes de todas as comunidades afrodescendentes organizadas oficialmente.

O projeto de lei entrou em estudo no Congresso Nacional do Paraguai em 19 novembro de 2019. Em sua primeira versão era composto por doze artigos que tratavam do reconhecimento dos afrodescendentes; estabelecimento de mecanismos de prevenção e sanção ao racismo; elaboração de um plano de promoção, fomento e proteção dos direitos humanos; incorporação do legado das tradições afroparaguaias e ações afirmativas. Em 2015 – antes mesmo da aprovação do Dia da Cultura Afroparaguaiá –, Lourdes Díaz deu uma declaração que parece sintetizar os objetivos do projeto de lei de reconhecimento dos afroparaguaios como minoria étnica:

No queremos solamente estar en las fotos con nuestras polleras, con nuestros tambores. Nosotros queremos cambiar la situación de Kamba Cuá. Queremos calidad de vida porque se merecen. No queremos más que nuestras madres, que tengamos abuelas que no sepan leer y estamos trabajando en eso pero siempre desde nuestra principal herramienta, nuestro principal recurso, nuestras tradiciones, nuestras danzas. (apud KAMBA KUA: MAS ALLÁ DE LAS POLLERAS Y LOS TAMBORES, 2015, 0:53).

Em notícia veiculada no jornal *Última Hora* foi divulgado que a Câmara dos Deputados rejeitou o projeto de lei. A proposta legislativa retornou ao Senado, onde tinha sido parcialmente aprovada em 15 de julho de 2021. A Comissão de Equidade Social e Gênero - representada na Câmara por Rocio Abed Zacarias, deputada nacional pelo departamento de Alto Paraná -, após analisar o projeto, considerou que não existe racismo no país e nem discriminação com a população afrodescendente, assim não

precisaria ser aprovada uma lei para prevenir e punir esses atos e finalizou sugerindo que a lei até poderia ser aprovada, mas com alterações (ÚLTIMA HORA, 14 out. 2021, s./p.).

Apesar desse retrocesso representado pelo Legislativo, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou em 16 de dezembro de 2020 a resolução (75/170) apresentada pela Costa Rica e apoiada por 52 países, entre eles o Paraguai, para declarar o dia 31 de agosto como o Dia Internacional das Pessoas Afrodescendentes, o que aprofunda a busca de instrumentos oficiais para o reconhecimento dos afrodescendentes. A resolução marca os 100 anos da Declaração dos Direitos dos Povos Negros no Mundo e foi anunciada pela vice-presidenta da Costa Rica, Epsy Campbell Barr, para celebrar as contribuições dos afrodescendentes e das diásporas ao redor do mundo e reconhecer suas lutas para combater todas as formas de racismo e discriminação racial.

## **6. Considerações – nunca – finais**

Apesar dos inúmeros direitos pendentes, um exemplo indica como a atuação de lideranças, entidades e comunidades afroparaguaias têm tido um papel importante na revisão da história nacional. Em 26 de setembro de 2021, o jornal *Hoy* publicou uma reportagem com o seguinte título: “La indeleble huella de los afroparaguayos en la Guerra Guasú” [A indelével marca dos afroparaguaios na Guerra Guasú]. A Guerra Guasú é como os paraguaios costumam se referir à Guerra da Tríplice Aliança ou simplesmente à Guerra do Paraguai, como muitos brasileiros a chamam. Não é o espaço para aprofundarmos as causas e consequências da guerra, mas cabe lembrar de seu papel fundamental na formação da identidade nacional do Paraguai que, sozinho, enfrentou a Argentina, o Brasil e o Uruguai, unidos na Tríplice Aliança. Há uma forte versão nacionalista no Paraguai, conhecida como revisionismo histórico, que exalta a coragem dos soldados paraguaios no confronto e a luta do governante paraguaio

Solano López contra o “imperialismo” representado pela Tríplice Aliança.<sup>23</sup> A reportagem do *Hoy*, evidentemente, não é a primeira a abordar a contribuição dos afroparaguaios na guerra. Porém, é interessante como o jornal relaciona a publicação da reportagem à comemoração do Dia da Cultura Afroparaguaia naquela semana:

El pasado 22 de septiembre se recordaron los 155 años de la victoria paraguaya en la sangrienta batalla de Curupayty, en el marco de la Guerra contra la infame Triple Alianza. Un día después (23) tuvo lugar el Día de la Cultura Afroparaguaya y - a razón del importante, y casi desconocido aporte de estos compatriotas - hablaremos en las siguientes líneas sobre los episodios que atestiguan el paso de los feroces guerreros y guerreras de raza morena; antes, durante y después de la Epopeya Nacional. (CÁCERES, 26 set. 2021, s./p.).

Podemos compreender o 23 de Setembro como um “lugar de memória”, conforme concebe Pierre Nora. Para Nora, os “lugares de memória” surgem do sentimento de que a memória não é espontânea e corre perigo - mencionamos alguns dos principais desafios enfrentados pelos afroparaguaios: “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles [os lugares de memória] envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Contudo, os lugares de memória têm um preço a pagar, pois são apoderados pela História, o que faz com que existam a partir das referências ditadas e já canonizadas pelo conhecimento histórico - como o nome de Artigas ou a própria referência ao nacional, como indica a celebração da cultura afroparaguaia. Nora emprega uma bela metáfora para explicar a ambivalência dos “lugares de memória”, os quais representariam “Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (NORA, 1993, p. 13).

Sem discordar da pertinência do questionamento apontado por Nora, é necessário considerar, também, a capacidade dos sujeitos e grupos de se *apropriarem* das referências ditadas e já canonizadas pela História ao estabelecerem os seus “lugares de

---

<sup>23</sup> Para uma visão crítica dessa versão nacionalista cf. Doratioto (2002).

memória”. A apropriação leva à atribuição de novos sentidos e pode, inclusive, subverter essas referências. Quando Lourdes Díaz diz que ama ser chamada de afroparaguaia, não se trata de uma reiteração, mas de uma ressignificação do nacional no Paraguai.

Pedro Achugar, já na década de 1990, defendia a necessidade de “uma narrativa democrática da nação” (ACHUGAR, 2006). Nesse sentido, preferimos analisar a atuação das comunidades afroparaguaias - e especialmente de Kamba Cuá - em torno da criação do 23 de Setembro como uma tática, a exemplo do que compreende Michel de Certeau:

[...] a tática é *movimento* “dentro do campo de visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado. [...]. *Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia* [grifos meus]. (DE CERTEAU, 2012, p. 94-95).

E quais seriam algumas dessas “ocasiões” e “falhas” de que nos fala Certeau? Além da abertura representada pela queda da ditadura em 1989 e de processos favoráveis à renovação de estudos históricos e visibilidade de minorias como o Bicentenário comemorado em 2011, fatores externos – como o apoio da ONU e de associações como Mundo Afro do Uruguai – têm contribuído para o (re)conhecimento das populações afrodescendentes no Paraguai e em outros países da América Latina. Conforme defende Maria Aparecida de Oliveira Lopes em seu estudo sobre o Brasil, as efemérides funcionam como “vitrines para reivindicação e exposição da história do negro” (LOPES, 2007, p. 59-79), a despeito das divergências e dos diferentes significados em torno das datas.

Cabe assinalar que o estabelecimento dessa “vitrine” em torno do 23 de Setembro não é o início, tampouco o ponto culminante do processo de afirmação dos afroparaguaios. Há uma história que

precede, em muito, o apoio oficial. Contudo, o reconhecimento oficial colabora para a afirmação dos afroparaguaios na medida em que ajuda a envolver nessa história, principalmente, sujeitos e grupos que não vivem em comunidades que se autoidentificam como afroparaguaios, mas que tampouco se sentem identificados com os elementos tradicionalmente relacionados à identidade paraguaia.

Conforme destacam Aneide Carvalho e Eduardo Bonzatto, o caráter endógeno da comunidade de Kamba Cuá começou a se desfazer a partir da década de 1940, quando os governos paraguaios começaram a avançar sobre as suas terras. Segundo os autores, além da construção da Faculdade de Medicina, o avanço sobre as terras decorreu da política de branqueamento do período, a qual estimulava a união inter-racial. “Parte importante [da comunidade] acabou se dispersando em busca de trabalho quando a terra lhes foi tirada” (CARVALHO; BONZATTO, 1 jan. 2020, s./p.).

Assim, o Dia da Cultura Afroparaguaia – além das celebrações a San Baltazar e do projeto de lei de reconhecimento como minoria étnica – são oportunidades para muitos e muitas se reencontrarem com sua própria história e “fazerem o caminho de volta” para comunidades como Kamba Cuá e Laurelty.

## Referências

ABC COLOR. Kamba Cua ofrece su fiesta cultural. Asunción, 22 set. 2016. Disponível em: <<https://www.abc.com.py/edicion-impresa/artes-espectaculos/kamba-cua-ofrece-su-fiesta-cultural-1521288.html>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

ACHUGAR, H. A nação entre o esquecimento e a memória - para uma narrativa democrática da nação. In: AGHUGAR, H. **Planetas sem Boca**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza.

Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1528/1/2005\\_tese\\_JLCA.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1528/1/2005_tese_JLCA.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ALCALÁ, G. R. Prólogo. In: PLÁ, J. **La Esclavitud en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental, 2010.

ANDREWS, G. R. **América Afro-Latina (1800-2000)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

ANEP. Escuela Artigas del Solar de Artigas: un espacio de amistad y educación sin fronteras, 2016. Disponível em: <<http://www.ceip.edu.uy/prensa/1463-escuela-artigas-del-solar-de-artigas-un-espacio-de-amistad-y-educacion-sin-fronteras>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BENETTA, C. D. Jornal turco analisa porque o Paraguai tem o povo mais feliz do mundo. **H2Foz**, Foz do Iguaçu, 19 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.h2foz.com.br/paraguai/jornal-turco-analisa-por-que-paraguai-tem-o-povo-mais-feliz-do-mundo/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BREZZO, L. M. La historia y los historiadores. In: TELESCA, I. (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010.

CÁCERES, Gonzalo. La indeleble huella de los afroparaguayos en la Guerra Guasú. **Hoy**, 26 set. 2021. Disponível em: <<https://www.hoy.com.py/investigaciones/la-indeleble-huella-de-los-afroparaguayos-en-la-guerra-guasú>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CARVALHO, A; BONZATTO, E. Kamba Cua. **Pragmatismo Político**, 1 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.pragmatismo-politico.com.br/2020/06/kamba-cua-afroparaguaios-negros-paraguai.html>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CONGRESO NACIONAL; H. CÁMARA DE DIPUTADOS. Proyecto de ley. Asunción, 2015. Disponível em: <<http://silpy.congreso.gov.py/expediente/104462>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

COSTA, K. A. A trajetória de Lourdes Diaz na comunidade de Kamba Cuá. In: SOUZA, A. M. de; ALVES, J. B.; RAMOS, F. R. D. **Vozes Mulheres da América Latina: movimentos de quilombamento**. São Paulo: Dandara: 2022.

DE AZARA, F. **Viajes por la América del Sur**. Montevideo: 1850. Disponível em: <<https://archive.org/details/viajesporlaamer00rivagoog/page/n4/mode/2up>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DECOUD, H. F. **El Campamento de Laurely**. Montevideo: Impr. El Siglo Ilustrado, 1930.

DIAZ, L. **Entrevista**. Entrevistadora: Kelly Aparecida Costa. 15 jul. 2020. Entrevista por aplicativo de mensagens.

DIAZ, L. **Entrevista**. Entrevistadora: Kelly Aparecida Costa. 23 nov. 2021. Entrevista por aplicativo de mensagens.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESCOBAR, T. **Interpretación de las Artes Visuales en el Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2007.

GATES JR, H. L. **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORST, R. H. **El Régimen de Stroessner y la Resistencia Indígena**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica (CEADUC); Biblioteca de Estudios Paraguayos, 2011.

IP. Afroparaguayos celebran su día con intercambio cultural internacional. Asunción, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www.ip.gov.py/ip/poblacion-afroparaguaya-celebro-su-dia-con-intercambio-cultural-internacional/>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

KAMBA Descendientes – conversatorios de mujeres negras y afroparaguayas. Produção: Centro Cultural de España Juan de Salazar. Paraguai: 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7euo6js-xow&t=343s>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

KAMBA Kua: mas allá de las polleras y los tambores. Produção: Gramo Ideas. Paraguai: 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xSLbxy9GWFQ>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

KOLINSKI DA SILVA, C. **O ‘Grupo Tradicional Kamba Cuá’ no Movimento Afroparaguaio: artes performáticas, política identitária e territorialidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em

Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

LA NACIÓN. Encuentro Afroparaguayo en Kamba Cuá. Asunción, 23 set. 2017.

LEGADO Kamba Cuá Muestra Virtual. Paraguai: 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_\\_xfetd\\_V2Q&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=__xfetd_V2Q&feature=youtu.be)>. Acesso em: 16 jun. 2022.

LIPSKI, J. M. El habla de los afroparaguayos: un nuevo renglón de la identidad étnica. *Lexis*, 33(1), 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/1755>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. **História e Memória do Negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945-1978)**, 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103172/lopes\\_mao\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103172/lopes_mao_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MEDINA, B. **Entrevista**. Entrevistadora: Kelly Aparecida Costa. 15 jul. 2020. Entrevista por aplicativo de mensagens.

MOREIRA, M. M. D. L. **Historia General del Paraguay**. Asunción: Fausto Ediciones, 2013. (tomo I).

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ONU. **Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024): reconhecimento, justiça e desenvolvimento**. Disponível em: <<https://decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES; MERCOSUR. **Diagnóstico regional sobre migración haitiana**. 2017. Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/pdf/diagnostico\\_regional\\_sobre\\_migracion\\_haitiana.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/diagnostico_regional_sobre_migracion_haitiana.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2022.

PARAGUAY. Ley N<sup>o</sup> 5464 Que Declara el 23 de Setiembre de Cada Año como Día de la Cultura Afroparaguaya. Asunción, 7 ago. 2015.

Disponível em: <<https://www.bacn.gov.py/archivos/4451/20151217081956.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

RIVAROLA, M. El Paraguay liberal. In: RIVAROLA, M.; BOCCIA PAZ, A. **Historia General del Paraguay**. Asunción: Fausto, 2013. (tomo III).

SILVA, P. R. da. Ditadura, memória e literatura no Paraguai: *Asunción Bajo Toque de Siesta* (2007) e a crítica do testemunho. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, mai-ago. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28061/17117>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SILVA, P. R. da. Populações afrodescendentes da América Hispânica: História, memória e conquista de direitos. In: LOPES, M. A. de O. **História do Negro no Brasil: escravidão, gênero, movimentos sociais e identidades**. São José: Premier, 2011.

SILVA FERREIRA, C; KAKOZI KASHINDI, J. B. As populações afromexicanas e o reconhecimento constitucional e censitário: fim da invisibilidade e da discriminação racial? In: SILVA, Rosângela de Jesus; GERALDO, Endrica (Org.). **Histórias Transnacionais: o Sul global em perspectiva**. Naviraí, MS: Aranduká, 2021.

SILVEIRA, M. C. **A Batalha de Papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SNC. Cultura conmemora la Semana Afroparaguaya. 23 set. 2019. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/2019/09/cultura-conmemora-la-semana-afroparaguaya/>>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SNC. SNC realizará webinar en el marco del Día de la Cultura Afroparaguaya. 23 set. 2021. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/2021/09/snc-realizara-webinar-en-el-marco-del-dia-de-la-cultura-afroparaguaya/>>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SOUZA, A. M. de et al. Yabá na luta: mulheres negras entre fronteiras. In: TONATTO, R; OLIVEIRA, R. P. (Org.). **Por Elas e por Nossas Lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas**. Foz do Iguaçu: UNILA; CLAE, 2020. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5970/Colet%C3%A2nea->

CEEGED-2020-Vers%C3%A3o-Final-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mai. 2022.

TADEI, E. M. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 22 (4), 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/fm67k3WrsDP9zWDHFYFgXbK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

TELESCA, I. Afrodescendientes: esclavos y libres. In: TELESCA, I. (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010a.

TELESCA, I. La historiografía paraguaya y los afrodescendientes. In: LECHINI, Gladys (Org.). **Los Estudios Afroamericanos y Africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100823032637/10tele.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

TELESCA, I. Prólogo. In: TELESCA, I. (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010b.

TIERRA VIVA. **Población originaria e indígena del Paraguay**. Disponível em: <[http://www.tierraviva.org.py/pueblos\\_indigenas/poblacion-originaria-e-indigena-del-paraguay/](http://www.tierraviva.org.py/pueblos_indigenas/poblacion-originaria-e-indigena-del-paraguay/)>. Acesso em: 20 mai. 2022.

TORAL, A. **Imagens em Desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.

ÚLTIMA HORA. Afrodescendientes repudian rechazo de ley y expresiones de diputados. Asunción, 14 out. 2021. Disponível em: <[https://www.ultimahora.com/afrodescendientes-repudian-rechazo-ley-y-expresiones-diputados-n2966516.html?fbclid=IwAR2LVMu61ju\\_mG5X-\\_rh5kzYXGJQUldcd-gJLF1k-JBL7ZiMjTGUJgP8lY](https://www.ultimahora.com/afrodescendientes-repudian-rechazo-ley-y-expresiones-diputados-n2966516.html?fbclid=IwAR2LVMu61ju_mG5X-_rh5kzYXGJQUldcd-gJLF1k-JBL7ZiMjTGUJgP8lY)>. Acesso em: 15 jun. 2022.



***Manifesto Porongos (RAFUAGI):  
batalhando pela memória social***

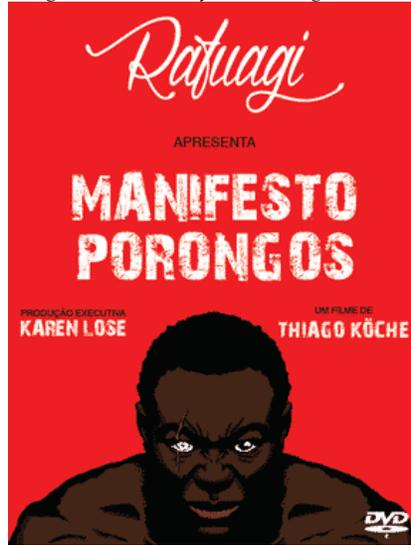
Angela Maria de Souza  
Laís Griebeler Hendges  
Tereza Maria Spyer Dulci

**1. Considerações iniciais**

Este artigo está baseado no trabalho de conclusão da Especialização de Ensino de História e América Latina, vinculado à Pós-graduação *Lato Sensu*, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e ligado à dissertação de mestrado intitulada *Hino do Rio Grande do Sul: Disputas pela memória social em prol da (des)construção da branquitude*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA), também da UNILA.

Neste artigo, procuramos analisar, do ponto de vista da construção da memória social, o documentário *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* (2016) (Figura 1), e, a partir disso, pensar como essa produção contribui para os debates sobre as desigualdades étnico-raciais. Neste sentido, o(a) leitor(a) irá embarcar em uma problematização sobre o racismo que estrutura as relações sociais no Rio Grande do Sul.

**Figura 1** - Fotograma de *Manifesto Porongos* (RAFUAGI), 2016.



A pesquisa se justifica pela urgência de pensar o presente e o passado do Rio Grande do Sul, no sentido de desconstruir as idealizações sobre a Revolta Farroupilha<sup>1</sup> (1835-1845), que fundamenta a cultura tradicionalista gaúcha e integra o nacionalismo brasileiro. A partir dessa desconstrução, é possível refletir sobre as relações hierárquicas de dominação, de colonialismo e de apropriação cultural.

Portanto, o conceito chave da pesquisa é o de memória social, baseado nas proposições elaboradas por Jô Gondar (2016) em que a memória social não se reduz à identidade e à representação. A primeira proposição indica que, se reduzimos a memória à identidade, “tudo aquilo que se mostra em desacordo com a imagem que se tenta preservar” (GONDAR, 2016, p. 32) sobre si,

---

<sup>1</sup> Esta ficou conhecida historicamente como Revolução. No entanto, entendemos que não pode ser considerada revolucionária porque, quando foi proclamada a república Rio-Grandense, as estruturas das relações de poder foram mantidas, tal qual eram no império brasileiro. Ou seja, mudou quem ocupava determinados cargos governamentais, mas todo o sistema senhorial, escravocrata, latifundiário, etc., foi mantido (VENÇO, 2015).

sobre o país, sobre grupos, sobre a sociedade, é esquecido, recalçado, excluído, segregado, silenciado. Já a segunda proposição assinala que podemos entender a memória social como repetições/hábitos cristalizados e também como criações que se diferenciam dessas repetições/hábitos através dos nossos afetos cotidianos (GONDAR, 2016, p. 35).

Para pensar a construção da memória social é importante destacar que ela está vinculada à construção da história e ela é um aparato de poder (GONDAR, 2003; 2016; SALDIVIA, 2021). Isto é, o poder de tentar transformar as estruturas sociais que estão postas e/ou o poder de “controlar [...] o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR, 2003, p. 32).

A metodologia aqui utilizada é a de análise do documentário como fonte histórica (NAPOLITANO, 2008). No texto “Fontes audiovisuais: a História depois do papel”, Marcos Napolitano afirma que primeiramente é necessário fazer “uma espécie de ‘descrição densa’ dos elementos narrativos”, que inclui o plano, que é “o enquadramento contínuo da câmera, situado entre um corte e outro”, e a sequência, que “é a junção de vários planos que se articulam, por meio da montagem/edição, por alguma contiguidade cênica ou narrativa (nem sempre linear)” (NAPOLITANO, 2008, p. 274). Dentre os elementos narrativos da linguagem cinematográfica também se encontram: “os personagens, o figurino, o cenário, a textura e os tons predominantes nas imagens, o ângulo da câmera, os diálogos, a trilha sonora - musical ou não -, os efeitos de montagem etc” (NAPOLITANO, 2008, p. 275).

Nesse sentido, este texto está organizado em duas partes: a primeira é de contextualização do projeto *Manifesto Porongos*, através do qual foi produzido o documentário e, também, a música *Manifesto Porongos*. Já na segunda parte, analisamos o *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* do ponto de vista das batalhas pela memória social e como essa obra contribui para os debates sobre as desigualdades étnico-raciais.

## 2. Projeto *Manifesto Porongos*

A produção do documentário *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* e do clipe música *Manifesto Porongos* ocorreu através do projeto *Manifesto Porongos*, que conta com a parceria do grupo de RAP Rafuagi<sup>2</sup> com a produtora Karen Fonseca Lose e o diretor Thiago Cammardelli Köche. O clipe da música tem duração de 5 minutos e 17 segundos e está ao final do documentário, que tem duração de 15 minutos e 57 segundos. A música teve seu clipe lançado separado do documentário no *YouTube* no dia 20 de novembro de 2016, Dia Nacional da Consciência Negra<sup>3</sup>. O documentário foi lançado também no *YouTube*, mas uma semana depois, no dia 27 de novembro.

Em entrevista realizada no dia 17 de julho de 2020 com Rafa Rafuagi, integrante do grupo de Rap Rafuagi, compositor da música “Manifesto Porongos” e um dos diretores do documentário “Manifesto Porongos” (RAFUAGI), indagamos sobre como havia sido o processo de criação da música e do documentário. Ele disse:

Então, ele tem várias partes, esse projeto, porque no início seria só a música. Essa história da música começou quando a gente estava numa turnê com um Rapper americano, o Afu-Ra, [...] nessa turnê eu comecei a escrever a música durante a viagem. A gente estava na Argentina, aí da Argentina a gente foi para o Uruguai e do Uruguai a gente foi para o Rio, para São Paulo, Curitiba, e foi durante essa turnê que eu escrevi a música e aí quando a gente voltou a ideia era simplesmente lançar uma música falando sobre isso, contestando

---

<sup>2</sup> Segundo Rafa Rafuagi, em entrevista que realizamos no dia 17 de julho de 2020, o grupo de Rap Rafuagi foi criado por ele e por um colega de escola, chamado Gilmar Matos, em 2002. Em seu relato ele disse que foi no ambiente escolar que ele conheceu a cultura hip-hop. O nome do grupo surgiu da junção do nome do Rafael e do Gilmar: “Ra de Rafael, Fu de fusão, A de amigo e Gi de Gilmar”. Atualmente o grupo é formado por Rafa Rafuagi, Rick Rafuagi e Dj-Croko Rafuagi.

<sup>3</sup> O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado todo dia 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, que foi morto nesta data. Com a Lei 10.639/03, a data foi instituída no calendário escolar. Em 2011, com a Lei 12.519/11, passou a ser o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, sendo feriado em alguns estados e municípios.

e tal, porém a parte do hino ainda não tinha. [...] e aí quando a gente estava construindo a música eu me lembro que eu fui participar de um sarau lá em Porto Alegre e no mesmo dia quem iria fazer o Sarau, era eu e o Manoel Soares, aquele repórter da RBS que agora está na Globo. E aí no dia do sarau eu cantei essa minha parte da letra com o refrão da música que a gente já tinha escrito e aí o Manoel me chamou: “cara, volta aqui, volta aqui, eu tenho uma parte que dá para servir nessa letra aí também”. E aí ele cantou o Hino com umas outras palavras que depois a gente acabou modificando [...]. E acabou então que o Manoel acabou escrevendo essa letra junto com a gente neh (RAFA RAFUAGI, 2020).

Na sequência perguntamos: “por que tu pensastes em escrever a música, por que vocês produziram o documentário, por que problematizar isso, o que levou vocês a pensar sobre?”, tendo ele respondido que:

Era uma questão que eu já queria falar desde de 2013 [...]. Bom, em 2011, eu acho, que o Juremir esteve em Esteio na semana da consciência negra, foi na Rua Coberta, que é uma rua que tem aqui em Esteio, e ele fez uma palestra [...] e aí ali me deu o estalo, porque eu conheci o livro dele, eu li o livro, a minha mãe tem o livro até hoje lá em casa, eu li o livro dele e o livro dele então me despertou para isso. Só que eu não conseguia, por exemplo, traduzir em palavras neh. Tipo eu tinha a ideia na cabeça, eu tenho que fazer alguma coisa, mas não sabia como. Então demorou três anos para essa letra sair. Até eu estar maduro o suficiente para entender e expressar o que eu achava, com a minha palavra e não com a palavra do Juremir ou com a palavra de outro, mas com a minha palavra, a minha ideia, a minha perspectiva neh (RAFA RAFUAGI, 2020).

O projeto *Manifesto Porongos* foi desenvolvido como resposta aos silenciamentos presentes na história do Rio Grande do Sul. Por um lado, a participação de pessoas brancas e da elite é constantemente evidenciada e valorizada. Por outro, a participação das pessoas negras e empobrecidas é recalcada da construção identitária e representativa na memória social do Estado.

Entre 1835 e 1845 ocorreu a Revolta Farroupilha, deflagrada por estancieiros escravocratas da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul contra o império brasileiro, principalmente devido aos impostos cobrados pela venda do charque e do couro,

que, além da venda de pessoas escravizadas, eram as principais mercadorias que giravam a econômica deste local. Essa revolta ficou conhecida historicamente como Revolução, mas não pode ser considerada revolucionária porque quando foi proclamada a república Rio-Grandense, em 1836, e quando foi outorgada a Constituição, em 1842, as estruturas sociais de poder foram mantidas, tal qual era no império brasileiro. Ou seja, mudou quem ocupava determinados cargos governamentais, mas o sistema senhorial, escravocrata e latifundiário, foi mantido.

Entre 1845 e 1880 a memória social sobre a Revolta Farroupilha era “de uma identidade regional pejorativa” (ZALLA, MENEGAT, 2011, p. 53). Foi só a partir de 1880 que a Farroupilha passou a ser tratada pela historiografia regional e nacional de forma emblemática. Entrelaçada com a construção de uma identidade nacional republicana, a Revolta Farroupilha passou a ser um símbolo de luta pela república brasileira. Na década de 1930, quando na ditadura estadonovista procurou-se construir uma identidade nacional para a dita república nova, ocorreram comemorações dos cem anos da insurreição farrapa e passou-se a idolatrar os heróis da guerra (por exemplo Bento Gonçalves e David Canabarro) como representantes da brasilidade.

No entanto, esses ditos heróis não eram republicanos nem tão pouco eram abolicionistas. Muito pelo contrário, não pretendiam alterar as estruturas de poder, pois eram da ala conservadora dentre os estancieiros revoltosos na farroupilha e só estavam interessados em pagar menos impostos sobre os produtos exportados e não pagar impostos sobre seu capital. Vale ressaltar que havia duas alas dentre os farroupilhas: a ala conservadora e a ala liberal. A ala conservadora financiou parte da revolta com a venda e o aluguel de pessoas escravizadas e não permitiu que as pessoas que eles escravizavam compusessem o corpo de Lanceiros Negros e pudessem sonhar com a liberdade. As pessoas que eram escravizadas e integraram o corpo de Lanceiros fizeram isso pois receberam a promessa de liberdade. Porém, a maioria dos Lanceiros que lutaram na Farroupilha teve sua liberdade com a

morte, assim como muitas pessoas escravizadas no Brasil, quem sobreviveu permaneceu sendo escravizado.

A história do Rio Grande do Sul é repleta de omissões e silenciamentos em relação à presença e à participação das pessoas negras na Revolta Farroupilha e em toda a formação do Estado. Neste sentido, o objetivo central do projeto *Manifesto Porongos* é informar as pessoas sobre o Massacre de Porongos, ocorrido no dia 14 de novembro de 1844, durante a Revolta Farroupilha. Esse episódio permanece sendo suprimido para que seja esquecido e, portanto, não lembrado na memória e na história.

O documentário *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* e a música *Manifesto Porongos* revelam que através do poder institucional tentou-se controlar e definir o que deveria ser esquecido e o que deveria ser lembrado na identidade e na representação regional e nacional. Antes de iniciar a análise do documentário, cabe trazer alguns pontos sobre quem produziu, o enquadramento fotográfico e o ângulo utilizado para a realização das entrevistas. Esses elementos demonstram como a construção desta comunicação foi coletiva, implicando na luta por equidade e horizontalidade nas relações sociais<sup>4</sup>.

Nas entrevistas o enquadramento fotográfico é o de primeiro plano, no qual as pessoas entrevistadas aparecem do busto ou da cintura para cima. Quem está sendo entrevistada/o aparece, na

---

<sup>4</sup> A direção, edição e câmera ficaram a cargo de Thiago Cammardelli Köche. A produção foi realizada por Karen Fonseca Lose. O roteiro foi produzido por Rafa Rafuagi, Thiago Köche e Karen Lose. As animações ficaram por conta de Marcel Trindade e Maumau. A direção de arte de animação é também de Maumau. A assistência de Animação é de Evandro Soares. A correção de cor do videoclipe é de André Paz. As trilhas instrumentais são do grupo de Rap Rafuagi. Já os agradecimentos são para: Carla Soares, Cláudia Correa, Davison Soares, Debora Cammardelli Köche, Jorge Euzébio Assumpção, Juremir Machado, Naiara Silveira, Ocupação Lanceiros Negros, Odete Diogo, Projeto AFRontamento, Quilombo Areal da Baronesa, Quilombo Família Fidélis, Rose Karnal. Por sua vez, as pessoas que foram entrevistadas são: Naiara Silveira, Jorge Euzébio Assumpção, Leandro Karnal, Juremir Machado, Tayná Ribeiro, Denis Luiz Alves, Dienifher Atiense, Odete Diogo, Sérgio Fidélis, Carlos Roberto Santana.

maioria das vezes, sentada/o e em poucas vezes, em pé. Parte do cenário em volta da pessoa entrevistada também é mostrado. Quem entrevista não é mostrado/a, mas fica implícita a sua presença nas imagens, tendo em vista que quem é entrevistada/o direciona seu olhar por vezes para a câmera e por vezes para quem a está entrevistando.

Já o ângulo é de inclinação horizontal. Sendo, na maioria das vezes, o ângulo frontal, no qual quem entrevista e/ou quem filma está de frente para quem está sendo entrevistada/o. Em outras poucas vezes, o ângulo é o de 45°, também conhecido como 3/4, no qual quem filma está a 45° de quem é entrevistada/o.

### **3. *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* em batalha pela memória**

Nas últimas décadas, o gênero documentário vem sendo utilizado como objeto de análise em muitas pesquisas acadêmicas, principalmente no campo das Ciências Humanas (NASCIMENTO, 2020). Esse gênero cinematográfico tem sido muito operacionalizado pelos movimentos sociais, pois apresenta um grande potencial de transformação social, política, cultural, histórica, territorial, etc.

Na grande maioria das vezes, essas produções são de caráter coletivo, costumam ser críticas às estruturas sociais de dominação, trabalham com orçamentos reduzidos e com equipes com perfil diverso. Vale ressaltar que muitas obras audiovisuais latino-americanas e caribenhas vem promovendo uma ruptura epistêmica com a construção da memória social que se reduz à identidade e à representação da emblematização do colonialismo, do imperialismo, do eurocentrismo e da branquitude (VILLANUEVA, 2018).

O documentário *Manifesto Porongos (RAFUAGI)* é uma produção que confronta a colonialidade, o imperialismo, o eurocentrismo e a branquitude ao contrapor a memória social reduzida à identidade do que se deseja representar. Entendemos que essa produção pode ser considerada decolonial, pois envolve um objeto de estudo (e também de luta) de interesse coletivo,

construído de forma coletiva, comunitária e independente. Em suma, o documentário está “en lucha contra la segregación epistémica y cuyo propósito es restablecer la comunicación que humaniza” (VILLANUEVA, 2018, p. 80).

Essa produção audiovisual tem uma abertura e um fechamento que dialogam entre si. A obra inicia com a leitura de um poema escrito por Oliveira Silveira (1941-2009), um grande intelectual e ativista do movimento negro, que lutou, entre outras coisas, pela mudança completa do Hino do Rio Grande do Sul. Ele é um dos principais intelectuais brasileiros que reivindicou o 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Importa destacar que Oliveira Silveira recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no dia 04 de novembro de 2021 (NONADA, 2021). No dia 26 de novembro do mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também concedeu a ele o título de Doutor Honoris Causa (VALLE, 2021). Silveira estudou Letras com ênfase em Português e Francês na UFRGS e quem vem recebendo a outorga dos títulos é sua filha Naiara Silveira (VALLE, 2021).

O documentário tem seu fechamento com a música *Manifesto Porongos*, do grupo de Rap Rafuagi, que é uma crítica ao Hino oficial e é uma proposta de novo hino para o Estado. É, também, uma crítica às omissões e mentiras sobre a Revolta Farroupilha, o Massacre em Porongos e aos ditos heróis brancos da elite escravocrata. Ou seja, a obra tem um ponto de partida com a leitura de um poema escrito por um poeta negro gaúcho que lutou pela mudança do Hino e finaliza com uma proposição nova de Hino. Abaixo segue o poema de Silveira que dá início ao documentário:

### **Lanceiros Negros**

Carga de lança - diante do inimigo  
à noite  
uma noite pontiaguda  
de ir rasgando entranhas  
como rasgava roupas  
pele

carne  
tudo  
a sanha  
de não velhos açoites  
Carga de lança - no campo de luta  
à noite  
negra e pontiaguda.  
Sombras noturnas rolam no horizonte,  
há nuvens de sangue no chão.  
E cada lanceiro estendido  
é uma noite pisoteada  
- roupas e entranhas rasgadas -  
noite que ficou  
para sempre libertada.  
Carga de lança - noite alforriada.

**Oliveira Silveira**

(MANIFESTO PORONGOS - RAFUAGI, 2016, 00:53 min)

Silveira retrata no poema o Massacre em Porongos, no qual os Lanceiros Negros foram traídos pelo exército farroupilha e, com isso, chacinados pelo exército do Império. “A sanha de não velhos açoites” permaneceu rasgando “roupas, pele, carne, tudo” e fizeram “nuvens de sangue no chão” com os lanceiros estendidos e pisoteados. Os Lanceiros lutaram na Revolta Farroupilha com a promessa de liberdade, mas a “alforria” aconteceu através da morte, pois quem sobreviveu permaneceu sendo escravizado/a.

A leitura desse poema é realizada no documentário pela filha do autor, a professora Naiara Silveira (Figura 2). Após ler o poema, referindo-se a letra do Hino do Rio Grande do Sul, ela afirma: “‘Povo que não tem virtude acaba por ser escravo?’ Olha só. Então, quer dizer que o negro, porque o escravo naquela época era negro, [...] não tem virtude? Olha o que o negro contribuiu no Rio Grande do Sul. Neh. O trabalho do negro não é valorizado” (MANIFESTO PORONGOS (RAFUAGI), 2016, 3:50-4:12 min).

**Figura 2** - Fotograma de *Manifesto Porongos* (RAFUAGI), 2016.



De fato, o trabalho das pessoas negras e a contribuição delas para a construção do Rio Grande do Sul e do Brasil é muito pouco valorizado. O Estado e o país tentaram pautar a construção da memória social numa identidade branca e eurocêntrica, suprimindo o que se mostra em desacordo com isso. Ou seja, recalçando e folclorizando as contribuições das pessoas não-brancas. O Hino do Rio Grande do Sul referenda isso. Por um lado, ao trazer uma perspectiva de identidade branca heroica, virtuosa, guerreira, revolucionária, que é descrita na letra como sendo “modelo a toda a terra” (FONTOURA). Por outro lado, ao trazer uma perspectiva de identidade negra negativa e sem virtude, justifica a escravização com a frase: “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo” (FONTOURA).

Essas premissas são questionadas e ressignificadas na música *Manifesto Porongos*. Em contraponto a letra e a melodia do Hino do Rio Grande do Sul, a música traz outras perspectivas em relação a branquitude e a negritude. O hino tem como ritmo a valsa que é uma melodia desenvolvida por pessoas brancas na Europa. Já a música *Manifesto Porongos* tem como ritmo o Rap, que foi desenvolvido por pessoas negras, inicialmente, nos guetos dos Estados Unidos.

Cumprе ressaltar que o Rap é um estilo musical criado na década de 1970, em bairros como o Bronx, Brooklyn e Queens, em

Nova York. Foi trazido para o Brasil na década de 1980, principalmente para as capitais e regiões metropolitanas. O termo Rap significa Ritmo e Poesia (em inglês: *Rhythm and Poetry*), ou Ritmo Atitude e Protesto, e foi construído por pessoas negras e empobrecidas. O Rap também teve influências de outros ritmos criados anteriormente como o Blues, o Rock, o Soul e o Funk. Todos esses ritmos foram produzidos, majoritariamente, por pessoas negras e posteriormente apropriados e comercializados pela classe média branca (SOUZA, 1998).

Esses ritmos eram produzidos com um cunho político e com o objetivo de unir a população negra. Entre os diversos gêneros musicais, o Rap é um dos que mais questiona, ou o que mais questiona o seu lugar social (TEPERMAN, 2015). “Por um lado, briga por espaço no mercado fonográfico, por outro, é uma música que quer ser mais do que apenas isso: é um movimento, um estilo de vida, quer mudar o mundo” (TEPERMAN, p. 09, 2015).

O clipe da música *Manifesto Porongos* inicia com a contextualização de que em “1844 após o massacre do Cerro de Porongos os Lanceiros Negros traídos pelo império e pelos farrapos foram enviados para o Rio de Janeiro” (RAFUAGI - *Manifesto Porongos - Video Oficial*-, 2016, 0:00-0:25min) para serem escravizados.

Os homens que carregavam em seus ombros os barris com dejetos da elite branca imperial ficavam com a pele marcada por conta do líquido, chorume, que respingava e escorria. Daí vem a palavra “tigrada”, um termo racista produzido no contexto da escravização para denominar certo grupo de escravizados pelo tipo de serviço que eram obrigados a prestar, como pode ser observado na Figura 3:

**Figura 3 - RAFUAGI - Manifesto Porongos (Video Oficial), 2016.**



Na sequência a música começa a ser cantada por Rafa e Rick Rafuagi, na frente do monumento a Bento Gonçalves<sup>5</sup>, localizado em Porto Alegre, cuja letra afirma que: “Povo que não tem virtude acaba por escravizar” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Em seguida, a cena é cortada para um busto de Duque de Caxias<sup>6</sup>, também em Porto Alegre.

---

<sup>5</sup> Bento Gonçalves da Silva nasceu em Triunfo/RS, em 23 de setembro de 1788, e faleceu em Guaíba, em 18 de julho de 1847. Foi um escravocrata, latifundiário e general do exército provinciano brasileiro. Foi um dos principais líderes da Revolta Farroupilha, sendo nomeado presidente da República Rio-Grandense (FILHO, 1978), quando os Farroupilhas proclamaram a independência nunca reconhecida pelo império brasileiro. Até hoje Bento Gonçalves é homenageado e tem estátuas, cidades, praças e ruas com seu nome.

<sup>6</sup> Duque de Caxias, de nome Luís Alves de Lima e Silva, Patrono do Exército Brasileiro, nasceu em Porto da Estrela/RJ, em 25 de agosto de 1803, e faleceu em Valença/RJ, em 07 de maio de 1880. Recebeu o título de Caxias, pois o termo “significava [...] disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória” (EXÉRCITO BRASILEIRO). Filho de militar, ele recebeu aos 5 anos de idade o título de Cadete de 1ª Classe. Aos 18 anos foi promovido a Tenente. Foi subindo rapidamente de posto no exército e nos títulos de nobreza devido aos seus êxitos sobre as insurreições ocorridas no Brasil, como a Balaiada (1831-1840) e a Farroupilha (1835-1845). Foi um militar monarquista que abafou, ou massacrando, as insurreições ocorridas no país. Até hoje ele é homenageado e tem estátuas, cidades, vilas, bairros, praças e ruas com seu nome, incluindo, por exemplo, a cidade de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul.

Na mesma cidade, na madrugada de 21 de setembro de 2021, os rostos de Bento Gonçalves e de Duque de Caxias foram cobertos com sacos de lixo. Segundo os coletivos Afronte! e Time RB Rap, “a ação é uma intervenção simbólica para denunciar o racismo nas homenagens a figuras que foram escravagistas” (SUL21, 2021). De acordo com o site Sul21, “Em ambos os monumentos, foram estendidas faixas com os dizeres: ‘O racismo não pode mais ser tradição’” (SUL21, 2021). Já o coletivo Afronte! afirmou em suas redes sociais que “Enquanto o racismo for parte central na tradição gaúcha e os escravagistas receberem homenagens, estaremos em luta para mudar essa realidade” (SUL21, 2021).

O movimento de picar, queimar, derrubar, destruir, decapitar, pendurar cartazes em estátuas e monumentos de cerceadores está ocorrendo em muitos países do mundo. Esse movimento está em batalha contra as representações que emblemizam os escravocratas, os colonizadores e os imperialistas (LEAL, 2020). Neste sentido, esse movimento é antirracista, anticolonial, anti-imperialista (FREITAS, 2021).

As imagens, os monumentos e as estátuas são integrantes da construção da memória social. As estátuas de Bento Gonçalves e Duque de Caxias representam a ideia de que eles são muito importantes na história e que eles são os melhores símbolos identitários de nós. Como escreveu Jaqueline Gomes de Jesus: Os/as heróis/heroínas deveriam ser “a projeção do melhor de nós, como seres humanos, do que todos deveríamos buscar como gente” (JESUS, 2017, p. 10). Se um escravocrata é uma representação do passado, do melhor de nós, logo iremos reproduzir os delírios de supremacia branca que embasaram a escravização e que permanecem flagelando nossa sociedade.

A partir disso, pode-se dizer que o *Manifesto Porongos* apresenta uma visão de mundo diferente do Hino do Rio Grande do Sul, pois é um movimento pela mudança desse Hino e pela reconstrução da memória social do Estado e, conseqüentemente, do país, sem esconder as mazelas do passado e sem mentir sobre os fatos ocorridos. O ritmo e a letra da música são também símbolos

emblemáticos da negritude. A letra, a seguir, contém críticas aos privilégios da branquitude e ao racismo estrutural presente no Estado, no país e no mundo (ALMEIDA, 2019):

Povo que não tem virtude, acaba por escravizar (3x)  
Vim avisar, viemos cobrar

Vimos cobrar, PÔW, o curso do plano a mudança do hino,  
E sem recuar, PÔW, a denúncia é séria, impera a verdade  
É ra ta ta tá, PÔW, na revolta infâme que segue a contar  
Pode acreditar, Rafuagi é do Sul, e aviso que o mundo vai olhar pra cá

Eu sigo estudando, pensando, vivendo o que nunca vivi  
Pensei que tão cedo não vinha, mas certo que um dia, esse rap tava pra sair, OH  
Sem espaço pros coniventes que nos excluem da história inteira  
sempre a perder, HÚ, é por Oliveira Silveira, ãh

Povo que não tem virtude escraviza,  
manipula, humilha, não forma, se esquiva,  
Da verdadeira história, que os tira da pole e da glória,  
traidores, com nomes de rua vivendo até hoje com falsa memória

Mais verdade, menos mito, porque Porongos dói na alma,  
Cês querem calma? mas não os vejo mudando essa porra, sentindo esse trauma  
Que contribui num Brasil desumano, leva pra vala mais um mano  
Igual Lanceiros Negros, onde o tiro não foi por engano (Desse)

Povo que não tem virtude, acaba por escravizar (3x)  
Vim avisar, viemos cobrar

Orgulho de que, então vai, me fala por que?  
A real é mascarada e estão iludindo você  
povo que não tem virtude escraviza vai ver,  
A história deturpada não podemos conceber

Nem maragato, nem chimango, liga a fita eu sou brasileiro  
Antes de mais nada heróis do Sul foram os Lanceiros  
Batalhando por nosso lugar, iludidos pela tirania  
Senhores da guerra, mancharam a terra, com sangue e covardia

As marcas da alma, que insistem em latejar  
Sem sarar, fantasiar, estereotipar, nem me desculpar

Toda injustiça, viemos reivindicar,  
Mostrar a verdade sem maquiagem, nem glamorizar, se liga rapá

E quem representa em destaque no livro não tá  
É um ultraje a imagem, isso tem que mudar  
Heróis de graça não estão na praça, nós viemos destacar  
Respeito é para quem tem e não iremos nos calar

Povo que não tem virtude, acaba por escravizar (3x)  
Vim avisar, viemos cobrar

Uma história opressora, que não fala a verdade  
Todo vinte de setembro, eles escondem a crueldade

Não clamamos por vingança, mas queremos nossas terras (quilombolas)  
E que, tenham vergonha e não mascarem a sua guerra  
Não mascarem a sua guerra, que vocês tenham vergonha  
E não mascarem a sua guerra.

Mas não basta abraçar preto, e tirar foto do meu lado  
Contem que lá em Porongos, negros foram dizimados

Não clamamos por vingança, mas queremos nossas terras (quilombolas)  
E que, tenham vergonha e não mascarem a sua guerra  
Não mascarem a sua guerra, que vocês tenham vergonha  
E não mascarem a sua guerra.

Na primeira estrofe, depois do refrão, há a seguinte frase: “Rafuagi é do Sul, e aviso que o mundo vai olhar pra cá” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Essa frase não se restringe a tratar apenas sobre o Sul do Brasil, que é onde o Rio Grande do Sul está localizado, mas é uma referência ao Sul Global, no sentido de que o mundo vai olhar para o Sul do planeta. Assim, a música reproduz a luta anti-imperialista e anticolonial, visto que critica o colonialismo e o imperialismo econômico, social, histórico, político, cultural, geográfico e linguístico, feitos pelo Norte em relação ao Sul Global. Rafuagi é do Sul, fala a partir do Sul e luta para que nossas vozes ecoem e sejam ouvidas no mundo todo.

Além de ser referência de luta anticolonial e anti-imperialista, *Manifesto Porongos* também é referência de luta antirracista, pois

valoriza os Lanceiros Negros como heróis, ao passo que traz na letra que: “Antes de mais nada heróis do Sul foram os Lanceiros” (RAFUAGI, SOARES, 2016). A partir desse posicionamento, os autores da música criticam a ideia de Sul brasileiro branco e a projeção de heróis baseados na branquitude. Igualmente, mostram que a “verdadeira história, [...] tira” os ditos heróis brancos escravocratas da glória (RAFUAGI, SOARES, 2016). Com isso a música desafia a construção da memória social branca, “Uma história opressora, que não fala a verdade” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Desse modo, ao “não falar a verdade”, “Todo vinte de setembro, eles escondem a crueldade” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Escondem para suprimir tudo o que não querem que seja lembrado, para que só o que se quer representar como identidade seja evidenciado.

A música também confronta o racismo estrutural brasileiro ao reivindicar as terras que foram historicamente roubadas pela elite, pelos colonizadores, pelos imperialistas, etc. O Rap diz: “Não clamamos por vingança, mas queremos nossas terras (quilombolas)”. Essa reivindicação é contra a apropriação das terras negras e indígenas, que foram vilipendiadas por quem as submeteu e escravizou. Por isso que “Povo que não tem virtude escraviza, manipula, humilha, não forma, se esquiva” (RAFUAGI, SOARES, 2016).

Quando os autores falam “Traidores com nomes de ruas [e de cidades] vivendo até hoje com falsa memória” (RAFUAGI, SOARES, 2016), estão se referindo a, por exemplo, Duque de Caxias e Bento Gonçalves. Como já afirmamos anteriormente, eles são hegemonicamente tratados na história do Rio Grande do Sul e do Brasil como heróis. Mas, na verdade, são “Senhores da guerra, [que] mancharam a terra com sangue e covardia” (RAFUAGI, SOARES, 2016).

Enquanto esses falsos heróis estão em evidência nos livros de história, “quem representa em destaque no livro não está. É um ultraje a imagem, isso agora tem que mudar” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Aqui os autores estão realçando que a não representação das

pessoas negras na construção da memória social é uma afronta, uma ignorância. Além disso, é ressaltado que quando há a representação de pessoas negras ela é feita, quase sempre, de forma que marginaliza, sexualiza, banditiza, folcloriza e desumaniza. A música nos conchama a vislumbrar as pessoas negras como heroínas/heróis e como construtoras/es da sociedade sul-riograndense e brasileira, porque “Antes de mais nada, heróis do Sul foram lanceiros” (RAFUAGI, SOARES, 2016).

A partir da música, manifesta-se o abismo que precisamos superar que combina raça, etnia, gênero e classe. No documentário não é diferente. Tayná Ribeiro (Figura 4), que integra o Projeto Afrontamento, nesta obra fala sobre as desigualdades interseccionais que afetam as mulheres negras. Ela afirma: “ser uma mulher negra, convivendo aqui no Rio Grande do Sul, é resistir diariamente, porque nós mulheres pretas e pobres estamos na base da pirâmide. Ou seja, tudo para nós é mais difícil, até porque a nossa cor, a nossa pele fala” (MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI-, 2016, 5:50-6:04 min).

**Figura 4** - Fotograma de *Manifesto Porongos* (RAFUAGI), 2016.



Também sobre as questões de gênero, Denis Luiz Alves (Figura 5), do Quilombo Areal da Baronesa, de Porto Alegre, declarou no documentário: “na minha condição, enquanto negro e

LGBT, eu, é muito difícil assim sabe. Nos espaços que eu ocupo, eu, eu me sinto discriminado, me sinto criminalizado que é muito pior” (*MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI-*, 2016, 6:04-6:18 min).

**Figura 5** - Fotograma de *Manifesto Porongos (RAFUAGI)*, 2016.



Além de Ribeiro e Alvez, Dienifher Atiense (Figura 6), que integra o Projeto Afrontamento, disse: “a gente tem o Brasil tendo 70% do genocídio do jovem negro, mata um LGBT por dia, isso, isso, eu posso morrer por três motivos, entende: por ser mulher, por ser preta, por ser LGBT. Então, todos os dias quando eu saio de casa, eu saio apresentando todo esse pessoal que eu carrego nas costas” (*MANIFESTO PORONGOS (RAFUAGI)*, 2016, 6:18-6:38 min).

**Figura 6** - Fotograma de *Manifesto Porongos (RAFUAGI)*, 2016.



O grupo de Rap Rafuagi e as pessoas que produziram e foram entrevistadas no documentário estão aqui para tentar romper com as desigualdades históricas. Neste sentido, é importante destacar o debate feito na obra sobre a Revolta Farroupilha. Em entrevista o historiador Leandro Karnal afirmou que:

A guerra dos farrapos foi uma rebelião de elite, de estancieiros, quase todos escravocratas, lutando para que o charque gaúcho tivesse proteção dentro do mercado de consumo interno, lutando contra a concorrência do charque platino, quase sempre, elaborado com mão-de-obra livre e de qualidade superior (*MANIFESTO PORONGOS -RAFUAGI*, 2016, 1:38-1:57 min).

Esses estancieiros, segundo o professor Euzébio Assumpção (Figura 7), “terminam este movimento traido os negros que lutaram a seu lado, porque os negros lutavam ao lado dos farrapos [...] em troca da sua liberdade” (*MANIFESTO PORONGOS (RAFUAGI)*, 2016, 1:58-2:12 min).

Figura 7 - Fotograma de *Manifesto Porongos* (RAFUAGI), 2016.



Sobre essa traição Karnal afirmou:

E tudo indica que, naquele momento, temendo que a guerra se encerrasse tendo um grupo negro armado, altamente capacitado, elogiados por pessoas como Garibaldi, pelo manejo da lança, elogiado por líderes pela sua imensa capacidade militar. Que ter um grupo de negros libertos e armados reforçava um dos medos da elite brasileira do XIX que é o haitianismo. O medo de uma rebelião escrava, como a que tinha levado o Haiti a sua independência (*MANIFESTO PORONGOS -RAFUAGI-*, 2016, 2:13-2:45 min).

Em 1804, o Haiti tornou-se a primeira nação negra independente na América. Entre 1871 e 1804 ocorreu a Revolução Haitiana. A população escravizada no Haiti, tendo como um de seus principais líderes Toussaint Louverture, se levantou contra o governo colonial francês e venceu a guerra contra as tropas de Napoleão Bonaparte. Pode-se dizer que a Revolução Francesa ocorreu, de fato, no Haiti (JAMES, 2010). Na França foi proclamado o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, que servia para as pessoas brancas e para a França. No entanto, os colonizadores escravocratas pretendiam continuar explorando colônias e escravizando pessoas negras. Assim como na dita Revolução Francesa, na Revolta Farroupilha havia “uma retórica para os negros e outra para os brancos” (SILVA, 2018, p. 55).

Quando Karnal declara no documentário que os líderes farroupilhas temiam o haitianismo, ele traz à tona um medo que assombra a “soberania branca”. O haitianismo simboliza os ideais da Revolução Haitiana que chegavam nas outras colônias e que inspiravam, ou poderiam inspirar, revoltas, revoluções e, principalmente, a vitória das pessoas escravizadas contra o racismo, o colonialismo e o imperialismo. Em resumo: os/as brancos/as temiam que o Haiti pudesse ser o início da derrocada da “supremacia branca”. Ou seja, os líderes farroupilhas e imperialistas temiam que os Lanceiros Negros fizessem um levante contra a permanência da escravização. Temiam, ainda, que as/os escravizadas/os lutassem para de fato realizar o lema da proclamação da República Rio-Grandense: “liberdade, igualdade e humanidade”.

Com medo de perder os privilégios étnico-raciais e de classe, o líder Canabarro, do exército farroupilha, tramou com Caxias, do exército do Império a traição aos Lanceiros Negros. Sobre isso, no documentário Assunção afirma que: “Barão de Caxias trama juntamente com Canabarro o destino desses negros. Qual foi o destino? Na noite [...] do dia 14 [de novembro, de 1844] Canabarro desarma os negros, os lanceiros, a infantaria, e Caxias manda atacar o acampamento” (“MANIFESTO PORONGOS” (RAFUAGI), 2016, 2:46-3:12 min).

A traição ou massacre de Porongos é, provavelmente, o capítulo mais silenciado de toda a Revolta Farroupilha. O principal impasse nas negociações para a paz entre os integrantes da elite branca eram os escravizados que lutaram na Farroupilha por liberdade. Como já destacamos, a alforria para a grande maioria foi a morte, como foi para muitas pessoas escravizadas no Brasil. Com o fim da guerra, os escravocratas farroupilhas foram anistiados e indenizados, através do acordo que fizeram com o Império em troca da vida dos Lanceiros Negros. Segundo Spencer Leitman, Porongos “Foi [...] uma traição aos negros [...] e [o] desejo de preservar e perpetuar o poder branco” (LEITMAN, 1997, p. 62).

Quando a Revolta Farroupilha terminou em 1845, era vergonhoso falar sobre ela. Até 1880 a memória social sobre essa guerra era “de uma identidade regional pejorativa” (ZALLA, MENEGAT, 2011, p. 53). Foi só a partir das tentativas de construir uma identidade nacional republicana, na última década do século XIX, que a Farroupilha passou a ser tratada pela historiografia de forma emblemática. Isso ocorreu na década de 1930, quando na ditadura estadonovista procurou-se construir uma identidade nacional para a chamada República Nova, em contraponto à República Velha. Naquele então, ocorreram comemorações dos cem anos da insurreição farrapa e passou-se a idolatrar determinados heróis da guerra, como Bento Gonçalves e David Canabarro, como representantes também da brasilidade.

Acerca da construção da memória social sobre a Revolta Farroupilha, gostaríamos de relacionar algumas perguntas para a reflexão: com que aparatos foram construídas as representações sobre a Revolta Farroupilha? Por que os líderes - Bento Gonçalves, David Canabarro e Duque de Caxias - foram reconhecidos como heróis? Por que os Lanceiros Negros foram excluídos, ou pouco mencionados, na narrativa histórica? Por que na história do Rio Grande do Sul e do Brasil a população negra é invisibilizada? Por que a branquitude é sinônimo de virtude, beleza, bondade, evolução? Por que a cultura europeia é valorizada? Por que a cultura afro-brasileira é folclorizada? Quais eram os interesses em construir determinadas representações e não outras?

As representações emblemáticas regionais e nacionais sobre a Revolta Farroupilha foram construídas com o apoio dos governos através, por exemplo, do Instituto Regional (IHGRS) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (RODRIGUES, 2013; SILVA, 2018; ZALLA, MENEGAT, 2011). Os líderes - Bento Gonçalves, David Canabarro e Duque de Caxias - foram reconhecidos como heróis porque eram brancos e integrantes da elite senhorial escravocrata.

Os Lanceiros Negros foram excluídos, ou pouco mencionados, na narrativa histórica tradicional porque o Massacre de Porongos é

um episódio que derruba muitas teorias saudosistas e bairristas que propuseram uma memória social idílica do passado (FILHO, 1978; SAMPAIO, 1984; SPALDING, 1963). Na história do Rio Grande do Sul e do Brasil a população negra é invisibilizada e a branquitude é sinônimo de virtude, beleza, bondade e evolução, porque o país se pretendeu/pretende branco e europeu (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2012). Para isso, a cultura afro-brasileira é folclorizada e a cultura europeia é valorizada (PETERSEN, 2013; SOVIC, 2002).

O mito de origem da identidade estadual e nacional é o 20 de setembro, dia em que foi iniciada a Revolta Farroupilha. Para compor essa mitificação, as mazelas da guerra foram suprimidas, como, por exemplo, as omissões e mentiras sobre o Massacre em Porongos, a venda de pessoas escravizadas para financiar a guerra e os flagelos da escravização no Rio Grande do Sul e no Brasil. Em decorrência das chagas da Revolta Farroupilha, Juremir Machado da Silva afirma no documentário (Figura 8) que:

(...) eu acho que nós precisamos é rever essa nossa comemoração de [20 de setembro] todo ano, que além de tudo, tem esse hino, absolutamente infame, que diz neh que povo que não tem virtude acaba por ser escravo, e é muito mais correta a letra de dizer que povo que não tem virtude escraviza, escraviza os outros [...]. Quando precisou de mão-de-obra militar e, principalmente de bucha de canhão, a infantaria, aqueles que iam na frente a pé pra morrer, ela [a elite branca] usou os negros e quando ela não tinha mais utilidade pra eles, ela aceitou trai-los num massacr ignominioso. Então somos uma cultura racista, uma sociedade violenta, uma sociedade preconceituosa e uma sociedade que mente em relação ao seu passado (MANIFESTO PORONGOS -RAFUAGI-, 2016, 4:50-5:39 min).

**Figura 8** - Fotograma de *Manifesto Porongos (RAFUAGI)*, 2016.



Com estas denúncias, é possível verificar que as músicas e as produções audiovisuais são ferramentas nas batalhas de representações dos sentidos e dos significados atribuídos à história, aos sujeitos históricos, às nações, às regiões, aos grupos, às identidades, etc., podendo revelar verdades que alguns/mas, ou muitos/as, ocultam, não sabem ou fingem não saber, preferem que não sejam ditas. Mas porque não querer que as verdades sejam reveladas? Simplesmente para manter os privilégios.

O Rio Grande do Sul e o Brasil pautaram historicamente a construção de suas memórias sociais no colonialismo, do eurocentrismo, no imperialismo e no brancocentrismo. Com isso, buscaram abolir o que se mostrasse em desacordo com a identidade que se pretendia representar. Assim, o ser branco fez/faz parte do que se compreende como valor, heroísmo, virtuosidade e glória. Já o ser negro compreende a malandragem, o folclore, o misticismo, a marginalização e a criminalização. Nesta conjuntura, emblematicamente a negritude é uma luta constante e difícil de travar, mas é urgente e depende de todas as pessoas, não apenas de quem sofre racismo, mas principalmente de quem é veículo de reprodução dessa estrutura de dominação; ou seja, as pessoas brancas.

No documentário Karnal expôs que: “Desde 1888 até hoje o negro está num processo de inclusão na sociedade, hora rejeitado

hora selecionado quais seriam os negros confiáveis para que tivessem essa inclusão, hora simplesmente ignorados. O Brasil é um país profundamente racista” (*MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI*, 2016, 9:00-9:22 min). Karnal também explanou que: “somos o país que mais consome chapinha do planeta terra” (*MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI*, 2016, 6:39-6:41 min). Isso é um dado importante para entender que o Brasil é um país profundamente racista e contemplador de um ideal estético branco.

Em contrapartida, existem muitas pessoas que lutam pela valorização da cultura negra e, em especial, da beleza negra. Odete Diogo (Figura 9), integrante do Grupo Unir Raças, afirmou na entrevista: “porque a nossa beleza é diferente, ela não é a beleza que está aí dentro do padrão: magro, louro, de olho claro. Nós não somos isso. E eu não posso querer me descaracterizar para ser aceito na sociedade. Não. Eu quero que a sociedade nos aceite dessa forma” (*MANIFESTO PORONGOS (RAFUAGI)*, 2016, 6:56-7:13 min).

**Figura 9** - Fotograma de “Manifesto Porongos” (RAFUAGI), 2016.



A partir do documentário e da música analisados neste artigo, é possível verificar que existem conflitos em relação a essa construção de memória social e que ambos são instrumentos de luta para transformar a representação idílica do passado. Como exemplo de combate aos saudosismos e aos silenciamentos

podemos pensar o trecho da música: “Todo vinte de setembro, eles escondem a crueldade” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Esse trecho contrapõe a seguinte frase do Hino do Rio Grande do Sul: “Foi o 20 de setembro o precursor da liberdade” (FONTOURA). Neste sentido, o mito de origem da identidade estadual e nacional sul-riograndense é radicalmente questionado e resignificado.

Como o nome do documentário é *Manifesto Porongos* (RAFUAGI) e o nome da música é *Manifesto Porongos*, cabe pensar o significado do termo “manifesto” para analisar a combatividade dessas produções em relação à memória social. Basicamente, manifesto é um discurso ou declaração, trazido à público com determinado objetivo. Esse documentário e essa música são manifestações que objetivam trazer à tona mentiras, omissões e silenciamentos sobre a Revolta Farroupilha, bem como sobre seus líderes, sobre o Massacre em Porongos; sobre a História do Rio Grande do Sul e do Brasil; sobre a importância e a presença de pessoas negras na construção do Estado e do país; sobre as mazelas do colonialismo, do imperialismo, do eurocentrismo e do brancocentrismo; sobre a identidade que se pretende representar, anulando aquilo que se mostra em desacordo com o que se pretende preservar em relação ao passado idílico.

No documentário são apresentadas lutas pelo direito das populações negras de aparecerem como sujeitos históricos, de fazer a história; de lutar pelo direito de viver; de evidenciar os falsos heróis, para rever o que se comemora todos os anos no dia 20 de setembro; reescrever o hino oficial, recontar a história, pois no Estado do Rio Grande do Sul grande parte das pessoas fazem, segundo Silva, “uma cultura racista, [...] uma sociedade preconceituosa [...] que mente em relação ao seu passado” (MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI, 2016, 5:29-5:39 min). “É só com esse resgate [histórico] que você começa a superar o horror da tradição do nosso racismo estrutural, cultural, estético e homicida” (MANIFESTO PORONGOS-RAFUAGI, 2016, 10:02-10:14 min).

Os manifestos que reivindicam uma memória social antirracista permanecem em curso até não haver mais necessidade

de lutar. Mas isso só ocorrerá no momento em que os privilégios da branquitude e das classes dominantes sejam superados e que não precisemos mais discutir sobre o racismo, não havendo mais desigualdades étnico-raciais, distinções fenotípicas, enfim, todos os marcadores sociais da diferença que são usados como pretextos para estabelecer as relações desiguais.

#### **4. Considerações finais**

A construção da memória social está vinculada à construção da história. Assim, as batalhas pela memória social ocorrem em decorrência de processos históricos (SALDIVIA, 2021). Esses processos são, geralmente, traumáticos e são construídos em contextos específicos na história, como por exemplo: a escravização, o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, os nacionalismos pautados na ideia de pureza nacional branca, a Revolta Farroupilha, as ditaduras empresariais-militares na América Latina, entre outros.

As referências que temos do passado influenciam e até mesmo ditam o presente. Neste sentido, discutir a memória social “genera la posibilidad de reconstruir procesos sociales, retomar voces silenciadas o en disputas, permitiendo incorporar nuevas experiencias, sentidos y discursos varios” (SALDIVIA, 2021, p. 50). Pensar as batalhas pela memória social é pensar “las disputas por las formas de recordar, y cómo este mismo se entrelaza con narrativas, performances y afectos sobre el pasado, en el presente” (SALDIVIA, 2021, p. 50).

O documentário *Manifesto Porongos* (RAFUAGI) e a música *Manifesto Porongos* foram produzidos em decorrência de processos históricos traumáticos que até hoje influenciam/ditam o presente e podem pautar o futuro. Essas obras produzem narrativas que estão em batalha para reconstruir processos sociais, para ter suas vozes ouvidas e ecoadas, para romper com o racismo estrutural, a branquitude, o eurocentrismo, o colonialismo e o imperialismo. Portanto, essas narrativas disputam a memória social e podem ser

ferramentas de autoconhecimento, de autocrítica e de transformação social coletiva.

Objetivando romper com o racismo como tradição no Estado, no país e no mundo, na música *Manifesto Porongos* é contestada a ideia de que o 20 de setembro foi o precursor da liberdade. A emblematização da Revolta Farroupilha e de seus supostos heróis são colocadas em xeque quando na letra diz: “Povo que não tem virtude acaba por escravizar” (RAFUAGI, SOARES, 2016). Além disso, há a reivindicação de que “Antes de mais nada heróis do sul foram os Lanceiros” (RAFUAGI, SOARES, 2016).

Igualmente, entendemos que o documentário é uma produção decolonial. Põe em xeque os limites do discurso “igualdade, liberdade e humanidade”, que foi lema da Revolta Farroupilha, bem como o de “liberdade, igualdade e fraternidade”, que foi lema da chamada Revolução Francesa, mostrando seus interesses, suas contradições e a imposição da ideologia de civilização e de colonização. E é, também, um filme que se contrapõe à mídia de massa brasileira e às produções hollywoodianas que são espaços de representatividade para a colonialidade, o eurocentrismo, imperialismo e a branquitude.

Portanto, o documentário consegue fazer o que se propõe: combate à construção da memória social que corrobora historicamente e estruturalmente com as desigualdades étnico-raciais; escancara as mentiras, omissões e silenciamentos produzidos sobre a Revolta Farroupilha, sobre o Massacre em Porongos, sobre a escravização e a presença de pessoas negras no Rio Grande do Sul; contrapõe o discurso escravista do Hino do Estado; e, por fim, contém uma narrativa que valoriza a negritude.

## Referências

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, vol. 8, no. 1, p. 607-630, ene-jun, 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Biografia Resumida do Duque de Caxias**. Disponível em: <<[https://www.eb.mil.br/patronos/-/asset\\_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/biografia-resumida-do-duque-de-caxias](https://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/biografia-resumida-do-duque-de-caxias)>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2021.

FILHO, Arthur Ferreira. **História Geral do Rio Grande do Sul**. 5ª ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FONTOURA, Francisco Pinto da; MENDANHA, Joaquim José; REAL, Antônio Corte. **Hino do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/francisco-pinto-da-fontoura/1338011/>>. Acesso em: 17 junho de 2020.

FREITAS, André Luiz Ranucci. **QUEBRA DAS ESTÁTUAS Possibilidades de uma (re)escrita decolonial e pública da História**. Niterói, UFF, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

GONDAR, Jô. **Cinco proposições sobre memória social**. Rev. Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

\_\_\_\_\_. “Memória, poder e resistência”. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussant L’Ouveture e a Revolução de São Domingos**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Prefácio. In: ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis**. 1ª ed. São Paulo: Pólen, 2017. p. 08-12.

LEAL, Bruno. **Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo**. 17 de junho de 2020. Disponível em: <<<https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2021.

LEITMAN, Spencer L. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando. **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LOSE, Karen; KÖCHE, Thiago; RAFUAGI. **“Manifesto Porongos” (RAFUAGI)**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sPRxrjQ44pA>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

NAPOLITANO, Marcos. “FONTES AUDIOVISUAIS: A História depois do papel”. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 235-289.

NONADA. **Unipampa aprova título de Doutor Honoris Causa a Oliveira Silveira**. 04 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2021/11/unipampa-aprova-titulo-de-doutor-honoris-causa-a-oliveira-silveira/>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Da historiografia aos bancos da escola: o tema do trabalho e dos trabalhadores nos livros didáticos de História do Brasil no século XIX. In: FORTES, A. [et. al.]. **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 77-102.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais**. Revista Tempo, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 161-83, Abril, 2013.

SALDIVIA, Vania Macarena Alvarado. **Memorias en disputa: el Estallido Social y la Convención Constitucional como una vía de escape a los amarres de la dictadura civil-militar chilena**. Foz do Iguaçu, UNILA, Tesis de maestría presentada al Programa de Postgrado en Integración Contemporánea de América Latina, 2021.

SAMPAIO, Fernando. **Bento Gonçalves: mito e História (sobre o herói ladrão farroupilha)**. Porto Alegre: Martim Livreiro, 1984.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. USP: São Paulo, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). 5ª ed. Porto Alegre/RS: L&PM, 2018.

SOUZA, Angela Maria de. **O Movimento do RAP em Florianópolis; A Ilha da Magia é Só da Ponte pra lá!**. Dissertação de Mestrado PPGAS UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/150962.pdf>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

SOVIC, Liv. **A branquitude e o estudo da mídia brasileira**: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador/BA, 2002.

SPALDING, Walter. **A epopeia farroupilha**: pequena História da grande revolução, acompanhada de farta documentação da época: 1835-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

**Sul21. Coletivos cobrem estátuas de Bento Gonçalves e Duque de Caxias em intervenção contra o racismo**. 21 de setembro de 2021. Disponível em: <<<https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/09/coletivos-cobrem-estatuas-de-bento-goncalves-e-duque-de-caxias-em-intervencao-contra-o-racismo/>>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som: as transformações do Rap no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

VALLE, Karine Dalla. **UFRGS concede título de Doutor Honoris Causa a Oliveira Silveira**. 26 de novembro de 2021. Disponível em: <<<https://gauhazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/11/ufrgs-concede-titulo-de-doutor-honoris-causa-a-oliveira-silveira-ckwgspzjx0048016fosivto39.html>>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2021.

VILLANUEVA, Erik R. Torrico. **La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente**. Quito: Ciespal, 2018, p. 72-81.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. **História e memória da Revolução Farroupilha**: breve genealogia do mito. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 49-70, 2011.



## O ALOC: uma experiência tecnológica e interdisciplinar de extensão universitária (UNILA/ADHILAC, Brasil)

Gustavo Nicolás Retamal Rivera  
Hernán Venegas Marcelo  
Newton Camargo da Silva Cruz

### 1. Introdução

Os avanços tecnológicos experienciados pela sociedade nos últimos anos, fundamentalmente na última década, produziu reflexos em diversas vertentes da vida no mundo contemporâneo. Não é raro deparar-se com termos como ‘Era da Informação’, ‘Era Digital’, ‘Sociedade Mediática’, ‘Sociedade Informacional’, ‘Sociedade do Conhecimento’ e ‘Cibercultura’, termos estes que tentam caracterizar essa nova era em que vivemos, onde tudo é baseado em dados, informações e processamentos digitais. Os avanços tecnológicos expressivos, sobretudo nas últimas quatro décadas, têm ampliado os espaços de interação entre os indivíduos das mais distantes latitudes e longitudes, ao tempo em que foi valorizado significativamente o conhecimento.

Pierre Lévy, destacado especialista em ciência da informação e da comunicação e que tem estudado o impacto da Internet na sociedade destaca que a partir da evolução dos microprocessadores a partir da década de 1970, “dispararam diversos processos econômicos e sociais de grande amplitude”, impactando em novas formas de trabalho, premissas econômicas e, futuramente, no modelo de sociabilidade mediada pela tecnologia Lévy (1999, p. 31). Ademais, tais avanços tecnológicos contribuíram no surgimento de novas características para a própria cultura humana. Uma cultura onde tudo se ‘curte’, se compartilha e se comenta em espaços digitais e virtuais, intitulado por muitos como ciberespaço,

que agrega, conecta e aproxima pessoas das mais diversas localidades, nacionalidades e classes sociais. A distância, portanto, passa a ser, neste contexto tecnológico, meramente geográfica.

Conforme Lévy (1999, p. 92), o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, portanto, uma localidade democrática e plural de ideias, mediada fundamentalmente pela tecnologia, capaz de modificar as formas como nos relacionamos com o outro, alterando dinâmicas do trabalho, da pesquisa científica, da economia e outras vertentes da sociedade que cada vez mais mergulha em direção a esse espaço digital.

Nesse contexto, em que as relações cada vez mais se incorporam aos ecossistemas virtuais e digitais, de acordo com o que se observa em Werthein (2000, p. 71), há uma ênfase no termo “sociedade da informação”, que acaba por atuar como um substituto ao termo “sociedade pós-industrial”. Esse termo tem sido utilizado para caracterizar este momento sócio-espacial em que vivemos, em que se desponta um novo paradigma no qual a sociedade está envolvida e que apresenta características como: a informação como matéria-prima nos processos sociais; a penetrabilidade das tecnologias da informação e comunicação em diversos âmbitos; a formação de redes e suas tipologias; as convergências tecnológicas e sua flexibilidade (WERTHEIN, 2000), que moldam a forma como se interage no meio virtual.

Para se ter uma ideia dessa sociedade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para 2015, o acesso à internet da população com 10 anos ou mais de idade foi de 57,5%, correspondente a 102,1 milhões de pessoas. Concordamos com Anita Lucchesi e Dilton Cândido Santos Maynard na afirmação de que a escola não pode ficar de fora dessa discussão; aliás, o cotidiano escolar - outro argumento destes especialistas - está conformado por uma geração que Marc Prensky tem denominado de “nativos digitais” (LUCCHESI; MAYNARD, 2019).

É neste contexto transformador, no âmbito do contexto escolar da universidade pública federal brasileira, também mediada pelas

tecnologias da informação e comunicação e a emergência do que se intitula “sociedade da informação” que se insere o projeto de extensão universitária intitulado ALOC (América Latina e o Caribe On-line), contemplando, precisamente, as suas duas fases desenvolvidas (ALOC I e ALOC II), objeto de análise e discussão deste capítulo.

A escrita deste texto parte, essencialmente, das experiências acadêmicas e profissionais vivenciadas pelos autores no âmbito dos projetos de extensão ALOC I (América Latina e o Caribe Online, a Adhilac-Brasil e a Tríplice Fronteira) e ‘ALOC II’ (América Latina e o Caribe On-line, a Adhilac-Brasil e a Tríplice Fronteira - conhecimento histórico e práxis pedagógica), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

**Figura 1** - Logo oficial do projeto 'ALOC'



Fonte: os autores.

Esses projetos, que foram conduzidos entre os anos de 2019 e 2020, tiveram como foco e objetivo principal tornar a plataforma online da Associação de Historiadores Latino-Americanos e Caribenhos (Adhilac), especificamente da sua seção Brasil (Adhilac-Brasil), uma ferramenta necessária, interativa e inovadora no campo dos estudos históricos latino-americanos e caribenhos e da sua práxis pedagógica, tendo como ponto de partida a tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), local privilegiado de

diálogo e interculturalidade no qual está localizada a instituição sede do projeto, além de ter a tecnologia disponível como mediadora de seus processos.

Os projetos foram desenvolvidos a partir de duas dimensões fundamentais: a primeira, de cunho mais técnico, incorporou de maneira renovada as experiências de outras plataformas virtuais, notadamente a da ANPUH e da ANPHLAC, buscando aperfeiçoar questões estéticas da plataforma (interface), amplificar a integração com redes sociais e a construção sólida de um website moderno, valendo-se dos aportes científicos e tecnológicos da área de tecnologia de informação e comunicação para tais feitos. A segunda dimensão, relacionada diretamente aos estudos históricos e ao ensino de história da América Latina e Caribe, e indissociável da primeira, buscou oxigenar a plataforma virtual através da atualização periódica das diversas seções que conformam o site, envolvendo diversas ações públicas de alcance nacional e internacional, que subsidiaram a produção de conteúdos, contando com a participação da comunidade externa interessada nas temáticas desenvolvidas, acadêmicos, técnicos e docentes da Unila e de outras instituições nacionais e internacionais.

Os dois ALOC tiveram um DNA interdisciplinar, o que contribuiu para atingir um público diverso dentro e fora da Unila. Vale dizer que o exercício interdisciplinar do ALOC não ficou restrito ao seu âmbito conceitual, senão que se materializou na vivência dos autores, convidados e demais participantes durante a execução das atividades do projeto, que contemplou uma multiplicidade de temas e discussões que, de maneira transversal, dialogavam e se complementavam. Também é oportuno mencionar que o período de execução do 'ALOC' está relacionado com o contexto pré-pandemia e pandemia da Covid-19 no Brasil. A gênese do projeto, seus objetivos, justificativa, metodologia, abrangência, sua fundamentação teórica-prática, os desafios encontrados, as ações realizadas e os resultados alcançados a partir da execução das duas fases do projeto, integram o presente

capítulo, que visa, sobretudo, o registro acadêmico-científico desta experiência interdisciplinar, plural, latino-americana e caribenha.

## **2. Um (breve) resgate histórico: a ADHILAC e a ADHILAC-Brasil**

A Associação dos Historiadores Latino-americanos e do Caribe (ADHILAC) surgiu em meados da década de 1970 mediante uma preocupação inicial de historiadores mexicanos diante do limitado vínculo com profissionais da área de história dos mais diversos países da América Latina e do Caribe. Em um encontro realizado na Facultad de Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 1974, que contou com a presença de dezenas de representantes de diferentes países, deliberou-se pela criação de uma associação/organização de historiadores latino-americanos com o objetivo de expandir ideias, intercâmbios e trabalhos com foco no desenvolvimento das ciências históricas (VILABOY, 2010).

Nos anos seguintes, diversas atividades e encontros foram realizados em países latino-americanos, como Venezuela, Equador, Cuba e Brasil, sob gestão da ADHILAC, sempre contando com grande participação de interessados na temática, pesquisadores e professores de história, sendo que, após o primeiro congresso da associação, o então presidente Francisco Pividal Padrón (1916-1997) realizou visitas em diversos países latino-americanos com o objetivo de criar, junto a demais pesquisadores e profissionais da área, seções nacionais da ADHILAC (VILABOY, 2010). Durante a primeira década dos anos 2000, a associação abriu seu próprio website, que passou por diversas atualizações e melhorias ao longo do tempo, com o objetivo de ampliar e facilitar a divulgação das ações da ADHILAC pelo mundo. Ao longo de sua existência, conforme discorre o historiador cubano Sergio Guerra Vilaboy (2010):

[...] a ADHILAC tem conseguido nuclear um crescente número de cientistas sociais visando os objetivos comuns da solidariedade profissional, a promoção do desenvolvimento científico e a defesa da soberania de nossos povos e países, tudo isso no marco do mais amplo pluralismo ideológico. O

estabelecimento de laços permanentes de comunicação entre profissionais da história, o impulso e a difusão dos estudos históricos e o desejo de contribuir para reforçar a consciência latino-americana e a solidariedade entre os povos da área, assim como sua vida democrática, tem sido os objetivos fundamentais deste nobre organismo desde sua criação até nossos dias<sup>1</sup> (VILABOY, 2010, p. 1, tradução nossa).

A existência de uma plataforma online, apoiada pelas tecnologias de informação e comunicação, permitiu (como ainda permite) o estabelecimento de tais relações mais estreitas entre os profissionais de história, assim como a ampla difusão das ações, artigos, matérias e notícias da associação na rede mundial de computadores, conforme o autor supracitado. Atualmente, as seções Brasil, Equador e Argentina da ADHILAC possuem páginas web próprias, atualizadas com regularidade com conteúdos latinoamericanistas. O site da ADHILAC seção Brasil, foco do projeto do 'ALOC', foi lançado em 2016 e recebe atualizações periódicas desde então. Conforme a vice-presidente da ADHILAC, a historiadora brasileira Vera Lúcia Vieira, o objetivo da criação do site da seção Brasil é "envidar esforços para congregar, fortalecer e divulgar o trabalho, a produção, o ensino, a consciência e a prática social de nossa comunidade de historiadores latino-americanos e caribenhos" (VIEIRA, s.d).

---

<sup>1</sup> [...] la ADHILAC ha conseguido nuclear a un creciente número de científicos sociales bajo los comunes objetivos de la solidaridad profesional, la promoción del desarrollo científico y la defensa de la soberanía de nuestros pueblos y países, todo ello en el marco del más amplio pluralismo ideológico. El establecimiento de lazos permanentes de comunicación entre profesionales de la historia, el impulso y la difusión de los estudios históricos y el deseo de contribuir a reforzar la conciencia latinoamericana y la solidaridad entre los pueblos del área, así como su vida democrática, han sido los objetivos fundamentales de este noble organismo desde su creación hasta nuestros días (VILABOY, 2010, p. 1).

**Figura 2 - Interface antiga do website da ADHILAC-Brasil, antes do início do projeto ALOC.**



Fonte: os autores.

Logo, observa-se a razão pela qual o projeto de extensão universitária do ALOC vem, sobretudo, ao encontro justamente desse objetivo, desde a Tríplice Fronteira, contribuir para o crescimento e fortalecimento da ADHILAC-Brasil em suas mais diversas esferas e vertentes. Permanecendo ainda nesse contexto nacional, outras duas associações que merecem destaque e, de certa maneira, inspiram a construção do website da ADHILAC-Brasil, são a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). A primeira surgiu no início da década de 1960, em São Paulo, sendo composta por professores de ensino fundamental e ensino médio, bem como profissionais de instituições de patrimônio e memória.

Conforme seu estatuto, a associação possui como objetivo a “proteção, o aperfeiçoamento, o fomento, o estímulo e o desenvolvimento do ensino de História em seus diversos níveis, da pesquisa histórica e das demais atividades relacionadas ao ofício do historiador” (ANPUH, s.d). Já a ANPHLAC foi criada em janeiro de 1993 em um encontro organizado pela Comissão

Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (CONAPHLAC) em Minas Gerais. O objetivo principal da associação no momento da sua criação era “o incentivo a uma prática sistemática de pesquisa direcionada para a América Latina de colonização espanhola e o Caribe” (ANPHLAC, s.d), sendo que, atualmente, deu um foco mais abrangente a seus objetivos principais, a saber:

[...] congregar os(as) pesquisadores(as) que se dedicam à pesquisa e à docência em História das Américas, nas mais diversas dimensões desse conhecimento. Além disso, pretende contribuir para o aperfeiçoamento do ensino de História das Américas em seus diversos níveis e estimular o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos referentes à História das Américas. Empenha-se, também, em defender a conservação das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos americanos, além de promover a permuta de idéias e informações entre seus(uas) associados(as), por meio de encontros e reuniões periódicas e de publicações impressas e eletrônicas, assim como estimular o intercâmbio entre especialistas nacionais e estrangeiros(as) (ANPHLAC, s.d).

Percebe-se, portanto, analisando o resgate histórico dessas instituições, que há uma forte relação entre os propósitos das três: a divulgação de ações latinoamericanistas, a organização de pesquisadores da área de história e, também, estreitar seus laços e a divulgação científica-acadêmica da América Latina. Há que se comentar que, assim como a ADHILAC, a ANPUH e a ANPHLAC possuem seus sítios eletrônicos, com atualizações periódicas, de modo a dar ampla visibilidade em suas ações. Tratando-se de suas plataformas online (websites), as três associações atualizam suas páginas com determinada periodicidade. A ADHILAC-Brasil atualiza seu conteúdo mensalmente com notícias, matérias, processos seletivos de pós-graduação, eventos, entre outros. A ANPUH, com atualizações semanais, possui um conteúdo muito similar ao da ADHILAC (notícias, publicações, links e outros). Já a ANPHLAC, com uma periodicidade entre semanal e mensal, também tem atualizações voltadas a eventos, publicações e notícias da área.

Cabe salientar que, de certo modo, instituições mais consolidadas como a ANPUH e ANPHLAC, serviram de modelo e inspiração para as melhorias informacionais e tecnológicas no website da ADHILAC-Brasil. Ao apropriar-se das ideias, mecanismos e interfaces do website dessas duas instituições, foi possível, por meio do projeto de extensão universitária ALOC, planejar as intervenções necessárias para tornar o website da ADHILAC-Brasil uma ferramenta necessária e inovadora, conforme o objetivo principal do projeto ALOC, que será caracterizado na seção seguinte.

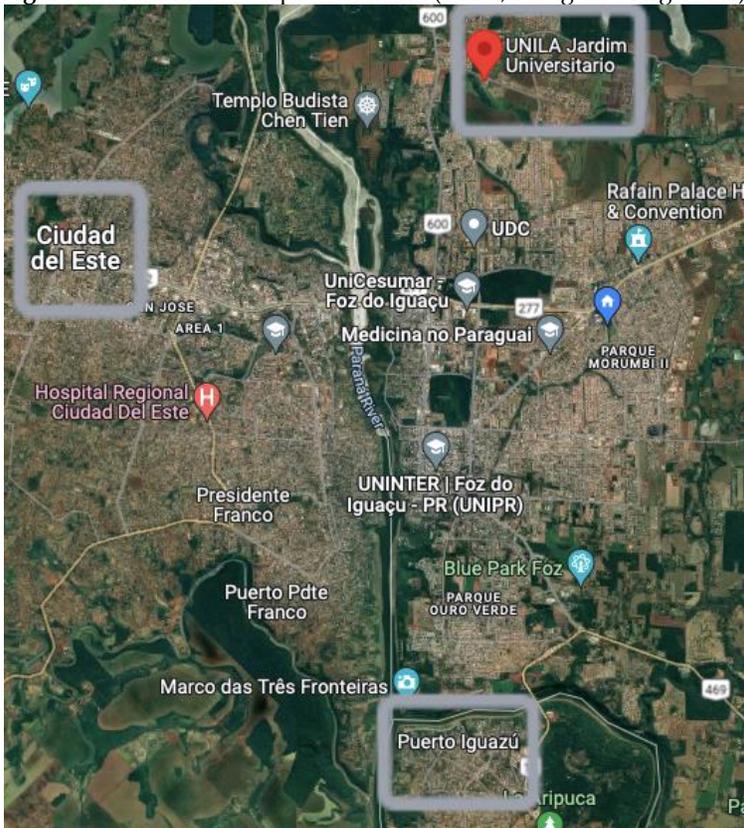
### **3. A gênese do aloc: uma perspectiva interdisciplinar, tecnológica, interinstitucional e transfronteiriça**

Embora o projeto de extensão universitária ALOC tenha sido oficializado junto à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) no ano de 2019 (dando início à sua primeira fase), sendo renovado no ano de 2020 (para sua segunda fase), as primeiras ações do que iria se materializar neste projeto de extensão em questão haviam começado no ano de 2018, a partir de demandas advindas da Associação dos Historiadores Latino-Americanos e do Caribe - seção brasileira (Adhilac-Brasil), que necessitava de apoio técnico especializado para as atualizações técnicas e de conteúdo de seu website oficial.

A estreita relação entre a associação supramencionada e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) advém de pesquisadores associados à ela e que atuam na universidade. Inicialmente, a incumbência das atualizações demandadas ficou a cargo do docente da UNILA Hernán Venegas Marcelo que, em conjunto com Newton Camargo da Silva Cruz (responsável técnico) e Gustavo Nicolás Retamal Rivera (apoio técnico), se lançaram na missão das atualizações de conteúdo e tecnológicas no âmbito do website da ADHILAC-Brasil ([www.adhilac-brasil.org](http://www.adhilac-brasil.org)) desde o espaço e conjuntura da tríplice

fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), região em que a Unila está instalada.

**Figura 3 - A UNILA e a tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).**



Fonte: os autores.

Precisamente, por falar em espaço geográfico com uma vocação integradora, nos remetemos a essa fronteira: um espaço de convergência simbólica e prática que não escapa ao olhar dos autores deste projeto, visando integrar, também, por meio das inovações tecnológicas e informacionais, à UNILA. Espaço geográfico, território e região são denominadores comuns – nem sempre tratados com a necessária consistência teórica-metodológica – para referir-se à tríplice fronteira (Brasil/Foz do

Iguaçu, Paraguai/Ciudad del Este e Argentina/Puerto Iguazú). Nesta região do oeste do Paraná está sediada a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especificamente no município de Foz do Iguaçu.

A região de fronteira também é denominada de 'Trinacional', o que a torna interessante do ponto de vista cultural e científico para a UNILA. Vale enfatizar, nesse contexto, o papel desta instituição pública de ensino superior não apenas pelo fato dos autores desse projeto fazerem parte do quadro permanente de servidores públicos, senão também por uma vocação latino-americana que se expressa ao assumir como missão:

[...] contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos (UNILA, 2012).

A preterida integração latino-americana e, mais do que isso, os desafios e oportunidades para seu estudo, constatação e efetivação encontram na tríplice fronteira um cenário ideal de intervenções educativas que pode ser potencializada pelas inovações tecnológicas e informacionais às quais se fez referência anteriormente. Portanto, em consonância com as premissas de integração então apresentadas, a concepção da extensão como mecanismo e estratégia fundamental para essa integração da América Latina e as tecnologias da informação e comunicação de longo alcance disponíveis, tornaram o ALOC um projeto necessário não apenas para a divulgação científica das áreas em que o projeto está inserido, mas sobretudo para aproximar as pessoas do ambiente universitário, compartilhar experiências e vivências, difundir o conhecimento construído para além dos muros da universidade e ser um espaço de diálogo transfronteiriço, latino-americano e caribenho. Tais premissas alinham-se às próprias

diretrizes e políticas da extensão na educação superior brasileira estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, que a compreende como

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 1-2).

A referida legislação estabelece ainda estruturas para a prática e concepção da extensão universitária, como

[...] a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos [...] a formação cidadã dos estudantes [...] a articulação entre ensino/extensão/pesquisa [...] o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade [...] o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural [...]” (BRASIL, 2018, p. 2).

Entre os anos de 2015 e 2017, a UNILA envolveu cerca de 115 mil pessoas direta e indiretamente, em mais de 560 (quinhentas e sessenta) ações de extensão, entre projetos, cursos e eventos diversos. Segundo a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) as temáticas principais trabalhadas nos projetos de extensão foram: Educação, Letras e Línguas; Comunicação; Cultura e Artes; Tecnologia e Produção; Meio Ambiente; Direitos Humanos e Justiça; Economia, Política e Desenvolvimento; Saúde; e Inclusão Social. Destaca-se também as relações dos projetos de extensão na formação de professores da Rede Pública de Educação (PDI, 2019-2023). Como se pode constatar, a Unila vem desenvolvendo uma cultura extensionista e o ALOC vem se somar às ações realizadas, priorizando esse pilar indissociável entre ensino, pesquisa e extensão que caracteriza a Unila. A extensão é concebida pelo citado documento, o Plano de Desenvolvimento Institucional ,

como “a interconexão entre a Universidade e a comunidade externa. Constitui-se como processo educativo, cultural, científico e político que, articulado de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade” (PDI, 2029-2023, p. 42). A interconexão referida, mediante o uso das tecnologias digitais foi, precisamente, a marca do ALOC.

Tais aspectos mencionados (dentre outros existentes), se alinham à proposta pensada e executada pela ação de extensão objeto deste trabalho. Assim, o objetivo geral do ALOC foi tornar a plataforma online da ADHILAC-BRASIL uma ferramenta necessária, interativa e inovadora no campo dos estudos históricos e do ensino de História latino-americana e caribenha em Foz do Iguaçu e, por extensão, na região da tríplice fronteira, baseando-se nos pilares e estruturas que norteiam a extensão universitária nas instituições públicas brasileiras.

Para tal feito, os objetivos específicos perpassaram por oxigenar a plataforma online da ADHILAC-Brasil com iniciativas periódicas relacionados a temas de História e América Latina e o Caribe e, sempre que possível, em diálogo com os programas institucionais da Unila: a “Agenda Tríplice”; o “Programa Prioridade América Latina e o Caribe” e o “Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa”; potencializar o envolvimento de diversos núcleos, grupos e laboratórios de ensino de História e pesquisa; assim como de atores e categorias dentro e fora da Unila visando envolver em tais iniciativas as IES dos municípios e países da tríplice fronteira, da ADHILAC dos países vizinhos (Argentina e Paraguai) e das associações regionais de História do Departamento do Alto Paraná (Paraguai), da província de Misiones (Argentina) e em diálogo com a ANPUH-Paraná (Brasil) e, por fim, potencializar também o campo da educação histórica em torno de temas latinoamericanos e caribenhos de acordo às mais renovadas e instigantes práticas e leituras críticas no ensino da história da América Latina e do Caribe auxiliando assim os processos de ensino-aprendizagem na Tríplice Fronteira.

Inicialmente, o público alvo do ALOC, no caso dos alunos de graduação, pretendeu atingir com as ações um público de aproximadamente 250 estudos: um número que corresponde à média das matrículas das turmas dos cursos de Relações Internacionais e Integração (RII), Ciência Política e Sociologia (CPS) e História - graus Bacharelado e Licenciatura, todos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nos quais atua o docente idealizador do projeto. Além disso, buscou-se também atingir discentes da disciplina de Fundamentos da América Latina (FAL), que envolve um grupo de discentes das mais variadas graduações da UNILA. Os conteúdos já existentes no website [www.adhilac-brasil.org](http://www.adhilac-brasil.org) foram apresentados para as turmas dos cursos anteriormente mencionados, pois os trabalhos de aperfeiçoamento e manutenção que vinham sendo realizados visavam municiar também o processo de ensino-aprendizagem.

A partir das experiências acadêmicas já expostas e em andamento, a ideia de configurar o ALOC como um projeto de extensão universitária objetivou investir em novas frentes de atuação, como por exemplo, na criação de *podcasts* em temas de História de América Latina e Caribe, abertos a várias perspectivas teóricas e metodologias nos quais os acadêmicos possam encontrar subsídios para se aproximar mais da missão da UNILA. Tais *podcasts* teriam como protagonistas respeitados intelectuais latino-americanos e caribenhos sobre diversos temas que permitam reconhecer e se aprofundar em temas de cultura e história latinoamericana e caribenha.

Esses *podcasts* também incluiriam docentes-pesquisadores da UNILA no âmbito da graduação e da pós-graduação - notadamente essa última através dos seguintes cursos: PPGIELA, PPGHIS e EHAL. Os *podcasts* elaborados poderiam servir como material de apoio docente para vários componentes curriculares da História ministrados também em cursos do ILAESP - como Ciência Política e Sociologia e Relações Internacionais e Integração. Acadêmicos destes cursos poderiam também serem contemplados nas ações de divulgação realizadas pela equipe do ALOC e poderiam auxiliar

como voluntários nas ações planejadas e divulgando seus eventos científicos, desde que tribuam a temas de história da América Latina e Caribe.

Torna-se prudente destacar que, ao longo da execução do projeto ALOC no ano de 2020, o mundo foi acometido pela pandemia de COVID-19, trazendo inúmeros desafios não apenas para o projeto em si, mas também para o ensino e pesquisa em instituições ao redor do mundo. O cenário epidemiológico nacional e internacional foi condutor de um processo necessário de reinvenção: repensar as ações do projeto e novas formas de se trabalhar e ensinar foi primordial para a sua execução e sucesso. As tecnologias da informação e comunicação disponíveis, que já faziam parte do escopo do ALOC, foram fundamentais nesta reinvenção do projeto, utilizando-a não apenas para a criação de *podcasts* a distância, mas também para as webconferências pensadas no âmbito do projeto.

Tais tecnologias permitiram, inclusive, apesar das condições pandêmicas, um alcance maior de público que inicialmente imaginado: ao invés do ALOC ter uma abrangência local e regional, passou a atingir um patamar nacional e internacional, que se materializou com a participação de convidados, ouvintes e acessos dos mais diversos lugares da América Latina e do mundo (conforme se observará nas seções seguintes), que, apesar de geograficamente distantes, estavam todos juntos, em sinergia, por meio dos ecossistemas virtuais e tecnológicos que nos rodeiam.

No que diz respeito ao delineamento metodológico do projeto, o ALOC parte do pressuposto metodológico e conceitual de que é necessário investir nos processos de aquisição de novos conhecimentos em interação direta com o ciberespaço no contexto da cibercultura, facilitando assim a práxis pedagógica em temas latino-americanos e caribenhos. Portanto, o ALOC levou em conta dois elementos centrais em sua execução. Por um lado, que a educação (neste caso em temas históricos de América Latina e Caribe) no século XXI lida com a sociedade do conhecimento no ambiente do ciberespaço e é imprescindível uma "apropriação

ativa" (MAMEDE-NEVES; DUARTE, 2008, p. 779) por parte dos jovens dos conteúdos acessíveis no ciberespaço. Assim sendo, as atualizações do ALOC na plataforma virtual da Adhilac-Brasil levaram em conta tal aspecto.

Por outro lado, o ALOC se situa metodologicamente nas fronteiras disciplinares da Ciências da Informação e da Comunicação, da História e do Ensino da História. A convergência dessas fronteiras foi enxergada neste projeto na plataforma virtual da ADHILAC-BRASIL, tornando-a, por um lado, esteticamente inovadora e, por outro, disciplinarmente ousada. Afirma-se isso, pois diversas perspectivas metodológicas no grande campo da História e do Ensino de História foram priorizadas. Assim, especialistas em temas de América Latina e Caribe da história política, intelectual, cultural, conceitual, econômica, tiveram espaço nas atividades planejadas.

Outorga-se também destaque às relações entre História da América Latina e Caribe e a Cultura Digital no Brasil e em países do Cone Sul, notadamente Paraguai e Argentina - por serem países vizinhos e priorizados na região Trinacional (Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú, Ciudad del Este). A educação histórica foi outro componente fundamental que foi contemplado nas ações do ALOC por meio de entrevistas e matérias a serem publicadas e disseminadas pela equipe com o objetivo de reforçar a importância deste elemento que pode oxigenar o exercício da docência em temas de história latino-americana e caribenha nos diversos públicos contemplados no ALOC.

No que diz respeito a plataforma virtual, esta enquadra-se como um dispositivo midiático, dotada de potencial para propiciar um ambiente virtual de aprendizagem e diálogo com temas da história Latinoamericana e do Caribe. Metodologicamente tal constatação tem sido possível a partir, num primeiro momento, da compreensão básica dos conceitos, categorias e desenvolvimento das ciências da informação e da comunicação por parte dos autores deste projeto de extensão, que conformaram as ações realizadas no âmbito do projeto. Por meio do projeto ALOC, almejava-se que a

plataforma online da ADHILAC-Brasil seja uma referência para tríplice fronteira, em termos de conteúdos latinoamericanistas e caribenhos relacionados ao estudos históricos e sua dimensão pedagógica, bem como que os atores envolvidos contribuam em atualizações periódicas para a plataforma da associação.

Além disso, buscava-se, primordialmente, melhorar esteticamente a plataforma, de modo a produzir um site que, além de rico e renovado em estudos históricos, fosse agradável e funcional aos olhos dos usuários. Outro dos resultados esperados era tornar familiar a plataforma aos acadêmicos de graduação e pós-graduação para pesquisa em temas de História e Ensino de História da América Latina e Caribe e Cultura Digital, além da utilização de novas tecnologias e a prioridade ao uso do ciberespaço que levem em consideração os processo cognitivos herdados da era pré-digital e tragam uma apropriação efetiva dos conteúdos relacionados à história da América Latina e do Caribe.

#### **4. As ações realizadas e alguns números - ALOC 2019-2020**

Ao longo do curso do projeto de extensão universitária, que se deu entre 2019 e 2020, uma série de ações foram planejadas e executadas visando não apenas a divulgação científica mas, sobretudo, a oxigenação do website da ADHILAC-Brasil por meio dos resultados e materiais advindos das ações do 'ALOC'. A série de *podcasts* intitulada 'AMÉRICA LATINA E O CARIBE - ENTRE FATOS E RELATOS', lançada no ano de 2019, contou, em seu primeiro capítulo intitulado 'Índios fiéis e ferozes na América colonial', com a participação do Prof. Dr. Alexandre Camera Varella (ILAACH/UNILA), compartilhando com todos os ouvintes e internautas seus temas de pesquisa e suas produções mais recentes, além de comentar com detalhes sua trajetória acadêmica.

Em 2020, foi realizada a gravação do *podcast* intitulado 'A Amazônia brasileira, mitos, histórias e cultura escolar'. Ele também pertence à série 'AMÉRICA LATINA E O CARIBE - ENTRE FATOS E RELATOS', sendo este o segundo episódio da série. O convidado

para esta atividade foi o Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie (ILAESP/PPGPPD/UNILA). Vale o destaque que o alcance desta ação em específico vai além do projeto de extensão do ALOC, pois o tema deste *podcast* é relevante, atual e necessário, sendo que o conteúdo também pode ser utilizado como suporte às atividades acadêmicas de discentes graduandos e pós-graduandos. O terceiro episódio da série gravado em 2020 foi 'Colombia(s) - la historia enseñada e investigada'. O convidado foi o vice-presidente da Adhilac Internacional, Prof. Dr. Jorge E. Elías Caro, docente e pesquisador da Universidad de Magdalena, Colombia. Oportunamente destaca-se novamente que o alcance desta ação em específico vai além do ALOC, uma vez que o tema deste *podcast* é relevante, atual e necessário, podendo ser utilizado como suporte às atividades acadêmicas de graduandos e pós-graduandos.

Além disso, foram gravados ainda três outros *podcasts*: '*La historia de la Salsa, I, II e III*'. O convidado foi o Prof. Dr. Iván Gómez Araújo (ILATIT/UNILA), enfatizando assim a interdisciplinaridade das ações e temas vinculados ao projeto 'ALOC'. Até o momento da elaboração deste capítulo haviam mais de 240 visualizações, correspondentes a todos os *podcasts* gravados. Todos os episódios gravados podem ser úteis como materiais de apoio em salas de aula e assim valorizar os docentes da Unila e de outras instituições de ensino latino-americanas. Cabe salientar que a inspiração para a realização dos *podcasts* do projeto de extensão ALOC veio a partir de uma experiência similar do '*Kingdom, Empire and Plus Ultra: conversations on the history of Portugal and Spain, 1415-1898*'. A série de *podcast* supracitada está relacionada aos estudos históricos atlânticos e iberoamericanos.

A intenção dos coordenadores do projeto era gravar os *podcasts* presencialmente com todos os convidados, ato que foi inviabilizado em razão da pandemia da COVID-19, a maior epidemia do século XXI. Entretanto, por meio das tecnologias disponíveis atualmente e com a expertise dos membros do projeto para o (re)planejamento tecnológico diante das condições sanitárias, foi possível cumprir com esse objetivo de forma remota

e com segurança para a saúde de todos os envolvidos. Toda a produção, edição e programação dos *podcasts* foi realizada pelo coordenador (Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo), pelo coordenador adjunto (técnico-administrativo em educação da Unila e especialista Newton Camargo da Silva Cruz) e com o apoio técnico de Gustavo Nicolas Rematal Rivera (bolsista PROEX/UNILA no âmbito do projeto ALOC).

Conforme mencionado anteriormente, apesar da pandemia de COVID-19 ter impactado em determinadas atividades do projeto ALOC, por meio das tecnologias disponíveis foi possível cumprir com o objetivo da realização das conferências realizadas em formato remoto. No entanto, nós, na qualidade de idealizadores e integrantes do ALOC, fomos amadurecendo a reflexão sobre como realizar ações de extensão universitária no contexto de isolamento social da Covid-19 e seus efeitos no âmbito da educação brasileira. Vale lembrar que o Ministério da Educação suspendeu as aulas presenciais no país através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Devido aos nossos perfis profissionais, em um primeiro momento exploramos, não sem certa empolgação, as potencialidades das novas tecnologias para esse momento atípico, o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Tal entusiasmo e disposição no uso das tecnologias durante o contexto da pandemia da Covid-19 não nos impediu de enxergar que o ensino remoto trouxe consequências diversas como a exclusão de milhares de estudantes, a precarização e a intensificação do trabalho de docentes e demais servidores das instituições escolares (SAVIANI; GALVÃO, 2020).

A primeira conferência do ALOC foi realizada em 29 de maio de 2020 no âmbito do sistema WebConf da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Contou com a presença da ao Profa. Dra. Consuelo Naranjo Orovio (Instituto de Historia. Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIS - Espanha), Prof. Dr. Ival de Assis Cripa (Centro de Estudos Históricos da América Latina/PUC-SP) com a mediação do Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA), que também atuou como debatedor da conferência intitulada

‘MIGRAÇÕES E DESCOLONIZAÇÃO DE SABERES NA AMÉRICA LATINA’. Na ocasião, foi registrada a participação de dezenas de pessoas como ouvintes dos mais diversos lugares e instituições do país e do mundo, participando com comentários e perguntas a respeito do tema.

A segunda conferência dessa ação foi realizada em 30 de julho de 2020 também no âmbito do sistema WebConf da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Contou com a presença do Prof. Dr. Paulo Knauss (Universidade Federal Fluminense), Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) e Profa. Dra. Ana Rita Uhle (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) na qualidade de mediadora e debatedora da conferência intitulada ‘A HISTÓRIA ENSINADA E O PATRIMÔNIO NO BRASIL’. Foi registrada a participação de 39 pessoas como ouvintes dos mais diversos lugares e instituições do país e do mundo, interagindo a respeito do tema.

A terceira conferência foi realizada em 27 de agosto de 2020, também no âmbito do sistema WebConf da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Contou com a presença da Profa. Dra. Circe Bittencourt (USP) e Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (USP), com a mediação do Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) da conferência intitulada ‘A HISTÓRIA ENSINADA E PESQUISADA: O LEGADO AFRICANO NO BRASIL’. Tivemos a participação de 35 pessoas como ouvintes dos mais diversos lugares e instituições do país e do mundo, interagindo a respeito do tema. Além dos conteúdos e experiências compartilhadas pelos conferencistas, de prestígio e competência reconhecida, os temas tratados serviram para mobilizar saberes relacionados à escravidão pos-colonial ou segunda escravidão - da qual Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos são expoentes - e para refletir a respeito do racismo estrutural presente ainda na sociedade brasileira.

Também essa atividade foi momento de reflexão sobre as leis federais que foram introduzidas no currículo oficial da rede de ensino, a História da África e das culturas afro-brasileiras e a

História dos indígenas (leis 10.639/2003 e 11645/2008). Vale dizer que a integração dessas leis nos currículos contesta a lógica eurocêntrica e contribui para descolonizar saberes e práticas pedagógicas de tipo tradicionais/ortodoxas. A constituição dessas novas propostas na educação que revisita o conhecimento escolar e acadêmico, aliás, uma preocupação e ocupação do ALOC, tem se realizado sob embates e confrontos, sobretudo com a nova política do MEC estabelecida após 2016. A base das políticas recentes no campo da educação, por exemplo a construção da Base Nacional Comum Curricular da educação da infantil, do ensino fundamental e médio (este último objeto da Lei 13.415/2017), é a padronização da educação, diminuindo a autonomia das escolas, dos professores e até dos próprios estudantes.

Por fim, a última conferência da ação foi realizada em 30 de setembro de 2020, também no âmbito do sistema WebConf da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Contou com a presença da Profa. Dra. Gisele Sanglard (PPGHCS/COC/FIOCRUZ) e Prof. Dr. Clovis Brighenti (PPGHIS/UNILA), com a mediação do Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) também atuando como mediador da conferência intitulada 'AS MORAIS DA HISTÓRIA - EPIDEMIAS E PANDEMIAS NO BRASIL', uma atividade, inclusive, pertinente considerando a conjuntura epidemiológica nacional e internacional do momento. Mediante essa atividade ecoamos uma questão importante como pandemia da Covid-19 e também foi um lugar de reflexão e diálogo para pensar como historicamente a sociedade brasileira tem se comportado durante outras pandemias, por exemplo, a febre amarela, no início do século XX. Nesta atividade foi registrada a participação de 23 pessoas como ouvintes dos mais diversos lugares e instituições do país e do mundo, interagindo a respeito do tema.

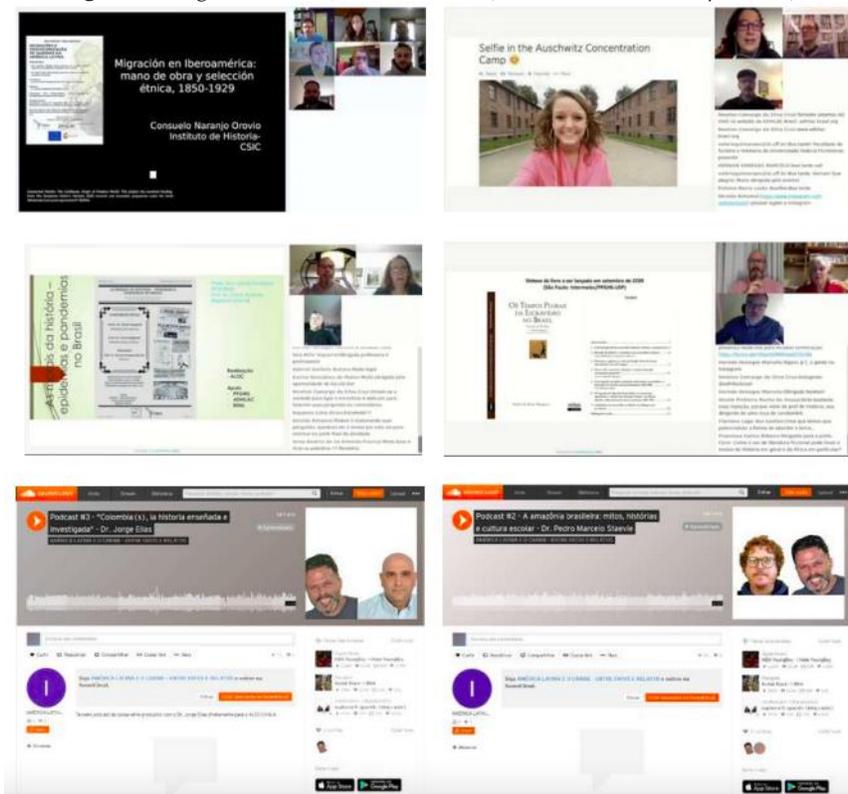
Uma última ação realizada no âmbito das conferências online foi a conferência 'Monumenta Bolivariana', impartida no âmbito de uma disciplina que ministrou o Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Essa foi mais uma ação do ALOC abrangendo a Colômbia e outros países latino-americanos, sendo ministrada pela Profa. Dra. Carolina Vanegas Carrasco, do Centro de Investigaciones en Arte y Patrimonio (CIAP) da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM). A conferência da doutora Vanegas adquiriu plena vigência, pois trouxe consigo uma reflexão sobre a insurgência memorial e monumental dos últimos anos nas Américas. Ou seja, foi importante para problematizar a natureza das relações entre a sociedade civil e os monumentos guardiões da memória nacional. Deve ser enfatizado que essas ações, mesmo que no formato de conferência online permitiram aos participantes refletir sobre suas localidades e regiões de origem, pois a problemática tratada pela conferencista é comum a muitos países da América Latina e o Caribe.

Todas as videoconferências realizadas foram gravadas e disponibilizadas no website da ADHILAC-Brasil no link: (<http://adhilac-brasil.org/videos-podcasts.php>).

Os debates, as questões levantadas e as numerosas perguntas e intervenções realizadas em cada uma das atividades programadas refletem a interação entre acadêmicos, público em geral, e os convidados das atividades descritas acima. Destaca-se ainda que a maioria das ações realizadas foram cadastradas no SigEventos da Unila, o que possibilitou gerar certificados aos participantes das ações do ALOC. Embora reconheça-se que a pandemia de COVID-19 (um momento desafiador para o projeto de extensão, conforme anteriormente pontuado) levou a uma necessidade de replanejamento e reinvenção por parte dos idealizadores do ALOC, é pertinente o destaque de que as atividades realizadas remotamente permitiram a participação de convidados e ouvintes dos mais diversos lugares da América Latina e do mundo, momento singular que teria sido quase impossível de se realizar caso o tais conferências e atividades fossem feitas em formato presencial.

**Figura 4 -** Algumas das ações do ALOC (videoconferências e *podcasts*).



Fonte: Pró-reitoria de Extensão (PROEX) - UNILA - Ebook 'Extensão e Pandemia: relatos de extensionistas sobre suas ações no primeiro ano de Pandemia'.

Ao longo dos dois anos de execução do projeto ALOC, tanto o website da ADHILAC-Brasil quanto o Instagram oficial da instituição (este último também criado e gerenciado pelos gestores do projeto de extensão) foram municiados com eventos, imagens e demais conteúdos pertinentes à temática. Mediante pesquisas dos integrantes do projeto, foi possível obter informações pertinentes a ação (como por exemplo, processos seletivos, eventos acadêmicos, chamadas para publicações especializadas, textos acadêmicos, conferências on-line, entrevistas e outros). Todos esses destaques e inclusões podem ser verificados no conteúdo disponibilizado no site da ADHILAC-Brasil (<https://adhilac-brasil.org/>). Cabe destacar neste ponto, um texto

intitulado 'A INEVITÁVEL HISTÓRIA DIGITAL' produzido e assinado pelos integrantes do projeto, que trata justamente desse tema tão recente e pertinente que é a história que se desenvolve a partir de ecossistemas e conjunturas virtuais e digitais.

Durante o ano de 2020, houve diversas contribuições de fotografias de paisagens culturais e naturais latino-americanas e caribenhas, que contribuíram para o acervo fotográfico disponibilizado no Instagram da ADHILAC-Brasil (<https://www.instagram.com/adhilacbrasil/>). Importante evidenciar que as atividades realizadas com foco no ensino de história da América Latina foram o norte das ações realizadas, as quais deve-se acrescentar duas relacionadas a outras geografias: Centro-América/Costa Rica e o Caribe colombiano. Prova disso são as conferências online ministradas por dois dos professores doutores: David Díaz Arias (do Centro de Pesquisas Históricas da Universidade de Costa Rica (1) e Raúl Román, da Universidade Nacional de Colombia/UNC, Campus San Andrés.

A mediação dessas atividades foi realizada pelo Prof. Dr. Anderson Brettas (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). Essas e outras actividades foram divulgadas também entre os acadêmicos e docentes da Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL-UNILA), algumas delas no Instagram da Unila e no portal da Unila (<https://portal.unila.edu.br/eventos/live-a-historia-ensinada-e-o-patrimonio-no-brasil>). Desde o início da primeira fase do projeto de extensão universitária do ALOC, um dos principais objetivos e contribuições almejadas era o aperfeiçoamento na interface do website da ADHILAC-Brasil, melhorando cada vez mais sua funcionalidade e aparência estética, de modo a ficar cada vez mais agradável para utilização dos usuários.

Para além disso, tendo em vista que o website em questão não foi inicialmente projetado pelos responsáveis pelo ALOC, diversos erros e inconsistências foram verificadas, sendo corrigidas pouco a pouco ao longo destes anos por meio deste projeto. Cabe destacar que uma das principais melhorias efetuadas no ano de 2020 foi tornar o site responsivo, ou seja, que o mesmo ficasse

automaticamente adaptável de acordo com o dispositivo que o estivesse acessando, promovendo assim uma melhor leitura e acessibilidade dos conteúdos ali dispostos. Salienta-se que, nos dias atuais, tornar um site responsivo é uma atividade praticamente obrigatória, considerando a infinidade de dispositivos e resoluções de tela que temos hoje no mercado, razão pela qual houve intensa dedicação e trabalho do coordenador adjunto (responsável pela parte técnica) para que esse objetivo fosse cumprido, visando promover uma experiência mais adequada ao diferentes usuários do website.

**Figura 5** - A atual interface do website da ADHILAC-Brasil, após dois anos de execução do projeto ALOC.



Fonte: os autores.

Conforme relatado anteriormente, erros de diversas naturezas foram sendo identificados e corrigidos, por exemplo, páginas que não abriam, resoluções de imagens fora do padrão para o website, criação de sub-páginas, dentre outros. A integração da plataforma com as redes sociais mais utilizadas na atualidade foi uma melhoria importante que já havia sido feita na primeira fase desse projeto e foi intensificada agora nesta segunda fase, pois além de total

integração com o Twitter e Instagram oficial da ADHILAC-Brasil, agora os usuários têm à disposição a funcionalidade de comentários, via Facebook, dentro do website, contribuindo, dessa forma, para fomentar discussões, debates e sugestões referentes aos temas prioritários da América Latina e o Caribe no âmbito da ADHILAC-Brasil.

Um instrumento que já estava sendo planejado desde a primeira fase desta ação de extensão foi o mapeamento do alcance do website da ADHILAC-Brasil e, conseqüentemente, dos conteúdos lá cadastrados. Para além do contador de visitas gerais já implementado ao longo do ano de 2019 (contabilizando mais de 11 mil visitas no momento da escrita deste texto), em 2020 foi programado um mapa de países visitantes do website. O instrumento revelou que o website da ADHILAC-Brasil não atingiu apenas o Brasil e demais países da América Latina e o Caribe, mas também de diversos lugares do mundo, contando com visitas dos Estados Unidos da América, China, França, Alemanha, Canadá, Paquistão, Panamá, México, Argentina, Países Baixos, Peru, Rússia, Espanha, Austrália, Portugal, Canadá, Finlândia, Singapura, Honduras, Angola e Reino Unido. Salienta-se ainda que, tanto nas atividades online quanto de modo particular, sempre foram recebidos feedbacks positivos das ações e temas trazidos para o projeto por convidados e ouvintes.

Destaca-se, por fim, a criação de um banner rotativo extra no rodapé do website, atualizações pontuais no banner rotativo principal no início do website e o mapa de acesso por país, contribuiu de forma expressiva para dimensionar o alcance/acessos às atividades promovidas no website.

## **5. Considerações finais**

Este capítulo objetivou descrever os principais aspectos e características dos projetos de extensão universitária ALOC I (América Latina e o Caribe Online, a Adhilac-Brasil e a Tríplice Fronteira) e ALOC II (América Latina e o Caribe Online, a Adhilac-

Brasil e a Tríplice Fronteira - conhecimento histórico e práxis pedagógica), executados entre os anos de 2019 e 2020.

A experiência interdisciplinar, tecnológica e transfronteiriça do ALOC se materializou nas ações propostas e nos resultados alcançados, envolvendo um conjunto de atores e participantes de diversas áreas do conhecimento e espaços, tanto acadêmicos quanto profissionais, nas intervenções propostas no projeto, alcançado patamares que vão além dos muros da universidade sede do projeto, fundamento essencial do que se espera de uma ação de extensão universitária.

As tecnologias da informação e comunicação, que há muito fazem parte e influenciam o cotidiano de muitas pessoas ao redor do mundo, conforme brevemente apresentado no início deste capítulo, não ficaram distantes do ALOC, muito pelo contrário: foi o alicerce, o pilar fundamental e o mecanismo para a construção e execução das ações do projeto de extensão.

Em tempos de pandemia de COVID-19, momento em que a segunda fase do ALOC se desenvolveu, tais tecnologias foram ainda mais essenciais: elas permitiram a continuidade das ações do projeto de maneira remota (com a segurança necessária para todos os envolvidos), sobretudo com a participação à distância de pessoas (convidados e ouvintes) dos mais diversos cantos do mundo, algo que poderia não ter se materializado se as ações fossem realizadas de maneira presencial.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) trouxe como consequências a exclusão e a evasão de estudantes, a precarização e a intensificação do trabalho de docentes e demais servidores das instituições escolares; mas, por outro lado, reforçou o compromisso social, mediante ações extensionistas, dos integrantes do ALOC não apenas com a Unila, mas também com as demais instituições e atores envolvidos no projeto.

Espera-se que, modestamente, a experiência do ALOC relatada neste capítulo contribua para pensar a curricularização da extensão universitária no Brasil, particularmente na área de História, graus Bacharelado e Licenciatura, da Unila.

Deve se considerar ainda que, os instrumentos tecnológicos implementados ao longo do curso do projeto de extensão, demonstraram que as ações tiveram um impacto internacional, com os acessos e participações de uma série de regiões do mundo, com milhares de visualizações na página da ADHILAC-Brasil, além das centenas de visualizações nos conteúdos por demanda e das conferências ao vivo.

Como resultado das ações do projeto, além da produção, disponibilização e agregação de conteúdos latinoamericanistas e caribenhos de qualidade no website da Adhilac-Brasil, foi possível trabalhar e produzir modificações estéticas e informacionais na plataforma, criar conteúdos que poderão ser utilizados a qualquer tempo para o ensino de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mas também em outras instituições do Brasil e do mundo, além de, evidentemente, formar parte do presente capítulo de livro, que registra na produção científica no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) esta importante ação tecnológica e interdisciplinar que foi o projeto de extensão universitária do ALOC.

## Referências

- ANPHLAC. Histórico. Disponível em: [https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=409](https://www.anphlac.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=409). Acesso em: 26 dez. 2021.
- ANPUH. Estatuto da Associação. Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em: 26 dez. 2021.
- BRASIL. Resolução CNE/CES 7/2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CIRÍACO, Klinger Teodoro. *et al.* Ações de ensino, pesquisa e extensão e suas potencialidades à promoção de práticas para a educação das relações étnico-raciais. **Brazilian Journal of Development**. v. 6, n. 7, p. 43178-43200, 2020.

DINIZ, Emily G. V. *et al.* A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.9,p.72999-73010,sep.2020

MAMEDE-NEVES, Maria Aparecida Campos; DUARTE, Rosalia. O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola. **Educação e Sociedade [online]**. 2008, vol. 29, n. 104, p. 769-789. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0729104.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.

NUNES, Ana Lúcia Ferreira; DA CRUZ SILVA, Maria Batista. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999. 264 p.

LUCCHESI, Anita; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Novas tecnologias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 181-186.

PROEX - Pró Reitoria de Extensão - UNILA. **Extensão e Pandemia**: relatos de extensionistas sobre suas ações no primeiro ano de Pandemia. 2022. Disponível em: [https://portal.unila.edu.br/proex/comunica\\_extensao/publicacoes-proex/copy\\_of\\_EbookExtensoePandemia\\_compressed.pdf](https://portal.unila.edu.br/proex/comunica_extensao/publicacoes-proex/copy_of_EbookExtensoePandemia_compressed.pdf). Acesso em: 21 mai. 2022.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do "ensino" remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada\\_1609774477.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Estatuto**. 12 de abril de 2012. Foz do Iguaçu, Disponível em: <https://atos.unila.edu.br/paginas/estatuto>. Acesso em: 25 dez. 2021.

UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023**. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi-unila-2019-2023.pdf> Acesso em: 29 jun.. 2022.

VIEIRA, Vera Lúcia. Apresentação. ADHILAC-Brasil, s.d. Disponível em: <http://adhilac-brasil.org/apresentacao.php>. Acesso em: 25 dez. 2021.

VILABOY, Sergio Guerra. Breve história de ADHILAC. ADHILAC, 2010. Disponível em: [http://adhilac.com.ar/?page\\_id=15861](http://adhilac.com.ar/?page_id=15861). Acesso em: 26 dez. 2021.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 29, n. 2, 2000. DOI: 10.18225/ci.inf.v29i2.889. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 30 dez. 2021.

## Sobre as autoras e os autores

**Angela Maria de Souza** possui Doutorado (2009) e Mestrado (1998) em Antropologia Social, graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994) e Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na mesma Universidade. Foi Pró-Reitora de Extensão da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2012-2017). É Docente da UNILA no curso de Antropologia e no Mestrado PPGIELA - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos. Coordena o NEALA - Núcleo de Estudos Afro Latino Americanos. É associada da ABA - Associação Brasileira de Antropologia e da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Afro Brasileira e Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: movimento hip hop, rap, relações étnico-raciais, Mulheres Negras, diáspora, consumo, música, ações afirmativas. Atua e coordena Projetos de Extensão na área de Educação das Relações Étnico-raciais com professores da rede pública de ensino para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

**Aníbal Orué Pozzo** possui Pós-doutorado em Comunicação e Estudos Sociais de Fronteira, Centro de Estudos Avançados/CEA, Universidad Nacional de Córdoba, doutorado em Administración - Procesos Comunicacionales - Universidad Autónoma de Asunción (2003) e Mestrado em Estudos de Mídia, New School for Social Research University, New York. Atualmente é docente da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), na área de Políticas Culturais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares da América Latina (PPGIELA). Líder do grupo de Pesquisa "Paraguai: sociedade, território e cultura", do

CNPq. Coordenador do curso de Especialização “Integração Paraguai-Brasil: Relações Bilaterais, Desenvolvimento e Fronteiras”, da UNILA. Fundador e ex-coordenador do Mestrado “Comunicación para el Desarrollo”, da Escola de Pós-graduação da Universidade Nacional del Este (UNE), e coordenador do Centro de Estudos das Relações Paraguai-Brasil da UNE. Foi presidente do Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), centro de pesquisa no Paraguai, e também professor Visitante Hofstra University (2001-2002), New York, USA.

**Bruna Luísa Buratto Remes** é jornalista formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestranda do PPGIELA - Unila, na linha de Trânsitos Culturais. Brasileira, participa do grupo de pesquisa Língua Estrangeira, Discurso e Identidade (LEDI - USP) e interessa-se por temas de investigação nas áreas de Análise de Discurso, Comunicação e Estudos Culturais.

**Carina Chaves dos Santos Livi** é Mestra em Estudos Latino-Americanos, UNILA. Graduada em História pela UNIOESTE(2003). Membro vinculado ao Grupo de Pesquisa Língua Inglesa, Discurso e Identidade (LEDI/USP). Atualmente é professora de História no Ensino Fundamental Anos finais, e é Teacher Advisor no programa de dupla diplomação Middle School (University of Missouri) no Colégio Bertoni/Foz do Iguaçu.

**Diana Araujo Pereira** é Professora de Literatura Latino-americana e Mediação Cultural da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Graduada em Português-Espanhol (1998), Mestrado em Língua e Literaturas Hispânicas (2002) e Doutorado em Literaturas Hispânicas (UFRJ), com período de Doutorado Sanduíche (Capes) na Universidad de Sevilla (2007). De 2008 a 2010 realizou estágio pós-doutoral na UFRJ (PRODOC-Capes). É tradutora e poeta. Foi Pró-Reitora de Relações Institucionais e

Internacionais (UNILA), Presidenta da Associação Brasileira de Hispanistas (2014-2016), Coordenadora do Instituto Mercosul de Estudos Avançados - IMEA-UNILA e Coordenadora do Curso Letras - Artes e Mediação Cultural, do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH-UNILA). Entre suas publicações destacam-se os últimos livros organizados: *Cartografia imaginária da Tríplice Fronteira* (SP: Dobra, 2014), *Imaginários coloniais: continuidades e rupturas na América Latina contemporânea* (SP: Dobra, 2015) e *Poéticas e Políticas da linguagem em vias de descolonização* (São Carlos: Pedro & João, 2017); além de seus últimos poemários *Horizontes Partidos* (NY: Artepoética Press, 2016) e *La piel de los caminos y otros poemas* (Bogotá: Biblioteca Libanense de Cultura, 2017). Suas áreas de pesquisa são: Mediação cultural, fronteiras e interculturalidade. Atualmente é Coordenadora do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA-UNILA).

**Gustavo Nicolás Retamal Rivera** é Mestre em comunicação estratégica e negócios pela Universidad del Desarrollo e licenciado em história pela Universidad Católica de la Santísima Concepción. Mestrando em Integração Contemporânea da América Latina (UNILA).

**Hernán Venegas Marcelo** é professor do Magistério Superior, docente da área de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) e da Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Licenciatura em História pela Universidade de Havana (1998)/Revalidação - Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2014). Máster em Ciências Pedagógicas pela Universidade Pedagógica de Las Villas, Cuba (2002) e Máster em Gestão Turística pela Universidade de Havana, Cuba/Universidade de Barcelona, Espanha (2005). Coordenador do projeto de extensão "América Latina e o

Caribe online (ALOC), a Adhilac-Brasil e a Tríplice Fronteira" (2019-2020). As pesquisas atuais se situam nos campos do ensino de História, da história latino-americana e caribenha e das interfaces entre a história, patrimônio e o turismo. Os resultados das pesquisas têm sido publicados em artigos e capítulos de livros de Cuba, Brasil, México e Espanha.

**Izabela Fernandes de Souza** é doutoranda em Letras - Linguagem e Sociedade pela UNIOESTE, mestra Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos e bacharel em Letras - Artes e Mediação Cultural, ambas formações pela UNILA. É artista multimídia, atua como mediadora cultural e arte-educadora.

**Jonas Mateus Ferreira Araujo** é mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA), na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Docente de Português brasileiro da Rede Básica de Ensino no Estado do Ceará e Bacharel em Serviço Social.

**Kelly Aparecida Costa** é mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Atualmente atua como assistente em administração na Pró-Reitoria de extensão na Unila.

**Laís Griebeler Hendges** é graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pós-graduada no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) e no curso de Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL), ambos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o projeto de extensão Cineclube Cinelatino da UNILA. Pesquisa relações e desigualdades étnico-raciais, gênero, classe e geração.

**Laura Fortes** é Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA, atuando no eixo de Línguas do Ciclo Comum de Estudos, na área de Letras e Linguística e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA). Doutora em Letras (USP), com realização de estágio sanduíche na University of Technology, Sydney (UTS). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (PPGELLI-USP). Graduada e licenciada em Letras - Português/Inglês (USP). Pesquisadora vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Língua(gem) e Interculturalidade (NIELI-UNILA), ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Língua Estrangeira, Discurso e Identidade - LEDI (USP) e ao Grupo de Pesquisa Linguagem, Política e Cidadania, (UNILA). Foi coordenadora do Ciclo Comum de Estudos (2020-2021) e coordenadora geral do Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras - NuLi-IsF-UNILA (2016-2019). Atualmente é Vice-Coordenadora do PPGIELA-UNILA. Dedicase aos estudos da análise de discurso materialista e da linguística aplicada crítica.

**Newton Camargo da Silva Cruz** é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD), da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Especialista em administração pública pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar) e graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, também pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar). Desde 2014 integra a carreira de Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), atuando como secretário do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA).

**Paulo Renato da Silva** é Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002), Mestre (2004) e Doutor (2009) em História pela mesma universidade. Entre 2008 e 2010 foi professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de

Porto Nacional. Desde 2010 é professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu (PR), onde atua no Bacharelado, na Licenciatura e no Mestrado em História. Foi professor do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) da UNILA desde a fundação do Programa até o ano de 2022. Entre agosto de 2018 e julho de 2019 desenvolveu estágio de pós-doutoramento na Universidade de Évora (UÉ), em Portugal. Com Lorena Soler organizou a coletânea *Stronismo: Nuevas Lupas* (2021), lançada pela EDUNILA. Pesquisa os seguintes temas: stronismo, peronismo e relações Paraguaio-Brasil-Argentina.

**Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro** é professora de Português/Espanhol Língua Adicional no Ciclo Comum de Estudos, na Especialização em Ensino-Aprendizagem de Línguas Adicionais e no Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Possui Graduação em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2007). É mestre (2010) e doutora (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade, na Linha de Pesquisa de Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino da Unioeste, sob a orientação de Clarice Nadir von Borstel. Pós-Doutorado em Linguística (2019) pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação de Gilvan Müller de Oliveira. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa e extensão na área da Sociolinguística, com ênfase em Sociolinguística Educacional e Políticas Linguísticas.

**Tereza Maria Spyer Dulci** é professora Associada da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Possui Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social e Bacharel/Licenciada em História pela mesma instituição. Pós-doutorado desenvolvido no Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), da

Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Especialização em Epistemologias do Sul e em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Na UNILA atua no Ciclo Comum de Estudos (área de Fundamentos da América Latina), no curso de Relações Internacionais e Integração (área de História das Relações Internacionais), na Especialização em Ensino de História e América Latina (área de História e Cinema na América Latina), no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (linha de pesquisa Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais) e no Programa de Pós-Graduação em História (linha de pesquisa Modernidades, Instituições e Linguagens).

**Thaina de Santana Alencar** É mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, vinculada à linha de pesquisa Fronteiras, Diásporas e Mediações. Bacharel em Letras, Artes e Mediação Cultural na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Entre seus temas de pesquisa e trabalho estão: estudos da tradução, políticas linguísticas, sociolinguística, linguística de corpus, estudos literários, performance, estudos interseccionais e artes visuais. Escreve poesias em português e integra o coletivo SLAM DE LA FRONTERA, que promove batalhas de poesia uma vez por mês em Foz do Iguaçu desde 2019.

**Yulliam Moncada** é licenciada en Comunicación Social (Universidad de Los Andes-Táchira, Venezuela) magíster Interdisciplinar en Estudios Latinoamericanos (PPGIELA, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Brasil) Con experiencia como periodista y editora en medios de comunicación impresa en San Cristóbal, VE. Desde hace cuatro años habitante de Foz do Iguaçu e investigadora de la región transfronteriza (Foz do Iguaçu BR, Ciudad del Este PY y Puerto Iguazú AR) con énfasis en las construcciones socio-culturales de frontera.

Em consonância com as publicações anteriores da Coleção América Latina Interdisciplinar e Plural, este quarto volume traz uma importante contribuição ao compor um panorama de temas e metodologias desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA). Ao abordar territórios em construção, busca colocar histórias e memórias em diálogo e, ao mesmo tempo, investe em uma viagem interna, à sua própria história de configurações múltiplas, potencialidades e crescimentos.

